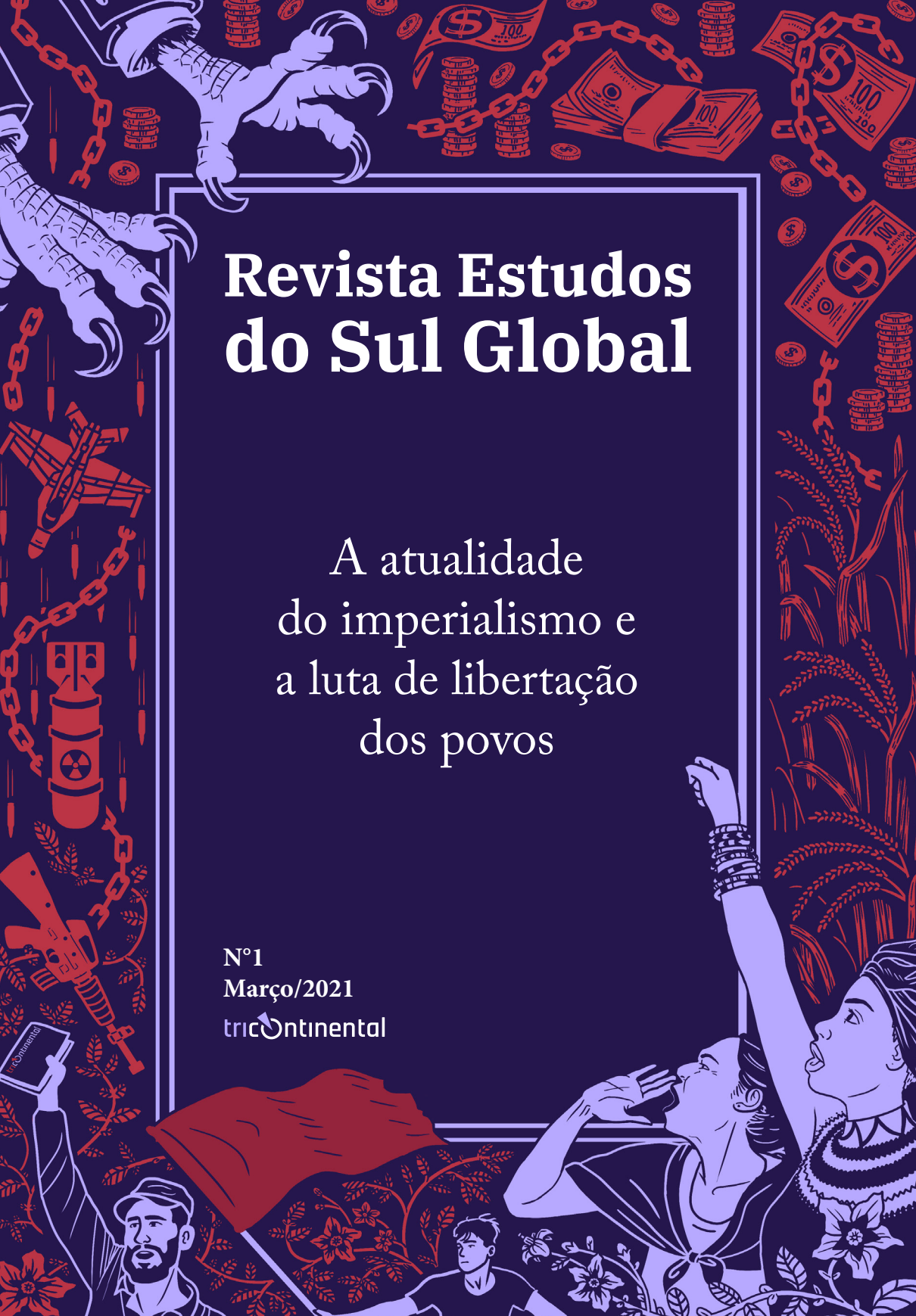


Revista Estudos do Sul Global

A atualidade do imperialismo e a luta de libertação dos povos

Nº1
Março/2021
tricontinental

Expediente

Equipe executiva:
André de Oliveira Cardoso, coordenador do escritório Brasil, economista, mestre em Economia e Desenvolvimento e doutorando em Economia Política Mundial.
Cristiane Ganaka, pesquisadora e analista de dados, economista e bacharel em ciências humanas.
Luiz Felipe Albuquerque, jornalista e responsável pela comunicação do escritório do Instituto Tricontinental de Pesquisa Social no Brasil.
Olívia Carolino Pires, militante da Consulta Popular e integrate da coordenação do Projeto Brasil Popular. Bacharel em economia, mestra em Desenvolvimento Econômico, na área de História Econômica e doutora pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais.
Rebecca Gendler, formada em Publicidade e Propaganda com habilitação em Marketing.

Equipe técnica:
Ana Penido, doutora em relações internacionais e mestre em estudos estratégicos.
Angelica Tostes, teóloga e mestre em Ciências da Religião.
Delana Cristina Corazza, cientista Social (PUC-SP) Mestre em Arquitetura e Urbanismo (USP).
Lauro Carvalho, doutorando em Ciências Sociais na Unicamp e militante do Levante Popular da Juventude.
Matheus Gringo de Assunção, bacharel em Ciências Econômicas: Economia, Integração e Desenvolvimento na Universidade Federal da Integração Latino Americana. Mestrando Economia Política Mundial na Universidade Federal do ABC. Membro da Direção Estadual do MST/SP.
Stella Paterniani, doutora em Antropologia Social pela Universidade de Brasília.

Conselho editorial:
Ary Carvalho de Miranda, médico, professor e pesquisador do Centro de Estudos da Saúde do Trabalhador e Ecologia Humana da Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz).
Carina Serra, mestranda pela FAU USP (2019-). Arquiteta e Urbanista. Coordenadora Deliberativa do Instituto Tricontinental de Pesquisa (2018-Atual). Coordenadora nacional do projeto BrCidades (2017-Atual).
João Dagoberto, Engenheiro Florestal pela USP; Mestrado pela Universidade de São Paulo (2002), Doutorado em Ciências em Recursos Florestais pela USP.
Miguel Yoshida, formado em Letras pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Mestre e doutor em Estudos Comparados de Literaturas de Língua Portuguesa. É editor-assistente da Editora Expressão Popular.
Mônica Bruckman, doutora em Ciência Política pela Universidade Federal Fluminense (UFF) e Professora do Departamento de Ciência Política e do Programa de Pós-Graduação de História Comparada da UFRJ.
Neuri Domingos Rossetto, dirigente político do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Formado em Pedagogia e mestre em Ciências Sociais pela PUC-SP.
Olímpio Alves dos Santos, presidente do Sindicato dos Engenheiros do RJ (SENGE).
Paolo Colosso, professor na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Arquiteto e urbanista, tem graduação em Filosofia pela Unicamp (2012), mestrado e doutorado em Filosofia pela Universidade de São Paulo.
Tatiana Berringer, professora de Relações internacionais da UFABC.

Equipe de artes e diagramação:
Ingrid Neves

Arte: Cartazes da Exposição de Cartazes Anti-Imperialistas (2020)

Editor:
Instituto Tricontinental de Pesquisa Social
CNPJ: 30.857.455/0001-99
Alameda Nothmann, 806 Campos Eliseos - CEP 01216-001 - São Paulo – SP
Contato: brasil@thetricontinental.org

Revisor-chefe: Luiz Felipe Albuquerque

Periodicidade: quadrimestral

Edição: n.1 mar.2021

Publicado em Março de 2021

Revista Estudos do Sul Global

A atualidade do imperialismo e a luta de libertação dos povos

Nº1 // mar. 2021

tricontinental
Instituto Tricontinental de Pesquisa Social

Sumário

Apresentação

Em defesa
do pensamento
crítico

Editorial

O papel do imperialismo
nos processos de
exploração e
desigualdade global

Art. 1

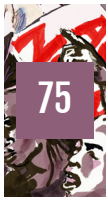
Imperialismo e
anti-imperialismo:
questões
intangenciáveis

Art. 2

A dialética interna,
a dialética externa
e a concorrência
interimperialista

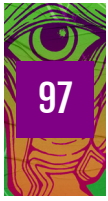
Art. 3

Cooperação e conflito
imperialistas:
Um debate teórico
secular



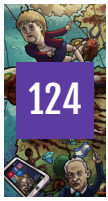
Art. 4

Imperialismo e
Superexploração da
Força de Trabalho



Art. 5

Questão nacional,
internacionalismo
e anti-imperialismo
na América Latina



Art. 6

As cadeias de
produção global e as
novas formas
do imperialismo hoje

Art. 7

A solidariedade revolucionária e internacional como ferramenta de libertação dos povos

Art. 8

Notas exploratórias sobre as contribuições do marxismo para o pensamento sobre a defesa brasileira

Art. 9

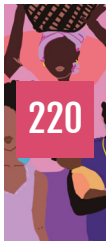
“Mudarei a sua sorte”: o discurso profético de Jeremias e a crítica ao imperialismo religioso

Art. 10

Educação financeira, imperialismo e financeirização

Art. 11

Superexploração e o Imperialismo no século XXI

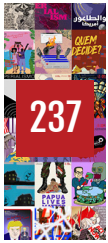


Resenha 1

Balas de Washington: Uma história da CIA, golpes e assassinatos

Resenha 2

Fundamentalismos, crise da democracia e ameaça aos direitos humanos na América do Sul: tendências e desafios para a ação (Magali Cunha)



Imagens

Lista de Images: Exposição de Cartazes Anti-Imperialistas

A

Em defesa do pensamento crítico

Uma revista não fala por si; é sempre um meio de dar voz. A *Revista Estudos do Sul Global* (RESG) é uma iniciativa do **Instituto Tricontinental de Pesquisa Social** para descobrir, sistematizar e divulgar vozes da resistência que bradam contra a dominação Imperialista e semeiam o futuro, com os novos gritos que virão.

"Toda a nossa ação é um grito de guerra contra o imperialismo e um clamor pela unidade dos povos", disse Ernesto Che Guevara na "*Mensagem aos povos do mundo através da Tricontinental*", em 1967, do qual nosso Instituto toma o nome emprestado com o compromisso de continuar a fomentar mensagens que convoquem a indignação diante de qualquer injustiça no mundo.

Orientado pelos movimentos populares, o escritório Brasil do Tricontinental está focado em estimular o debate intelectual à serviço das aspirações do povo. Essa é a nossa maneira de lidar com a produção do conhecimento, como uma reflexão teórica a partir da prática concreta de quem está nos processos de lutas emancipatórias. Chamamos de *Pensamento Crítico* a ciência produzida com os desafios concretos da luta de classes por aqueles e aquelas que a protagonizam.

A América Latina tem uma larga tradição de revistas de esquerda com esse perfil. Poderíamos fazer referência, por exemplo, à revista *Pensamiento Critico, la critica en tiempo de revolución*, publicada de 1967 a 1971 em Cuba. Ou a própria Revista Tricontinental publicada pela Organização de Solidariedade com os Povos da Ásia, África e América Latina (OSPAAAL) 1967 – 2019 e a revista *América*

Libre, entre 1992 e 2004; em comum, todas essas publicações periódicas dedicaram-se a recolher o pensamento o marxista mundial, sistematizar experiências de resistência e produtos de reflexões coletivas em seminários e encontros dos movimentos e organizações.

As revistas assumiram um lugar de contribuir ao exercício de pensar sem pedir permissão e com cabeça própria, *sin calco ni copia.* O saldo dessas reflexões em seu conjunto contribuíram para a elaboração de uma concepção estratégica de revolução latino-americana em que o povo é o protagonista dos processos de libertação nacional, transição ao socialismo e anti-imperialismo.

Também poderíamos fazer referência a uma série de publicações brasileiras, como a *Revista Civilização Brasileira* (1965 – 1968), *Revista Paz e Terra* (1966 – 1975) ou a *Contexto* (1977), que contribuíram para um debate vivo e com a postura intelectual necessária de levar em conta as especificidades do Brasil, ao fazer mediações sem desconsiderar o pensamento universal, ter o tesão em querer conhecer o Brasil e considerar a história em aberto. Na edição número 1 de março de 1965, a *Revista Civilização Brasileira* deu voz em seus princípios e propósitos a questões que nos tocam até hoje:

> *"A História é um processo contínuo de desfio e consequente vitória ou derrota, sendo que tanto as vitórias como as derrotas colocam novos desafios à capacidade criadora do homem. O povo brasileiro está agora diante de um grande e sério desafio: será capaz de, superando falhas e contradições, superar também as forças que se opõe ao desenvolvimento do país, numa linha democrática e independente? Será capaz de abandonar especulações meramente especulativas e, através de estudo objetivo de todas as componentes da realidade nacional, equacionar e depois resolver seus graves problemas? Terá capacidade para destruir os mitos e clichês que dificultam ou impedem aprofundamento maior desse estudo?"* (Editorial da Revista Civilização Brasileira.n1. 1965).

A *Civilização Brasileira* foi lançada num contexto de golpe no Brasil e fechada três anos depois favoreça pelo AI-5. Reservada as diferenças, vivemos um momento no Brasil de criminalização da ciência e do pensamento crítico. Um momento de baixa autoestima do povo brasileiro, de crise, fome, violência e mortes.

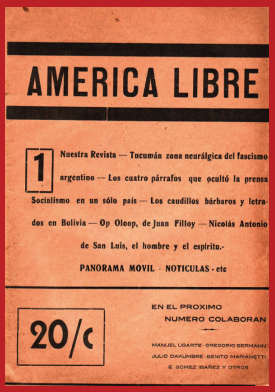
A *Revista Estudos do Sul Global* tem a pretensão de se filiar a esse leito de pensamento crítico. Para tanto, explicitamos três objetivos da revista em diálogo com a missão do Instituto. O primeiro refere-se à Batalha de Ideias, ao engajar-se na disputa de narrativas dos eventos mundiais e fazer um contraponto à visão de mundo burguesa hegemônica, buscando projetar a visão de mundo da classe trabalhadora. O segundo objetivo visa construir pontes de diálogo entre movimentos, organizações populares e sindicais com intelectuais, pesquisadores, comunidade acadêmica e artistas; queremos ser um veículo de estudo e pesquisa sobre a realidade nacional, latino-americana e do Sul Global, fomentando debates amplos e dinâmicos sobre temas relevantes à luta de classes. Em terceiro lugar, pretendemos contribuir no avanço do diagnóstico das questões eminentes ao capitalismo contemporâneo e não deixar de ousar refletir alternativas de futuro, na busca de construir teorias emancipatórias.

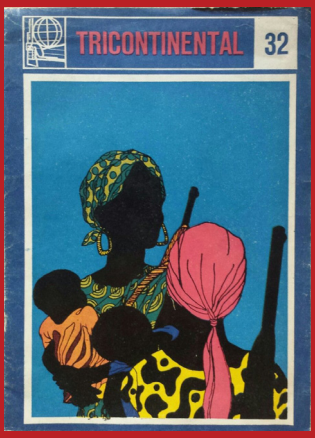
A *Revista Estudos do Sul Global* se soma às diversas iniciativas que visam afirmar a ciência em tempos de obscurantismo. Porém, não nos referimos a qualquer ciência, mas temos o desfio de desenvolver pesquisas em que nos reconhecemos enquanto *pesquisadores – militantes,* vinculado a um projeto de transformação radical da sociedade comprometido em desenvolver uma teoria de futuro com perspectiva emancipatória.

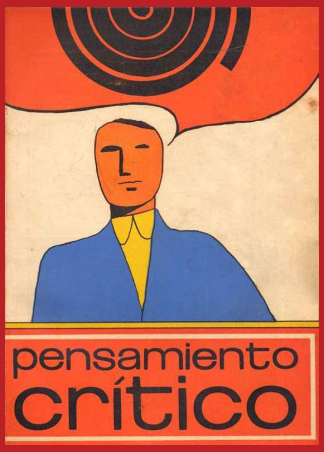
O ano de 2021 é um ano simbólico para o lançamento de uma revista que compreende a subversão como ação e prática analítica e como possibilidade científica; trata-se do ano em que celebramos o centenário de Paulo Freire. Nesse sentido, esta revista também se junta às tantas iniciativas de celebração da efeméride do nascimento desse pensador enquanto uma ferramenta que dê voz aos silenciados e favoreça o protagonismo e a pesquisa popular, com uma postura científica que desconstrua a suposta neutralidade da chamada ciência formal.

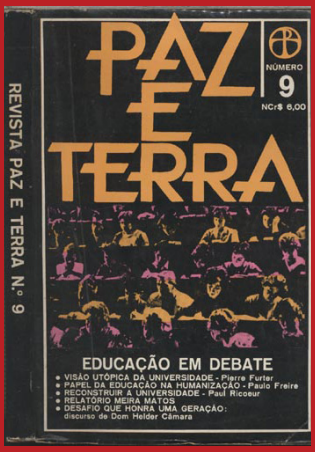
O conhecimento não muda o mundo; ele transforma as pessoas e pessoas transformam o mundo. Caso tenha se sentido convidada/o, a *Revista Estudos do Sul Global* está aberta para receber sua contribuição e publicar seu artigo sob um contexto em que o mundo precisa ser transformado na prática.

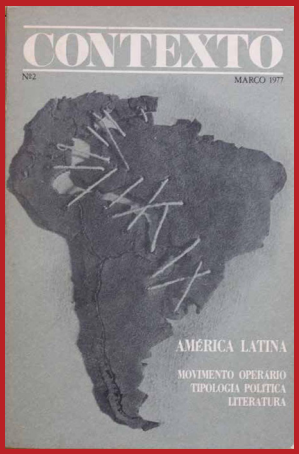
Olívia Carolino, março 2021.
Pesquisadora do Instituto
Tricontinental de Pesquisa Social
Escritório Brasil











Capas de diversas edições das revistas:

- *Revista Civilização Brasileira* (1965 – 1968)
- *América Libre* (1992 - 2004)
- Revista Tricontinental (1967 – 2019)
- Revista *Pensamiento Critico (*1967 a 1971)
- *Revista Paz e Terra* (1966 – 1975)
- *Contexto* (1977)

E

O papel do imperialismo nos **processos de exploração e desigualdade global**

Iniciamos a primeira edição da *Revista Estudos do Sul Global* (RESG) com o tema "A atualidade do imperialismo e as lutas de libertação dos povos", ao considerarmos que o imperialismo é a categoria mais adequada para entender os processos de exploração e desigualdade global.

Embora o desenvolvimento da teoria sobre o imperialismo seja mais bem qualificada dentre os grupos alinhados ao pensamento socialista, era certo que aquele se constituía como o inimigo principal das lutas por libertação nacional no período pós Segunda Guerra Mundial, diante da consolidação de dois grandes polos hegemônicos na geopolítica: os EUA de um lado, representando os países capitalistas desenvolvidos, e a União Soviética (URSS) do outro, demarcando o socialismo real a partir da vitória da Revolução de Outubro de 1917.

Em suas várias formas de interpretação, que vai desde os primeiros escritos de Hobson (1981) com cargas de lutas anticoloniais às definições de Schumpeter (1961), que fazia simples relações da ideia de Império e domínio político, o pensamento marxista foi o que melhor elaborou e sistematizou sobre o tema, inserindo-o dentro do sistema mundial de relações econômicas e políticas, as interdependências de Estados e grupos econômicos e a relação com as lutas de libertação nacional, em particular os desdobramentos assistidos pós Segunda Guerra Mundial (Hobsbawn, 1994).

Acreditamos que a principal contribuição dessa vertente está relacionada à questão nacional e às lutas anti-imperialistas. No início das discussões sobre o imperialismo - pré Primeira Guerra Mundial -, os marxistas identificavam o nacionalismo nos países do centro como uma forma de ocultamento da consciência de classe e um conceito que impedia a luta. Ao olhar às experiências do Oriente, Lênin transforma essa visão e identifica a libertação nacional dos povos oprimidos (Galissot, 1981) enquanto um objetivo estratégico revolucionário da luta contra o imperialismo.

Sob esta perspectiva, a luta de libertação nacional se configura na possibilidade dos povos, na eminência de uma guerra mundial, construírem uma saída alternativa em que não sejam dirigidos pela burguesia em uma guerra civil interna ou entre os demais países. O direito à autodeterminação das nações cria unidade entre essas lutas e o movimento revolucionário socialista (Lenin, 1986).

A singularidade do pensamento de Lênin em *O imperialismo, fase superior do capitalismo* em relação a outras teses sobre o tema, reside na afirmação de que a "essência do imperialismo" está na oposição entre potências dominantes e nações oprimidas, sendo a dependência nacional um problema visto pela ótica do imperialismo. Mais do que isso, ao aprofundar o debate sobre a questão nacional e as lutas que vinham ocorrendo em todo o Oriente, Lênin define esses processos como "nacional-revolucionários" (Galissot, 1981).

Dessa forma, ele traz para o centro do debate das lutas revolucionárias comunistas – cuja experiência soviética era o maior exemplo - o tema da questão nacional e a relação da luta anti-imperialista. Em *Teses sobre a questão nacional e colonial* (1920), Lênin destaca o papel da política dos partidos comunistas em relação a essa temática. Para ele, a luta deve ser analisada nas condições econômicas de cada realidade, na distinção e interesses das classes oprimidas e da classe dominante e, por fim, na diferenciação entre as nações oprimidas e dependentes das nações soberanas, diferente dos princípios abstratos e formais da democracia burguesa. As lutas de libertação nacional devem estar estreitamente repousadas sobre a aliança do proletariado e das massas trabalhadores contra a burguesia e os proprietários de terras.

Ao tratar da mudança de eixo dos processos revolucionários do centro às diversas rupturas dos "elos fracos da cadeia" identificada por Lênin, Amin (1981) reforça a particularidade do desenvolvimento capitalista no Terceiro Mundo. Para o intelectual egípcio, não há saídas revolucionárias nos moldes clássicos do

Ocidente a partir unicamente da classe operária; é necessário ampliar os sujeitos em luta e contemplar todo o povo oprimido.

A luta pela libertação é complexa e interliga diversos estágios que não ocorrem de forma homogênea. As forças do imperialismo se reorganizam para impedir esses avanços no campo econômico, político e, principalmente, no campo militar, impelindo contra o poder nacional vigente. Desde o início, as lutas de libertação nacional estiveram em constante disputa contra as antigas metrópoles e o imperialismo. Portanto, tratar do conceito de imperialismo pressupõe trazer os processos libertação dos povos diante desse inimigo central.

O imperialismo busca controlar o planeta e todos os seus recursos, além do espaço sideral. Ele procura consolidar esse controle de forma cada vez mais centralizada e concentrada; divide o globo, estrangula o destino de nações inteiras e leiloa a terra e os recursos sob sua superfície (Lopez, 2020).

Nesse sentido, essa edição da *Revista Estudos do Sul Global* tem o intuito de ser mais um espaço para compreender de forma mais profunda os atuais mecanismos utilizados pelo imperialismo para intensificar sua dominação, delimitar a profundidade de sua crise e entender quais possibilidades de hegemonias alternativas permitiriam reeditar o compromisso com a libertação dos povos a partir do Sul Global.

Em boa medida, permite-nos também pensar que devemos estancar o sangramento causado pela espoliação dos nossos corpos, da nossa cultura, dos nossos bens comuns e do nosso trabalho. Que devemos reconstruir uma base histórica sobre a qual possamos ficar de pé, o que Che Guevara sintetizava dizendo que - para além dos desacordos táticos - "*quanto ao grande objetivo estratégico, a destruição total do imperialismo por meio da luta, temos que ser intransigentes*".

Trazemos então nessa edição valorosas contribuições sobre diversos temas que perpassam o debate do imperialismo e das lutas de libertação dos povos. Os assuntos variados nos ajudam a entender as múltiplas dimensões que a questão nos provoca, possibilitando construirmos um processo de sínteses entre consensos e dissensos para o aprofundamento coletivo. São onze artigos e duas resenhas.

O primeiro artigo, do Anderson Barreto Moreira, faz um resgate histórico do debate sobre o imperialismo e anti-imperialismo, a partir dos processos revolucionários das lutas de libertação nacional. Busca trazer as interpretações sobre a dependência na relação centro-periferia até os dias atuais. O segundo artigo, do Leonardo Barboza Farias Severo, analisa as categorias marxistas "Dialética Interna ou a questão nacional", "Dialética Externa ou a questão internacional" e

"Concorrência Interimperialista", entendendo a inter-relação existente entre elas e outras categorias para a interpretação da realidade material.

O terceiro artigo foi escrito pelo Caio Bugiato e pela Tatiana Berringer; os autores visam apresentar o eixo central das teorias marxistas do imperialismo em três debates sucessivos: Kautsky e Lênin à época da I Guerra Mundial; Magdoff e Polantzas após a II Guerra Mundial; e Panitch/Gindin e Callinicos no início do século XXI. O quarto artigo, escrito por Mario Soares Neto, debate o imperialismo como determinação para a reprodução das condições de superexploração da força de trabalho a partir de Marx, Lênin e Ruy Mauro Marini.

O quinto artigo, de autoria de Olívia Carolino Pires, debruça sobre os temas da questão nacional, internacionalismo e anti-imperialismo na América Latina, aprofundando cada um desses conceitos, a sua inter-relação nas lutas travadas no continente e os desafios atuais. O sexto artigo, de André de Oliveira Cardoso, analisa as novas formas de atuação do imperialismo a partir da análise das cadeias de produção global, o papel das corporações multinacionais e a relação entre os países do Sul e do Norte.

Já Mariana Messere debate o papel do Imperialismo nas atuais Relações Internacionais e suas consequências no Sul Global. O oitavo artigo, escrito pela Ana Penido, Natália Araújo e Suzeley Kalil Mathias, discute o imperialismo a partir de sua manifestação no pensamento estratégico da defesa brasileira, forçando o país a uma condição de dependência no aspecto militar.

Diego Ferracini Ferreira, por sua vez, analisa as interpretações fundamentalistas da Bíblia e a necessidade da contra-narrativa bíblica que aponte para a denúncia e transformação social. O décimo artigo, de Lauro Allan Almeida Duvoisin, analisa o lugar da educação financeira dentro da cadeia imperialista - sob uma economia mundial financeirizada - e o papel ideológico que reforça um consentimento subalterno dos povos do Sul Global. O último artigo, de Pedro Mattos, retrata o papel da superexploração como fundamento para entender o imperialismo do século XXI a partir da análise da teoria marxista.

Por fim, trazemos também duas resenhas nesta edição. A primeira é de Fábio Alexandre Tardelli Filho, que trabalha o livro de Vijay Prashad, "Balas de Washington: Uma história da CIA, Golpes e Assassinatos". A segunda resenha, realizada pela Angélica Tostes e Delana Corazza, apresenta o livro da jornalista e pesquisadora Magali do Nascimento Cunha, "Fundamentalismos, Crise da Democracia e Ameaça aos Direitos Humanos na América Latina: Tendências e Desafios para a Ação".

Também gostaríamos de deixar registrado o empenho de toda a equipe do escritório Brasil do **Instituto Tricontinental de Pesquisa Social** na produção deste primeiro número, seja nos pareceres de cada artigo, na revisão final, na diagramação e em se desafiar na escrita de textos que contribuam para a ação política. Aos e às pesquisadoras Ana Penido, Angélica Tostes, Delana Corazza, Lauro Carvalho, Matheus Assunção e Stella Paterniani. A equipe da secretaria, Cristiane Ganaka, Luiz Felipe, Olivia Carolino e Rebecca Gendler. A equipe de artes e diagramação, conduzido nesse trabalho pela Ingrid Neves, que nos presenteou com esse material lindo e ilustrado. Não poderíamos deixar de agradecer também a todos os artistas que participaram da Exposição de Cartazes Ainti-imperialistas, cujos desenhos podem ser conferidos ao longo desta edição.

A todas e todos, desejamos uma boa leitura e bom debate!

André Cardoso
Coordenador do Instituto
Tricontinental de Pesquisa Social
Escritório Brasil

Referências bibliográficas

Amin, S. **A vocação terceiro-mundista do Marxismo**. In: Hobsbawm, E. et alii (orgs.). História do Marxismo. Vol. XI. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1981

Galissot, R. **O imperialismo e a questão nacional e colonial**. In: Hobsbawm, E. et alii (orgs.). História do Marxismo. Vol. VIII. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1981

Hobsbawm, Eric. **Era dos Extremos:** o breve século XX. São Paulo: Companhia das Letras, 1994

Hobson, J. **A. Estúdio del imperialismo**. Madrid: Alianza Universidad, 1981

Schumpeter, J.A. Imperialismo e classes sociais. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1961. Biblioteca de Ciências Sociais.

Lênin, V. **Teses sobre a questão nacional e colonial.** Para o 2º Congresso da Internacional Comunista. 1920.

_____. Obras Escolhidas em seis tomos, Edições "Avante!", 1986. Disponível em: https://www.marxists.org/portugues/lenin/1915/guerra/index.html

López, Emiliano (org.). **As veias do sul continuam abertas:** debates sobre o imperialismo do nosso tempo. São Paulo: Expressão Popular, 2020.

ANTIIMPERIALISMO

!VANGRAFICA

1

Imperialismo e anti-imperialismo: questões intangenciáveis

Anderson Barreto Moreira[1]

Resumo // Este artigo busca apresentar um breve panorama dos debates em torno das diferentes interpretações da relação entre imperialismo e anti-imperialismo, que perpassaram a própria história das revoluções e das lutas de libertação nacional travadas no último século, até os movimentos de contestação atuais. História e teoria se entrelaçam desde os estudos pioneiros na passagem para o século XX, passando pela entrada em cena das interpretações oriundas de países e regiões onde predomina a dependência na relação centro-periferia, até as novas abordagens do século XXI. Entendendo o imperialismo como o capitalismo de nossa época, que direciona e organiza as esferas que estruturam nossas sociedades, buscamos realçar o papel do anti-imperialismo como práxis revolucionária necessária para viabilizar tanto as lutas estratégicas quanto os projetos de desenvolvimento e a autonomia dos povos.

Palavras-chave // Imperialismo; anti-imperialismo; dependência

1 Professor de História e integrante do Front - Instituto de Estudos Contemporâneos. Contato: anderson.barretomoreira@gmail.com

> "O pensamento tem que ser capaz de ajudar a prefigurar essa utopia, isto é, esse além que tornará possível por meio da práxis consciente, e nada menos que isso, porque os tempos não exigem menos e as pessoas comuns logo o exigirão e se colocarão em movimento" (MARTÍNEZ HEREDIA, 2020, p. 151

1 - Introdução

No prefácio da primeira edição d'O *Capital* Marx, ao se referir às dificuldades de pesquisa referentes a Economia Política, aponta de modo assertivo que "[…] A natureza peculiar do material que ela aborda chama ao campo de batalha as paixões mais violentas, mesquinhas e odiosas do coração humano, as fúrias do interesse privado." (MARX, 1988, p. 19). Ao longo de mais de um século, desde as primeiras publicações que se debruçaram sobre as mudanças qualitativas do capitalismo na entrada do século XX, temos visto estas mesmas paixões e fúrias também nos debates e investigações sobre o imperialismo e anti-imperialismo. Não poderia ser diferente: o primeiro é a própria Economia Política de nossa época e o segundo, a crítica necessária e a premissa histórica das lutas de classes em nossos dias. Portanto, o objetivo deste artigo é realçar a dinâmica entre esta unidade dos contrários, resultado da acumulação capitalista, suas mudanças e impactos históricos e teóricos; bem como sua validade para a construção das lutas e estratégias que viabilizem a soberania e autonomia dos povos sob domínio imperialista.

Partimos da interpretação do imperialismo como sendo o capitalismo em seu estágio superior e, com isso, incluímos todas a implicações e determinações possíveis nas múltiplas esferas que integram este modo de produção. Reconhecemos a existência de abordagens que podem ora se afastar, ora se aproximar desta leitura (PANITCH; LEYS, 2006a, 2006b). Porém, entendemos que a perspectiva por nós adotada torna mais coerente a luta anti-imperialista e seu caráter como práxis revolucionária, indo além da crítica pontual das manifestações mais visíveis do imperialismo.

O debate inaugurado na passagem do século XIX para o século XX pelos chamados clássicos[2] enfrentou períodos de glória, em que ocupou espaço cen-

2 Entendemos por clássicos as obras de Lenin, Rudolf Hilferding, Rosa Luxemburgo, Karl Kautisky e Nikolai Bukharin, fundamentais para quem deseja estudar a questão do imperialismo.

tral na análise da realidade até momentos de morte decretada, marcadamente após a derrota da principal experiência de transição socialista no século XX – a URSS – no início dos anos 1990. Entretanto, na existência do sistema capitalista as crises cíclicas, inerentes às suas contradições, nos lembram a todo momento sobre a vigência do imperialismo. Em 2008 vimos sua mais recente manifestação em escala planetária, cujos impactos na vida dos povos estão presentes em várias dimensões na atualidade. Desta forma, a realidade do século XXI nos exige a retomada dos clássicos e a produção e debate de novas contribuições para compreender as determinações que configuram o imperialismo hoje. Dada a dimensão e complexidade do tema, o esforço coletivo tem sido o caminho mais promissor.

2 - Momentos iniciais

Voltemos às origens do debate para melhor nos situarmos na complexidade atual. O ano é 1916, data da publicação do livro *Imperialismo: etapa superior do capitalismo* (LENIN, 2012), ainda hoje a mais bem acabada interpretação do movimento real pelo qual passara a acumulação do capital em fins do século XIX e primeiras décadas do século XX. A prova de fogo da análise de Lenin foi nada menos que a Primeira Guerra Mundial (1914-1918) e a própria Revolução Soviética[3] (1917), da qual foi expoente maior. A realidade validou a teoria e, a partir de então, a luta anti-imperialista passou a ocupar um papel central nas estratégias que conduziram os processos revolucionários que marcaram o século XX, em todos os continentes. Com interpretações originais e criativas sobre o desenvolvimento do capitalismo, forneceram a chave teórica para a compreensão da história destes povos sob domínio imperialista.

Os esforços analíticos tinham como objetivos concretos a mudança revolucionária da ordem capitalista. Desvelar as profundas imbricações entre os capitais em suas várias formas e seu controle sobre as economias e organização dos Estados era central para a realização desse objetivo. Como resultado destes esforços de interpretação a conquista do Estado passou a ser a principal estratégia, dado o seu papel na expansão destes capitais, seja via o uso da força militar, seja articulando o

3 Optamos aqui pelo termo *Revolução Soviética* ao invés de *Revolução Russa,* pois entendemos que o primeiro reflete melhor o caráter socialista da revolução e suas novas formas de organização social e política, ainda que seja central apreender a questão nacional que se entrelaçou no processo revolucionário.

poder das classes dominantes dos países submetidos a estes monopólios. Portanto, se a expansão imperialista era mediada pelos Estados, a luta anti-imperialista passava pela crítica e conquista deste Estado.

Ao assumir o controle econômico, assimilando e reconfigurando as relações de produção de cada país, os monopólios capitalistas[4] provocaram profundas mudanças nas estruturas das classes sociais, despertando reações em todos os quadrantes do planeta. Desta forma, ser anti-imperialista não era uma opção ideológica, mas condição *sine qua non* para viabilizar as lutas e, após suas vitórias, abrir espaço para propostas de desenvolvimento e relações mais autônomas e soberanas que as permitidas até então dentro dos marcos do capitalismo. Isso porque o imperialismo promovia – e promove - uma divisão internacional do trabalho que hierarquiza as relações entre povos e Estados, como afirmou Lenin:

> "Para esta época, são típicos não só os dois grupos fundamentais de países – os que possuem colônias e as colônias -, *mas também as variadas formas de países dependentes,* que de um ponto de vista formal, *são politicamente independentes, mas que na realidade se encontram enredados nas malhas da dependência financeira e diplomática.* Nós já nos referimos a uma destas formas anteriormente, a semicolônia." (LENIN, 2012, p.119, itálico nosso).

3 - Anti-imperialismo e dependência

Foram as lutas anti-imperialistas, que amalgamaram as questões de libertação nacional com o horizonte socialista, que viabilizaram as vitórias revolucionárias de muitas das antigas colônias formais e informais, que perduraram até meados dos anos 1970, sobre as metrópoles imperialistas[5]. Não se tratavam de heranças coloniais contraditórias à acumulação capitalista, mas sim partes integrantes deste mesmo padrão de acumulação, daí a semelhança entre as várias lutas desencadeadas: lembremos de Cuba, Vietnã, Argélia, Angola e China, entre

4 Os monopólios capitalistas não eliminam a concorrência, ao contrário, ela se torna planetária, se horizontaliza e verticaliza, pois estes capitais impõem sua dinâmica aos demais.

5 No caso da África do Sul, o fim do regime britânico de apartheid foi oficialmente encerrado apenas em 1994.

outras, e o que todos tiveram em comum: a relação inseparável entre anti-imperialismo, anticolonialismo, (re)construção da soberania nacional e dos respectivos Estados (LOSURDO, 2015).

Onde estas lutas foram vitoriosas, as forças populares foram capazes de levar adiante a construção de projetos nacionais em que o desenvolvimento das forças produtivas estivessem orientadas para as suas necessidades. Também viabilizaram experiências de inserção mundial mais autônomas, travando embates em todas as esferas – inclusive militar – para assegurá-la. Não há espaço para idealismos ao analisar estas experiências, cada qual portadora de desdobramentos com alcance mundial. Inúmeros erros e acertos podem ser atribuídos, seja pela dinâmica interna dos processos revolucionários, seja pelas imposições das potências imperialistas. Os caminhos que trilharam desde então não cabem neste breve resgate mas, mesmo que as orientações e alianças pontuais ou de longo prazo com outros setores tenham sido feitas, é fundamental destacar que ocorreram no terreno anti-imperialista, com maiores margens de autonomia.

Com o fim da divisão internacional onde preponderava o binômio imperialismo-colonialismo das metrópoles e suas colônias, ganhou força a segunda característica apresentada por Lenin – as variadas formas de países dependentes, subordinados às potências imperialistas, sob a liderança estadunidense - que permanece atual e com mais vigor (LÓPEZ, 2020). O que caracteriza um país de capitalismo dependente é sua posição subalterna na divisão internacional do trabalho - sua impossibilidade de ser autônomo e soberano nos termos de troca na economia mundial e na incorporação e desenvolvimento de matrizes tecnológicas mais adequadas[6] - o que os levou , e leva, a um eterno renovar de "planos de desenvolvimento", sempre atrofiados, inacabados ou interrompidos.

Foi analisando essas recorrências e buscando entender as origens da dinâmica imperialista que tanto afetava a história brasileira, e latino-americana, que Ruy Mauro Marini[7] evidenciou o significado da dependência "[...] entendida como uma relação de subordinação entre nações formalmente independentes, em

6 A produção internacionalizada não é o impeditivo para que os países dependentes possam incorporar e desenvolver tecnologias que melhor atendam suas necessidades de desenvolvimento. O impedimento é político e econômico, assim como o é também a imposição dos padrões tecnológicos e produtivos.

7 Ruy Mauro Marini, Vânia Bambirra e Theotônio dos Santos foram os principais expoentes da Teoria Marxista da Dependência, ainda que pese as contribuições de outros autores e autoras. A TMD configura um esforço original de pensar o imperialismo a partir da América Latina e da própria dinâmica de reprodução do capital que predomina nesses países e em outros da Ásia e África.

cujo âmbito as relações de produção das nações subordinadas são modificadas ou recriadas para assegurar a reprodução ampliada da dependência." (MARINI, 2000, p. 109). Concomitante a essas interpretações originais e criativas surgidas na América Latina, elaborações vindas de outras regiões da periferia do sistema, como por exemplo Samir Amin (1976), deram novos rumos a questão imperialismo e anti-imperialismo.

Com estes aportes o debate se expandiu e se enriqueceu, superando a visão corrente do imperialismo como apenas o controle de um poder externo exercido por outros países. A relação centro-periferia e as categorias da dependência trazem consigo o entendimento da determinação das formas de organização da produção e, portanto, das relações de produção dos países dependentes pelas potências centrais. A estrutura de classes, a direção da produção de valores e a organização dos Estados passavam a integrar a reprodução do padrão de acumulação imperialista. O anti-imperialismo era, portanto, não apenas a crítica às potências centrais, mas também as próprias dinâmicas internas de produção orientadas para a manutenção da dependência.

Este padrão de reprodução do capital (FERREIRA; OSÓRIO, 2012), e a consequente dependência que gera, é característica do chamado Sul Global[8]. Desta forma, por mais que determinados países tenham avançado em muitos setores, como no caso do Brasil e de outros que atingiram um grau de industrialização considerável[9], ainda assim o processo de acumulação capitalista inviabiliza a construção de um desenvolvimento nacional que leve a superação e concretização das necessidades das classes trabalhadoras destes países. Não só impedem como atualmente também promovem regressões nesses avanços[10]. Estes impedimentos não estão apenas na esfera da produção, elas também tem forte manifestação no âmbito do Estado e das relações externas. Tomemos o Brasil como exemplo e a sincronia dos diversos golpes de Estado que, historicamente, ocorreram justamente nos momentos em que o país buscou um grau maior de autonomia e

8 O Sul Global é uma designação que abarca países que possuem determinadas dinâmicas de reprodução do capital que inviabilizam sua inserção mundial de modo autônomo e soberano. Portanto, mesmo que muitos destes países se encontrem na América Latina e nos continentes africano e asiático, não se refere a uma posição geográfica apenas.

9 Incluímos, apenas para exemplificar, Argentina, México e Chile como expoentes desse grupo, porém, com históricos e graus diferentes no processo de industrialização.

10 https://www.brasildefato.com.br/2020/06/09/recuo-da-industria-em-18-8-reflete-desindustrializacao-e-mercado-em-frangalhos

cooperação regional e internacional, mesmo sem propor rompimentos efetivos com a dependência e o imperialismo.

4. Atualidade e limites

Enfrentamos uma crise estrutural do capitalismo[11] que têm elevado as contradições, gerando riscos para a sobrevivência da humanidade, o que coloca desafios para a esquerda de ordem teórica, programática e orgânica (HARNECKER, 2018, 2019.) para construir alternativas socialistas. A fragmentação[12] das lutas tem restringido o campo da ação anti-imperialista. É fato que essas lutas se ampliaram nas últimas décadas, inclusive impulsionando governos do espectro da esquerda na América Latina, que foram derrubados[13] ou derrotados através de novos método que combinam tanto ações jurídicas-institucionais, quanto operações de manipulação e ações de massa[14]. Porém, elas ainda carecem da centralidade do anti-imperialismo na construção de uma nova ordem social, de nações soberanas, bem como do imaginário popular. Algumas questões históricas e teóricas podem nos ajudar a compreender esse momento.

Da perspectiva histórica, as várias derrotas do campo socialista a partir do final dos anos 1980 e seus impactos teóricos, políticos e organizacionais levaram ao rebaixamento do horizonte da transformação da ordem capitalista. Se não há revolução a ser feita, não há motivos para maiores enfrentamentos anti-imperialistas. A complacência, o desânimo, e inclusive o abandono do imperialismo como categoria de análise da realidade promoveram uma acomodação da crítica ao possibilismo, ao convívio dentro das fronteiras do capital. Após o breve período entre o final dos anos 1980 e início dos anos 2000, a dinâmica histórica recolocou o debate no século XXI.

---

11 A *crise estrutural* não significa *crise terminal*, mas sim que os limites que viabilizam a reprodução ampliada do capital estão cada vez mais estreitos e potencialmente destrutivos (MÉSZÁROS, 2002).

12 É importante destacar que ao falarmos em fragmentação estamos criticando as dificuldades em dar unidade as múltiplas lutas espalhadas pelo planeta e não às diferentes pautas que geram as inúmeras mobilizações dos povos.

13 A lista é longa: Honduras em 2009, Paraguai em 2012, Brasil em 2016 e por último Bolívia em 2019.

14 Para mais ver: Korybko (2018).

Algumas interpretações (WOOD, 2014; HARVEY, 2004; HARDT e NEGRI, 2001)[15], dentre outros já citados, merecem atenção, seja pela divergência ou aproximação. Com diferentes abordagens ora enfatizam o peso do poder das multinacionais e da força de seus capitais ao redor do mundo, que desorganizam e reorganizam economias nacionais e regionais, secundarizando - e no caso de Hardt e Negri - negando a existência do próprio imperialismo e o papel dos Estados e suas imbricações com estes capitais. Ora colocam maior ênfase nas determinações territoriais, geopolíticas, militares e no poder dos EUA como centro do imperialismo. O objetivo aqui não é valorar tais análises de amplo alcance e profundidade que simplificadamente foram citadas. A intenção é mostrar que a problemática imperialismo e anti-imperialismo no nosso século não é de modo algum consensual e se altera a depender se o ponto de observação está no centro ou na periferia dependente. Se para os primeiros surgem perspectivas como "fim do imperialismo" e "fim dos Estados", do Sul Global se renova a confirmação do papel dos Estados e da força do imperialismo, bem como da função da ação anti-imperialista para romper os cercos.

São os Estados capitalistas dependentes que promovem e aplicam as contra-reformas sociais, garantem a ordem social vigente por muitos meios e criam o arcabouço jurídico-institucional em favor destes capitais. É lógico que as questões militares e geopolíticas e o papel do complexo militar-industrial no processo de acumulação do capital são fundamentais para sua compreensão, mas insuficientes. As contradições nesta esfera são amplas, vide a drenagem de recursos – em maior escala nas potências centrais – para manter a dinâmica dos Estados imperialistas que os leva a alocar recursos na casa dos trilhões[16] para gastos anuais em armamentos e manutenção de tropas, diminuindo investimentos em outras áreas. Assim como são insuficientes as abordagens que se determinam apenas pelo viés do controle das multinacionais, portadoras de recursos e poder planetário, mas que podem ser contidas pela ação dos Estados e das classes trabalhadoras. Sem essa perspectiva, teríamos como resultado da análise da realidade o imobilismo.

Portanto, ao contrário do que desejam os portadores dos interesses privados, e para além de uma alegoria da esquerda, o anti-imperialismo pressupõe uma interpretação do imperialismo que traduza a dinâmica da acumulação capitalista

---

15 Atilio Borón dedicou um excelente livro (BORÓN, 2004) à crítica da obra destes dois últimos autores.

16 https://brasil.elpais.com/internacional/2020-02-11/trump-apresenta-orcamento-com-cortes-sociais-e-mais-gasto-militar-nos-estados-unidos.html

em nossos dias, com predominância da financeirização. Se partirmos da premissa de Lenin, de que o imperialismo é o próprio capitalismo – no seu estágio mais elevado de controle do capital sobre a humanidade – compreendemos que todas as esferas - militar, econômica, estatal, política e ideológica - compõem a totalidade desse fenômeno. Que em determinados momentos, algumas se manifestem mais que outras, é parte da dinâmica histórica.

5 - Conclusão

O objetivo deste breve resgate dos debates é realçar as consequências da relação entre imperialismo e anti-imperialismo, com suas diferentes perspectivas quando colocadas as determinações centro e periferia dependente. Como consequência, questionar se é possível impor derrotas ao imperialismo e superar a dependência, construindo uma autonomia e soberania nacional e popular que viabilize o desenvolvimento direcionado aos interesses populares, sem incorporar o anti-imperialismo como eixo de articulação. Historicamente, temos visto que não. Isto não significa que a superação destes limites dependam unicamente desta questão, dado que pressões internacionais dos países centrais bloqueiam caminhos, impõem reveses e dificultam as mudanças internas das formações históricas, mas sem ela não se altera a qualidade dos processos de transformação.

Há um caminho histórico já percorrido e com valiosos ensinamentos que devem ser resgatados das lutas, vitoriosas ou não: o anti-imperialismo deve fazer parte parte da educação política das massas e dos esforços de construção de alianças e articulações internacionais. Mas também deve fazer parte de todo projeto de desenvolvimento nacional que pretenda atender às necessidades populares, construindo as possibilidades de ruptura com o imperialismo pois este, como afirma Heredia (2020, p.148) "[…] já não tem um projeto de civilização nem faz promessas de progresso; já produziu o nazismo e hoje põe em perigo o planeta; […]". Isso exige um conjunto de ações e estudos que perpassem a luta ideológica e cultural, econômica e política, nacional e internacional. Por isso, interpretar o imperialismo a partir da nossa realidade assentada na dependência, apoiar as lutas e se opor contra toda e qualquer agressão contra os povos em qualquer parte do mundo é parte da necessária ação anti-imperialista.

Referências Bibliográficas

AMIN, Samir. **O desenvolvimento desigual:** ensaios sobre as formações sociais do capitalismo periférico. Rio de Janeiro: Forense Universitária LTDA, 1976.

BORÓN, Atilio. **Imperio & imperialismo:** una lectura crítica de Michael Hardt y Antonio Negri. Buenos Aires: CLACSO, 2004.

FERREIRA, Carla; OSÓRIO, Jaime (orgs.). **Padrão de reprodução do capital:** contribuições da teoria marxista da dependência. São Paulo: Boitempo, 2012.

HARNECKER, Marta. **Um mundo a construir:** novos caminhos. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

_____. **Desafios da esquerda latino-americana.** São Paulo: Expressão Popular, 2019.

HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. **Império.** Rio de Janeiro: Record, 2001.

HARVEY, David. **O novo imperialismo.** São Paulo: Edições Loyola, 2004.

KORYBKO, Andrew. **Guerras híbridas:** das revoluções coloridas aos golpes. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

LENIN, Vladimir Ilitch. **Imperialismo, estágio superior do capitalismo:** ensaio popular. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

LÓPEZ, Emiliano (org.). **As veias do sul continuam abertas:** debates sobre o imperialismo do nosso tempo. Tradução do espanhol por Paulo Henrique Pappen e do inglês por João Pompeu. São Paulo: Expressão Popular, 2020.

LOSURDO, Domenico. **A luta de classes:** uma história política e filosófica. São Paulo: Boitempo, 2015.

MARINI, Ruy Mauro. **Dialética da dependência:** uma antologia da obra de Ruy Mauro Marini. SADER, Emir (Org.). Petrópoles, RJ: Vozes; Buenos Aires: CLACSO, 2002.

MARTÍNEZ HEREDIA, Fernado. Nossa América e a Águia temível. In: PAGGOTO, Ronaldo Tamberlini e PIRES, Olivia Carolino (Orgs.). **Socialismo como alternativa dos dilemas das humanidade:** textos de Fernando Martínez Heredia. Tradução de Paulo Henrique Pappen. São Paulo: Expressão Popular, 2020.

MARX, Karl. **O Capital:** crítica da economia política. Tradução de Régis Barbosa e Flávio R. Kothe. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

MÉSZÁROS, István. **Para além do Capital:** rumo a uma teoria da transição. São Paulo: Boitempo, 2002.

PANITCH, Leo; LEYS, Colin (ed.). **Socialist Register 2004:** O novo desafio imperial. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales - CLACSO, 2006a.

_____. **Socialist Register 2005:** O Império reloaded. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales - CLACSO, 2006b.

WOOD, Ellen M. **O império do capital.** São Paulo: Boitempo, 2014.

na área financeira, ao mesmo tempo em que colocam todo o ônus da crise nas costas dos trabalhadores, com ataques ainda mais violentos aos direitos sociais e recrudescimento da repressão sobre os movimentos populares.

ocorrem com periodicidade regular desde os primórdios deste modo de produção. Resultam das contradições gerais do sistema que se acumulam ao longo do processo de desenvolvimento das forças produtivas e de concorrência entre as empresas. Além disso, têm como cerne o movimento centralizador do capital em todas as suas instâncias. No momento em que explodem as crises, procurando atender seus interesses em recuperar taxas de lucro aceitáveis para manter, assim, o capital operando, a classe burguesa em suas diferentes frações (nem sempre, portanto, de maneira homogênea) toma uma série de medidas e intensifica outras já correntes no modo de produção capitalista: há queima de meios de produção, redução da produção e do consumo, redução de mercados, destruição do poder de compra da moeda, rebaixamento de salários e demissões em massa visando ao aumento do exército de reserva, e inclusive destruição de força de trabalho (como no caso das guerras, por exemplo, utilizadas recorrentemente como estratégia de recuperação de economias

JORNADA INTERNACIONAL DE LUTA 2020 ANTI-IMPERIALISTA

tricontinental
Instituto Tricontinental de Pesquisa Social

2

A dialética interna, a dialética externa e a concorrência interimperialista

Leonardo Barboza Farias Severo[1]

Resumo // O presente artigo tem como referencial metodológico o materialismo histórico dialético desenvolvido por Karl Marx. Nesse sentido, a construção do trabalho compreende três categorias principais que serão desenvolvidas separadamente, permitindo mergulhos mais profundos, seguindo uma sequência do mais aparente até a sua estrutura, para, ao fim, realizar o movimento dialético e formar um todo articulado. A primeira das categorias é a "Dialética Interna" ou a questão nacional, a segunda é a Dialética Externa ou a questão internacional e a Concorrência Interimperialista que se refere a estrutura da luta de classes do capitalismo mundializado, como última das três categorias. Essas dialogam com uma série de outras categorias e conceitos relativamente flexíveis que serão utilizados para interpretar a realidade material.

Palavras chaves // Luta de Classes; Dialética interna; Dialética Externa; Interimperialismo;

1 Bacharel em Relações Internacionais (UniJorge), Mestre em Relações Internacionais (PPGRI-UFBA) e Doutorando em Economia Política Mundial (PPGEPM-UFABC). Iniciou a militância pelo movimento social Levante Popular da Juventude (LPJ) e como livreiro da Editora Expressão Popular, fez parte da Brigada Internacionalista da Via Campesina no Haiti, Jean Jaques Desalin, e, atualmente, é militante do Movimento de Trabalhadores e Trabalhadoras por Direitos (MTD) e da Consulta Popular (CP). Contato: lbfsevero@gmail.com.

> Get up, stand up: stand up for your rights! / Get up, stand up: don't give up the fight! / Get up, stand up, life is your right
>
> Bob Marley e Peter Tosh (1973)

Para mergulhar no debate entorno da teoria marxista das Relações Internacionais necessariamente trilhamos sobre as bases das disciplinas Economia Política. Sobre esse lastro, buscamos compreender a estrutura que o modo de produção capitalista desenvolveu e quais forças sociais atuaram para a consolidação desse sistema no nível internacional.

Para isso, partimos do pressuposto que existe um limiar tênue entre as classes sociais internas dos Estados nacionais e as relações entre as classes no meio internacional. Para dar conta dessa diferenciação as ferramentas analíticas foram compreendidas à luz do movimento dialético; separados em dialética interna e dialética externa que formam um todo construído, e, posteriormente, uma perspectiva histórica que nos permita compreender a estrutura mundializada do capital. Essa método de pesquisa nos permiti perceber o grau de imbricação entre o nacional e internacional, sem perder de vista a relação entre a estrutura e os agentes que dinamizam o capitalismo.

1 – A Dialética Interna

Com o objetivo de aprofundar o estudo sobre a dialética interna, optamos por dividir o estudo deste objeto tomando como referência três variáveis que possuem um fio condutor e formam um todo construído.

1.1 – A Estrutura interna que constrange o Estado

Historicamente, constata-se que as conformações das sociedades ocorreram por uma continua luta entre classes antagônicas[2]. A partir da leitura do desenvolvimento histórico das sociedades, podemos perceber que o triunfo de uma classe significa a negação dos interesses da antagônica e a imposição de uma estrutura e

2 Com exceção do período histórico do comunismo primitivo (HOBSBAWN, 1964).

superestrutura que permitam a manutenção do poder da classe exploradora. Nessa lógica, o movimento da evolução histórica das sociedades se caracteriza pela luta da manutenção/superação de uma determinada forma de apropriação dos recursos produzidos pela maioria da população.

Na sociedade capitalista o antagonismo central é entre proletariado vs burguesia, em que uma maioria é desprovida dos seus próprios meios de produção e uma outra parcela ínfima concentra a propriedade desses meios. Os alicerces criados por esse sistema permitiram a construção de um novo tipo de sociedade em que seria possível o fim da luta de classe, ou, ao menos, gerar uma brusca redução dos conflitos/contradições. O grande desenvolvimento tecnológico sedimentado na ampliação do trabalho social criou a capacidade do ser humano diminuir sua vulnerabilidade diante dos fenômenos/intempéries da natureza, e, assim, "faça chuva ou faça sol", viver em abundância de recursos.

Entretanto, a essência do modo de produção capitalista está na apropriação da riqueza de forma restrita a uma ínfima parte da população enquanto a outra maior parte se encontra desprovida de recursos. Nesse contexto, é inevitável a ocorrência de fortes conflitos sociais, e, por isso, o novo modo de produção necessita que os meios de produção e os bens produzidos sejam de propriedade social.

Para seguir aprofundando neste debate sobre o movimento histórico de reprodução das sociedades, faz-se necessário articular as disciplinas economia e política. Nesse sentido, as classes sociais são a categoria articuladora, é a "dobradiça[3]", que liga, a partir do campo social, os processos econômicos e políticos. Ao considerar a sociedade como uma unidade integrada em constante movimento, a categoria de classes sociais nos permite compreender os núcleos articuladores que dinamizam aquela.

> Chama-se classes a grandes grupos de pessoas que se diferenciam entre si pelo seu lugar num sistema de produção social historicamente determinado, pela sua relação (as mais das vezes fixada e formulada nas leis) com os meios de produção, pelo seu papel na organização social do trabalho e, consequentemente, pelo modo de obtenção e pelas dimensões da parte da riqueza social de que dispõem (LENIN, 1961 *apud* OSORIO, 2014, p.116).

3 Termo utilizado por Osorio (2014).

O surgimento dessas classes perpassa por um processo histórico que teve como resultado uma dupla relação de exploração e dominação. Por mais que existam fronteiras para o entendimento desses dois conceitos, um não existe sem o outro, e, essa "unidade" que conforma a estrutura dominante. Nesse sentido, o elemento central a se diferenciar é: em qual dos polos dessa estrutura se encontra cada classe? Para isso, além de identificar quem detêm a propriedade dos meios de produção e quem é desprovido, precisamos também saber de que lado do tabuleiro cada força se posiciona.

Ao nos aproximar da leitura da sociedade capitalista podemos perceber quatro grandes grupos humanos que se diferenciam entre si pelo modo de obtenção da riqueza social, sendo: i) através da mais-valia; ii) da renda; iii) do salário; iv) formas mercantis simples. Entre esses, ainda terá a diferenciação por seu lugar na organização social do trabalho, que, muitas vezes, está relacionado à capacidade técnica e de direção para determinar os ritmos de trabalho.

As classes sociais no capitalismo[4]

Classes sociais	Propriedade ou não propriedade dos meios de produção	Forma de apropriação da riqueza	Controle ou não controle da produção	Lugar na organização societária
Proletariado	Não proprietário	Salário	Não controle	Dominado
Pequena Burguesia	Não proprietária/ proprietária	Salário/ Mercantil simples	Não controle/ controle	Dominado / dominante
Campesinato	Proprietário	Mercantil simples	Controle	Dominado
Burguesia	Proprietária	Mais-valia	Controle	Dominante
Proprietário de terra	Proprietário	Renda	Controle / não controle	Dominante

Estes elementos nos ajudam a nomear boa parte das classes sociais do capitalismo, entretanto, ao nos aproximar mais do objeto percebemos as diferentes frações de classes e os setores que às compõe.

4 Tabela extraída de Osorio (2014, p. 120).

No caso das frações de classe da burguesia, diferenciam-se entre si pela posição que ocupam na reprodução do capital e de como se apropriam de forma indireta ou direta da mais valia. Por exemplo, a burguesia financeira/bancaria se especializou nos empréstimos, a burguesia industrial em produzir mercadorias, a burguesia comercial em vender mercadorias e a burguesia agrária na renda fundiária[5].

Em relação aos setores de classe, a forma de diferenciação é pela magnitude dos meios de produção que possuem e pela quantidade de mais valia que se apropriam, em que podemos dividir em grandes, médios e pequenos. É interessante frisar que para mensurar a quantidade sempre deve realizar uma contextualização histórica, pois o grande do passado pode ser o médio ou até o pequeno do presente.

Assim, de acordo com esses critérios podemos caracterizar a burguesia e perceber sua heterogeneidade. Cada fração ou setor tem suas próprias especificidades e exigem políticas econômicas que beneficiem seus interesses particulares, como em relação a subsídios ou impostos.

Ademais, entre a burguesia e o proletariado temos uma fração de classe flutuante denominada de pequena burguesia[6]. Também podemos dividi-la em duas frações que seriam: a pequena burguesa proprietária, que controla um determinado processo produtivo e sobrevivem da apropriação da mais valia da classe trabalhadora; e, a pequena burguesia não proprietária, que não controla o processo produtivo e tem seu próprio trabalho como principal fonte de renda. Por esses obterem uma renda superior à de muitxs trabalhadorxs, são induzidos a se diferenciar desses, e, quanto maior forem seus recursos, mais forte será a pressão para aderir aos interesses da classe dominante (OSORIO, 2014).

---

5 Ainda neste artigo debateremos o processo de criação de monopólios e perceberemos que essa diferenciação é apenas analítica, nos ajudando a compreender as questões especificas de cada fração, mas que hoje se encontram sobre uma "administração geral oligopolista". Entretanto, mesmo sobre essa centralização, as contradições e diferenças entre as diversas frações da burguesia permanecem ocorrendo, principalmente, devido a própria essência do capitalismo concorrencial de uma constante maximização dos lucros, que, a partir da fase monopolista, caracteriza-se pela concorrência interimperialista (LENIN, 2012).

6 Este conceito parece pouco preciso para denominar essa fração de classe, principalmente por reforçar o comportamento do "deslumbramento" destes ao associa-lxs a uma burguesia da qual dificilmente farão parte, principalmente após o capitalismo passar para o seu "novo" tipo monopolista. Em seu livro sobre o Imperialismo, Lenin (2012) utiliza o conceito de "pequeno patrão" e em outros momentos utiliza a diferenciação através das "camadas superiores e inferiores do proletariado", sendo essa hierarquia baseada na renda e posições de cargos. No Manifesto Comunista, Marx (2008) também enfatiza que em momentos de crise do capitalismo essa "pequena burguesia" tende a sofrer maiores impactos e se proletarizam.

Essa ampla composição de classe, supracitada, é hegemonizada pelos interesses da burguesia, sobretudo as frações produtivas e financeiras. A razão de existências dessas é aumentar seus lucros e o realizam, originalmente através da mais valia. Entretanto buscam diminuir seus custos com capital variável, principalmente, através do investimento em desenvolvimento tecnológico para aumentar a composição do capital constante. Essa tendência impeliu a criação de um população "sobrante" que está cada vez mais a "disposição" do capitalista e sujeitos a maiores níveis de exploração.

Com isso, ao nos aproximar da leitura da classe trabalhadora percebemos uma população muito mais extensa, numericamente, formando um exército industrial de reserva, que, para sobreviverem, são exortados a venderem sua força de trabalho no mercado. Podemos diferencia-los entre as frações ativas, inativas e semi-ativos, que, na prática, se encontram em constante mobilidade entre essas três variações. Além disso, podemos identificar a população latente, que se move do campo para a cidade ou de um país para o outro em busca de melhores condições de vida.

Ao analisar a classe trabalhadora ativa, percebemos os diferentes setores da classe trabalhadora que são caracterizados pelo trabalho que desenvolvem nas diversas áreas do mercado, seja na indústria, no comércio ou nos serviços. Ademais, dentro de cada setor temos categorias especificas, como por exemplo os operários da construção civil, os trabalhadores informais, as trabalhadoras de telemarketing, etc.

Entre os trabalhadores inativos podemos constatar muitos aposentados e operários incapacitados devido a acidentes de trabalho. Esses, em sua maioria, tiveram como causa o aumento da exploração através de uma intensificação do trabalho. Nos casos dos semi-ativos, podemos observar uma grande quantidade de desempregados, que, a depender da quantidade, contribuem para manter os que possuem emprego disciplinados em seus postos para que também não se tornem desempregados. Podemos somar ainda uma grande quantidade de pessoas que se encontram em situação de miséria, que, devido ao contexto social, não tiveram acesso aos "direitos mínimos" (como água, alimentação, saúde e educação) para se capacitar e ingressar no mercado de trabalho.

Assim, compreendemos que todo individuo pertence a uma dessas classes e que a rede de relações lhes são mais próximas conformam arquétipo[7]s que influenciam sua própria conduta social. Nesse sentido, a defesa das posições de cada

7 Para um breve debate sobre os arquétipos é interessante a leitura de Sharp (1993).

setor, fração ou classe, será mais efetiva ao se reconhecerem socialmente e estarem organizados. Na medida que expande-se essa organização para além do nível local, ganhando contornos nacionais e até internacionais, podemos afirmar que serão capazes de disputar o poder para defender e impor os seus próprios interesses.

Compreendendo o poder como "aquela modalidade particular de relações que se estabelece entre classes sociais, como capacidade de alguns em levarem adiante seus projetos e interesses em detrimento dos interesses e projetos de outras classes" (OSORIO, 2014, p. 27). Nesse sentido, o poder econômico político redefine não só as relações de poder entre seus concorrentes, como também as das outras formas de poder: desde gênero, étnicas, familiares, escolares, eclesiásticas, clinicas etc. Desta forma, engloba tanto a exploração quanto a dominação e configura a estrutura dominante.

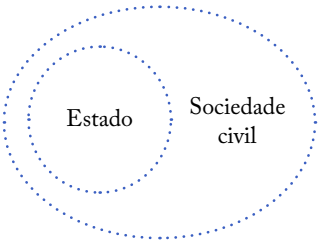
1.2 - Aprofundando o conceito de hegemonia

Dentre os teóricos do marxismo, Gramsci foi um dos que desenvolveu muitos conceitos "flexíveis" que contribuíram para diferentes campos do conhecimento cientifico social, entre esses, a disciplina de Relações Internacionais. Segundo Cox (1983), Gramsci desenvolveu conceitos direcionados ao estudo das sociedades nacionais, porém, a abrangência de tais conceitos podem transcender os limites das fronteiras, sendo adaptáveis para o meio internacional e que também permitem estabelecer a relação entre o interno e o externo.

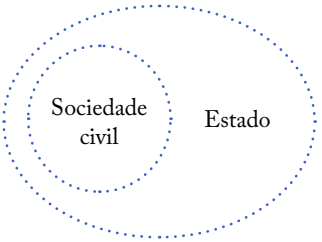
Desta forma, iniciamos pesquisando sobre a dialética interna, que, dentro da tradição ocidental, partiu da compreensão dos limites e diferenças entre o Estado e a Sociedade Civil. No caso do primeiro, foi identificado como a força e a coerção, e, constitui-se como o núcleo central do poder das classes dominantes. Entretanto, estes tentam ocultar a posição de núcleo de poder e o caráter de classe dos aparatos estatais, por isso, estes não podem ser considerados como uma trincheira exterior à dominação, mas, sim, como o seu próprio centro gravitacional.

O segundo conceito, Sociedade Civil, teve seu papel mais destacado nas questões referentes à dominação, na criação de consenso, como por exemplo, os aparatos educacionais, as igrejas, os meios de comunicação, etc., porém, esses se situam fora do Estado. Isso não diminui o aspecto chave da sociedade civil sobre o processo de criação de consenso no sistema de dominação.

Por mais que o poder tenha seu centro articulador no Estado, partes dele também se encontram disseminados na sociedade civil e em suas múltiplas formas de representação. Desta maneira, "o poder não é tomado de assalto, pois o mesmo não está concentrado em apenas uma instituição, o Estado-Governo, mas, sim disseminado em uma infinidade de trincheiras[8] (PORTANTINEIRO, 1977 apud OSORIO, 2014, p. 298)".



O Estado como o núcleo articulador



Estado como trincheira do Exterior[9]

Ao aprofundar no pensamento gramsciano percebemos que os conceitos vagos e flexíveis só encontram precisão quando aplicados referentes a um determinado contexto histórico e uma realidade social especifica, e, sempre estão atrelados à um objetivo da ação política. Desta maneira, sua teoria tem como principais fontes duas correntes: a terceira internacional, de base leninista, e, Maquiavel (COX, 1983).

O desenvolvimento do conceito de Hegemonia não foi um objeto de estudo para Lenin, entretanto, é um conceito amplamente utilizado por este para compreender o movimento real da sociedade, ou seja, para compreender o movimentos das classes sociais. Segundo Cox (1983), Gramsci aprofundou o estudo desse conceito, sobretudo, para entender como os inimigos (a burguesia) conformam suas alianças, e, para distinguir os casos que a burguesia havia assumido posições hegemônicas sobre as outras classes.

---

8 De forma alguma essa compreensão deve ser confundida com posições reformistas que abandonam a luta revolucionária pela tomada do poder. É apenas uma forma para compreender a construção de força para a efetiva tomada do poder pela via revolucionária.

9 Figura extraída de Osorio (2014).

> O fato da hegemonia pressupõe indubitavelmente que sejam levados em conta os interesses e as tendências dos grupos sobre os quais a hegemonia será exercida, que se forme um certo equilíbrio de compromisso, isto é, que o grupo dirigente faça sacrifícios de ordem econômico-corporativa; mas também é indubitável que tais sacrifícios e tal compromisso não podem envolver o essencial, dado que, se a hegemonia é ético política, não pode deixar de ser também econômica; não pode deixar de ter seu fundamento na função decisiva que o grupo dirigente exerce no núcleo decisivo da atividade econômica (GRAMSCI, 2002b:48 apud RAMOS, 2005, p. 29).

Sobre essa base, ao realizar a leitura de algumas sociedades, Cox (1983) evidenciou que os casos em que a hegemonia burguesa se estabeleceram de forma mais completa foram na Europa "ocidental" ou do Norte. Nesses casos, foram necessárias uma serie de concessões, como por exemplo, a preservação do capitalismo sobre a liderança burguesa através da implantação de formas de democracia social que cooptou/articulou setores dos trabalhadores e da pequena burguesia em torno de um mesmo projeto. Desta forma, construiu-se consenso no interior da sociedade civil a tal ponto de permitir a classe burguesa não administrar o Estado diretamente. Os governantes, simplesmente, reconheciam seus limites de ação política e "aceitavam" a estrutura hegemônica burguesa.

Em um país que a classe dominante estabelece a hegemonia, o Estado ampliado é o que mantém a coesão. Em Gramsci, este conceito possui o caráter puramente metodológico, em que sintetiza o Estado restrito que se refere ao aparelho governamental formal, em sua composição administrativa, legal e coerciva, da sociedade civil que seriam as diversas organizações e instituições que, frequentemente, têm aspecto público. Então, essa noção ampliada do Estado refere-se a noção de que a sociedade civil se relaciona com o Estado e com as forças produtivas, e, desta forma, o conceito em questão funde consenso e coerção traduzindo-se em domínio (RAMOS, 2005).

Outro conceito que deriva dessa situação de hegemonia é o de Bloco Histórico, que ocorre a partir da construção de uma solida estrutura entre Estado e Sociedade Civil. Deve-se compreender como um conceito dialético, em que seus elementos interagem entre si criando uma unidade maior entre os componentes

objetivos e subjetivos, entre a Estrutura e Super-Estrutura, sendo estes reflexos do conjunto das relações sociais de produção[10].

Nesse sentido, Gramsci utiliza-se de tal conceito para estabelecer uma justaposição entre as esferas da atividade política, ética e ideológica com o componente econômico, evitando os reducionismos a uma dessas esferas. "Contudo, deve-se ter sempre em mente o fato de que Gramsci, em pleno acordo com o método ontológico-social de Marx, não coloca a subjetividade acima da objetividade" (RAMOS, 2005, p. 34)

Vale ressaltar que um bloco histórico só existe ao passo que exista uma ordem hegemônica estabelecida dentro de uma sociedade. Caso uma classe anteriormente subalterna consiga reorganizar as alianças e estabelecer sua hegemonia, ocorrerá a construção de um novo bloco histórico, que estabelece novas formas de coerção e consenso, e, mantém uma nova unidade dentro bloco mediante a difusão de uma cultura (RAMOS, 2005).

Em outro sentido, remodelando o conceito de hegemonia desenvolvido pela teoria de Maquiavel, Gramsci defenderá que é necessário encontrar a liderança e a base de apoio para uma alternativa à burguesia. Na visão deste, o príncipe moderno refere-se ao partido revolucionário engajado em harmonizar os interesses da classe dirigente com os das classes subordinadas e aglutinar os diferentes interesses em uma ideologia com amplitude universal (COX, 1983).

Assim, o partido deveria atuar como um intelectual coletivo, buscando construir hegemonia através de um projeto que consiga aliar diversos interesses, dos diferentes grupos, sem cair em posições economicistas-corporativas. Desta forma, potencializaria a solidariedade entre as diversas frações e setores de classe, mas sem solapar a liderança e os interesses vitais da classe hegemônica.

Como os conceitos são sempre relativos a cada situação, e, por compreender os Estados como articuladores centrais do poder das classes dominantes, a aplicação desses conceitos está relacionado a determinada sociedade a qual estamos tomando por referência. Assim, compreender a formação econômico-social histórica e analisar a conjuntura atual é crucial para realizar a aplicação desses conceitos.

Um dos exemplos que Cox (1983) utiliza, para elucidar essa questão acima, é a comparação entre a situação da Europa Ocidental e da Rússia, anterior a

10 Dentro do método do materialismo histórico as ideias devem ser entendidas com base nas circunstâncias materiais, envolvendo tanto as relações sociais quanto os meios físicos de produção (COX, 1983).

revolução de Outubro. Ao constatar a realidade dos Estados dependentes, percebe-se que os aparatos administrativos dos Estados eram muito mais repressores, e o projeto capitalista não conseguiu estabelecer consenso no seio da sociedade. No caso russo, a classe operária ainda era relativamente pequena, entretanto, foi liderada por uma vanguarda disciplinada que conseguiu realizar a construção de um novo Estado pela via de uma *guerra de movimento*, ou seja, pela luta de massas. Esta só foi possível devido à falta de consenso no interior da sociedade. Desta maneira, essa nova classe dirigente não encontrou grandes resistências na sociedade civil.

Ao comparamos com a Europa Ocidental, que estava sobre uma hegemonia burguesa muito mais desenvolvida, a construção de um novo Estado através da guerra de movimento liderada por uma vanguarda da classe proletária seria muito mais difícil, porque esses encontrariam maior resistência da sociedade civil. A burguesia, além de ter sobre seu poder os meios coercitivos, conseguiu desenvolver maior consenso na sociedade civil.

Com isso, a estratégia alternativa para o fortalecimento da classe trabalhadora seria através de uma *guerra de posição.* Por essa via, primeiro a luta deveria ser vencida no seio da sociedade civil, para depois realizar a tomado do poder pela via do assalto do Estado. Uma leitura incorreta da situação poderia gerar um ataque prematuro, revelando a fraqueza da oposição e facilitando o restabelecimento do domínio burguês[11] (COX, 1983).

Então, seria necessário que a construção da contra-hegemonia ocorresse no seio da hegemonia burguesa através da criação de instituições e recursos organizativos alternativos que visassem a construção de pontes entre os operários e outras classes subordinadas. Seria um caminho tortuoso, pois as pressões dos grupos subalternos por ganhos intermediários podem estancar a estratégia revolucionaria, ou, até mesmo, gerar cooptações dentro das alianças da contra-hegemonia pelos setores burgueses. De toda maneira, independente se for um país do centro ou dependente, a guerra de posição deve ser vista como um processo de construção tático, que está articulado a um horizonte estratégico, que é a tomada revolucionaria do poder do Estado.

---

11 As diferenças entre um país do centro e um dependente não impedem que nos dois se realize a guerra de posição e movimento. A diferença é que nos países dependentes, a vanguarda revolucionária encontrará menos resistência na sociedade civil devido a sua população ser superexplorada (LUCE, 2018), enquanto que no centro, a exploração também existe, mas é mais atenuada devido a sua posição de maior centro de acumulação de capital permitindo maior distribuição das benesses.

A diferença entre ambas regiões foi, que, sobretudo na Europa ocidental e nos EUA, ocorreram revoluções sociais burguesas completas, refletidas no desenvolvimento pleno dos novos modos de produção e das relações sociais. No segundo caso, dos países dependentes, as sociedades importaram (ou lhe foram impostas) as características de uma nova sociedade gestada no estrangeiro, sem a substituição da antiga classe dominante. Estabeleceram-se, nessas últimas, a dicotomia entre revolução-reforma, pois nem as novas forças e nem as antigas conseguiram triunfar. As mudanças ocorridas não envolveram nenhuma sublevação das forças populares, ao ponto de tomarem o poder[12], e, também, não conseguiram realizar a revolução burguesa sobre a direção da burguesia industrial.

É neste tipo de formação econômico social histórica de uma sociedade que se utiliza o conceito de Revolução Passiva. Este conceito possui duas variações que estão de acordo com a sociedade analisada. Uma das especificidades é o *cesarismo*, que ocorreu em sociedades com maiores contradições sociais, desta forma, a burguesia local precisou de governos fortes para manter o padrão de reprodução do capital de acordo aos seus interesses. Por essa via, possibilitaram que a modificação do Estado ocorresse de forma ordenada, sem nenhuma participação popular e de acordo com os interesses da hegemonia estrangeira.

Outra característica da revolução passiva é o transformismo, processo caracterizado pela transição para o "novo" Estado através de uma frente ampla entre burgueses e operários. Para isso, foram utilizadas algumas propostas: como o protecionismo, para o desenvolvimento de uma pífia indústria e operariado nacional; a cooptação de setores e frações de classe através de regalias com cargos estatais ou possibilitando a abertura de setores da economia para que a pequena burguesia pudesse se apropriar da mais valia gerada pela superexploração do trabalho; "favorecendo" o operariado através da criação de empregos até então mais escassos; e, a domesticação de ideias potencialmente perigosas como foi o caso da criação de republicas com democracias sociais em oposição aos governos "ditatoriais socialistas".

12 Neste caso estamos nos referindo aos países que não realizaram revoluções socialistas.

2 - O papel dos Estados

Entre os adventos do nascimento do capitalismo está o Estado-nação, que compreendemos como um poder político exercido sobre uma população de um determinado território. Essa conformação não necessariamente implica uma identidade linguística, étnica, religiosa ou cultural, pois, na realidade, a ideia de uma nacionalidade perpassou por um processo de homogeneização da heterogeneidade, um predomínio de uma nacionalidade sobre as outras. O objetivo era a busca de uma maior coesão interna que se refletisse em um maior disciplinamento das classes (e etnias) dominadas, e, que, também, solucionassem questões de mercado como moeda única, mercado consumidor, relações de trabalho, etc.

Nessa conformação, o Estado se cristalizou como o principal núcleo de poder dessas sociedades. Desta maneira, podemos dividir o Estado entre o visível, que seriam o conjunto de instituições, as leis, normas, regulamentos, forças armadas etc, e o oculto, que seria a condensação das relações de poder, dominação, força e laços comunitários que atravessam a sociedade de classes. São esses elementos que constituem a essencialidade do Estado (OSORIO, 2014).

Destes aparatos estatais, surgem duas classes que também contribuem no movimento de uma dada sociedade, denominadas de classe política e classe reinante. No primeiro caso, tomamos por referência todos os membros das instituições "oficiais" que exercem funções a partir de seus respectivos setores de trabalho. O segundo caso são os que se posicionam nos altos cargos de poder das mesmas esferas, principalmente, em posições de administração direta do Estado.

Como a luta de classes é uma continua disputa pelo poder, a disputa pelo Estado torna-se central na estratégia de todas as forças, pois este potencializa os planos de quem o governa. Este controle é utilizado para manter a "paz social" e a ordem pública de acordo aos preceitos do bloco histórico. Assim, a classe burguesa busca manter o Estado em um formato que atendam seus interesses particulares, e, a classe trabalhadora luta para se apropriar dele. Uma vez no poder, deve-se destruir o Estado burguês, criar um novo Estado que atenda os interesses da maioria[13] e possibilite manter-se na hegemonia.

Nessa luta de manutenção ou alteração de poder surgem as alianças entre as diferentes classes, frações e setores. Desta maneira, faz-se necessário a conformação

13 Para o debate sobre a necessidade do Estado na transição socialista, faz-se importante a leitura de Amin (1983) sobre o papel do aparato estatal na organização da economia de cada país.

de um Projeto Econômico-Político para estabelecer articulações/alianças entre as diferentes forças de uma sociedade, e, em um dado momento histórico, construir a composição de um Bloco Histórico.

Entre essas forças, sempre tem um pequeno grupo que se destaca pela sua capacidade de formulação de propostas, de articulação, de pertencimento de classe, de força econômica e política, e, desta maneira, exercem o papel de hegemonia interna a esse bloco. Não necessariamente a hegemonia da classe dominante será a classe reinante, esta não fará nada mais que aquela ordene ou limite. Assim, para decifrar quem detêm o poder é necessário desvendar a hegemonia e o bloco por trás da classe reinante.

Para um determinado bloco histórico se manter nessa posição de poder faz-se necessário um grande volume de capital. Desta forma, algumas forças buscam costurar alianças que transbordam as fronteiras do Estado-nação em busca do capital/força internacional. Assim, o Projeto Econômico-Político deve ser desenvolvido para atender as demandas dos diversos interesses internos e externos a sociedade.

Na dialética interna, deve-se atentar para os interesses dos setores e frações, e, suas respectivas classes sociais[14]. As necessidades, quando visto em uma perspectiva de classe, são muito amplas e estão de acordo com suas respectivas frações e setores. Deste modo, será a profundidade do projeto e seu enraizamento através do dialogo/consenso com a sociedade civil que permitirá contemplar os interesses da maioria das frações e setores de classe de um determinado país.

Porém, é importante ressaltar que esse movimento da luta de classes não ocorre às vistas de um Estado neutro. Mesmo que a classe dominante "permita" a classe dominada se organizar institucionalmente, através dos partidos ou sindicatos, essas entidades não possuem a capacidade e força de confrontar o Estado diretamente, e, muitas vezes, acabam sendo utilizadas como legitimadoras desse aparato estatal ilusório.

Deste modo, quando a classe trabalhadora tomar administração do Estado burguês em mãos, seu bloco histórico será apenas momentâneo, pois as forças da burguesia não permitem que perdure por muito tempo no Governo, e, mesmo ao permitir tal governo, será dentro dos limites impostos pela própria burguesia.

---

14 Cada Estado-nação terá sua própria conformação, por isso os conceitos devem ser "adaptados" de acordo com o contexto histórico econômico social de cada território em estudo.

Por isso, para a classe trabalhadora faz-se importante realizar dois movimentos: i) identificar as forças que estarão dispostas à realizar a revolução social para alterar o bloco histórico e hegemonizar um processo de transformação profunda da sociedade de acordo com os interesses da classe trabalhadora[15]; ii) faz-se necessário a classe trabalhadora gerar embriões de um novo Estado, fora do Estado capitalista, criando experiências para construir o Estado que está por vir, como, por exemplo, os exércitos revolucionários, os conselhos operários, os camponeses nos movimentos sociais, as cooperativas etc. (OSORIO, 2014). E, ao tomarem o Estado burguês em mãos, necessitam destrui-lo para criar o Estado Socialista. Essa é a única alternativa para que o bloco histórico da classe trabalhadora consiga consolidar sua hegemonia.

3 - A Dialética Externa

No modo de produção capitalista, o antagonismo e a luta de classes entre trabalhadores e burgueses influenciam todos os outros aspectos da vida. Ao impor uma ordem econômico política mundial, o capitalismo, por sua própria natureza instável, torna o meio internacional continuamente sujeito a crises. Essas ocorrem por duas principais razões: i) quando existe um excesso de capital fictício e de acumulação produtiva, gerando uma desvalorização geral de todos os ativos; ii) quando o capital armazenado em infra-estruturas físicas e sociais não é realizado, e se desvaloriza, tendo por consequências; a nível social um aumento da inflação, nos casos individuais um aumento da inadimplência, e, de maneira geral, um aumento das dívidas (HARVEY, 2005).

As formas que as burguesias buscam protelar as crises são pelas vias da exportação de capitais e mão de obra, procurando anular o espaço pelo tempo, para que o tempo de rotação socialmente necessário diminua e a mais valia se realize mais rápido. Para isso, investiu-se no desenvolvimento dos meios de transporte e comunicação, e, levando em conta os vários aspectos das decisões locacionais em termos de aumento da taxa de lucro. Esses fatos tornam cada vez mais evidentes a tendência expansiva e continua do capital por todo planeta terra.

Desta maneira, entre as necessidades vitais para os capitalistas esteve/está a criação de infraestruturas físicas e sociais que garantissem a produção e a circulação

15 Uma boa referência para esse debate é o texto de Lenin (1977) "Duas táticas da Sócio Democracia".

de capitais. É nesse sentido que urgiu a necessidade de se produzir o Estado. Esse, é revestido de contradições por ser indispensável para o desenvolvimento e manutenção do capitalismo, ao mesmo tempo, que, torna-se uma barreira à livre acumulação de capital. Soma-se a essas contradições que os aparatos estatais são, simultaneamente, o centro estratégico tanto em termos da luta de classes, quanto se faz central nas lutas interimperialistas.

Assim, os Estados, a nível internacional, são a infra-estrutura essencial para estabelecer os interesses de suas respectivas classes dominantes. Há muitos exemplos de como a burguesia se utilizou deste instrumento: para aplicar uma divisão internacional do trabalho e suas continuas reorganizações; como ente que possibilitou a mobilidade de capitais e mercadorias; utilizado como fiadores para os projetos da burguesia; como instituição que multiplica "infinitamente" os capitais fictícios das instituições financeiras por via das dívidas públicas, etc.

Sobre essa estrutura do capitalismo, em seus processos de crise, a busca do "ajuste espacial[16]", ocorre através da exportação de capitais e mão de obra para outras regiões, criando cada vez mais novos espaços que possibilitem a acumulação de capitais. Entretanto, esse processo não ocorreu de forma espontânea e desordenada, principalmente, porque, o país natal desses capitais evita construir novos concorrentes que possam causar a perda de suas majestades sobre os territórios de acumulação.

Para isso, impõem uma lógica produtiva que satisfaça as demandas da matriz e mantenha os países receptores como incapazes de desenvolverem suas respectivas nações, daí surge a lógica da dependência, devido a uma situação concorrencial que não permite seu desenvolvimento, mas, que, simultaneamente, necessita desses espaços para se recuperarem da queda na taxa de lucro.

Desta maneira, o continuo processo de protelar crises, é convertido em um processo de lutas econômicas-políticas e militares entre os diferentes Estados nações que buscam um desenvolvimento nacional autônomo.

A exportação do desemprego, da inflação e da capacidade produtiva ociosa se tornam apostas em um jogo arriscado. As guerras comerciais, o dumping, as tarifas e cotas, as restrições ao fluxo de capital e ao câmbio, as guerras relativas às taxas de juros, as políticas de imigração, a conquista colonial, subjugação e controle das economias dependentes, a reorganização forçada da divisão territorial do trabalho nos impérios econômicos (inclusive impérios empresariais) e, finalmente,

16 Termo utilizado por Harvey (2005).

a destruição física e a desvalorização forçada resultantes da confrontação militar e da guerra podem ser consideradas como parte e parcela dos processos de formação e solução de crises (HARVEY, 2005, p. 157).

Nessa ordem mundial, em que as lutas pela centralização do capital movimentam as relações interestatais, podemos perceber as diferenças estruturais de cada país, e, também, a tentativa de um ou um grupo de países buscarem estabelecer uma hegemonia mundial. Sobre essa ótica, observamos que mesmo em períodos que a hegemonia não está estabelecida, a própria estrutura do modo de produção capitalista, constituído historicamente, mantêm o padrão de reprodução do capital nas relações internacionais.

Nesses momentos não hegemônicos, os Estados com menor grau de autonomia tiveram maior poder de manobra, como por exemplo, utilizar de algumas das medidas protecionistas que os Estados do centro tanto utilizaram para se desenvolverem[17]. Entretanto, como tratado anteriormente, essas formas desenvolvimentistas dos países dependentes dificilmente ultrapassaram os limites da lógica de produção e reprodução capitalistas, ou seja, uma estrutura conformada por oligopólios que vivem em concorrência inter-imperialistas. A única forma de transpor essa barreira da dependência seria através de revoluções socialistas.

O conceito de hegemonia aplicado às Relações Internacionais é mais complexo por permear as duas categorias, a dialética interna e a dialética externa. Desta maneira, constitui-se uma sociedade civil global originada no próprio modo de produção de extensão mundial com vínculos estreitos entre as classes sociais dos diferentes países. Em outras palavras, uma hegemonia mundializada é, em seus primórdios, uma expansão para o exterior da hegemonia interna (nacional) estabelecida por uma classe social dominante (COX, 1983).

Desta maneira, o comportamento do Estado terá um vínculo direto aos interesses assumidos por cada Bloco Histórico em âmbito nacional, que, seguramente estabelecem relações com outras classes e frações de classes exteriores ao país. Por isso, percebemos que as mudanças de governos também geram relativas mudanças na política exterior dos respectivos países. Entretanto, essas alterações só ocorrem de forma substancial caso ocorram uma alteração profunda da correlação de forças a nível nacional, ou seja, um movimento revolucionário.

---

17 Para maiores aprofundamentos sobre os estratagemas protecionistas que os Estados desenvolvidos se utilizaram em seu processo de desenvolvimento, é importante conferir o livro de Ha-Joon Chang, "Chutando a escada" (2002).

Isto posto, vale recordar que os Estados são os principais centros articuladores de poder, sendo que isso ocorre não só a nível nacional, mas, também, a nível internacional. Por mais que muitas decisões já tenham sido articuladas anteriormente pelas classes e frações, caso não tenham a participação dos Estados essas deliberações terão ínfimas dimensões. Desta forma, mais uma vez, o Estado mostra-se com uma característica contraditória, pois ao mesmo tempo que serve como instrumento de classe, torna-se o agente mais relevante do meio internacional.

Vale frisar que mesmo ao considerar os Estados os agentes mais relevantes das Relações Internacionais não podemos afirmar que uma hegemonia internacional se caracteriza apenas numa perspectiva de conflitos interestatais. "A hegemonia no plano internacional não é apenas uma ordem entre Estados. É uma ordem no interior de uma economia mundial com um modo de produção dominante que penetra todos os países e se vincula a outros modos de produção subordinados (COX, 1983, p. 118)".

Segundo Cox (1983), para se estabelecer uma hegemonia mundial, é necessário que o país, ou grupo de países, construa três estruturas a nível internacional, que seriam: estrutura social, estrutura econômica e estrutura política[18]. É essencial que se estabeleça essas três ao mesmo tempo para se estabelecer a hegemonia. A construção dessas estruturas se expressa em normas, instituições, mecanismos universais que estabelecem regras gerais de comportamento dos Estados, ou seja, um conjunto de estruturas que apoiam o modo de produção dominante.

Entre os mecanismos da hegemonia internacional, Cox (1983), aponta a grande importância que vem adquirindo as organizações internacionais. Suas cinco principais características seriam: i) corporificar regras que facilitem a expansão das ordens mundiais hegemônicas[19]; ii) é, ela própria, produto da ordem hegemônica; iii) legitimar ideologicamente as normas da ordem mundial; iv) cooptar as elites dos países periféricos; v) absorver idéias contra-hegemônicas.

---

18 Sobre as diferenças entre essas três "estruturas" é interessante a abordagem de Dobb (1983). Este indica que a revolução é um ato sobretudo político, pois esta esfera é a única que podem ocorrer mudanças de curto prazo. Nesse sentido é importante frisar que há diferenças entre a dialética interna e externa, pois perceberemos que essas modificações políticas são mais rápidas em âmbito nacional e que na dialética externa se fazem mais demoradas, principalmente se nos referimos a Organizações Internacionais, por exemplo. Este autor ainda ressalta que as estruturas econômicas e sociais são mais rígidas, tem um processo de transformação mais lento, mas que são catalizados a partir da revolução política. Segundo Netto (2004), Florestan Fernandes também parte dessa compreensão sobre a revolução política.

19 As regras que controlam o mundo monetário e comercial são particularmente importantes, vide Bretton Woods, FMI e OMC.

Para as perspectivas de construção da contra-hegemonia é importante ter o cuidado e observar duas questões. Primeiro sobre as instituições internacionais, que, da mesma forma que o Estado burguês é instituído por uma classe burguesa dominante, as organizações internacionais são estabelecidas de acordo aos interesses da classe dominante dos países hegemônicos. Desta forma, as vias reformistas acreditam que podem melhorar essas instituições e o capitalismo, como foi o caso da CEPAL. É importante deixar evidente que essas contribuições podem ajudar para o acúmulo de forças, como uma guerra de posição, mas que é imprescindível para a classe trabalhadora, ao tomar o poder do Estado, construir a hegemonia da classe trabalhadora internacional pela via da criação de uma nova infraestrutura internacional que atenda aos interesses da fase de transição socialista.

A segunda questão está relacionada às diferenças das lutas a nível nacional e internacional. Nos processos revolucionários a nível nacional, a guerra de movimento é imprescindível, entretanto a nível internacional deve ser evitada. Desde a criação da bomba atômica que uma guerra mundial direta entre as potencias tornou-se impraticável, principalmente para os comunistas, porque valorizam a vida humana e a natureza como um todo. Dito isso, não se nega a possibilidade de guerras pontuais, entretanto, que sejam muito mais de caráter defensivo, evitando a expansão das esferas de influência do inimigo, visando manter a própria soberania e respeitando a autodeterminação dos povos.

Isto posto, a única guerra internacional que se deve evitar é a guerra militar, mas, as demais formas de guerra como econômico, político e ideológica devem ser postas em pratica, para que se denuncie a todo momento, as características de exploração do capitalismo[20]. Na realidade, essas propostas estão relacionadas a continuação da guerra, a diferença é que a tática preferencial adotada, para o meio internacional, é uma guerra de posição. E, a mudança estrutural da ordem mundial, ocorre, originalmente, numa mudança nas relações econômicas-sociais e ordens políticas nacionais, combinadas e articuladas a partir de um conjunto de Estados com um projeto de hegemonia.

A aliança entre das classes trabalhadoras dos diferentes Estados podem ocorrer tanto pela perspectiva da relação entre organizações nacionais, que se

20 Como por exemplo, a libertação de todas as colônias, a libertação de todos os países dependentes, a denúncia das opressões causadas por dívidas impagáveis, aos tratados que favorecem mais aos países do centro, etc. Conferir as "cartas de longe" escritas por Lenin. Mais precisamente a "quinta carta: como conseguir a paz" de março de 1917. Pode ser encontrada em "Lenin e a Revolução de Outrubro" organizado por Netto e Yoshida (2017).

relacionam e respeitam os processos decisórios de seus respectivos parceiros, como também, pela relação entre os Estados. Estes, pelo poder que concentram, possuem maiores capacidades de potencializar e desenvolver as relações entre as classes trabalhadoras de todo o mundo.

É importante observar, também, que, a economia mundial e as políticas globais influenciam substancialmente as perspectivas da luta revolucionária nos diferentes países[21] e entre os diferentes Estados. Os momentos de crises econômicas mundiais são particularmente propícios para os que buscam desafiar a hegemonia vigente. Entretanto, deve-se ter cuidado que, a transferência de hegemonia não significa, necessariamente, que seja para a transição socialista, mas também pode ocorrer a transferência de uma hegemonia burguesa por outra, como foi o caso da Inglaterra para os Estados Unidos.

21 Os países periféricos são mais vulneráveis à ação revolucionária, por terem mais contradições e porque suas elites nacionais não conseguiram impor sua hegemonia (COX, 1983).

A partir desses diferentes níveis de analise, da dialética interna e externa, constatamos que o modo de produção capitalista conseguiu conformar sua própria estrutura abarcando todos os países do mundo. Reforçamos também que compreender as relações sociais de produção é essencial para realizar a identificação das principais forças sociais existentes em um dado momento histórico. E toda essa construção foi feita sobre a base da economia política e sua "dobradiça" que movimenta a realidade material das sociedades, as classes sociais.

Ou seja, os dois sub tópicos anteriores foram para aprofundar no debate sobre os instrumentos metodológicos que utilizamos para interpretar a estrutura do modo de produção capitalista e quais forças o põe em movimento. O próximo sub tópicos tem por foco uma leitura da história econômica política da mundialização do modo de produção capitalista, que, não por coincidência, desenvolve-se plenamente em seu estágio superior, o imperialismo.

4 - O imperialismo e a mundialização do modo de produção capitalista

O início da primeira grande crise do velho capitalismo foi em 1873, quando na Europa começa o processo de queda nas taxas de lucro na produção e no comércio e o aumento da taxa de lucro do setor financeiro. Como consequência, rompe-se um processo de quebra das empresas de menor envergadura que foram sendo compradas por empresas com mais somas de capitais, e, com a crise de 1900, esse processo torna-se mais intenso configurando um período de formação dos grandes monopólios.

Os bancos, que tinham como função fundamental inicial a de intermediário nos pagamentos, passaram a acumular capitais tanto dos indivíduos quanto das grandes empresas utilizando desses capitais para empréstimos. Desta forma, operavam com um capital que estaria inativo para transformá-lo em capital ativo - em capital que rende lucro (D-D').

Com o tempo, desenvolveram a capacidade de movimentar as contas correntes de vários capitalistas, de conhecerem com exatidão a situação financeira de cada industrial e comerciante, exercendo grande influência sobre o processo produtivo e comercial através da ampliação e restrição de crédito. Aos poucos, controlaram os rumos das empresas através da alocação de representantes dos bancos

nos conselhos administrativos ou se apropriando das companhias pelo valor mais baixo possível, permitindo assim alta lucratividade e economia de custos[22].

A continuação desta prática permitiu aos banqueiros se sobreporem aos seus concorrentes industriais e comerciantes, e, atuarem de forma direta ou indireta nas decisões de todos setores da estrutura produtiva e comercial. Através das *combinações* ocorreu um processo de fusão das diferentes empresas de um mesmo ramo produtivo, por conseguinte uma centralização das informações possibilitou o capital monopolista conhecer todo o processo de produção e comercialização, facilitando o desenvolvimento de técnicas que possibilitassem diminuir custos e aumentar a escala produtiva.

Na medida em que o setor financeiro apresentou altas taxas de lucro, a concorrência interbancária se acentuou e tornando-se a principal forma de operação dos bancos para assegurar seus monopólios. A bolsa de valores e os investimentos cruzados possibilitam a criação, apropriação ou participação no maior número de filiais possíveis, os grandes bancos incorporaram as pequenas, medias e grandes empresas para sua esfera de domínio e foi nesse terreno que ocorreu a forte concorrência inter capital monopolista.

Com essa forte centralização, gerou-se uma dependência de créditos cada vez maior de um número cada vez mais reduzido de bancos[23]. A formação de monopólios bancários intensificou o processo de controle não apenas no seu próprio setor, mas também amplificou a "participação" em diferentes empresas de outros ramos produtivos e comerciais, e, também, aumentaram o grau de influência na vida política dos Estados.

---

22 Os bancos precisavam apenas possuir metade das ações das empresas intermediarias para ditar os rumos de todas as outras empresas associadas a essas. Assim, aumentavam seus tentáculos sem aumentar seus custos (LENIN, 2012).

23 "Em fins de 1909, os noves grandes bancos berlinenses, contando com os bancos a eles afiliados, controlavam 11,3 bilhões de marcos, isto é, cerca de 83% de todo o capital bancário alemão. O Banco Alemão (Deutsche Bank), que controla, contando com os bancos a ele afiliados, cerca de 3 bilhões de marcos, representa a acumulação de capital mais considerável do Velho Mundo, ao lado da administração prussiana das ferrovias do Estado, com a particularidade de estar altamente descentralizada (LÊNIN, 2012, p. 56)".

> Os grupos Rockfeller e Morgan tinham uma enorme influência na vida política dos EUA. Muitos presidentes e ministros dos EUA foram protegidos dos Morgan; os Rockfeller juntamente com outros magnatas, financiavam o Partido Republicano dos EUA. Os monopólios da esfera de influência dos Morgan e dos Rockfeller obtinham enormes lucros das encomendas militares e dos fornecimentos dos governos" (LENIN, 2012, p. 67).

Essa nova forma de concorrência monopolista se consolidou a partir da hegemonia do capitalista financeiro sobre os capitalistas produtivo/comercial e intensificou a influência dos capitalistas nas decisões políticas dos Estados, atraindo-os para o centro da disputa interimperialista. Desta maneira, os diferentes aparatos estatais respondiam aos interesses de seus respectivos tutores, tendo o ápice desse processo a Primeira Guerra Mundial, que ocorreu muito mais por reflexo de uma concorrência intra-burguesa que uma guerra entre Estados. Vê-se, assim, surgir à ditadura dos bancos em relação aos outros setores do capital e sobre as nações.

A partir dessa nova estrutura de concorrência monopolista do mercado mundial que surgiram os trustes/consórcios internacionais com o objetivo de limitar a ação da concorrência interimperialista. Os monopolistas se relacionam, sobretudo, para realizar a partilha econômica, estabelecer a relação entre os grupos políticos (Estados e representantes) e para disputar por territórios econômicos. E, o que movimenta esses oligopólios financeiros é uma busca desenfreada por lucros e as aspirações por hegemonia.

Ao direcionar sua análise para as colônias e aos países dependentes, Lênin (2012) percebe que o desenvolvimento do capital financeiro acentuou a internacionalização de capitais, ampliando ainda mais os contornos do mercado internacional e suas formas de exploração. Partindo da compreensão que o monopólio nasceu da política colonial, este autor acrescenta que ademais dos "velhos" motivos da política colonial, o capital financeiro acrescentou uma série de outros fatores que induziam aos monopólios ampliar sua exploração nas regiões dependentes.

A maneira mais lucrativa era pela via da exportação de capitais. As cláusulas dos empréstimos a outros países, impunham uma serie de condições de abertura dos mercados para seus credores possibilitando as grandes corporações entrarem nos novos mercados com seus bancos e filiais. Desta forma, se apropriaram da

poupança interna desses países, mantendo-os reféns da poupança externa, e, "fidelizavam" seus clientes.

Ademais, essas cláusulas previam também a ocupação das colônias e países dependentes por grandes corporações multinacionais, vinculadas aos credores, que invadiam esses novos territórios. Nessas regiões não existiam concorrentes estruturados para fazer frente às grandes empresas estrangeiras, tornando ainda mais árdua a tarefa de surgir empresas locais de grande porte.

Uma terceira estratégia adotada pelos grandes monopólios foi realizar a compra ou participação, por via das sociedades anônimas, nas empresas dos países devedores, com a incorporação parcial ou total por parte de alguns grupos oligopolistas. Por esses caminhos, as associações monopolistas – os carteis, sindicatos, trustes, etc – partilharam os diversos mercados externo aos seus países de origem.

E, um outro fator de importância fundamental é o processo de apropriação das matérias primas dos países dependentes. O monopólio dessas fontes tem caráter estratégico por serem fundamentais para alimentar a indústria, e, a partir de suas disponibilização ou não, os monopolistas tinham como controlar a indústria não cartelizada e minar as perspectivas de crescimento do concorrente.

Em suma, desde o princípio da formação modo de produção capitalista que essa orquestração dos monopólios se encontrava em formação, na realidade o "imperialismo surgiu como desenvolvimento e continuação direta das características fundamentais do capitalismo em geral (LENIN, 2012, p.123)". Entretanto, foi sob essa nova configuração do capitalismo, que os mercados internos dos países devedores tornaram-se cada vez mais imbricados com o mercado externo, seus credores.

Então, foi na medida em que aumentaram as exportações de capitais que amplificou as participações dos capitalistas nas colônias e no estrangeiro. Esse modos operandi se cristalizou, cada vez mais, por meio das "esferas de influências" das associações monopolistas e "a 'marcha natural' das coisas levou um acordo internacional entre elas, à constituição de carteis internacionais (LÊNIN, 2012, p. 99)".

Com isso, percebe-se que a hegemonia do capital financeiro sobre o capital produtivo e comercial gerou uma estrutura econômico política mundial muito mais centralizada e densa. Um punhado de capitalistas passou a influenciar toda

a economia nacional e a internacional[24], e, deste modo, centralizando e ampliando o trabalho social, que, em contrapartida, teve um processo de apropriação privada para um círculo ainda mais restrito que quando o trabalho social era mais fragmentado.

No outro lado da moeda, contata-se que mesmo com a ampliação do trabalho social, com o aumento da produção e com as crises recorrentes de super-produção, o capitalismo não conseguiu resolver um problema endêmico de subalimentação de grande parte da população mundial. Essa contradição entre alta produtividade e subalimentação demonstra o caráter perverso do capitalismo, deixa evidente que é um sistema falido e que nenhuma excelente reforma é capaz de modificar sua própria essência.

5 - As novas forças do Imperialismo

Ao fim da Segunda Guerra Mundial os Estados atraídos para a estrutura do modo de produção capitalista, reuniram-se na Conferência monetária e financeira da ONU, em 1944, na cidade norte-americana de Bretton Woods. O objetivo foi reorganizar o sistema financeiro internacional que tinha sido profundamente abalado pela guerra mundial. Desta conferência surgem os Acordos de Bretton Woods definindo como pivô central para o período pós-guerra: i) a criação do Banco Mundial, do Fundo Monetário Internacional e do GATT; ii) o sistema de paridade fixa em torno do padrão ouro-dólar; iii) a difusão do modelo fordista de produção baseado no consumo de massas.

A partir desse novo ciclo, a regulação se tornou o principal modelo para o desenvolvimento dos países centrais. Seguindo esses moldes, os aparelhos estatais deveriam ter forte presença na economia e atuarem como reguladores do mercado com o objetivo de alavancar o progresso dos seus países. Baseados em sua própria poupança interna, visavam o desenvolvimento de um mercado interno consumidor através de muitos benefícios sociais, construíam as estruturas para possibilitar uma melhor logística e gerar empregos. Desta maneira, os gastos públicos se tornaram bem elevados e foram à linha mestra para erigir o Estado de bem-estar social.

O contexto de Guerra Fria foi a principal estufa para justificar uma maior intervenção do Estado na economia. Isso se tornou evidente, sobretudo, devido

24 Em 1910, apenas 4 países possuíam 80% do capital financeiro mundial (Lênin, 2012).

os gastos astronômicos no setor militar[25] que se tornou o principal destino dos investimentos de recursos públicos dos Estados Unidos. Desta forma, percebe-se que a taxa de lucro do setor produtivo volta a ter uma grande atratividade e parte dos recursos financeiros investem no desenvolvimento das atividades industriais.

Assim, além das medidas do modelo de regulação fordista terem garantido a prosperidade dos países centrais, os tornaram, também, referências no plano internacional, contribuindo diretamente na disputa por áreas de influência na disputa dos países capitalistas com o Bloco Soviético.

Durante duas décadas uma aparente estabilidade do regime internacional reinou entre os países capitalistas. Neste período, os fluxos de investimento externo direto (IED), através de filiais intermediarias, garantiam uma exportação complementar para áreas tradicionais e invadiram os mercados internos dos países compradores. Ademais, foi por meio do aprofundamento das relações de dependência econômica que consolidaram seus aliados. Países como Cuba, que após terem realizado a revolução e declarado apoio à URSS, foram sancionados com o bloqueio de qualquer tipo de intercambio com os países aliados da Organização Tratado do Atlântico Norte (OTAN) e da Organização dos Estados Americanos (OEA).

Durante a década de 1960, esse sistema de regulação começa a apresentar sinais de insuficiências, devido, principalmente, por ser lastreado no câmbio fixo do padrão ouro-dólar. Na prática, não havia uma paridade real, mas, mesmo assim, era alimentada através da compra de títulos da dívida estadunidense pelos europeus e japoneses. O dólar valorizado beneficiava esses por manter uma boa base de exportações com destino aos EUA, e, ao mesmo tempo, era do interesse dos estadunidenses manterem sua moeda como a principal reserva do sistema financeiro internacional.

Entretanto, a manutenção da moeda valorizada dificultava as exportações estadunidenses ao mesmo tempo que beneficiava a importação de produtos e serviços. Desta forma, o ciclo continuo de déficits da balança comercial dos EUA colocou em xeque os acordos do Sistema Bretton Woods.

As limitações desse modelo econômico não se restringiram apenas ao câmbio; é considerado também que a crise do fordismo ocorreu por terem rígidas

25 Segundo MANDEL (1978) as guerras, ou o terreno militar, são os principais impulsionadores da revolução tecnológica. Os derivados desse desenvolvimento técnico são transferidos para mercado em forma de novas mercadorias.

estruturas industriais, em que muitos trabalhadores eram empregados pela mesma empresa traduzindo-se em um alto custo de capital variável para os capitalistas. Somado a isso, a crise fiscal dos Estados gerou um forte questionamento sobre a efetividade e amplitude assumidas pelos gastos públicos.

Nesse contexto, a deterioração da estabilidade do regime econômico internacional foi se consolidando até chegar um momento de estagflação. A gota d'água da crise fiscal norte americana emergiu dos gastos astronômicos para manutenção da guerra do Vietnã. Foi então que, em agosto de 1971, por deliberação unilateral dos Estados Unidos, o presidente Richard Nixon decidiu acabar com a ancoragem do dólar, em um bem finito – o ouro - consolidando o fim do Gold Exchange Standard.

Assim, foram desmanteladas as garantias de estabilidade e crescimento do modelo fordista que tinham a inserção social por meio do trabalho, a taxa de câmbio fixo e as instituições fortes dos Estados como fontes de financiamento e regulação do mercado privado. A paulatina destruição dessas bases proporcionou aos capitalistas o controle das finanças e desbancaram os governos com seu próprio consentimento.

Em meio a essa crise, a internacionalização do capital volta a ser alavancada, sendo perceptível através de uma forte elevação de crescimento da IEDs, que, em alguns casos, superou os investimentos domésticos, e, consequentemente, contribuíram para o enfraquecimento do papel do Estado nacional em suas economias.

Devido a decisão unilateral dos EUA pela desvalorização do dólar, ocorreu uma fuga de captais em direção às moedas europeias, potencializando a construção de um euro mercado. Já que Nova York não era mais "confiável", o destino desse mercado europeu de moedas passou a ser Londres. Entretanto, a queda da Libra fez muitos investidores começarem a trabalhar com os eurodólares, e, entre os primeiros a realizarem essas operações, estavam as multinacionais e os bancos estadunidenses.

Os eurodólares tiveram um crescimento exponencial, saindo de US$ 2 bilhões em 1952, para US$ 4,5 bilhões em 1960, e, após a crise, saltou para US$ 160 bilhões. Com esse alto crescimento, potencializado, principalmente, pelos fundos do petróleo gerados a partir das crises de 1973 e 1978, ademais da participação nos lucros da produção e comercialização mundiais de drogas, fez-se necessário aumentar o número de praças (*off shore*) como medidas institucionais que facilitassem a criação dos eurodólares. Além de Londres e Toronto, os investimentos diretos externos do setor de finanças abriram praças, transferiram gestores

e seus ativos para Hong Kong, Bahrein, Cingapura, Bahamas, Ilhas Cayman, entre outros paraísos fiscais (CHESNAIS, 1996).

Basicamente, esse mercado de eurodólares era um mercado interbancário, que, originalmente, era constituído por de 200 bancos, mas, já a partir de 1973, foi composto por vários milhares de participantes que eram controlados por 50 bancos da tríade[26]. Com isso, tornam-se mercados atacados de créditos constituídos paralelamente aos mercados nacionais, gerando outros meios de financiamento que não os tradicionais Estados.

Por se estabelecerem em praças *off shore,* instituíram um mercado extra alfandegário, e, desta maneira, gozavam de ausência de reserva obrigatória e de mecanismos de controle. "Até M. Friedman, perguntava-se, em 1969, se na verdade os eurodólares não nasceriam, pura e simplesmente, 'da caneta dos contadores' dos bancos (CHESNAIS, 1996, p. 255)". É nesse contexto, que os bancos, por serem mais regulamentados e necessitarem manter uma alta reserva obrigatória, perde espaço para outros arranjos institucionais menos regulamentados que podem injetar todos seus recursos na criação de capital fictício, como são os casos dos múltiplos fundos de investimento.

Neste contexto, inicia-se um processo de ataque as atividades do Estado como principais indutores econômicos da sociedade para abrir espaço para os investimentos do capital financeiro. Por conseguinte, ocorreu a formação de um exército industrial de reserva a partir da desconstrução da seguridade social e a destruição das antigas relações de trabalho, reduzindo os Estados a um papel assistencialista[27]. Os países dependentes foram os primeiros alvos de ação dos capitais pela via do aumento de suas dividas internas e impondo novas "regulações" de mercado.

> A constituição obrigatória de reservas, em nível determinado pelo Banco Central, às vezes legalmente estabelecidos, a obrigação de descontar os títulos emitidos além de um certo patamar; bem como medidas de controle sobre o câmbio e os movimentos de capitais, constituíam os principais instrumentos da chamada política monetária (CHESNAIS, 1996, p. 252).

---

26 Chesnais (1996) avalia que a conformação do bloco histórico sobre a hegemonia do capitalismo monopolista estadunidense é composta pela Tríade (EUA, Europa Ocidental e Japão).

27 Na esfera econômica.

Os empréstimos para as regiões dependentes provinham dos eurodólares, que, inicialmente, pareciam apropriados para esses por disponibilizarem meios para investir em seus respectivos países. Entretanto, esses recursos eram canalizado para os países centrais que utilizavam daqueles como um nicho de mercado a explorar, que, através dos juros e remessas de lucro, geravam poupança para os seus países. Durante a década de 70, os países devedores contraíram essas altas somas de dólares desvalorizados e em poucos anos ficou evidente porquê dessa relação não era tão benéfica para os países dependentes.

A desvinculação do dólar em relação ao ouro tinha possibilitado, por um lado, a geração de superávit na balança comercial dos estadunidenses, mas por outro provocou uma imensa fuga de capitais, causando um forte déficit na balança de pagamentos, sendo este um dos principais motivos para a formação do mercado de eurodólares

Foi então que o presidente dos Estados Unidos, Jimmy Carter, em 1978, começou a tomar medidas para a revalorização do dólar e amentou as taxas de juros com o objetivo de repatriar os capitais que saíram dos EUA após a quebra do padrão ouro-dólar. A partir do governo de Ronald Reagan (1981), essa nova política de valorização do dólar é intensificada, tendo seus "efeitos colaterais" sobre os países dependentes.

Estes, que durante toda a década de 1970 tomaram emprestado altas somas de dólar desvalorizado, foram obrigados a pagar com a moeda valorizada e com uma maior taxa de juros. O México foi o primeiro a declarar moratória, em 1982, e após este outros seguiram o "exemplo" como foi o caso do Brasil em 1987.

Com essas economias em crise, os investidores começaram a retirar seus capitais investidos nas economias dependentes, que, em 1980, recebiam 22% do total de investimentos diretos externos, e, em 1989, esse percentual diminui para 19,2% (CHESNAIS, 1996). Desta forma, o volume financeiro passou a ser redirecionado para Estados que tivessem maior segurança e retorno para as aplicações, como é o caso dos EUA.

Essa política cambial e de aumento da taxa de juros, dos governos de Carter e Regan, facilitou para que os credores dourassem a pílula das privatizações, colocando a culpa da moratória e da inflação dos países devedores na má gestão da máquina pública. Desta maneira, influenciaram a opinião pública e realizaram suas cobranças por meio da conversão da dívida em títulos de propriedades que deveriam ser entregues aos credores. Na prática, além de ter sido altamente lucrativo

para os gestores das carteiras de crédito, possibilitou que muitos capitais fictícios adquirissem algum lastro material.

Todos esses processos geraram uma hipertrofia do mercado financeiro, que se tornou muito mais complexo com muitos novos atores entrando em cena. Já no início da década de 1990, a taxa de lucro do capital financeiro superava o capital industrial e comercial. Os bancos passaram a sofrer a concorrência com múltiplos fundos de investimento, principalmente os fundos de pensão e os fundos mútuos. Nesse novo período, esses dois tipos de fundo, que estavam localizados nos Estados da OCDE, tornaram-se forças com mais capital acumulado que os próprios bancos.

6 - Conclusão

Desde o início do capitalismo que a formação dos monopólios e a centralização dos processos produtivos e comerciais já vinham ocorrendo. A partir da crise de 1873, e com mais ênfase após a crise de 1900, o capitalismo teve uma mudança qualitativa na forma de organizar a produção internacional do trabalho e essa variação resultou numa expansão do modo de produção capitalista para todos os países do mundo. Neste contexto, um punhado de imperialistas, dos quatro ou cinco países mais desenvolvidos, centralizaram grande parte da apropriação dos lucros e das decisões de investimento. Foi assim que o capitalismo construiu seu estágio superior de desenvolvimento, ampliando o trabalho social para as diferentes partes do mundo ao mesmo tempo que concorriam entre si para disputar os diferentes territórios econômico.

Todo esse processo ocorreu quando o capital bancário conseguiu estabelecer a hegemonia sobre o capita produtivo e os outros setores da economia, transformando-se em capital financeiro. A partir desse período, os imperialistas estruturam o modo de produção capitalista atraindo os diversos territórios para o seu centro gravitacional. Desde então, a centralização e ampliação do trabalho social alcançou contornos até então inimagináveis.

A partir disso, pode-se dizer que a hegemonia do capital financeiro construiu a estrutura do modo de produção capitalista por todo mundo. Nestas circunstâncias, o mundo se dividiu num pequeno número de imperialistas que concorrem entre si para constituir suas esferas de influência e os países dependentes que foram constrangidos por essa estrutura criada pela ditatura dos bancos.

Isto posto, é importante atentar-se para as inovações que na pratica só mudam os nomes dos instrumentos, mas a lógica de reprodução se conserva. Mesmo após o retorno de uma maior taxa de lucro no setor produtivo, após a Segunda Guerra Mundial, a centralização das empresas foi mantida sobre a hegemonia do capital financeiro. Quando em 1971 ocorre a quebra do padrão ouro-dólar e o capital fictício ganha proporções cada vez mais volumosas, deste cenário advém a "necessidade" de novos instrumentos para a ampliação dos lucros na autoreprodução do capital e na extração de mais-valia.

Neste momento histórico, os bancos já tinham se modificado de diversas formas e diferentes regulamentações foram impostas a estes para tentar, minimamente, regular a economia. Entre essas normas, a que mais dificultava a ampliação total da criação de capital fictício era que limitava uma porcentagem mínima de reservas que o banco deveria ter guardado para salvaguardar a economia em caso de crise econômica e um pânico geral dos correntistas.

Desta forma, os capitalistas tentaram burlar essas limitação através da criação de diversos fundos de investimentos que estão "livres" de qualquer tipo de regulação e que tem como função única o rentismo/parasitismo. Como posto anteriormente, essa mudança qualitativa não altera a centralização e ampliação do trabalho social, na realidade essas alterações são parte da essencial concorrencial em sua constante busca por lucro/inovação, reforçando os antigos instrumentos e aumentando o alcance do modo de produção capitalista.

A reorganização internacional do trabalho com as suas diversas redes de subcontratação, o alto desenvolvimento tecnológico dos meios de comunicação e transporte, permitiram uma nova expansão, ou melhor, uma ampliação da estrutura do capitalismo. Sem que esse perdesse as características essências construídas no início da concorrência intercapitalista, o novo momento traz inovações que modificam as relações de produção traduzindo-se em uma nova onda de maior exploração e dominação da classe trabalhadora, entretanto mantém e reforça a mesma estrutura marcada pela concorrência interimperialista.

Referências Bibliográficas

AMIN S. **A vocação terceiro-mundista do marxismo**. In Eric Hobsbwam (org) História do Marxsimo, vol. 11, Rio de Janeiro: Pax e Terra, 1983.

BOB MARLEY; PETER TOSH. Get Up, Stand Up. In: THE WAILERS. **Burnin'**. [S.I.]: Island/Tuff Gong, 1973. Vinil, Lado A (18min 53s). Faixa 1 (3min 16s).

CHANG, Ha-Joon. **Chutando a Escada –** A Estratégia do Desenvolvimento em Perspectiva Histórica. São Paulo: Unesp, 2004.

CHESNAIS, François. **A Mundialização do Capital.** São Paulo: Xamã, 1996.

COX, Robert. **Gramsci, Hegemonia e Relações Internacionais**: um ensaio sobre o método. Revista Milleniun, v. 12, n.2, 1983.

DOBB, M. A evolução do capitalismo. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

HARVEY, David. **A Produção Capitalista do Espaço.** São Paulo: Annablume, 2006.

HOBSBAWN, Eric. **Formações Econômicas Pré-Capitalistas.** São Paulo: Ática, 7ª edição. 1964.

LENIN, V. **Imperialismo, estágio superior do capitalismo**. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

_____. **Duas Tácticas da Social-Democracia na Revolução Democrática.** Disponível em: https://www.marxists.org/portugues/lenin/1905/taticas/index.htm Acesso em: 27 nov 2020.

LUCE, Mathias. **Teoria Marxista da Dependência**: problemas e categorias. Uma visão histórica. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

MARX, Karl. **Manifesto Comunista.** São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MANDEL, Ernest. **Iniciação a Teoria Econômica Marxista**. Lisboa: Antídoto, 1978.

NETTO, J. P. **"Florestan Fernandes: uma recuperação marxista da categoria revolução"**. In: Marxismo impenitente: contribuição à história das ideias marxistas. São Paulo: Cortez, 2004, p. 205-210

NETTO, José Paulo; YOSHIDA, Miguel (Org.). **Lenin e a Revolução de Outubro**: textos no calor da hora (1917-1923). São Paulo: Expressão Popular, 2017.

OSORIO, Jaime. **O Estado no Centro da Mundialização do Capital**: a sociedade civil e o tema do poder. São Paulo: Outras Expressões, 2014.

RAMOS, Leonardo C. S. **A sociedade civil em tempos de globalização: uma perspectiva neogramsciana.** Rio de Janeiro: PUC-Rio, Instituto de Relações Internacionais, 2005.

SHARP, Daryl. **Léxico Junguiano.** São Paulo: Cultrix, 1993.

ABOLISH
NEOLIBERALISM
RESIST IMPERIALISM
MONROE

3

Cooperação e conflito imperialistas: Um debate teórico secular

Caio Bugiato[1] e Tatiana Berringer[2]

Resumo // Esse texto apresenta o eixo central das teorias marxistas do imperialismo em três debates sucessivos: Kautsky e Lenin à época da I Guerra Mundial; Magdoff e Polantzas após a II Guerra Mundial; e Panitch/Gindin e Callinicos no início do século XXI.

Palavras-chave // Imperialismo; Marxismo; Teoria.

1 Professor de Ciência Política e Relações Internacionais da UFRRJ. Coordenador da Rede de Estudos em Relações Internacionais e Marxismo.

2 Professora de Relações Internacionais da UFABC. Coordenadora da Rede de Estudos em Relações Internacionais e Marxismo

Introdução

Neste texto apresentamos resumidamente o debate no interior do Marxismo sobre a teoria do imperialismo, que surge à época da I Guerra Mundial, perpassa todo o século XX e se mostra igualmente relevante no século XXI. Começamos com a divergência entre Karl Kautsky e Vladimir Lenin acerca da aliança/cooperação ultraimperialista ou dos conflitos interimperialistas a suas consequências para as relações internacionais. Entendemos que esse embate é o eixo central e fio condutor, revigorado e renovado nos embates posteriores: entre Harry Magdoff e Nicos Poulantzas após a II Guerra Mundial; e entre Leo Panitch/Sam Gindin e Alex Callinicos na atualidade. Nosso objetivo é apresentar três momentos deste confronto de ideias, com os autores mencionados (e essa escolha implica em deixar importantes autores/as de lado), os quais se situam nas tentativas de revisitar o debate inicial. Tais momentos são: o momento fundacional; o momento pós II Guerra Mundial; e o momento do início do século XXI.

1. O debate fundacional: Kautsky x Lenin

A tensão mundial do início do século XX oriunda da competição entre as potências capitalistas é objeto de teorização por pensadores marxistas da II Internacional, como Kautsky e Lenin. Kautsky (2002) identifica o imperialismo como uma forma da política externa dos Estados industrializados que sofrem com a insuficiência da agricultura para abastecer a indústria. Tais Estados tendem a ocupar e subordinar territórios agrários no exterior, o que suscita rivalidade entre eles. Daí resulta uma corrida armamentista e a guerra mundial. Entretanto, do ponto de vista dos capitalistas, a corrida armamentista e a guerra mundial podem deixar de ser de seu interesse (exceto para aqueles que lucram com guerra, como a indústria bélica), visto que seus custos passam a onerar a economia capitalista. Segundo o autor alemão, os capitalistas tendem a descartar a guerra como instrumento de competição. Pois 1) a grande necessidade que os Estados adquirem, para a corrida armamentista, do mercado monetário resulta no aumento das taxas de juros, o que compromete a própria produção industrial: ao se deparar com juros altos, o investimento na indústria se torna caro. "O imperialismo cava seu próprio túmulo e, de instrumento de desenvolvimento do capitalismo, torna-se um obstáculo" (Kautsky, 2002, p.461). 2) Surgem oposições contra a política imperialista

em regiões agrária desenvolvidas (Estados) que ameaça o funcionamento do imperialismo. 3) Surge uma resistência do proletariado nos países industrializados contra o aumento dos impostos, devido ao aumento dos custos das empreitadas imperialistas no exterior. 4) A guerra destrói capital (instalações, máquinas, equipamentos). E 5) a burguesia teme o estalo da revolução com a guerra. A economia capitalista fica ameaçada pelo conflito entre seus Estados. "Todos os capitalistas com visão de longo prazo devem hoje gritar a seus companheiros: capitalistas de todo mundo, uni-vos" (Kautsky, 2002, p. 460).

Como o imperialismo é um meio de expansão do capitalismo, uma tendência, uma forma de política externa, ele pode ser modificado. Assim como a concorrência no mercado nacional gera o monopólio, o mesmo ocorre nas relações do mercado internacional, isto é, pode ocorrer a associação das grandes potências imperialistas como resultado a formação de monopólios internacionais, pondo fim à corrida armamentista. O drama da guerra permite aos capitalistas enxergarem maiores possibilidades de obtenção de mais-valia a partir de uma fase que evite o confronto bélico. É possível então transformar a política do imperialismo em uma política de aliança entre os imperialistas, a fase do ultra-imperialismo. O ultra-imperialismo é uma fase do capitalismo em que as principais potências mundiais renunciam à corrida armamentista (por não haver mais nesses conflitos sentido para o capital) e se reúnem numa federação. Esta federação é definida como um cartelização da política externa caracterizada por uma aliança dos imperialistas, com objetivo de estabilizar o sistema internacional e garantir a dominação da burguesia. O ultra-imperialismo não é uma trégua, da qual resultaria a paz. A trégua seria usada por cada Estado para acumular armamentos novos e reabrir as feridas da guerra (revanchismo), tornando inevitável uma segunda guerra mundial. Por isso é decisivo o decurso da guerra – que pode levar à destruição total – e a saída da guerra (acordos de paz), pois estes determinarão se o ódio se exaspera entre os Estado e se retomam a corrida armamentista ou se constroem as bases do ultra-imperialismo, uma fase de paz entre as potências capitalista.

De maneira distinta, Lenin define o imperialismo como um fenômeno do desenvolvimento capitalista (capitalismo monopolista), cujos traços fundamentais são os seguintes: A) forte tendência à centralização da produção em trustes e em cartéis, que resultam em grandes monopólios, desempenhando um papel decisivo na vida econômica; B) a fusão do capital bancário e do capital industrial, que cria o capital financeiro, e baseado nele surge uma poderosa oligarquia (burguesia) financeira; C) a exportação de capitais adquire uma importância decisiva,

diferentemente da exportação de mercadorias; D) as grandes potências capitalistas partilham o mundo entre si, criando esferas de influência e ocupando territórios; E) para efetivação da divisão territorial do mundo, é travada uma luta intensa entre as grandes potências, uma luta intercapitalista. O que não exclui novas partilhas (Lenin, 2005).

A partilha do mundo envolve uma política militar de um Estado no plano internacional, que tem como adversários outras potências capitalistas (esse é o foco da teoria do imperialismo, o confronto entre grandes potências capitalistas). Os capitalistas não partilham o mundo levados por perversidade, mas segundo o capital, pelo grau de concentração a que se chegou e os novos mercados que esta demanda, e segundo a força, a capacidade militar de cada Estado, que varia de acordo com o desenvolvimento econômico e político das formações sociais. Se no centro do sistema internacional ocorre a tensão entre os Estados capitalistas, na periferia a oligarquia financeira estende sua rede de dependência financeira e diplomática sobre as colônias e semicolônias (Estados formalmente independentes, mas economicamente dependentes e politicamente subordinados aos Estados centrais).

Em suma, para Lenin (2005) a exportação de capitais que caracteriza o imperialismo ocorre num contexto mundial em que as classes dominantes estão divididas em formações sociais nacionais, cujo poder é representado pela força do seu respectivo Estado nacional. A exportação de capitais envolve a mediação dos Estados e coloca suas classes dominantes em confronto potencial. Sua conclusão é que a acumulação na fase do capitalismo monopolista origina uma tendência aos conflitos intercapitalistas. Ou seja, o imperialismo leva à guerra e essa dinâmica é perene nas relações internacionais do capitalismo, não havendo espaço para o que Kautsky chama de ultra-imperialismo.

2. O debate pós-II Guerra Mundial: Magdoff x Poulantzas

A supremacia estadunidense conquistada no Ocidente após a II Guerra Mundial incitou um embate similar ao anterior, mas em outro contexto mundial. Por um lado, Magdoff (1972 e 1979), indica que a política externa de Washington, expansionista e agressiva, tem por objetivo, direta ou indiretamente, controlar a maior extensão possível do planeta e manter a maior parte possível do globo aberta

ao comércio e aos investimentos das grandes empresas estadunidenses. Abrir e manter a "porta aberta" requer vigilância constante, força e persistência para controlar e influenciar a política e a economia dos Estados, de modo assegurar a reprodução do capital, além de promover contrarrevoluções. A rede imperialista é, portanto, operacionalizada por um grupo de empresas gigantes dos EUA, que dominam uma vasta parte dos mercados mundiais – porém têm suas atividades majoritariamente destinadas a Europa e ao Canadá. Somada à posição dominante do comércio e de seus monopólios industriais, Washington conta com a imposição do dólar como meio internacional de pagamento, de crédito e de reservas e uma rede bancária largamente internacionalizada, associada a expansão do comércio e da indústria.

Uma vez que o colonialismo se tornou impraticável, os EUA põem em funcionamento outras práticas – tradicionais, novas e não tão novas – de exploração e dominação, que podem variar desde ocupação militar até técnicas sutis de influência, a depender das circunstâncias e das ações dos dirigentes políticos e de militares. Referenciando-se em Rosa Luxemburgo, segundo a qual o imperialismo implica necessariamente o uso da força militar e esta fornece a retaguarda para a reprodução do capital, Magdoff (1979) constata que o desenvolvimento em geral de tecnologias, logísticas e táticas militares – instalação de bases militares no exterior, intervenções e ocupações militares, etc. – na política externa dos Estados Unidos é base do controle e da influência deste Estado na rede imperialista. No âmbito econômico e político ideológico, o autor cita a constituição de acordos comerciais preferenciais, de blocos econômicos e do sistema de organizações internacionais (Organização da Nações Unidas, Organização dos Estados Americanos, Fundo Monetário Internacional, Banco Mundial) em que a diplomacia dos EUA exerce papel dirigente nos rumos da economia e da política no capitalismo mundial. Além disso, os Estados Unidos passaram a utilizar amplamente em política externa o que Magdoff (1972) denomina auxílio ao estrangeiro, um procedimento de cooperação internacional que consiste em conceder donativos, empréstimos, consultorias, treinamentos, etc., a países com a finalidade geral de manter a "porta aberta", manter governos aliados no poder e evitar revoltas, revoluções e o auxílio soviético. O que significa: pôr em prática programas políticos e militares dos EUA, por meio de financiamento de campanhas eleitorais, golpes de Estado, assistência militar e treinamento de quadros das forças armadas locais; livre acesso ao mercado interno; condições jurídicas para o capital estrangeiro poder atuar, como evitar sua expropriação, sua discriminação e a interferência na propriedade

e na gerência; e tornar os beneficiários dependentes do mercado dos EUA, com empréstimos e dívidas que perpetuam a sujeição aos auxílios. Por vezes tal "cooperação" é realizada sob auspícios de organizações internacionais, assim as imposições dos EUA parecem mais sutis. Acima dessas práticas, pairam as operações da CIA (*Central Intelligence Agency*).

O poder estadunidense sobre o sistema imperialista é para o autor incontestável. Ainda que indique de passagem (Magdoff, 1972, p.127-128), ao discorrer sobre a configuração do capitalismo mundial, que o capitalismo estadunidense admite a concorrência (econômica) de capitais de outros centros (Europa), mas não a contestação da sua supremacia (política e militar). Para ele, no sistema existe uma força centrípeta que amarra os países centrais aos EUA, uma força centrífuga impulsionada pela concorrência de outras metrópoles capitalistas à medida que detectam pontos fracos nas operações estadunidenses e uma coesão vertical mediante a qual cada centro imperialista se empenha em consolidar os laços de dependência com sua esfera de influência, exercendo como um todo práticas de dominação e exploração na periferia. Não obstante, com novas e velhas práticas os Estados Unidos exercem a supremacia econômica, política e militar nas relações internacionais, como uma espécie de superimperialismo ou império estadunidense.

Por outro lado, alegando que a perspectiva de Magdoff é a versão atualizada do ultra-imperialimso de Kautsky, Poulantzas concentra sua análise no fracionamento da classe dominante em relação ao capital estrangeiro, sem negar a supremacia dos EUA. Para ele, o imperialismo é uma cadeia, e, portanto, existe uma nova linha de demarcação no campo entre as metrópoles imperialistas. Os EUA de um lado e de outro as outras metrópoles, em particular a Europa, estabelecem uma relação em que o capital monopolista estadunidense exerce dominação no interior dessas metrópoles. É essa reprodução induzida e interiorizada do capital estrangeiro, originário dos EUA, dentro dos países europeus que caracteriza a fase atual (pós-II Guerra Mundial) e que implica igualmente a reprodução estendida dentro deles do desenvolvimento do imperialismo estadunidense.

A ingerência de capital advindo do exterior para uma formação social nacional tem o objetivo de aumentar da taxa de exploração de modo a neutralizar a tendência para uma queda na taxa de lucro. Ademais, tal ingerência não significa alguma forma de associação, mas, sim, é uma relação de força. Uma relação de força entre as diferentes frações da classe dominante dos Estados capitalistas centrais. Essa é a mudança estrutural para Poulantzas: o surgimento de um novo

fracionamento da burguesia diante das relações internacionais que não consiste mais na velha dicotomia burguesia estrangeira versus burguesia nacional.

Sendo assim, Poulantzas identifica (1976 e 1978) que nas relações entre os Estados centrais um novo tipo de fracionamento da classe dominante se forma: a burguesia compradora (associada), que é correia de transmissão dos interesses do capital estrangeiro no interior de uma formação social; a burguesia nacional, com base de acumulação nacional e autonomia político-ideológica em relação ao capital estrangeiro, capaz de conduzir um desenvolvimento capitalista nacional autônomo; e a burguesia interna; que possui bases de acumulação nacional, mas mantém relações de dependência com o capital estrangeiro, econômica (financiamento e tecnologia), política e ideologicamente. É precisamente levando em conta as formas de conexão das alianças existentes, e as contradições, entre as frações burguesas nos países centrais que é possível colocar a questão dos Estados nacionais. A atual internacionalização do capital não suprime nem abrevia os Estados nacionais, nem no sentido de uma integração pacífica de capitais "sobre" os Estados, com todos os processos de internacionalização trabalhando sob o domínio de um país determinado, nem no sentido de sua extinção dos Estados nacionais para o super-Estado americano, como se o capital estadunidense pura e simplesmente engolisse as outras burguesias imperialistas. Os próprios Estados assumem a responsabilidade pelos interesses do capital imperialista dominante em seu desenvolvimento estendido dentro da formação nacional em sua complexa interiorização. A forma atualmente dominante de contradição interimperialista não é aquela entre o capital internacional e o capital nacional, nem entre as burguesias imperialistas entendidas como entidades justapostas. Em outras palavras, as contradições do capital autóctone são, por mediações complexas, extrapoladas em termos de capital estadunidense que estabelece conflitos ou alianças com as frações da classe dominante. Em seu papel de promotor da hegemonia no bloco no poder, portanto, o Estado nacional intervém em um campo interior já atravessado por contradições interimperialistas e onde as contradições entre as frações dominantes dentro de sua formação social já são internacionalizadas. Assim, as intervenções do Estado em favor de certos grandes monopólios estrangeiros e contra outros, em favor de grandes monopólios nacionais ou até setores médios do capital e contra outros, são expressões da luta de classes no interior das burguesias dos Estados centrais do capitalismo. De fato, se as burguesias europeias não cooperam ou não se isolam diante do capital americano, é devido aos efeitos tendenciais sobre elas da nova estrutura de dependência em relação ao capital estadunidense. Essa nova

relação, portanto, funciona por meio da interiorização do capital do EUA e a luta em torno dele para combatê-lo ou se aliar a ele. De acordo com Poulantzas (1978), não é o surgimento de um novo Estado sobre os países europeus que testemunhamos na segunda metade do século XX, mas sim fracionamentos na classe dominante subjacente aos Estados nacionais existentes. Ou seja, o fenômeno do imperialismo, os conflitos e as alianças entre as potências capitalistas e a supremacia mundial do Estado e do capital dos EUA estão ligadas a tais fracionamentos e às lutas das frações burguesas em âmbito nacional e internacional.

3. O debate contemporâneo: Panitch e Gindin x Callinicos

A derrota da União Soviética e a consequente supremacia mundial dos Estados Unidos levou teóricos marxistas a debater o que seria o imperialismo contemporâneo, agora em um contexto de globalização neoliberal. Entre eles Panitch e Gindin, o quais contrariam a perspectiva de Lenin sobre a perene rivalidade interimperialista nas relações internacionais do capitalismo, argumentando que teóricos pioneiros teriam elevado o momento conjuntural da I Guerra Mundial à uma dinâmica imutável da ordem capitalista global. Os autores atribuem ao Estado capitalista, relativamente autônomo, o papel de pavimentar o caminho para a expansão de seu capital para o exterior, monitorando e administrando essa expansão e garantindo as condições de acumulação do capital (Panitch e Gindin, 2004). O Estado estadunidense começou a construir relações entre os principais países capitalista, sobretudo na Europa após a II Guerra Mundial para formar o que eles chamam de império informal americano, o qual é caracterizado em geral pela capacidade de o Estado estadunidense penetrar e coordenar os outros Estados líderes capitalistas, de modo que estes façam uma adesão não forçada à dinâmica capitalista dos EUA. A pujança do capitalismo estadunidense e sua perspectiva de internacionalização, combinado uma ideologia universalista de livre mercado e democracia liberal, estão assentadas em suas empresas transnacionais modernas, com investimento externo direto em produção e serviços. Assim o império informal americano provou que é capaz, mais que outros impérios na História, de penetrar em outras formações sociais, mesmo nas economias mais desenvolvidas, formando um amplo conjunto de dominação e exploração mundial.

O capital e a influência política e cultural do império informal americano penetram em outras sociedades via Estados nacionais de modo a criar um consentimento ativo para a dominação estadunidense, mediado então pela legitimidade dos outros Estados e suas classes dominantes, que por sua vez incorporam o projeto do império informal. Descartada a uso da ocupação territorial direta, a ordem capitalista mundial coordenada pelos EUA se utiliza, além dos outros Estados e suas classes dominantes, regras e instituições internacionais e em último caso suas forças armadas para assegurar a acumulação de capital em todos os rincões do planeta (Panitch e Gindin, 2004). Dessa forma, a profundidade da incorporação de outros Estados capitalistas avançados no novo império americano elimina a possibilidade de ressurgimento da rivalidade inter-imperialista. As relações econômicas com sobretudo Europa e Japão, e hoje com a China, implicou em uma integração profunda entre as potências capitalista e uma guerra mundial estaria fora de perspectiva enquanto durar o império informal. (Panitch e Gindin, 2012).

Callinicos (2009), por seu turno, alega que as concepções de Panitch e Gindin são a teoria do ultraimperialismo renovada para o século XXI e segue a tese leninista segundo a qual o imperialismo corresponde a atual fase de desenvolvimento do capitalismo contemporâneo. Para ele, o imperialismo é uma forma específica de dominação política: unidade política que é ampla, expansionista e produz diferenças e desigualdades. O capitalismo imperialista é constituído pela intersecção de duas formas de competição: a econômica e a geopolítica. A especificidade do imperialismo estadunidense está ligada à habilidade de dominar e liderar os demais grandes Estados capitalistas sem construir um tradicional império territorial. A supremacia estadunidense operou para institucionalizar as condições gerais favoráveis para o capital estadunidense e estrangeiro. Os Estados Unidos asseguram benefícios para os demais Estados capitalistas, enquanto mantém seus próprios interesses através do controle do preço, da emissão do dólar e a direção política da OTAN.

A estratégia dos Estados Unidos baliza-se pelo alto controle do sistema financeiro internacional e pela superioridade militar, naval e espacial, e assim como o imperialismo britânico pela defesa do livre-comércio, a despeito de ser, na verdade, a abertura do mercado dos outros países sem via de mão dupla. Apesar de não exercer o controle territorial, as bases militares acabam exercendo um papel fundamental na geopolítica estadunidense. A diferença central é que os Estados Unidos dispõem de grandes corporações econômicas com produção em larga escala, que, além de garantirem elevados lucros no exterior, beneficiam-se do

amplo mercado interno e estão sempre em competição com as grandes corporações de outros Estados.

Callinicos (2009) defende que com o final da Segunda Guerra Mundial os Estados Unidos construíram uma estratégia de poder internacional, buscando aprofundar alianças com a Europa Ocidental e com o Estado japonês: a chamada tríade. Nesse sentido, a globalização seria um acordo tácito, pouco formal, entre os Estados imperialistas no mundo contemporâneo. Callinicos (2009) destaca que o exercício do poder dos Estados da tríade passou a contar com novos instrumentos - os organismos internacionais - que permitem que a dominação não seja necessariamente via intervenção militar direta e controle de territórios. A OTAN, o Conselho de Segurança da ONU, o Plano Marshall e o acordo de Bretton Woods, garantiram que os Estados Unidos liderassem esse bloco de poder, tendo aliados nas principais regiões do globo, em especial, na Europa Ocidental e no Leste Asiático. Essa aliança visava, sobretudo, conter o avanço da URSS e da China nessas respectivas regiões. No Oriente Médio, região que sempre foi palco de disputa entre as grandes potências, dada a localização geográfica e a fonte de recursos naturais, firmou-se uma relação umbilical com o Estado de Israel, que garante o equilíbrio de poder e o controle geopolítico da região.

Para ele, a existência da tríade não significa que não exista contradições internas entre esses Estados. Seguindo a ideia de Lenin de que no capitalismo, assim como as empresas de um mesmo ramo estão sempre em competição, as grandes corporações também competem entre si, por isso, os Estados dirigidos pelos interesses das suas burguesias conflitam constantemente. Para o autor também a guerra é a política por outros meios, isso quer dizer que quando se acirram os conflitos e se esgotam as possibilidades de entendimento ou persuasão o uso da força se torna um imperativo. Ele lembra que os Estados francês e alemão se opuseram à invasão do Iraque em 2003 e recusaram ajuda ao governo Bush, e em 2008 bloquearam a admissão da Ucrânia e da Geórgia à OTAN; os Estados Unidos fizeram uma campanha, em 2005, para bloquear a decisão da União Europeia de acabar com o embargo de armas imposto à China; e o FED e o Banco Central Europeu também tiveram posições opostas após a eclosão da crise financeira em 2007-2008 quando um defendeu o aumento da taxa de juros e o outro a redução. Em suma, o mundo atual não é um concerto de poder entre as grandes potências.

Considerações finais

A apresentação do debate no interior do Marxismo sobre cooperação e conflito entre Estado imperialistas nas relações internacionais demonstra não apenas uma divergência (de segundo plano) sobre os efeitos da monopolização e da financerização do capital, mas principalmente sobre as formas como a economia e política internacional são impactadas pelo fenômeno do imperialismo. As interpretações se renovam assentadas nessa divergência principal, não tanto acerca da origem do fenômeno, mas sim acerca de suas consequências. Sendo assim, parece-nos que: a) a ideia de que conflitos especialmente entre as burguesias não ocupam centralidade; e b) outro elemento que pouco aparece nas teorias mais contemporâneas é como a análise sobre império informal ou poder inconteste dos Estados Unidos influencia a estratégia de luta política revolucionária. Lenin pensava que o imperialismo acirrava a luta de libertação nacional e o conflito entre as grandes potências poderia contribuir para que o processo revolucionário tivesse sucesso. Assim, o dirigente russo defendeu que as formações sociais periféricas teriam mais condições de avançarem em lutas de transformação radical das sociedades. Mas em função da internacionalização produtiva e financeira, nega-se a defesa da questão nacional. A luta parece ser internacional, sem identificação dos elos de transmissão e das estruturas de poder que são fundamentais no capitalismo: os Estados e as burguesias. Defendemos, portanto, o avanço de pesquisas empíricas sobre os conflitos entre classes e frações de classe, tendo em vista que a cooperação ou alianças são possíveis em determinadas conjunturas, mas não são estanques e perenes. Lembrando que cabe ao movimento socialista internacional conhecer bem o inimigo e determinar as melhores táticas de derrotá-lo.

Referências bibliográficas

CALLINICOS, Alex. *Imperialism and global political economy*. Polity Press: Cambridge, 2009.

KAUTSKY, Karl. O imperialismo. TEIXEIRA, Aloisio (org.). *Utópicos, heréticos e malditos*. Rio de Janeiro: Record, 2002.

LENIN, Vladimir. *O imperialismo, fase superior do capitalismo*. São Paulo: Centauro, 2005

MAGDOFF, Harry. *A era do imperialismo*. Porto: Portucalense Editora, 1972

_____. *Imperialismo: da era colonial ao presente*. Rio de Janeiro: Zahar Ed., 1979

PANITCH, Leo; GINDIN, Sam. Global capitalism and American Empire. *Socialist Register*. London: Merlin Press, 2004,

PANITCH, Leo; GINDIN, Sam. *The making of global capitalism:* the political economy of American empire. New York, London: Verso, 2012

POULANTZAS, Nicos. 1978. *As classes sociais no capitalismo hoje*. Rio de Janeiro: Zahar, Ed., 1978.

_____. *A crise das ditaduras: Portugal, Grécia e Espanha.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976

_____. *Poder político e classes sociais*. São Paulo: Martins Fontes, 1977

take
back
our
world
AG
NOW

4

Imperialismo e **Superexploração da Força de Trabalho**

Mario Soares Neto[1]

Resumo // O presente artigo busca debater criticamente o imperialismo como determinação para a reprodução das condições de superexploração da força de trabalho. Na esteira do projeto de crítica da economia política e da teoria do valor trabalho de Marx, almeja evidenciar a relação entre a teoria do imperialismo de V. I. Lênin e a teoria marxista da dependência de Ruy Mauro Marini. Ressalta a estratégia do imperialismo no estabelecimento de formas específicas de exploração com base na determinação negativa do valor da força de trabalho, implicando a conversão do fundo de consumo e do fundo de vida da classe trabalhadora em fundo de acumulação de capital. Defende que a 'superexploração' como estratégia do capital-imperialista somente pode ser superada com o advento da revolução proletária e socialista.

Palavras-Chave // Imperialismo; Superexploração da força de trabalho; Teoria Marxista.

---

1 Advogado, Professor e Pesquisador. Intelectual marxista e Militante Político no Brasil, com atuação no âmbito dos movimentos sociais, movimento negro e organizações da classe trabalhadora. Mestre em Direito pelo Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Direito da Universidade Federal da Bahia – PPGD/UFBA. Coordenou o *Curso Marxismo e Pan-Africanismo* (FDUFBA, 2018, 2019). Tem experiências nas seguintes áreas: Teoria Marxista do Direito; Teoria Marxista da Dependência; Crítica da Economia Política; Racismo Estrutural. E-mail: mario.adv.soares@gmail.com e mario.soares@ufba.br

1. Introdução: Questões de método

O presente artigo busca debater criticamente o imperialismo como determinação para a reprodução das condições de superexploração da força de trabalho. Na esteira do projeto de crítica da economia política e da teoria do valor trabalho (TVT) de Karl Marx (1818-1883) e de Friedrich Engels (1820-1895) almeja evidenciar a relação entre a teoria do imperialismo de V. I. Lênin (1870-1924) e a teoria marxista da dependência (TMD) de Ruy Mauro Marini (1932-1997).

A relação entre imperialismo e 'superexploração' precisa ser compreendida à luz das complexidades que gravitam em torno do estudo e aplicação do método materialista histórico e dialético fundado por Marx e Engels e desenvolvido por variados intelectuais marxistas ao longo dos séculos XIX e XX.

Do ponto de vista da epistemologia e método, os trabalhos de Marx (1982); (1988); (2011), constituídos entre os anos 1850 e 1860 constam entre aquelas principais formulações que iluminam o processo de estudo e aplicação do materialismo histórico dialético com vistas à crítica da sociabilidade capitalista. Estas obras representaram o seu *tour de force* intelectual, momento de plena maturidade teórica e política, através das quais, em que pese à importância de outros escritos, tornou-se plenamente possível assentar os elementos estruturais da teoria social de Marx e Engels.

Na obra *Filosofia em O' Capital* consta que "uns podiam pretender que a filosofia de Marx (encarada como «método») se vem a resumir à dialética, enquanto outros, não sem exaltação, preconizavam que o proletariado devia era atirar essa tralha toda da filosofia pela borda fora". (BARATA-MOURA, 2013, p. 27). Diante disto, deveríamos evitar um e outro caminho, estabelecendo o desafio de procedermos à exegese rigorosa das formulações de Marx e Engels, para extrair deste ato-procedimento lições práticas para a transformação da realidade.

Na esteira das reflexões do autor de *Ontologia e Política*, a práxis de Marx e Engels evidencia unidade de forma e conteúdo. Destarte, consistiria grave equívoco teórico e político considerar a *filosofia da práxis* apenas como "um (engenhoso) dispositivo exterior – acrescentado pela inteligência – para dispor arquitetonicamente os conteúdos" (BARATA-MOURA, 2016, p. 322). De modo que tomar partido de forma apressada e irrefletida em torno de atalhos epistemológicos, produziria como resultado a "redução da dialéctica marxista à condição *exclusiva* de «método» — permitindo precipitar (em deslizamento acelerado) por umas

ribanceiras alcantiladas, que, ademais dos solavancos, nos afastam por inteiro da estrada e dos rumos por Marx efectivamente trilhados". (Ibid., p. 324).

O materialismo histórico dialético não corresponde a qualquer empirismo, positivismo, mecanicismo ou economicismo. Ademais, não consistindo naquela "pintura paradigmática idealizada de como as coisas «deveriam ser», nem uma amálgama avulsa de contingências indomáveis, nem a certidão autenticada de um necessitarismo cego, desiludido, e quietista". (Ibid., p. 328). Ao longo de suas elaborações, Marx e Engels não se prenderam às questões de método enquanto dispositivo formal de pesquisa e de exposição. O marxismo, ao contrário, preocupa-se com o movimento efetivamente real, com a própria vida do material (*Leben des Stoffs*), que importa surpreender e tornar inteligível demonstrando suas contradições.

Marx e Engels constituíram um método científico e uma teoria social voltada para a compreensão acerca de um objeto eminentemente *histórico*, *transitório* e *inacabado*. O modo de produção capitalista enquanto realidade concreta constituída por múltiplas determinações de uma *totalidade social* consiste no objeto-em-movimento, portanto, em constante transformação. De acordo com a teoria dos modos de produção exposta principalmente entre 1845-46 em *Die deutsche Ideologie* (MARX; ENGELS, 2007), o capitalismo adveio de uma longa transição que nos faz remontar às relações sociais de produção e formas históricas de propriedade atinentes ao comunismo primitivo, escravismo e feudalismo.

No que se refere à *ordem sociometabólica do capital*, para utilizarmos uma terminologia de István Mészáros (2002); (2006); (2009), a análise científica acerca da legalidade desta sociedade demonstra que o modo de produção capitalista é um modo de produção peculiar, com uma determinação histórica específica. Para Marx, o capitalismo "pressupõe certo nível das forças sociais produtivas e de suas formas de desenvolvimento como sua condição histórica: uma condição que é, ela mesma, o resultado e o produto históricos de um processo anterior e do qual parte o novo modo de produção como sua base dada". (MARX, 1988, III, p. 293).

Neste sentido, dado o caráter mutante da sociedade produtora de mercadorias, do enigma da riqueza abstrata, com as transformações constantes na realidade sócio-histórica, ultrapassamos um novo período de metamorfoses no mundo do trabalho e predomínio da riqueza fictícia, conformando a era de financeirização do capital, fenômenos analisados com profundidade nos trabalhos de Chesnais (1996); (2005), Germer (1994), Carcanholo e Nakatani (1999).

Na formulação da teoria marxista do imperialismo V. I. Lênin partiu das elaborações presentes na obra máxima do projeto de crítica da economia política, *O' Capital,* com o objetivo de compreender a hegemonia do capital financeiro e monopolista. O aprofundamento das contradições da fase imperialista do capital estabelece dentre outros aspectos, as condições para a reprodução da superexploração da força de trabalho no capitalismo dependente, e, em virtude da crise estrutural do capital aponta como tendência a sua generalização para o capitalismo avançado. Entretanto, para a compreensão acerca desta questão, é crucial analisarmos o conceito leninista de imperialismo e suas bases epistemológicas.

2. A atualidade da teoria leninista do imperialismo

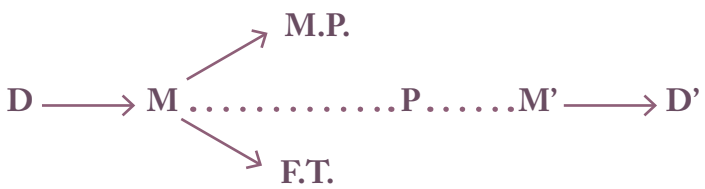
Uma discussão aprofundada sobre o imperialismo deve necessariamente remontar a formulação de John Atkinson Hobson (2005) e, no campo do marxismo, aos trabalhos de Rudolf Hilferding (1985), Nikolai I. Bukharin (1984), Rosa Luxemburgo (1984), mas, fundamentalmente, cumpre tomar como referencialidade teórica e política a elaboração de Vladimir I. Lênin (2008). Mais recentemente, formulações como as de Vijay Prashad (2019) contribuem de maneira decisiva para a reflexão sobre a importância da *Revolução de Outubro* no enfrentamento ao imperialismo e ao capital.

O imperialismo consiste em estágio avançado do desenvolvimento do capitalismo. A legalidade histórica e tendencial do capital opera e comanda a reprodução ampliada do imperialismo. Entretanto, este processo se desenvolve com base em novas condições, com o objetivo de organização monopolista da produção para a obtenção de lucros extraordinários e como forma de contratendência á queda da taxa de lucro que é inerente ao próprio movimento de acumulação do capital. De modo que, a fase monopolista e financeira do capital foi constituída como forma clássica de saída da crise do capital. Em outras palavras, cumpre, de imediato, advertir, que a explicação acerca do imperialismo deve ser investigada à luz da lei geral de acumulação capitalista tão como descrita por Marx.

No capítulo XXIII d'O Capital, *A lei Geral da Acumulação Capitalista*, Marx buscou demonstrar "a influência que o crescimento do capital exerce sobre o destino da classe trabalhadora" (MARX, 1988, I, p. 178), implicando aumento da composição orgânica do capital e modificações no mundo do trabalho decorrentes do processo de acumulação. A lei geral da acumulação capitalista consiste na

efetivação da produtividade crescente do modo de produção. A tendência da acumulação é a de que a composição orgânica do capital (c/v) passe por ampliação progressiva, decorrendo disto o crescimento da massa de capital constante (c) com relação à massa de capital variável (v), cujo resultado é a formação de uma população excedente, tal como identificado por Engels (1976); (2010) desde o opúsculo *Esboço de uma crítica da economia política*, e denominado ulteriormente por Marx como exército industrial de reserva.

A acumulação capitalista consiste no movimento permanente de "aplicação de mais-valia como capital ou retransformação de mais-valia em capital" (MARX, 1988, I, p. 154). O movimento do capital na totalidade da economia capitalista pode ser configurado da seguinte forma:



A rotação do capital é composta por três momentos distintos, dois na circulação e um na produção. O capital, inicialmente, assume a forma de dinheiro, com o qual o capitalista adquire mercadorias, dentre elas, meios de produção e a força de trabalho, as quais são direcionadas à produção de mercadorias, transformando assim o capital monetário em capital produtivo. No segundo momento do movimento do capital, no processo produtivo, os trabalhadores operam meios de produção na confecção das mercadorias, criando valores excedentes, com base na extração de mais-valia. As mercadorias produzidas no processo produtivo se realizam na esfera da circulação, quando são vendidas e trocadas por dinheiro. Com a realização, o dinheiro é reinvestido como capital, que retorna à esfera da circulação para a configuração de um novo ciclo.

Contudo, a lógica da acumulação capitalista e da rotação do capital produz constantes períodos de crises, em virtude do aumento da composição orgânica do capital. Do ponto de vista do capitalismo, a fase monopolista e financeira cumpriu historicamente a funcionalidade de permitir novos ciclos de lucratividade e acumulação.

A partir desse processo de acumulação o capital fictício se desdobra da forma valor através do capital portador de juros. Uma vez que o dinheiro consolidou sua capacidade de se converter em capital, aprofundando as relações capitalistas,

o dinheiro se transforma na mercadoria-capital, dando forma àquilo que Marx denominou como capital portador de juros, que nada mais é do que dinheiro que funciona como capital para explorar força de trabalho, conferindo ao proprietário do capital um rendimento, o juro, que corresponde a uma fração da mais-valia.

Este movimento pode ser descrito pela fórmula **D - D'**, ou seja, dinheiro **(D)** que, transformado em capital, gera mais dinheiro **(D' = D + ΔD).**

O conceito de capital fictício é a base para a discussão acerca do imperialismo. Certamente, o leitor que se restringe ao livro I desta obra será incapaz de perceber a formulação de Marx, presente em toda a Seção V do livro III *d'O Capital.* Nesta reflexão, Marx demonstrou que o processo de valorização das frações de capital especializadas no comércio de capital-dinheiro criou as condições para o desenvolvimento de títulos atrelados ao sacrossanto direito de propriedade sobre um fluxo futuro de rendimentos, derivados ou não de um capital real. Tais papéis ou títulos, lastreados ou não em capitais reais, Marx denominou capital fictício. Em suas próprias palavras: "todos esses papéis representam de fato apenas direitos acumulados, títulos jurídicos sobre a produção futura, cujo valor monetário ou valor-capital ou não representa capital algum, como no caso da dívida pública, ou é regulado independentemente do valor do capital real que representam". (MARX, 1988, III, p. 7).

V. I. Lênin, leitor de Marx desde a juventude em Kazan tomou contato com os escritos dos fundadores do marxismo através de edições ilegais e cópias manuscritas de suas obras, num contexto de ditadura czarista. Em que pese às dificuldades, estudou minuciosamente *O' Capital* buscando compreender a legalidade econômica do desenvolvimento da sociedade capitalista, perquirindo suas contradições e condições de superação[2].

Transcorridos mais de cem anos desde que Lênin elaborou o livro *"O Imperialismo, fase superior do capitalismo",* escrito em Zurique durante a primavera de 1916, observamos a atualidade desta formulação – que perfaz em grande medida certo aprofundamento do projeto de crítica da economia política de Marx e Engels. Para Lênin, o imperialismo consiste na fase monopolista e financeira do capitalismo (fenômeno que não foi estudado por aqueles autores).

---

2 Sobre aspectos biográficos de Lênin consultar: Instituto de Marxismo-Leninismo anexo ao CC do PCUS. *Lénine: Biografia.* Traduzido do russo por José Oliveira e António Pescada. Lisboa: Edições Avante; Moscovo: Edições Progresso, 1984.

De acordo com esta obra seminal, a caracterização deste período de acumulação capitalista compreende cinco traços fundamentais, sendo eles: (i) a elevação do processo de concentração da produção e do capital, com a criação dos monopólios que passam a desempenhar função central na vida econômica; (ii) a fusão do capital bancário com o capital industrial, gerando o capital financeiro e a oligarquia financeira; (iii) o aumento significativo da exportação de capitais, sendo este período de acumulação não somente pautado pela exportação de mercadorias; (iv) a formação de associações internacionais de capitalistas, que buscam formar monopólios para dividirem e partilharem o mundo entre si, e, (v) a realização da partilha de territórios do mundo entre as potências mais importantes, como por exemplo, o que ocorreu com o continente africano com a Conferência de Berlim de 1884-1885.

Em síntese, de acordo com a formulação *leninista*, o imperialismo consiste no capitalismo em sua fase de desenvolvimento marcada pelo predomínio dos monopólios e do capital financeiro. Este período histórico de acumulação é também caracterizado por uma elevação do processo de exportação de capitais, que assume maior importância do que a exportação de mercadorias. A dinâmica de reprodução do imperialismo implica, necessariamente, a partilha do mundo pelos *trusts internacionais*, subjugando povos e territórios ao arbítrio das nações mais poderosas.

Nos limites expressos deste artigo, precisamos destacar que a monopolização, o surgimento do capital financeiro, a exportação de capital e a partilha econômica e territorial do mundo são acompanhadas pela centralidade assumida pela indústria bélica e constituição de um sistema econômico mundial. Sobre o primeiro aspecto, cumpre aludirmos que em 2018, os gastos militares globais atingiram 1,82 trilhões de dólares, com aumento dos gastos militares dos EUA, chegando a 649 bilhões de dólares (36% do total das despesas militares globais)[3].

Em outras palavras, sob o imperialismo as atividades vinculadas à indústria bélica e à guerra adquirem o papel de princípio motor do desenvolvimento econômico global, visto que funciona como um elemento de contenção das permanentes crises do capital. Por outro lado, o capitalismo na fase monopolista constitui um sistema econômico mundial. O processo de mundialização implica no

3 Seguido pela China (250 bilhões de dólares); Arábia Saudita (67,6 bilhões de dólares); Índia (66,5 bilhões); França (63,8 bilhões); Rússia (61,4 bilhões), Reino Unido (50 bilhões), Alemanha (49,5 bilhões). A Fonte é o think tank Instituto Internacional de Pesquisa da Paz de Estocolmo (Sipri). Disponível em: https://www.sipri.org/

estabelecimento dos vínculos, a partir do comércio mundial, entre nações e Estados, como forma de desenvolvimento desigual e combinado, com estabelecimento de hierarquias, relações de exploração, dominação e dependência estruturais.

Destarte, a superexploração da força de trabalho cumpre função primordial no sentido de viabilizar a apropriação de parte da mais-valia gerada em formações econômico-sociais de capitalismo dependente, que será acumulada pelos monopólios capitalistas vinculados às economias centrais. Os mecanismos de 'superexploração', rigorosamente descritos por Ruy Mauro Marini, contribuem significativamente para o processo de reprodução ampliada do imperialismo. Este, por sua vez, constitui-se historicamente como determinação das relações de superexploração.

3. A superexploração da força de trabalho

A categoria superexploração da força de trabalho formulada pelo intelectual Ruy Mauro Marini, em sua obra *Dialética da Dependência* (1973), figura como uma das mais importantes contribuições teóricas elaboradas no âmbito da Teoria Marxista da Dependência (TMD)[4]. Com base na Teoria do Valor Trabalho (TVT) de Karl Marx, o desenvolvimento das investigações em torno da referida mediação analítica tem permitido a realização de amplo debate acadêmico e político.

A Teoria Marxista da Dependência (TMD) consiste em profícua síntese teórica no bojo do *projeto de crítica da economia política*[5], da teoria *leninista* do imperialismo e nos debates sobre a questão nacional-colonial havidos no âmbito do movimento comunista internacional. Como vertente do pensamento latino-americano, elaborada ao longo dos anos 1960 e 1970, se constituiu enquanto epistemologia crítica que recuperou e desenvolveu a ortodoxia marxista, com o objetivo de interpretação própria sobre a realidade da América Latina, buscando

4 Uma excelente contextualização histórica e debate sobre a atualidade da obra de Ruy Mauro Marini e da TMD pode ser encontrada nas reflexões estabelecidas por Dra. Roberta Sperandio Traspadini (2020). IN: TRASPADINI, Roberta Sperandio. *Superexploração da força de trabalho em Ruy Mauro Marini* [Entrevista concedida a] Mario Soares Neto. Santa Catarina: REBELA v.10, n.2. mai. /ago. pp. 376-414, 2020. Ver também:

5 Sobre a crítica da economia política de Karl Marx e Friedrich Engels e a história da economia política, consultar: AVELÃS NUNES, António José. Parte I: *Introdução à ciência econômica;* Parte II: *O ensino da economia política nas faculdades de direito* [Entrevista concedida a] Mario Soares Neto. VÉRTICE (LISBOA/PORTUGAL), v. 194, pp. 85-128, 2020; v. 195, pp. 103-136, 2020.

revelar as especificidades do processo de acumulação e reprodução do capitalismo dependente em sua relação contraditória com o imperialismo.

Como afirmou Osorio (2009), a 'superexploração', como violação do valor da força de trabalho, não implica uma maior exploração. A superexploração remete a uma forma de exploração em que não se respeita o valor da força de trabalho.

A categoria superexploração da força de trabalho é atravessada por inúmeros debates e polêmicas. Luce (2018) argumentou no sentido de não identificá-la com as "formas antediluvianas do capital"[6], posicionando-a como forma eminentemente capitalista, assentada na produção de mais-valia. Entretanto, não devendo ser encarada como aumento do grau de exploração da força de trabalho, mensurada pela taxa de mais-valia, o que poderia implicar que nas economias dominantes, a taxa de mais-valia "pudesse ser inclusive mais elevada considerando a combinação das formas de extração de mais-valia (absoluta e relativa) e os elementos que influenciam na taxa de exploração". (LUCE, 2018, p. 139).

Em sentido correlato, Marcelo Carcanholo (2013) afirmou que se a categoria superexploração da força de trabalho significasse apenas 'mais exploração', a mesma não teria maior significado teórico, para além de meras formas concretas de elevação do grau de exploração, de aumento da taxa de mais-valia = . O objetivo deste autor consistiu em demonstrar "que não era este o entendimento da proposta original da teoria marxista da dependência; ao menos, não como proposto por Marini". (CARCANHOLO, 2013, p. 75).

Muitos autores postularam equivocadamente a superexploração do trabalho como sinônimo de mais-valia absoluta e ausência de mais-valia relativa. Posicionamento expresso nos trabalhos de Cardoso e Serra (1978), Castañeda e Hett (1978), Guido Mantega (1985) e Valenzuela Feijoo (1985), dentre outros.

Contudo, a partir da análise das teses de Ruy Mauro Marini percebemos certa deturpação da sua formulação. A sua argumentação buscou tão somente afirmar que no capitalismo avançado o eixo da acumulação de capital gravita em torno da mais-valia relativa, com a contribuição, inclusive, das economias dependentes, no sentido da oferta mundial de alimentos e produtos primários que

6 Expressão utilizada no capítulo IV *d'O Capital*. Marx queria afirmar que as formas pré-capitalistas de existência do capital eram antediluvianas, estabelecendo uma metáfora com a figura bíblica do dilúvio, que sucedeu o pecado original, no pródromo da vida societal. Em suas palavras, "em nossa análise da forma básica do capital, da forma pela qual ele determina a organização econômica da sociedade moderna, as suas figuras populares e, por assim dizer, antediluvianas, capital comercial e capital usurário, de início permanecem totalmente fora de cogitação". (MARX, 1988, I, p. 132). Portanto, a 'superexploração' relaciona-se com o capitalismo industrial e não com modos de produção feudais ou escravistas.

contribuiu historicamente para o rebaixamento dos salários da classe operária dos países industriais. Por outro lado, no capitalismo dependente há a extração tanto de mais-valia absoluta, mais-valia relativa e mais-valia extraordinária, no entanto, o eixo da acumulação de capital gira em torno da superexploração da força de trabalho.

Paul Singer (1979) e Giovanni Alves (2000) também confundem a categoria superexploração da força de trabalho com mais-valia absoluta e ausência de mais-valia relativa. Ademais, ambos afirmaram que a 'superexploração', tal como formulada por Marini, seria incompatível com a elevação da produtividade do trabalho. Entretanto, esta critica não encontra ressonância no âmbito da *Dialética da Dependência.* A tese formulada pressupõe ganhos de produtividade atinentes à dinâmica de acumulação de capital, porém, afirma que, nas economias dependentes, tal processo consiste em mecanismo com maiores limites, em virtude do desenvolvimento desigual e combinado em relação à economia mundial.

As teses sobre a superexploração como sinônimo de pauperismo e subconsumismo das classes trabalhadoras no capitalismo dependente podem ser encontradas nos trabalhos de Mantega (1985); Augustín Cueva (2015), dentre outros. No entanto, a superexploração nem sempre expressa e/ou provoca relações de pauperismo e subconsumo. De fato, ao converter o fundo de consumo do trabalhador em fundo de acumulação de capital opera-se a compressão do consumo, como uma das formas de superexploração. Porém, como pudemos observar anteriormente, nem todas as formas ou mecanismos de superexploração consistem em compressão salarial.

Neste debate, interessante notar que inúmeros teóricos que dão uma contribuição original ao marxismo e que partem do método desenvolvido por Marx em *O' Capital* são acusados falsamente de circulacionismo, como se operassem uma cisão entre produção, distribuição e consumo. Em Marini, a perspectiva da *totalidade social* consiste em dimensão epistemológica prioritária, pressupondo a relação dialética entre produção [relações sociais de produção] e circulação, como aspectos fundamentais dentre as determinações que conformam o complexo de complexos. Não obstante, inúmeros autores alegaram que a análise empreendida por Marini foi colocada exclusivamente no nível da circulação, com base no debate sobre o intercâmbio desigual. Os trabalhos de Flamarion Cardoso e Brignoli (1984), Valenzuela Feijóo (1985) e Figueroa (1986), em que pese serem formulações importantes, demonstram trilhar nesta idílica direção.

Em Marini a categoria superexploração da força de trabalho consta como fundamento do capitalismo dependente, assumindo um caráter estrutural nas formações econômico-sociais da periferia do capitalismo. Entretanto, diversos trabalhos defendem que a superexploração trata-se de uma tendência geral do capitalismo central ou dependente. Neste sentido constam trabalhos como os de Nascimento, Dillenburg e Sobral (2013). Por outro lado, os trabalhos de Amaral e Carcanholo (2012) e Carcanholo (2013) refutam a tese da existência de uma teoria da superexploração da força de trabalho em Marx e afirma a referida categoria como formulação situada no plano de abstração mais concreto, como especificidade do capitalismo em países dependentes.

Cumpre considerarmos, tal como em Osorio (2004); (2009); (2013) que a categoria superexploração da força de trabalho não sugere, em hipótese alguma, a anulação da lei do valor. Ao contrário, tomando-a como categoria histórica, tendencial e relacional, postula o caráter de negatividade do ser, que pressupõe a afirmação e a negação das categorias, como relações sociais e processos históricos.

Voltemos à Marini. A categoria superexploração do trabalho foi originalmente formulada no livro *Subdesarrollo y Revolución,* publicado em 1969. Nesta obra, os contornos do conceito aparecem de forma embrionária, como remuneração da força de trabalho abaixo do seu valor, que converte parte do fundo de consumo dos trabalhadores em fundo de acumulação de capital, com o objetivo de permitir à burguesia latino-americana mitigar os efeitos da transferência de valor para o centro imperialista.

No capítulo terceiro desta obra (*"Vanguardia y Clase"*), a categoria "superexploração do trabalho" consta nos seguintes termos:

> "Operando mediante un aumento desproporcionado de la fuerza de trabajo lograda, ya a través de la importación de mano de obra, ya de la aplicación de una tecnologia ahorrativa de mano de obra, esas economias han llevado a cabo su proceso de acumulación fundamentalmente com base en la producción de plusvalía absoluta. Para ello concurre, en parte la falta de reglamentación de las condiciones de trabajo, y por tanto la extensión irrazonable de la jornada productiva – ló que es cierto sobre todo para las masas trabajadoras del campo -; pero, también, la ruptura de la relación entre remuneración del trabajo y su valor real, o sea, entre ló que se considera como tiempo de trabajo necesario y las necesidades de subsistência planteadas efectivamente por el obrero. Em

> otros términos, el aumento del tiempo de trabjo excedente tiende a realizar-se sin alterar de hecho el tiempo de trabajo necesario, sino más bien dejando de restituir al obrero el valor que crea en el marco de este último; así, ló que parece ser plusvalía relativa es, a menudo, un caso anômalo de plusvalía absoluta". (MARINI, 1971, p. 131).

Marini ressaltou na articulação que estabeleceu para a tessitura inicial do conceito, os aspectos relativos à ausência de regulamentação das relações de trabalho, a extensão da jornada de trabalho para além dos limites normais e a latente contradição entre a remuneração da força de trabalho e o seu valor real, elementos estes situados como expressão de realização de uma forma anômala de mais-valia absoluta.

Entretanto, tal perspectiva foi devidamente superada em seus escritos posteriores, visto que não se demonstrou a maneira mais adequada para a análise sobre a superexploração da força de trabalho, que, em princípio, apareceu vinculada exclusivamente à realização da mais-valia absoluta.

Contudo, em *Dialética da Dependência* a referida categoria passou a ter uma proposição mais consistente. Deste modo, a partir da análise das contradições do capitalismo dependente latino-americano tornou-se possível a compreensão do processo de integração das economias do continente ao sistema imperialista global. Historicamente, a América Latina enredou-se numa trama de subordinação externa, principalmente, através dos processos de transferência de valor, contra os quais quase nunca insurgiu.

Nas circunstâncias do intercâmbio desigual, a América Latina encontra-se subsumida à lógica do capital dominante, que, no nível das relações de mercado se locupleta com o processo de perda da mais-valia dos países dependentes. Por conseguinte, para os países da "periferia" do capitalismo a saída encontrada consiste na compensação destas perdas decorrentes das relações operadas no âmbito do comércio internacional. Compensação esta que se materializa no plano da produção interna, mediante a articulação de três procedimentos distintos.

Primeiro, o capital busca a intensificação do trabalho, para ampliar a exploração da força de trabalho e incrementar as taxas de mais-valia. Segundo, opera-se no plano da realização da mais-valia absoluta, decorrendo o aumento do tempo de trabalho excedente. Terceiro, tem-se a redução do consumo do trabalhador para além do seu limite normal, de modo que o fundo de consumo do trabalhador se converte em fundo de acumulação de capital.

Em Marini, o problema do intercâmbio desigual é central para a compreensão sobre a superexploração da força de trabalho. Entretanto, ele observa que não é a rigor imprescindível que exista troca desigual para a efetivação dos mecanismos de extração de mais-valia. Ao contrário, tão somente pelo fato da vinculação de determinadas economias ao mercado internacional, com o objetivo de produção e circulação de mercadorias, com suas propriedades do valor de uso, valor de troca e valor, têm-se, imediatamente, a lógica da produção do excedente econômico e do lucro, com base no mais-valor. O efeito do intercâmbio desigual consiste, porém, em "exacerbar esse afã por lucro e aguçar, portanto os métodos de extração de trabalho excedente". (MARINI, 2005, p. 156).

Para Marini, a superexploração da força de trabalho envolve a ocorrência de mecanismos, geralmente articulados entre si,

> "[...] nos três mecanismos considerados, a característica essencial está dada pelo fato de que são negadas ao trabalhador as condições necessárias para repor o desgaste de sua força de trabalho: nos dois primeiros casos, porque lhe é obrigado um dispêndio de força de trabalho superior ao que deveria proporcionar normalmente, provocando assim seu esgotamento prematuro; no último, porque lhe é retirada inclusive a possibilidade de consumo do estritamente indispensável para conservar sua força de trabalho em estado normal. Em termos capitalistas, esses mecanismos (que ademais podem se apresentar, e normalmente se apresentam, de forma combinada) significam que o trabalho é remunerado abaixo de seu valor e correspondem, portanto, a uma superexploração do trabalho". (Ibid., pp. 156-157).

Os mecanismos de extração do trabalho excedente presentes nas economias dependentes latino-americanas - a intensificação do trabalho[7], a ampliação da

7 A intensificação do trabalho pode ser auferida a partir de dados de acidentes de trabalho. De acordo com o *Observatório de Segurança e Saúde no Trabalho*, do Ministério Público do Trabalho (MPT) em parceria com a Organização Internacional do Trabalho (OIT), no Brasil, ocorre uma notificação de acidente de trabalho a cada 49 segundos. Entre 2012 e 2018 ocorreram 4.503.631 notificações de acidentes de trabalho, 16.455 notificações de acidentes com mortes e 1.709.905 afastamentos acidentários. Os setores econômicos com mais comunicações de acidente foram os de: atividades de atendimento hospitalar (378.305); comércio varejista de mercadorias em geral, com predominância de produtos alimentícios - hipermercados e supermercados (142.909); administração pública em geral (119.273); construção de edifícios (104.646) e transporte rodoviário de carga (100.344). As cidades com maior número de afastamentos acidentários foram: São Paulo/SP (109.080); Rio de Janeiro/RJ (33.798); Manaus/AM (19.806); Salvador/BA (19.389) e Porto Alegre/RS (17.984). Ver: Observatório de Segurança e Saúdo no Trabalho – MPT-OIT. Promoção do Meio Ambiente do Trabalho Guiada por Dados. Disponível em: https://smartlabbr.org/sst

jornada de trabalho[8] e a expropriação do trabalho necessário ao trabalhador para a reposição da sua corporeidade viva[9], passam a configurar um modo de produção e reprodução singular, específico, cujas bases assentam-se exclusivamente e estruturalmente na agudização da exploração da força de trabalho, e não no desenvolvimento da produtividade do trabalho. Assim, o baixo nível das forças produtivas e as atividades produtivas realizadas historicamente no continente latino-americano – em decorrência da divisão internacional do trabalho - contribuem para a reprodução ampliada da dependência e efetivação de um regime assentado na maior exploração da força de trabalho.

A categoria superexploração da força de trabalho, em Marini, compreende a articulação destes três mecanismos supramencionados, e a sua característica essencial reside no óbice para que o trabalhador tenha as condições necessárias para a reposição do desgaste da sua corporeidade viva, da sua força de trabalho. Na medida em que são negadas estas condições, impõe-se, nos dois primeiros mecanismos, um elevado dispêndio de força de trabalho que supera os limites normais estabelecidos, conduzindo ao esgotamento prematuro da força de trabalho. No último, implica a remoção das possibilidades de consumo para a conservação, em condições normais, da sua força de trabalho.

No *post-scriptum* publicado na *Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales*, no Chile, em junho de 1973, Marini buscou delimitar melhor a referida categoria. Neste sentido, observou a necessidade de diferenciação entre o conceito de superexploração da força de trabalho e o de mais-valia absoluta, considerando que a superexploração inclui também a produção de mais-valia relativa. Ademais, no que se refere ao fundo de consumo do trabalhador que é convertido em fundo de acumulação capitalista, destacou, igualmente, a sua não vinculação imediata à produção de mais-valia absoluta, visto que esta conversão impacta concomitantemente

---

8 Para Luce (2018) a partir dos dados da OIT, no período de 2003 e 2009, cerca de 40% dos trabalhadores tiveram jornadas semanais superiores à jornada normal de trabalho vigente no país. Sendo que, nas regiões metropolitanas, 25,5% dos trabalhadores cumpriram jornadas semanais iguais ou superiores a 49 horas. Por outro lado, um estudo de 2017, demonstra que o trabalhador brasileiro labora, em média, 149 horas a mais em um ano que um trabalhador de um país membro da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), conformando uma jornada de trabalho extremamente prolongada. Ver: LUCE. Ver também: PERRUCCI, Marcelo. *Artigo compara jornada de trabalho dos países da OCDE com a realidade brasileira.* Sindicato Nacional dos Auditores e Técnicos Federais de Finanças e Controle – UNACON Sindical. Brasília. 9 de março de 2017. Disponível em: https://unacon.org.br/

9 Importante notar que, segundo o DIEESE, o salário mínimo necessário em novembro de 2020, R$ 5.289,53, correspondeu a 5,06 vezes ao valor do salário mínimo oficial para o referido ano. Desta forma, o salário não alcança a quantia suficiente para a reposição do desgaste da força de trabalho.

os dois tempos de trabalho no interior da jornada de trabalho – o tempo de trabalho necessário e o tempo de trabalho excedente, diferenciando-se da mais-valia absoluta, que somente afeta este último.

Destarte, Marini aprimorou a definição de superexploração da força de trabalho, definindo-a como uma espécie de agudização da exploração da força de trabalho, tomando-a em contraposição à forma de exploração que resulta do aumento da produtividade do trabalho. Portanto, em suas próprias palavras, a categoria superexploração da força de trabalho possui como tendência o "fato de que a força de trabalho se remunera abaixo de seu valor real". (MARINI, 2005, p. 189).

Anos depois em escrito destinado à crítica dos representantes da corrente liberal weberiana da dependência, Marini (2008) passou a considerar uma quarta forma de superexploração, qual seja: o hiato entre o elemento histórico-moral da força de trabalho e a sua remuneração. Como argumentou Marx, o valor da força de trabalho, como o de toda e qualquer mercadoria, é determinado pelo tempo de trabalho necessário à produção e reprodução desta. Por outro lado, em antítese às demais mercadorias, a determinação do valor da força de trabalho contém, por conseguinte, um elemento histórico e moral.

Nesta modalidade de superexploração do trabalho ocorre a ampliação do elemento histórico-moral do valor da força de trabalho sem adimplemento da remuneração recebida pelo trabalhador. Com o desenvolvimento das forças produtivas, avanço da fronteira tecnológica e barateamento no processo de produção, determinados valores de uso, que antes eram considerados produtos suntuários, passam a integrar o conjunto dos bens-salário, fazendo parte da cesta de consumo dos trabalhadores. De modo que, o desenvolvimento da sociedade generaliza valores de uso que se transformam em bens necessários para a reprodução da força de trabalho.

Para além do debate sobre as formas de superexploração, um dos temas polêmicos consiste na presença/ausência da referida categoria corresponde a uma exclusividade das economias dependentes ou se pode ser verificada em países de capitalismo desenvolvido. Para Marcelo Carcanholo (2013) a superexploração da força de trabalho consiste na categoria específica da economia dependente[10].

---

10 Ver: OSORIO, Jaime. *Estado & Superexploração do trabalho no capitalismo contemporâneo: A Atualidade da Teoria Marxista da Dependência (TMD).* [Entrevista concedida a] Mario Soares Neto. Santa Catarina: REBELA v.10, n.1. jan. /abr. pp. 164-180, 2020.

Por outro lado, Jaime Osorio (2020) diverge desta posição, afirmando-a como uma modalidade da exploração capitalista, que se apresenta não somente no capitalismo dependente, mas em todos os rincões do sistema mundial. Assim, a questão não é se aparece aqui ou lá, mas a relevância que adquire no conjunto da reprodução do capital. Destarte, no capitalismo dependente o peso e a dimensão da superexploração assume um caráter diferente do que no capitalismo desenvolvido.

No trabalho intitulado *Processo e tendência da globalização capitalista* (1996), ao interpretar a trajetória da economia mundial a partir dos processos de reestruturação produtiva, nova divisão internacional do trabalho e financeirização do capital, o nosso autor compreendeu com maestria a tendência de generalização da superexploração para os países do centro capitalista. Neste sentido, o novo padrão tecnológico intensificou a concorrência capitalista com o espraiamento da mais-valia extraordinária por todas as cadeias produtivas. O movimento de internacionalização dos processos produtivos impulsionou a generalização a todo o sistema, "inclusive aos centros avançados, o que era uma marca distintiva (ainda que não privativa) da economia dependente: a superexploração generalizada do trabalho". (MARINI, 2000, pp. 290-291).

Para Marini, a contradição fundamental da ordem sociometabólica do capital é que, não obstante o constante desenvolvimento das forças produtivas e a subsequente abertura de perspectivas ilimitadas para o bem-estar material e espiritual dos povos - opera-se, na contramão da história, o recrudescimento e a ampliação da massa de trabalhadores excedentes e do fenômeno da pauperização. Dimensão esta atrelada à própria lei geral da acumulação capitalista, que somente pode ser resolvida através da total superação do imperialismo e do capital.

4. Considerações finais

Ao estabelecermos a relação entre imperialismo e superexploração da força de trabalho posicionamos as referidas categorias atreladas às noções de crítica da *totalidade social* e de *práxis transformadora*, sendo que a reflexão acerca da essência e atualidade desta relação sócio-histórica determina como desdobramento político, a defesa da necessidade de superação do imperialismo e capitalismo, *conditio sine qua non* para a extinção da superexploração da força de trabalho.

Em suma, à luz do projeto de crítica da economia política fundado por Marx e Engels, da teoria leninista do imperialismo e da teoria marxista da dependência

torna-se fundamental o aprofundamento do horizonte de superação da ordem sociometabólica do capital, tomando como "primeiro passo" a defesa intransigente da ideologia e política *proletária* e *comunista* frente ao espectro constringente da burguesia e pequena burguesia (com matiz conservador ou dito de "esquerda").

Diante do imperialismo e da dinâmica de superexploração da força de trabalho a estratégia política democrático-burguesa tentada no passado e com reflexos sobre o fazer político no presente, não somente torna-se cada vez mais insuficiente, mas passa a operar no campo da manutenção da ordem, laborando pró-interesses do capital.

Como afirmou recentemente Prashad (2020) é preciso voltar à tarefa de construir um novo mundo. Diante das contradições do capitalismo contemporâneo, na sua fase imperialista (monopolista, financeirizada) e de tendência à generalização da superexploração da força de trabalho, torna-se imprescindível, tanto quanto os enfrentamentos no âmbito da luta econômica e política, fortalecermos a dimensão da luta teórica como parte da luta de classes, reforçando a ideologia comunista.

Neste sentido, cumpre recuperarmos os ensinamentos de Marx e Engels quando afirmaram que "o comunismo não é para nós um estado de coisas [*Zustand*] que deve ser instaurado, um *Ideal* para o qual a realidade deverá se direcionar. Chamamos de comunismo o movimento real que supera o estado de coisas atual. As condições desse movimento [devem ser julgadas segundo a própria realidade efetiva]. [...] resultam dos pressupostos atualmente existentes". (MARX; ENGELS, 2007, p. 38).

Referências bibliográficas

ALVES, Giovanni. *O novo e precário mundo do trabalho.* São Paulo: Boitempo, 2000.

AMARAL, M. S.; CARCANHOLO, M. *Superexploração da força de trabalho e transferência de valor: fundamentos da reprodução do capitalismo dependente.* IN: FERREIRA, Carla; OSORIO, Jaime; LUCE, Mathias. *Padrão de reprodução do capital: contribuições da teoria marxista da dependência.* São Paulo: Boitempo, 2012.

AVELÃS NUNES, António José. Parte I: *Introdução à ciência econômica;* Parte II: *O ensino da economia política nas faculdades de direito* [Entrevista concedida a] Mario Soares Neto. VÉRTICE (LISBOA/PORTUGAL), v. 194, pp. 85-128, 2020; v. 195, pp. 103-136, 2020.

BARATA-MOURA, José. *Ontologia e Política: Estudos em torno de Marx – II.* Lisboa: Editorial Avante, 2016.

BARATA-MOURA, José. *A Filosofia em O Capital: Uma aproximação.* Lisboa: Editorial Avante, 2013.

BUKHARIN, Nikolai Ivanovitch. *A economia mundial e o imperialismo* / Nikolai I. Bukharin; tradução de Raul de Carvalho. – São Paulo: Abril Cultural, 1984.

CARCANHOLO, Marcelo. *(Im) Precisões sobre a categoria superexploração da força de trabalho.* IN: ALMEIDA FILHO, Niemeyer (Org.). *Desenvolvimento e Dependência: cátedra Ruy Mauro Marini.* Brasília: Ipea, 2013.

CARCANHOLO, R; NAKATANI, P. *"O Capital especulativo parasitário: uma precisão teórica sobre o capital financeiro, característico da Globalização".* Ensaios FEE, V. 20, nº 1, Porto Alegre, junho de 1999.

CARDOSO, Fernando Henrique y SERRA, José. *"Las desventuras de la dialéctica de la dependencia".* Revista Mexicana de Sociología, Número Extraordinario E/78, Instituto de Investigaciones Sociales UNAM, México, 1978.

CHESNAIS, François. *A mundialização do capital.* São Paulo, Xamã, 1996; *A finança mundializada: raízes sociais e políticas, custos e consequências.* São Paulo, Boitempo, 2005.

CUEVA, Agustín. *Problemas y perspectivas de la teoría de la dependencia* (1974). IN: *Entre la ira y la esperanza : y otros ensayos de crítica latinoamericana* / Agustín Cuevas ; antología y presentación, Alejandro Moreano. — México, D. F.: Siglo XXI Editores; Buenos Aires: CLACSO, 2015.

ENGELS; Friedrich. *Esboço de uma Crítica da Economia Política.* Tradução de Maria Filomena Viegas e revisão de José Paulo Netto. IN: Revista Temas de Ciências Humanas, São Paulo, Livr. Ed. Ciências Humanas, 5: p. 15, 1979.

FIGUEROA S., Víctor M. *Reinterpretando el subdesarrollo. Trabajo general, clase y fuerza productiva em América Latina.* Siglo XXI editores/UAZ, Ciudad de México, 1986.

FLAMARION CARDOSO, Ciro; BRIGNOLI, Héctor Pérez. *História Econômica da América Latina: Sistemas agrários e história colonial. Economias de exportação e desenvolvimento capitalista.* Tradução: Fernando Antonio Faria. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983.

GERMER, Claus. *O sistema de crédito e o capital fictício em Marx.* Ensaios FEE, Porto Alegre, 1994.

HETT; Enrique; CASTAÑEDA, Jorge. *El economicismo dependentista.* Barcelona: Siglo Xxi, 1978.

HILFERDING, Rudolf. *O capital financeiro*; Introdução de Tom Bottomore; Tradução de Reinaldo Mestrinel; Tradução da introdução de Wanda Nogueira Caldeira Brant. São Paulo: Nova Cultura, 1985.

HOBSON, John Atkinson. *Imperialism: A Study.* New York: Cosimo Classics, 2005.

Instituto de Marxismo-Leninismo anexo ao CC do PCUS. *Lénine: Biografia.* Traduzido do russo por José Oliveira e António Pescada. Lisboa: Edições Avante; Moscovo: Edições Progresso, 1984.

LENIN, Vladimir Ilitch. *O Imperialismo: fase superior do capitalismo;* Tradução Leila Prado. São Paulo: Centauro, 2008.

LUCE, Mathias Seibel. *Teoria Marxista da Dependência: problemas e categorias. Uma visão histórica.* 1ª edição. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

LUXEMBURGO, Rosa. *A Acumulação do Capital: contribuição ao estudo econômico do Imperialismo; Anticrítica* (Volumes I e II) / Rosa Luxemburgo; apresentação de Paul Singer; traduções de Marijane Vieira Lisboa e Otto Erich Walter Maas. – São Paulo: Abril Cultural, 1984.

MANTEGA, Guido. *A economia política brasileira.* Petrópolis: Vozes, 1985.

MARINI, Ruy Mauro. *Dialética da Dependência.* IN: TRASPADINI, Roberta; STEDILE, João Pedro (Orgs.). Ruy Mauro Marini: Vida e obra. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

MARINI, Ruy Mauro. *Las razones del neodesarrollismo (respuesta a F. H. Cardoso y J. Serra) (1978).* IN: América Latina, dependencia y globalización. Fundamentos conceptuales Ruy Mauro Marini. Antología y presentación Carlos Eduardo Martins. Bogotá: Siglo del Hombre - CLACSO, 2008.

MARINI, Ruy Mauro. *Post-Scriptum. Sobre a Dialética da dependência, 1973.* IN: TRASPADINI, Roberta; STEDILE, João Pedro (Orgs.). Ruy Mauro Marini: Vida e obra. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

MARINI, Ruy Mauro. *Processo e tendência da globalização capitalista.* IN: SADER, Emir (Org.). *Dialética da Dependência: uma antologia da obra de Ruy Mauro Marini.* Petrópolis: RJ: Vozes; Buenos Aires: CCLACSO, 2000.

MARINI, Ruy Mauro. *Subdesarrolo y revolución.* México 12, D. F.: Siglo Veintiuno Editores, S. A., 1971.

MARX, Karl. *Grundrisse: Manuscritos econômicos de 1857-1858 – Esboços da crítica da economia política.* São Paulo: Boitempo, 2011.

MARX, Karl. *O Capital: Crítica da Economia Política (O Processo de Produção do Capital).* Volume I e II. Livro Primeiro; *O Processo de Circulação do Capital.* Volume III. Livro Segundo; *O Processo Global da Produção Capitalista.* Volume IV e V. Livro Terceiro. Tradução: Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

MARX, Karl. *Para a Crítica da Economia Política.* Introdução de Jacob Gorender. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *A Ideologia Alemã – Crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas, 1845-1846.* São Paulo: Boitempo, 2007.

MÉSZÁROS, István. *Para além do capital*: *Rumo a uma teoria da transição.* Boitempo, São Paulo: 2002; *A teoria da alienação em Marx.* Boitempo, São Paulo: 2006; *A crise estrutural do capital.* São Paulo: Boitempo, 2009.

MOURA, Mauro Castelo Branco de. *Os mercadores, o Templo e a Filosofia: Marx e a religiosidade.* Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004.

NASCIMENTO, C. A. do; DILLENBURG, F. F.; SOBRAL, F. M. *Exploração e superexploração da força de trabalho em Marx e Marini.* IN: ALMEIDA FILHO, Niemeyer (Org.). *Desenvolvimento e Dependência: cátedra Ruy Mauro Marini.* Brasília: Ipea, 2013.

OSORIO, Jaime. *Crítica de la economía vulgar: reproducción del capital y dependencia.* Cidade do México: Miguel Ángel Porruá/UAZ, 2004.

OSORIO, Jaime. *Dependência e superexploração.* IN: MARTINS, Carlos Eduardo; VALENCIA, Adrián Sotelo (Orgs.). *A América Latina e os desafios da globalização. Ensaios dedicados a Ruy Mauro Marini.* São Paulo: Boitempo, 2009.

OSORIO, Jaime. *Estado & Superexploração do trabalho no capitalismo contemporâneo: A Atualidade da Teoria Marxista da Dependência (TMD).* [Entrevista concedida a] Mario Soares Neto. Santa Catarina: REBELA v.10, n.1. jan. /abr. pp. 164-180, 2020.

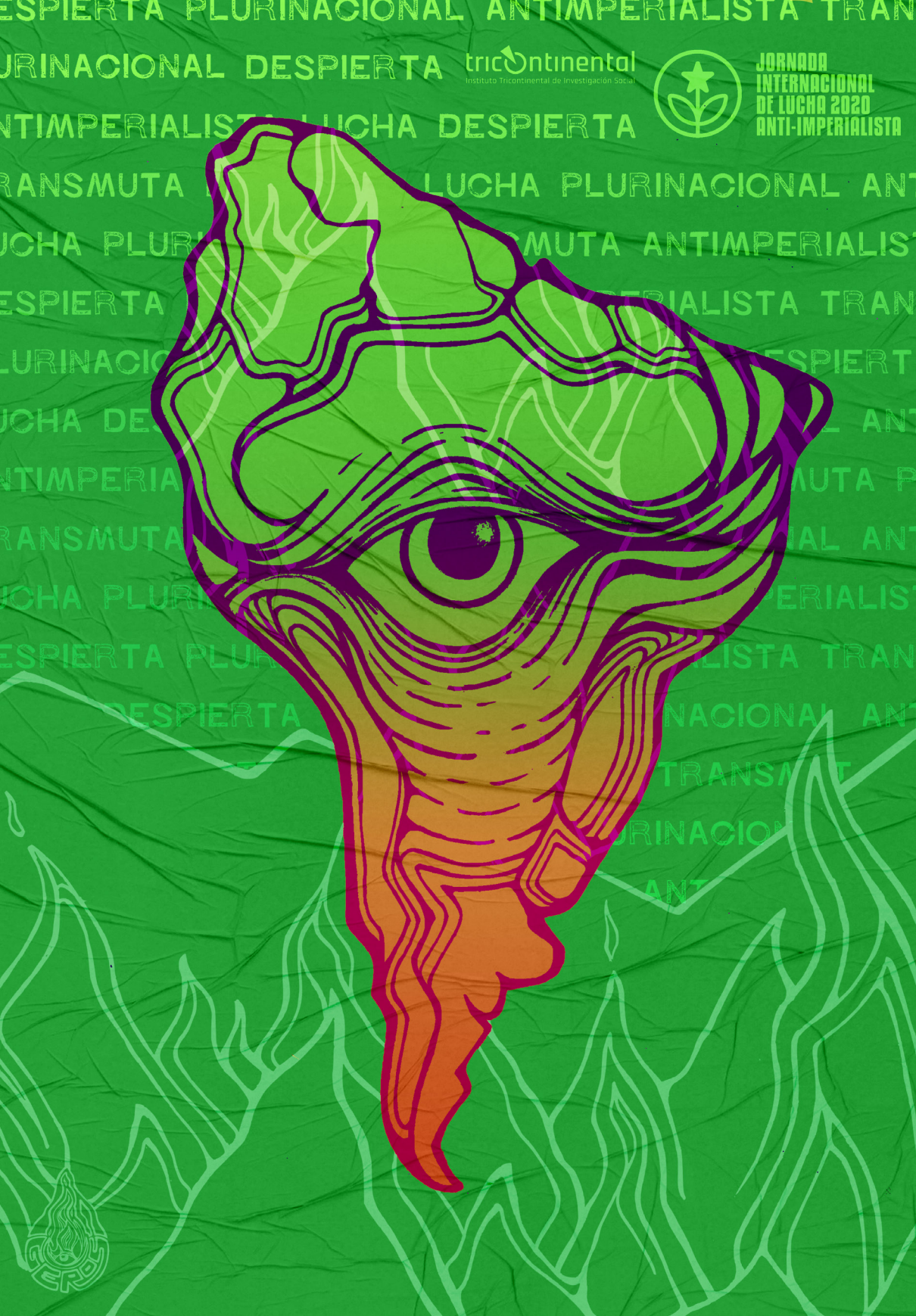
PERRUCCI, Marcelo. *Artigo compara jornada de trabalho dos países da OCDE com a realidade brasileira.* Sindicato Nacional dos Auditores e Técnicos Federais de Finanças e Controle – UNACON Sindical. Brasília. 9 de março de 2017. Disponível em:

PRASHAD, Vijay. *Estrela Vermelha: Sobre o Terceiro Mundo.* 1ª Edição. São Paulo: Expressão Popular, 2019.

SINGER, Paul. *A reprodução da força de trabalho e desenvolvimento.* IN: PADIS, Pedro Calil (Org.). América Latina. *Cinquenta anos de industrialização.* São Paulo: Hucitec, 1979.

TRASPADINI, Roberta Sperandio. *Superexploração da força de trabalho em Ruy Mauro Marini* [Entrevista concedida a] Mario Soares Neto. Santa Catarina: REBELA v.10, n.2. mai. /ago. pp. 376-414, 2020.

VALENZUELA FEIJÓO, José. *Sobreexplotación y dependencia. Investigación Económica*, México, n. 221, julio-septiembre 1997.


tricontinental
Instituto Tricontinental de Investigación Social
JORNADA INTERNACIONAL DE LUCHA 2020 ANTI-IMPERIALISTA

5

Questão nacional, internacionalismo e anti-imperialismo na América Latina

Olívia Carolino Pires[1]

Resumo // No leito histórico revolucionário latino-americano, há uma tradição em vincular a luta nacional por soberania, a luta por libertação nacional a uma causa latino-americana, com uma perspectiva internacionalista e anti-imperialista. O presente artigo se dedica a aprofundar cada um desses conceitos no âmbito da teoria marxista e tecer considerações sobre a inter-relação destes nas lutas travadas no continente e nos desafios atuais diante a ofensiva do Imperialismo.

Palavras-chave // questão nacional, internacionalismo, anti-imperialismo, marxismo e América Latina.

1 Pesquisadora no Observatório da Financeirização do Instituto Tricontinental de Pesquisa Social e doutora pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais.

Introdução

O internacionalismo é um valor militante presente historicamente na prática de quem luta por um mundo melhor e treme de indignação diante de qualquer injustiça no mundo desde o momento em que "*a humanidade que disse basta e se pôs em marcha*". Essa foi a seu tempo a palavra de ordem da Conferência da Tricontinental (1967), de onde o Instituto Tricontinental de Pesquisa Social toma emprestado o nome. Esse grito está nas gargantas há gerações de militantes num processo constante de lutas anti-imperialistas.

A luta é um processo constante, mas, o termo Imperialismo nos debates políticos parece sair de cena em momentos de derrota da classe trabalhadora. Objeto de debates principalmente entre os marxistas desde o limiar da Primeira Guerra Mundial, o tema foi saindo de circulação com a derrota das esquerdas em 1968 e a guinada conservadora da década de 1970. Em meio a debates em torno da terminologia midiática da globalização e do referencial de análise neoliberal a maneira precisa de caracterizar o inimigo da Humanidade segue sendo: Imperialismo. Desde o começo da ofensiva militar estadunidense da chamada "Era Bush", na primeira década do século XXI, o tema do Imperialismo volta à baila nas reflexões do pensamento crítico de esquerda. Esse processo foi acompanhado por um movimento de massa de caráter internacionalista com centralidade no anti-imperialismo que foi a Campanha Continental Contra a ALCA (2003-2005).

A importância em chamar as coisas pelo nome que elas têm diz respeito à essa categoria de análise da realidade, Imperialismo, estar presente no horizonte da juventude que rompe o silêncio contra a opressão e faz as mediações necessárias entre a lógica política, a lógica econômica e as determinações de gênero e raça.

No presente artigo, tecemos algumas considerações sobre o tema da questão nacional no âmbito da teoria marxista e sua relação com a luta anti-imperialista a partir dos processos por libertação nacional na América Latina.

O que é a luta anti-imperialista?

A primeira observação que tratamos de fazer é que a cada forma de atuação do inimigo, o Imperialismo, corresponde uma determinada forma de resistência e luta dos povos, ou seja, uma forma de luta anti-imperialista.

O marxismo é uma atitude cientifica de entender o mundo a seu tempo para transformá-lo. O que nos marcos desse referencial de análise podemos chamar de *Imperialismo clássico*, se configura diante da necessidade de expansão do capital industrial em busca de matéria prima, mão de obra barata e mercado consumidor. A estratégia, nessa lógica de acumulação de capital, era predominantemente a de ocupação por meio de empresas e bases militares que garante coerção em última instancia. Respectivamente a esse padrão de exploração e dominação do capital industrial, correspondia a luta da classe trabalhadora urbana, empregada nas industrias, entoar a primeira palavra de ordem internacionalista que foi o "*trabalhadores de todo mundo – uni-vos!*". E, por meio de ferramentas como sindicatos, movimentos feministas, movimentos sociais interromper processos produtivos no enfrentamento das multinacionais, empresas transnacionais, denunciar acordos de livre comércio e a relação subserviente dos Estados Nacionais aos interesses das grandes corporações internacionais.

Por sua vez, a lógica atual de padrão de acumulação do capital por dominância financeira faz com que o Imperialismo atue por meio da compra de títulos da dívida pública que se transforma em dívida externa e obriga o povo a arcar com esse passivo que é arrecadado por meio de impostos. O Tesouro Nacional transfere esses recursos para fundos especulativos por meio do pagamento dos juros da dívida. Ou seja, ou Estado opera uma transferência de riqueza da sociedade para os bancos e sistema financeiro. Nesse caso, ao invés de instalar suas empresas nos países dependentes, o Imperialismo atua predominantemente negociando empresas na Bolsa de Valores e promovendo uma ofensiva sobre os bens natureza como a Amazônia, petróleo, minério, água - como forma de buscar remuneração para os papeis negociados.

Essa dominação do capital financeiro vem transformando as relações de produção e está mundialmente em ofensiva para adequar as instituições políticas e os Estados Nacionais às suas necessidades de acumulação e reestruturação produtiva. As exigências de acumulação capitalista financeirizada tem se mostrado incompatíveis mesmo com a democracia liberal burguesa e esse processo deflagrou a ofensiva mundial de forças conservadoras, autoritárias, intolerantes, de extrema-direita no sentido da eliminação dos povos ou a intensificação de povos sem destinos, sem lugar no mundo – que caracteriza hoje o fenômeno do genocídio pelo vírus e pela fome e o fenômeno das migrações e refugiados.

A segunda dimensão que queremos destacar reside numa dimensão central da crítica marxista que é considerar que o capitalismo perdeu seu conteúdo

civilizatório a medida em que o século XX foi o século da Guerra Total. Entre o fim das Guerras Napoleônicas, em 1815, e o início da Primeira Guerra Mundial, em 1914, os conflitos foram localizados. No século XX, o Imperialismo trouxe consigo uma época de guerras generalizadas sem precedentes na história da humanidade.

O historiador Eric Hobsbawm em Era dos Extremos, narra o período histórico que vai da Primeira Guerra Mundial ao colapso da União Soviética. Nas palavras dele: "Não foi o fim da humanidade, embora houvesse momentos, no curso dos 31 anos de conflito mundial, (…) em que o fim de considerável proporção da raça humana não pareceu distante". Referindo-se à "(...) crescente brutalidade e desumanidade do século XX", observa que "sobre essa curva ascendente de barbarismo após 1914 não, há, infelizmente, dúvida séria". "Em resumo, a catástrofe humana desencadeada pela Segunda Guerra Mundial é quase certamente a maior na história humana. O aspecto não menos importante dessa catástrofe é que a humanidade aprendeu a viver num mundo em que a matança, a tortura e o exílio em massa se tornaram experiências do dia-a-dia que não mais notamos".

Com o término da Segunda Guerra, o desmoronamento dos "impérios" europeus e sob o impacto decisivo das duas revoluções – na Rússia em 1917 e na China em 1949 – o capitalismo, como modo de produção, foi reconstruído de maneira mais vigorosa, os processos de concentração e centralização do capital avançaram numa escala sem precedentes, o que se exprimiu no crescimento vertiginoso da economia do pós-guerra, base da revolução técnica e científica.

Esse processo correspondeu a uma nova configuração do Imperialismo, estruturado em escala ampliada, centrado no poder dos Estados Unidos exercendo sua hegemonia como potência mundial. Não por outra razão o complexo industrial-militar estadunidense, responsável pela produção da máquina militar mais poderosa na história da humanidade, é um dos setores mais pujantes da economia, núcleo do progresso técnico. Com isso, o estado de Guerra Total da quadra histórica que vai de 1914 a 1945, foi substituído pelo risco permanente de uma catástrofe nuclear e da extinção da raça humana.

O desmoronamento do mundo burguês criado no século XIX revela uma escalada da barbárie ao longo do "breve Século XX", no qual "gerações inteiras se criaram à sombra de batalhas nucleares globais que, acreditava-se firmemente, podiam estourar a qualquer momento, e devastar a humanidade". Desde 6 de agosto de 1945, não há mais como ignorar que as relações entre os indivíduos acontecem num contexto em que as armas atômicas estão presentes e podem ser

acionadas, ou seja, a partir de Hiroshima e Nagasaki a humanidade esteve alerta à possibilidade de nova catástrofe nuclear de modo que viveríamos assim um *tempo do fim* em que a "*ausência de futuro já começou*".

Diante da crise ambiental e a emergência de epidemias e crise sanitária o *tempo do fim* nesse cenário seria a vida humana perante a sobrevivência, diante da perda do "domínio" da natureza pelo homem. Hoje somos 7,8 bilhões de indivíduos espalhados e interconectados pelo planeta, um grande ecossistema para ser colonizado pelos vírus. A particularidade do *fim do mundo* em meio a situação nuclear é que ele perde todo seu caráter simbólico e ritualístico. O fim da humanidade se torna um gesto técnico preparado com lucidez. A mobilização da totalidade dos recursos tecnológicos e da capacidade humana coincide com o instante do fim dessa razão. Mas, por depender de um gesto humano, o risco sempre foi acompanhado por lutas antinucleares e pela esperança de que os governos pudessem desativar as usinas de energia e os arsenais de guerra. Já o colapso ambiental em curso parece estar inteiramente fora do nosso alcance anular, cabendo a nossa ação apenas mitigar sem se dar ao luxo de isolar fenômenos intimamente conectados na chamada economia da natureza. Por fim, diferente do colapso ambiental que atinge todas as vidas do planeta, a condição pós-pandemia nos coloca diante de um *tempo do fim* que atinge exclusivamente nós seres humanos. (NAKAMURA, 2020).

O século XX foi também um século de crises profundas. São crises inerentes ao desenvolvimento da economia capitalista, mas no século XIX, eram menos profundas e tendiam a ser superadas, em grande medida, pelos próprios mecanismos da economia de mercado. A crise de 1929 chegou a uma profundidade desconhecida até então, que colocou o próprio sistema sob risco, esfacelando a democracia burguesa em diversas partes do mundo, sobretudo na Europa. No limite, produziu episódios de barbárie extrema, a exemplo da eclosão violenta do nazi-fascismo – às vésperas da eleição de Hitler, por exemplo, a Alemanha. (VIEIRA, 2013)

Portanto, o século do Imperialismo frustrou as promessas de generalização global do progresso econômico e de autodeterminação dos povos. A despeito das esperanças emancipatórias e progressistas da burguesia do século XVIII, o século XX foi uma era de extrema violência nas experiências do neocolonialismo, ao mesmo tempo que revelou, como fenômeno crônico, o "subdesenvolvimento". No início do século XXI, o clube restrito dos países chamados "desenvolvidos" é composto, com uma ou outra rara exceção, basicamente, pelos mesmos países que o formavam no último quartel do século XIX.

A partir da década de 1970 a brutal concentração e centralização do capital do pós-guerra produziu suas próprias contradições. O capitalismo contemporâneo, desde a década de 1980, vive numa espécie de estado permanente de crise rastejante, ou seja, uma crise que não cumpre seus desígnios do capitalismo se reinventar e retomar suas taxas de lucro globais. Os arranjos "globais" do grande capital monopolista, sob o arbítrio de uma oligarquia financeira cada vez mais poderosa, corroeram as bases das democracias burguesas e sucumbe economias nacionais. O colapso das experiências socialistas – que puseram de quarentena o espectro da revolução que até então rondava o planeta – abriu caminho para o desmonte do chamado "Estado de bem-estar social" onde ele existiu levando à falência a alternativa política do reformismo. Partidos tradicionalmente referidos à esquerda reformista, se chegam ao poder terminam por administrar a crise e promover a política da oligarquia financeira contra o trabalho. As promessas do mito da globalização se descortinam em meio às explosões de violência do Imperialismo e de sua guerra sem fim cada vez mais em horizontes de "fim do mundo".

Levando em conta esse quadro de configurações do Imperialismo, crise rastejante e ausência de futuro as lutas anti-imperialistas são portadoras de um conteúdo internacionalista de defesa da vida e da paz. São lutas que precisam necessariamente distinguir processos civilizatórios de processos de libertação dos povos e assim avançar na crítica à modernidade e pós-modernidade. É uma luta anticapitalista que expressa o seu caráter de classe. É uma luta anticolonial pelo direito dos povos existirem e cada vez mais uma luta pela possibilidade do planeta existir, que explicita a dimensão ambiental dessa luta.

O internacionalismo e a questão nacional

O marxismo é mais uma teoria dos conflitos que do sistema, ainda que Marx se visse obrigado a estudar o sistema. Ele não parte da concepção do capitalismo enquanto um regime antiquado que se supera, mas, ao contrário, parte da natureza do capitalismo, que, diferente dos modos de produção anteriores, só se reproduz se revolucionando. Isso leva ao marxismo a flagrar um antagonismo que não pode se resolver jamais: as condições da superação do capitalismo, por estar no âmbito da luta de classes, estão relacionadas a contradições internas cada vez mais profundas e mundiais.

O "Manifesto do Partido comunista" elucida como, da perspectiva da expansão capitalista, o Estado Nação se apresenta de forma contraditória. Ao mesmo tempo em que é uma forma adequada de organização social para a dominação burguesa, convive com a vocação da burguesia de se expandir mundialmente:

> A grande indústria criou o mercado mundial, preparado pela descoberta da América. O mercado mundial promoveu um desenvolvimento incomensurável do comércio, da navegação e das comunicações. Esse desenvolvimento, por sua vez, voltou a impulsionar a expansão da indústria. (MARX, 2008, p. 10)

O objeto particular do marxismo é o capitalismo. A produção do conhecimento na época de Marx e Engels era marcada pela disputa entre positivismo e evolucionismo que triunfam na cena teórica no mesmo momento em que as ideias desses autores assumem relevância. Tanto o marxismo quanto o positivismo e o evolucionismo são produções de conhecimento na circunstância de uma Europa que, pelo seu peso econômico e material, se colocava como centro do mundo, e, portanto, foram teorias com potencial de se universalizar.

Marx e Engels tiveram a capacidade de reagir contra o positivismo e o evolucionismo. Essa é uma questão de fundo na universalização do marxismo enquanto teoria social. Nem todos seus seguidores tiveram essa capacidade. Por exemplo, o desenvolvimento da teoria marxista de 1870 - 1917, a chamada Social Democracia é conhecida por um caráter não subversivo que se imprimiu nessa nova universalização do marxismo que aceita o positivismo e o evolucionismo que Marx e Engels rechaçavam. A Social Democracia reuniu um conjunto de organizações marxistas, partidos e sindicatos que, em grande medida, se adequaram à dominação capitalista. Com a essa prática da Social Democracia o marxismo se adéqua à cultura burguesa e renuncia a invenção de uma nova cultura, de novos valores e de visão de mundo. Assim, a teoria marxista na época da Social Democracia assumiu legitimidade teórica nos marcos da legitimidade do capitalismo e com isso, o marxismo que se universaliza com a Social Democracia assume a realização da racionalidade moderna e a questão nacional associa-se a uma ideologia de dominação burguesa.

Lenin rompe com essa premissa e, a partir de então, temos um terceiro momento do marxismo, diferente da universalização do marxismo que proporciona referências teóricas importantes para se pensar a relação entre imperialismo e questões nacionais.

Também ganha contornos mais claros com Lenin a compreensão fundamental no marxismo de que é a centralidade da política e de que os grandes problemas da vida dos povos nunca são resolvidos senão pela força. (SALEM, 2008, p. 66).

A conhecida polêmica sobre o direito dos povos à autodeterminação, travada entre Lenin e Rosa Luxemburgo é um exemplo da tensão em torno do debate sobre as questões nacionais e a incontornável necessidade da centralidade do poder nas lutas proletárias.

Em 1912, Rosa Luxemburg examinou o que chamou de "fase imperialista da acumulação de capital (...)". Por outros caminhos, em 1916, em meio à Primeira Guerra Mundial e às vésperas da Revolução Russa, Lenine escreveu: "(...) o imperialismo é a fase monopolista do capitalismo", designando uma fase particular na história do modo de produção capitalista, cujas consequências, reveladas principalmente pela barbárie do colonialismo e da guerra, não poderiam ser enfrentadas senão com a destruição mesmo de toda a ordem social estabelecida. De um lado, era uma crítica corrosiva à oligarquia financeira que ocupava o topo da hierarquia social sobre a base de um processo de concentração e centralização do capital em estágio avançado, correspondente à transição de um regime concorrencial a um regime monopolista, e à supremacia da forma financeira do capital. As contradições amplificadas por esses processos de potencialização da acumulação levavam à exportação de capital e, com isso, à partilha do mundo entre as grandes corporações capitalistas e, no limite, entre as grandes potências. De outro lado, tratava-se de uma crítica também corrosiva ao reformismo, à chamada "aristocracia operária". Os *sobre lucros* dos grandes monopólios e oligopólios poderiam ser canalizados para uma elevação relativa dos salários de uma parcela da classe operária, o que teria, como contrapartida política, a conversão de parte substancial do movimento operário ao reformismo.

O escrito de Luxemburgo, de 1908 e 1909, de crítica ao parágrafo nove do programa (elaborado em 1903) do Partido Operário Social Democrata da Rússia (bolchevique), assim como o de Lenin, de 1914, em resposta àquele, possuem um viés pragmático. No fundo, a discussão não se trava sobre a essência da nação, mas sobre o tratamento político que merece em razão dos objetivos revolucionários a que suas organizações se propõem.

A polêmica entre a questão nacional e o internacionalismo no marxismo não começou, no entanto, com Luxemburgo e Lenin. Um momento significativo

na elaboração marxista sobre a questão nacional foi a II Internacional, fundada em 1889, que elaborou políticas sobre a questão nacional. No entanto, tanto no Congresso de 1889, quanto no de 1896, a indicação sobre a questão nacional e colonial não assumem centralidade nos debates. Há uma condenação geral ao colonialismo por parte dos socialistas, mas a questão nacional fica menosprezada, à medida que prevalecia o entendimento de que a Revolução mundial resolveria todas as contradições produzidas pelo capitalismo, inclusive essa.

Foi na III Internacional Comunista, 1919, que o tema da questão nacional e colonial apareceu com centralidade e, neste contexto, é que se insere a polêmica Luxemburgo/Lenin.

Uma série de acontecimentos, a Revolução Russa de 1905 e propriamente a de 1917, a questão do Marrocos em 1905 e 1906, assim como o crescimento das lutas operárias na Europa colocaram a questão nacional e colonial como tema importante. Da mesma forma uma série de publicações como Hobson (1901), Hilferding (1910), Luxemburgo (1913), Lenin (1916) elucidam as tensões entre o nacional e o transnacional geradas pelo capital monopolista, o Imperialismo.

Esse é o contexto em que Luxemburgo objeta à formulação bolchevique do direito dos povos à autodeterminação, apontando para absoluta contradição entre a problemática nacional e a luta pelo socialismo. A análise de Luxemburgo não desconhece a existência das características locais, mas mantendo-se numa determinada forma de interpretação de Marx e Engels, entende que as características do capital são tais que inevitavelmente levarão a "esta marcha triunfal, ao longo da qual o capitalismo abre brutalmente seu caminho por todos os meios, (e que) possui também seu lado luminoso: criou as condições preliminares ao seu próprio desaparecimento definitivo; pôs em destaque a dominação mundial do capitalismo à qual só a revolução mundial do socialismo pode suceder. Na era do Imperialismo desenfreado, já não pode haver guerras nacionais" (LUXEMBURGO:161, Apud. VIGEVANI, 1998, p.48).

VIGEVANI (1998) pondera sobre a posição de Luxemburgo que, a questão das particularidades nacionais ou dos interesses específicos já não da nação, mas das próprias classes alocadas nacionalmente deixam de existir, ou melhor, são entendidas como passíveis de resolução apenas na medida em que se resolva o problema fundamental, o da derrota definitiva do capitalismo. As formas concretas de produção da história no século XX indicam que este enfoque, politicamente significativo no início deste mesmo século, não encontrou possibilidades de

concretização. Isto leva à necessidade do questionamento das razões deste desenvolvimento. (VIGEVANI, 1998, p. 48)

Destacamos em BROUÉ (2007) um episódio que ilustra na Internacional Comunista 1919 – 1943 em que bases o debate sobre a questão nacional ganha relevância no II Congresso (junho de 1920) que reúne em Moscou, 217 delegados de 37 países e 67 organizações (BROUÉ, 2007, p.197):

> Lenin anuncia que a comissão adotou suas teses com emendas, inclusive com algumas do indiano M.N. Roy, o que acarretou em unanimidade completa sobre as questões importantes. Segundo ele, a ideia essencial das teses apresentadas é a distinção entre nações opressoras e nações oprimidas. A segunda ideia é a que as relações entre os povos são agora determinadas pela luta de um grupo de nações imperialistas contra a Rússia soviética. A terceira é a importância do movimento burguês-democrático nos países atrasados, que conduziu a comissão a substituir "burguês-democrático" por "nacional-revolucionário" para qualificar movimento que a Comintern deve apoiar, ao passo que ela deve combater a burguesia reformista. Ele sublinha, finalmente, que a comissão rejeitou a ideia de que os países atrasados devem obrigatoriamente passar por uma fase de desenvolvimento capitalista para sair de sua condição presente. (BROUÉ, 2007, p. 204)

BROUÉ (2007) descreve que depois da leitura dos adendos, M. N. Roy toma a palavra para falar do desenvolvimento de um movimento de massas dos trabalhadores na Índia, que teve, desde o começo, uma coloração de um movimento de classe e sublinha a importância do "nacionalismo revolucionário", que pode provocar o desmoronamento do imperialismo europeu, o que é de uma importância imensa para o proletariado europeu.

Os incidentes que ocorrem no prosseguimento do debate são bem elucidativos da tensão em torno do debate sobre as questões nacionais e a imprescindível necessidade da análise concreta da situação concreta quando se trata desse caráter contraditório entre o nacional e transnacional da perspectiva das lutas proletárias. Seguimos com a descrição de Broué (2007).

BROUÉ (2007) comenta a intervenção do americano John Reed que apresenta o problema dos negros nos EUA sob o duplo aspecto: de movimento

sócio-racial, bem como proletário-operário; E comenta a intervenção de Radek, para quem a Internacional Comunista não derrotaria o Imperialismo com a ajuda das massas europeias, mas também com a ajuda de suas colônias. Recordando a utilização das tropas africanas, Radek diz que a Comintern deve agir e o dever dos comunistas é o de dar uma ajuda direta às lutas de libertação nos povos, argumenta: "os comunistas, nós podemos estender as mãos a todos os oprimidos. Não é a exploração que levamos, mas a assistência fraternal". (BROUÉ, 2007, p. 204). Instaura-se a tensão, Serrati (italiano) exige o encerramento do Congresso, ele alega que perdeu seu tempo ouvindo os detalhes sobre os negros de Chicago, sem tratar das questões gerais de fundo. Ao que tudo indica, a intervenção desagrada tanto que nenhum italiano foi à comissão sobre a questão nacional e colonial. Finalmente Serrati retira sua monção e o congresso ouve as intervenções dos delegados sobre o Irã, Coréia, China, Turquia e as duas intervenções sobre a Irlanda. (BROUÉ, 2007, p. 204 – 205)

Serrati anuncia que se absterá, uma vez que não está satisfeito com a definição de "povos atrasados", pois acredita que o proletariado tem que conservar sua independência dos "burgueses democratas", mesmo que rebatizados de "nacional revolucionários", além disso, defende que a emancipação dos povos será obra da revolução proletária e da ordem soviética. Wijinkoop (holandês) esta na primeira fileira dos que protestam e acusam Serrati de se furtar às criticas e à discussão. Zinoviev (russo) acusa o italiano de faltar com as regras da camaradagem, mas confia o julgamento final aos trabalhadores italiano. Serrati retoma a palavra para acusar seus acusadores e dizer que, em hipótese alguma, se deve apoiar a burguesia. Graziadei, então, se solidariza com ele. A monção é finalmente aprovada, salvo por três abstenções. (BROUÉ, 2007, p. 205)

Destacamos esse episódio nos debates do II Congresso da III Internacional pela concretude que assume a tensão entre o nacional e o internacionalismo no debate da estratégia de luta proletária. Ideia de "nacional – revolucionário" proposta por Lenin, imediatamente gerou reação.

Lenin foi o único entre os socialistas da II Internacional colocados na tradição marxista que conseguiu superar a interpretação liberal e abstrata do direito à autodeterminação das nações, dando-lhe o conteúdo que emana da realidade histórica concreta e articulando-o, simultaneamente, com a teoria geral do capitalismo e da revolução de Marx.

A contribuição de Lenin está em vincular o paradigma que se universalizou no marxismo original (que aponta a estratégia da revolução mundial e o internacionalismo proletário) com o direito à autodeterminação nacional.

Os dois principais trabalhos de Lenin sobre este tema datam de 1914, *Sobre o direito das nações à autodeterminação,* e de 1916, *O imperialismo: fase superior do capitalismo*. No primeiro**,** Lenin trabalha com essa distinção de "nacionalismo de nação opressora" e "nacionalismo de nação oprimida" que, são exemplo de formulação que avança a produção teórica marxista e contribui para a luta de classe da perspectiva de organização e luta da classe trabalhadora.

Esse texto tem uma preocupação em formular sobre o que significa a autodeterminação das nações. Nesse sentido, Lenin afirma que a autodeterminação das nações significa sua separação política de entidades nacionais alheias, e a formação de um Estado nacional independente. (LENIN, 1974, p 9 -10)

Uma importante ponderação que Lenin faz para abordar concretamente do problema da autodeterminação nacional é, distinguir dois períodos históricos do capitalismo radicalmente distintos no que diz respeito aos movimentos nacionais. O momento da formação do Estado Burguês na transição do feudalismo como período do despertar dos movimentos nacionais em que camponeses e setores numerosos da população – aqueles que são difíceis de mobilizar para luta por liberdade política em geral e por direitos da nação em particular - são incorporados em um movimento democrático burguês de massa. E no segundo momento, é o típico período de ausência de movimentos democráticos burgueses de massas. Nesse segundo momento, o fato de que o capitalismo desenvolvido aproxima e entrelaça cada vez mais as nações plenamente incorporadas no intercâmbio comercial, põe em primeiro plano o antagonismo entre capital internacionalmente unido e o movimento proletário internacional. (LENIN, 1974, p. 16).

> Os nacionalismos de "nação oprimida" e de "nação opressora" estão relacionados a esses períodos. "A primeira distinção situa-se, portanto, entre, por um lado, movimentos nacionais que se dão em um contexto marcado pela eclosão de revoluções burguesas e, por outro lado, aqueles que afloram em um contexto já marcado pela ordem capitalista. Frequentemente, esta distinção adquire a forma de uma periodização, referindo-se, neste caso, a duas grandes "épocas": 1) derrocada do feudalismo e do absolutismo, na qual se constituíram uma sociedade e um

> Estado burguês sob forma democrática, sob o impacto dos movimentos de massas; 2) a época da ordem capitalista consolidada, com regime constitucional já estabelecido há muito tempo e com antagonismo entre o proletariado e a burguesia bastante desenvolvido. Se a luta pelas liberdades políticas em geral e, em particular, pelos direitos da nacionalidade, eram típicas da primeira época, a segunda seria marcada pela ausência de movimentos democráticos burgueses de massas" (Lenin, 1971;590)

Para Lenin, reconhecer o direito à autodeterminação dos povos, é a única "política prática" e de princípios no problema nacional, a única que de verdade promove a democracia, a liberdade e a unidade proletária. Reconhecer a todos o direito a separação, apreciar cada questão que faz a separação do ponto de vista de eliminar toda desigualdade, todo privilégio e todo o exclusivismo. (LENIN, 1974, p 30)

Nesse texto inflamado Lenin debate com as interpretações oportunistas sobre a questão nacional. Segundo Lenin, os "oportunistas teriam feito seu o argumento de Luxemburgo que acusava o ponto "9" do programa bolchevique de não conter nada prático". Luxemburgo teria argumentado que o ponto do programa não fornecia nenhuma indicação "prática" para a política cotidiana do proletariado, ou seja, não apontava solução prática alguma aos problemas nacionais. (LENIN, 1974, p. 26).

A burguesia atua no começo de todo movimento nacional como força hegemônica e nesse movimento o "prático" é o apoio de todas as aspirações nacionais. Mas a política do proletariado, no problema nacional assim como nos demais problemas, apoia a burguesia numa determinada questão, até um certo ponto que não coincide com a política burguesa. Lenin elucida a contradição: a classe operaria apoia a burguesia para assegurara a paz nacional, para assegurar a igualdade de direitos e criar melhores condições para luta de classes. A burguesia não consegue assegurar a paz, que só é alcançada com uma completa democracia. Contra o "prático" apoio às aspirações nacionais da burguesia o proletariado coloca seus princípios no problema nacional. Da perspectiva burguesa o problema nacional está relacionado a privilégios e vantagens para sua nação. Por sua vez, os princípios do proletariado na questão nacional são contra todo e qualquer privilégio e exclusivismo.

No texto *O Oportunismo e a Falência da II Internacional, 1916,* Lenin busca esclarecer o conteúdo do manifesto do congresso de Basiléia de 1912, que se refere à guerra mundial Imperialista e foi adotado por todos os partidos socialistas do mundo. O manifesto de Basiléia indica de maneira absolutamente concreta, nas palavras de Lenin, uma série de conflitos econômicos e políticos que prepararam a guerra Imperialista durante decênios, que se tinham revelado plenamente em 1912 e provocaram a guerra de 1914.

Neste sentido o manifesto recorda o conflito russo-austríaco a propósito da "hegemonia nos Balcãs", o conflito entre a Inglaterra, a França e a Alemanha, a propósito da sua "política de conquista na Ásia Menor", o conflito austro-italiano a propósito da "aspiração ao domínio" na Albânia, etc. O manifesto define numa palavra todos esses conflitos como conflitos no terreno do "Imperialismo capitalista".

Lenin resgata o manifesto de Basiléia para mostrar que no terreno da guerra do "Imperialismo capitalista" os socialistas que reconhecem a "defesa da pátria" são "sociais-chauvinistas", isto é: "socialistas em palavras e chauvinistas na realidade, que ajudam a sua burguesia a pilhar países estrangeiros, a subjugar outras nações. O que é essencial na noção de chauvinismo é a defesa da sua pátria mesmo quando as ações desta visam escravizar as pátrias alheias".

É de grande importância entre os socialistas e no âmbito da produção marxista sobre a questão nacional reconhecer uma guerra imperialista e nela identificar o papel que joga a defesa da pátria, o chamado chauvinismo. É de grande importância reconhecer a guerra como uma guerra imperialista e diferenciá-la em sua tática da guerra por libertação nacional.

No texto, *Imperialismo, fase superior do capitalismo*, dessa mesma data, 1916, Lenin também dedica atenção à questão nacional. Destacamos nesse texto, que no momento de guerra imperialista os Estados nacionais em termos globais eram raros. Reconhecia-se o estatuado de Estado – nação ás formações sociais hegemônicas e no caso latino-americano a existência de formações sociais estatais-nacionais dependentes ou semicoloniais. Diante da expectativa de iminente revolução socialista em escala internacional este estado-nacional "dependente" ou "semicolonial" na América Latina, era visto como uma formação social transitória. Contrariamente a estas expectativas, a revolução socialista mundial não ocorreu e o que parecia "transitório" e, de certa forma, "marginal", virou regra: um mundo de formações estatais nacionais. (ALMEIDA, 2012, p. 693)

Destacamos nestes trechos selecionados da extensa obra de Lenin como questão nacional é polêmica e desafiadora no pensamento marxista e revolucionário. Não por uma concepção intrínseca ao termo nação, mas como uma questão que tem desdobramentos políticos nas estratégias das organizações operárias.

Categorias de análise como "a defesa do direito incondicional à autodeterminação de cada povo" e "a reivindicação para o partido operário do direito à luta pela manutenção de duas ou mais nacionalidades unidas num mesmo estado"; O "nacional – revolucionário" e o "democrático burguês"; O "nacionalismo de nação oprimida" e "nacionalismo de nação opressora"; A "guerra de libertação nacional" e "guerra imperialista", têm em comum a questão nacional colocada sempre em termos de subordinação à estratégia revolucionária. Ou seja, tanto a elaboração sobre questão nacional quanto sobre Imperialismo se adequam às necessidades estratégicas da política proletária no momento histórico da luta de classes.

No momento histórico em que Lenin formula e atua o caráter estratégico de sua análise sobre a autodeterminação nacional, pressupunha a perspectiva de revolução mundial. A medida em que a perspectiva de revolução mundial deixa de existir a partir de 1921 para os próprios bolcheviques, a ênfase da questão nacional ganha cada vez mais o contorno de questão colonial, em razão do refluxo revolucionário nos países do capitalismo avançado e porque os desenvolvimentos políticos na Ásia (Extremo Oriente, Sul, Oriente Próximo) permitem vislumbrar novos focos potencialmente revolucionários e, mais particularmente, pontos de apoio à União Soviética em sua luta contra o cerco imperialista. A necessidade de elaboração sobre a questão dos portadores dos valores nacionais fica pendente no pensamento crítico da classe trabalhadora.

Patrimônio latino-americano de lutas internacionalistas e anti-imperialista

A América Latina dispõe de um verdadeiro patrimônio de luta internacionalista e anti- imperialista forjado ao longo dos processos histórico relacionado das lutas por independência, às lutas anti-imperialistas do início do século XXI, passando pelas lutas por libertação nacional nos anos 1960-70.

A "questão nacional" numa perspectiva marxista deve ser realizada (tornar-se realidade) e, portanto, ser negada enquanto teoria separada da prática. Nesse sentido, um espectro ronda o pensamento crítico na América Latina com

formulações originais ao marxismo com relação à síntese entre questão nacional e o internacionalismo.

Apoiados em Fernando Heredia, chamamos de pensamento crítico uma teoria social gestada a partir de processos de luta, ou seja, um pensamento forjado a partir de uma pratica militante de luta revolucionaria que traduz experiências de luta emancipatórias em produção teórica capaz de articular a questão nacional na sua perspectiva emancipatória, o socialismo e o anti-imperialismo.

José Martí (1853 – 1895) soube compreender e tentar resolver os desafios que representava lutar pela independência nas condições específicas da América Latina e produz a primeira concepção orgânica e abarcadora dos problemas sociais da América Latina e Caribe, a partir de uma perspectiva ao mesmo tempo anti-colonial e anti-imperialista. Identificou os elementos básicos e os problemas fundamentais do continente, e distinguiu processos civilizatórios dos de libertação e fez avançar assim uma crítica da modernidade. A associação do nacionalismo de cada país à uma causa latino-americana fez com que esse autor pudesse estabelecer uma vinculação do patriotismo com a justiça social e com as classes populares ao defender que os movimentos e as ideias independentistas deveriam responder aos oprimidos de cada país e não só à autodeterminação nacional. E assim vislumbra na libertação nacional a possibilidade da pátria se desenvolver ou seja, estabelece o desafio de elaborar um projeto político de Estado Nação de base e objetivos populares, ideias essas que estão desenvolvidas do ensaio *Nuestra América* (1891).

Mas foi nos anos 1960 – 1970 que, devido a uma revolução que triunfou, as aspirações profundas dos povos latino-americanos entrarem na história de sua construção nacional se colocou concretamente no desfecho da Revolução Cubana que é uma Revolução Socialista de Libertação Nacional, em que o povo entrou na história como protagonista dessa construção. Essas elaborações tiveram um salto de qualidade com uma revolução que triunfou em 1959 relacionando a questão da libertação nacional ao anti-imperialismo e à participação popular e transição ao socialismo

A reação do Imperialismo aos movimentos de libertação nacional coloca em evidência que o caráter nacional e democrático dessas lutas é necessariamente anticapitalista.

> (...) Esta política declarada do Imperialismo norte americano de enviar soldados para combater o movimento revolucionário em qualquer país da América Latina, é dizer, para matar operários, estudantes,

> camponeses, homens e mulheres latino-americanos, não tem outro objetivo que o de seguir mantendo seus interesses monopolistas e os privilégios da oligarquia traidora que os apoia. Agora se pode ver com toda claridade que os pactos militares subscritos pelo Governo dos Estados Unidos com os governos latino-americanos, pactos secretos muitas vezes às costas do povo, invocando hipotéticos perigos exteriores que ninguém nunca viu em nenhuma parte, tinham o único objetivo de prevenir a luta dos povos. Eram pactos contra os povos, contra o único perigo, o perigo interior do movimento de libertação que coloca em risco os interesses ianques. (CASTRO, 1962, p. 12)

O leito histórico revolucionário latino-americano mostrou a partir da Revolução Cubana que não se separa anti-imperialismo, socialismo e democracia (participação).

O vazio da questão nacional na constituição do Estado faz com que a questão nacional na América Latina seja um tema da luta popular.

Cabe ao povo, num movimento enquanto classe, a realização dessas aspirações num processo de transição ao socialismo. A síntese entre questão nacional e o internacionalismo proletário e povo e classe trabalhadora em movimento de transformação talvez sejam as principais contribuições do marxismo latino-americano para as revoluções populares, projetos de integração e uma possibilidade de uma nova onda de universalização do marxismo a partir de processo de libertação dos povos.

Essa estratégia que vincula a questão nacional com a revolução, também está presente na *Mensagem aos Povos do Mundo através da Tricontimental* (1965):

> Temos que levar em conta que o imperialismo é um sistema mundial, última etapa do capitalismo e há que enfrentá-lo num grande confronto mundial. A finalidade estratégica dessa luta deve ser a destruição do imperialismo. A nossa participação, os explorados e atrasados do mundo, é eliminar as bases de sustentação do imperialismo: nossos povos oprimidos de onde se extraem capitais, matérias primas, técnicos e operários baratos e para onde exportam novos capitais - instrumentos de dominação -, armas e todo tipo de artigos submetendo-nos a uma dependência absoluta. O elemento fundamental dessa finalidade estratégica será, então, a liberação real dos povos; liberação que se produzirá

> por meio da luta armada, na maioria dos casos, e terá, na América, a propriedade de converter-se numa revolução socialista. (GUEVARA, 1965, p.7)

E na *Declaração de OLAS* (1967), resolução do primeiro (e único) congresso da Organização Latino-Americana de Solidariedade (OLAS), que reuniu-se de 31 de julho a 10 agosto em Havana, representantes de organizações de luta revolucionária do Continente que compartilhavam essa estratégia da Revolução Cubana.

> As primeiras consequências fundamentais da Revolução Cubana foram a ascensão do movimento anti-imperialista e a consequente radicalização e demarcação de forças em choque. (...) Os imperialistas ianques pretenderam isolar Cuba da América para que seu exemplo não se disseminasse por todo continente. Entretanto, nunca Cuba esteve tão unida ao resto dos povos da América Latina. (…). Estranhos à América Latina são os imperialismos ianques e sua ideologia reacionária. Em Cuba concretizam-se e sintetizam-se as aspirações e ideias de todos os povos da América Latina. Pretenderam isolá-la e, com esta atitude, conseguiram estreitar ainda mais os laços de indestrutível humanidade
>
> entre o povo cubano e os restantes povos da América Latina, que constituem uma mesma grande família humana que enfrenta um adversário comum, o principal inimigo de toda humanidade o imperialismo ianque. (Löwy, 2006, p. 327)

A resolução final de OLAS em 20 pontos, que separamos em três blocos para analisar: a perspectiva da revolução no continente; a luta armada; e a relação com a revolução cubana e o internacionalismo dos povos em luta.

> Nós, representantes dos povos de nossa América, conscientes das condições existentes no continente, sabedores da existência de uma estratégia comum contra – revolucionária dirigida pelo imperialismo yanqui, proclamamos:
>
> 1. Que constitui um direito e um dever dos povos da América Latina fazer a revolução.

2. Que a revolução na América Latina tem suas mais profundas raízes históricas no movimento de libertação contra o colonialismo europeu do século XIX, e contra o imperialismo neste século. A epopeia dos povos da América e as grandes batalhas de classe contra o imperialismo realizadas por nossos povos nas décadas anteriores constituem fonte de inspiração histórica do movimento revolucionário latino-americano.
3. Que o conteúdo essencial da revolução na América Latina está dado por seu enfrentamento ao imperialismo e às oligarquias de burgueses latifundiários. Consequentemente, o caráter da revolução é o da luta pela independência nacional, a emancipação das oligarquias e o caminho socialista para seu pleno desenvolvimento econômico e social. (...)
4. Que os princípios do marxismo leninismo orientam o movimento revolucionário da América Latina. (Löwy, 2006, p. 330)

A luta armada e a guerrilha colocam a imprescindibilidade da violência revolucionária na luta pelo poder:

1. Que a luta revolucionária armada constitui a linha fundamental da revolução na América Latina
2. Que todas as demais formas de luta devem servir a não atrasar o desenvolvimento fundamental, que é a luta armada
3. Que para a maioria dos países do continente, o problema de organizar, iniciar, desenvolver e fazer culminar a luta armada constitui hoje a tarefa imediata e fundamental do movimento revolucionário.
4. Que os países nos quais esta tarefa não estiver sido proposta de modo imediato devem considerá-la de todas as formas como uma perspectiva inevitável no desenvolvimento da luta revolucionária em seu país.
5. Que aos povos de cada país e às suas vanguardas revolucionárias corresponderá a necessidade histórica de estimular a revolução em cada um deles.

6. Que a guerrilha – embrião dos exércitos de libertação – constitui o método mais eficaz para iniciar e desenvolver a luta revolucionária na maioria de nossos países.
7. Que a direção da revolução exige, como princípio organizativo, a existência do comando unificado político e militar como garantia para seu êxito. (Löwy, 2006, p. 331)

O significado do internacionalismo que se desdobra desse processo de luta e da experiência da Revolução Cubana e da luta histórica do povo do Vietnã:

1. Que a solidariedade mais efetivas dos movimentos revolucionários entre si é constituída pelo desenvolvimento e pela culminação da própria luta no seio de cada país.
2. Que a solidariedade com Cuba e a colaboração com o movimento revolucionário em armas constituem um dever iniludível de tipo de todas as organizações anti-imperialistas do continente.
3. Que a Revolução Cubana, como símbolo do triunfo do movimento revolucionário armado, constitui a vanguarda do movimento anti-imperialista latino-americano. Os povos que realizam a luta armada, à medida que avançam por esse caminho, situam-se também na vanguarda.
4. Que os povos diretamente colonizados pelas metrópoles europeias, ou sujeitos pela dominação colonial direta dos Estados Unidos, em seu caminho para libertação têm, como objetivo imediato e fundamental, a luta pela independência e a vinculação à luta geral do continente como única forma de evitar ser absorvido pelo neocolonialismo americano.
5. Que a Segunda Declaração de Havana, resumindo a bela e gloriosa tradição revolucionária dos últimos 150 anos da história da América, constitui um documento programático da Revolução Latino-Americana, que os povos desse continente confirmaram, aprofundaram, enriqueceram e radicalizaram nestes últimos cinco anos.
6. Que os povos da América Latina não têm antagonismo com nenhum outro povo do mundo e estendem sua mão fraterna ao

próprio povo dos estados Unidos, exortando-o a lutar contra a política repressiva dos monopólios imperialistas.

7. Que a luta na América latina fortalece seus vínculos de solidariedade com os povos da Ásia, África e países socialistas, assim como com os trabalhadores dos países capitalistas, especialmente com a população negra dos Estados Unidos, que sofre ao mesmo tempo exploração de classe, miséria, desemprego e discriminação racial e a negação dos mais elementares direitos humanos, e constitui uma importante força a considerar no contexto da luta revolucionária.
8. Que a luta histórica do povo do Vietnã presta a todos os povos revolucionários que combatem o imperialismo uma inestimável ajuda, constituindo um exemplo inspirador para os povos da América Latina.
9. Que aprovamos o Estatuto e criamos o Comitê Permanente, com sede em Havana, da Organização Latino-americana de solidariedade, que constitui a genuína representação dos povos da América Latina. (Löwy, 2006, p. 331)

A resolução é concluída com:

> Nós revolucionários da nossa América, da América do Sul de rio Bravo, sucessores dos homens que nos deram a primeira independência,
>
> armados de férrea vontade de lutar e de uma orientação revolucionária e científica, e sem outra coisa a perder exceto os grilhões que nos oprimem.
> Afirmamos: Que nossa luta constitui um aporte decisivo à luta histórica da Humanidade para se livrar da escravidão e da exploração. (Löwy, 2006, p. 332)

A declaração de OLAS ao afirmar que "*nossa luta constituí um aporte à luta histórica da humanidade para se livrar da escravidão e da exploração: o dever de todo revolucionário é fazer a revolução*", reafirma o caráter da revolução na América Latina em que não se separa luta de libertação nacional da transição socialista. E para os povos da América Latina, a luta de classes a partir do conflito social próprio das contradições de suas respectivas formações sociais dependente, coloca o dever e o direito a revolução que é nacional, é latino-americana e é mundial.

A dimensão do Internacionalismo foi amplamente vivenciada pela experiência de Solidariedade OSPAAAL -Organização de Solidariedade aos Povos de Ásia, África e América Latina de 1966 a junho 2019 (quando encerrou suas atividades em Cuba). Destacamos nessa prática um internacionalismo que não pode ser compreendido senão à luz do seu humanismo revolucionário, como expresso nas palavras de Guevara: "*o verdadeiro internacionalista "é aquele capaz de sentir angustia quando um homem é assassinado em qualquer parte do mundo e de se entusiasmar quando se erga uma nova bandeira da liberdade, onde quer que seja*". O internacionalismo entendido como um valor militante, mas, sobretudo como uma prática de solidariedade real, ativa entre os povos que lutam contra o Imperialismo e pela defesa dos povos que lutam por sua libertação nacional em processos de transição ao socialismo.

Diante do avanço dessa concepção e dessa prática internacionalista a partir de processos de libertação nacional e da derrota dos EUA no Vietnã, ficou claro que a luta dos povos e a cultura impôs uma derrota à tecnologia de guerra, ou seja, para exercer a dominação Imperialista não é suficiente o terreno econômico, diplomático, militar é necessário exercer a dominação no complexo da vida. É assim que o pentágono desenvolve nos anos 90 é doutrina de dominação para América buscando ter capacidade total de controle e eliminar pontos de vulnerabilidade.

Como caracteriza Ana Esther Ceceña (2005) a chamada doutrina de dominação de espectro completo visa o controle das emoções, modo de desejar, da linguagem, da cultura, do mercado e todas as esferas de reprodução e organização da vida. É uma Guerra Assimétrica, de um lado o Estado com máquina guerra com capacidade bélica e inteligência de guerra em confronto assimétrico no embate contra organizações comunitárias e populares atuando com suas ferramentas de lutas, formação política e organização popular, colocando em movimento uma diversidade de atores, com destaque ao protagonismo das mulheres, povos originários, negros e juventude.

A guerra se dá por meios híbridos e o provoca caos, como caracteriza Korybko (2019). Diferente do contexto da Guerra Fria que teve protagonistas institucionais (Estados e organismos institucionais) hoje se estabelece uma guerra difusa contra os povos que reagem aos impactos nocivos do neoliberalismo. Uma guerra que se difunde, não reconhece fronteiras, rastejam, penetra nos nossos corpos, corações e mentes e explorem como crises sanitárias, crise ambiental, crise social, política, civilizatória, colocando novos desafios à luta de classe.

Dada a combinação da guerra convencional com métodos outros de guerra a atuação Imperialista na América Latina se consuma em projetos como o IIRSA (Integração Infraestrutura Regional Sul Americana) e Plan Puebla Panamá; no aumento da militarização em diversas modalidades, até o cenário da chamada guerra cibernética, ou guerra de quarta geração e todos esses meios têm um centro de difusão Imperialista.

A Venezuela é atualmente o exemplo de processo em quem o povo entra na história de sua construção nacional e exerce soberania. A experiência de organização popular nesse país é revela vinte exercício de poder por parte do povo e, por esse motivo, tem condições de resistência a ofensiva Imperialista. A partir da ofensiva neoliberal dos anos 1990 e da consequente resistência popular aos Acordos de Livre Comércio, às políticas de privatização e à redução dos direitos trabalhistas e sociais – foram impulsionados diversos processos de articulação internacional, com destaque à Campanha Continental Contra a ALCA (Área de Livre Comércio das Américas). Depois da realização de massivas mobilizações populares em toda a América, o ano de 2005 marcou a vitória popular que enterrou definitivamente esta proposta imperialista. O Fórum Social Mundial (FSM), que se iniciou em 2001, na cidade de Porto Alegre, no Brasil, sob o lema "Um Outro Mundo é Possível" realizou durante mais de uma década edições anuais, o FSM reunindo uma diversidade de setores que se opunham às políticas neoliberais e às guerras imperialistas. Dentro do FSM, em 2009, ocorreu a Assembleia de Movimentos Populares das Américas, que produziu a *Carta de Belém*, dando origem à Articulação Continental dos Movimentos Sociais da Aliança Bolivariana para os Povos da Nossa América (ALBA). A Carta de Belém contém a plataforma política comum para a construção de um processo continental de solidariedade e integração dos povos das Américas frente ao imperialismo estadunidense. As vitórias eleitorais a partir de Hugo Chávez permitiram avanços sociais e políticos na região, como também avançou na construção de mecanismos inéditos de integração regional, como a Comunidade de Estados Latino-americanos e Caribenhos (CELAC), a União de Nações Sul-Americanas (UNASUL) e a ALBA, em 2004. Atualmente a Assembleia Internacional dos Povos, o Instituto Tricontinental de Pesquisa Social, as Escolas de Formação Política no Sul Global e as ferramentas de comunicação popular fazem parte desse processo.

Considerações finais

No leito histórico revolucionário latino-americano, há uma tradição em vincular a luta nacional por soberania, a luta por libertação nacional a uma causa latino-americana, com uma perspectiva internacionalista e anti-imperialista, desde José Martí. Nessa perspectiva, afirmamos que não há dicotomia entre a luta por soberania popular, por um projeto de país e a luta internacionalista numa perspectiva de integração dos povos. Está em curso uma ofensiva do Imperialismo contra os povos que resistem, nós não somos vítimas, a guerra hibrida é contra nós.

Está colocado - num momento de crise com pandemia - a necessidade de pensar o futuro de forma radical, ir à "raiz" da tradição revolucionária latinoamericana. Os povos latino-americanos têm um verdaeiro patrimônio de resistência teórico e de prática marxista forjado nas lutas por libertação nacional que hoje pode ser traduzido na (I) Batalha de Ideias, que se refere à centralidade da luta ideológica contemplando a questão de classe e cada vez mais a questão ambiental; (II) Solidariedade entre os povos do mundo que hoje significa concretamente salvar a vida do povo, por meio de políticas de solidariedade e trabalho de base, elevação do nível de consciência e acúmulo organizativo. (III) E Projeto de País democrático, soberano e necessariamente popular que aponte parta o processo de emancipação, portanto: socialista.

Referências bibliográficas

ALMEIDA, Lúcio Flávio (2012). *Entre o nacional e o neonacional-- desenvolvimentismo:poder político e classes sociais no Brasil contemporâneo.* IN Serv. Soc., São Paulo, n. 112, p. 689-710, out./dez.

ARGUMERO, Alcira (1993). *Los silencios y las voces en América Latina – notas sobre el pensamiento nacional y popular.* Buenos Aires, Ediciones del Pensamiento Nacional.

ANDERSON, Benedict (1993). *Comunidades Imaginadas- reflexiones sobre el origen y la difusión del nacionalismo*. México, Ed Fondo de Cultura Económica.

BOLIVAR, Símon. *Carta de Jamaica* (1815) IN. DOCUMENTOS. Coleción ALBA Bicentenario. Fondo Editorial Casa de las Americas, Havana, 2010.

_____. *Manifesto de Cartagena.(1815) (idem)*

_____. Discurso de la Angostura.(1891) (idem)

_____. Carta a Santander.(1820) (idem)

BROUÉ, Pierre (2007). *História da Internacional Comunista (1919 – 2005)*; tradução de Fernando Ferrone. São Paulo, Editora Sundermann.

CECEÑA, Ana Esther (2005). *Hegemonias e Emancipações no Século XXI.* Editora CLACSO.

GRUNER, Eduardo (2011). (ORG) *Nuestra América y el pensamiento critico – fragmentos de pensamiento crítico de Latinoamérica y Caribe*. Buenos Aires, CLACSO.

_____(2010). *La voluntad de pensamiento (crítico) para América Latina*. In La oscuridad y las Luces – Capitalismo, cultura y revolución. Buenos Aires, Edhasa.

HARNECKER, Marta. Fidel (2000). *A estratégia Política da Vitória*. São Paulo, Expressão Popular.

HILFERDING, R. (1995). *O Capital Financeiro*. São Paulo, Nova Cultural.

HEREDIA, Fernando Martínez (2010). *La Crítica en Tiempo de Revolución. Antologia de textos de Pensamiento Critico*. Santiago de Cuba, Editorial Oriente.

_____(2011). *Histórias Cubanas*. Havana, Ediciones Luminaria.

HOBSBAWM, Eric, J. (1998). *A era dos extremos*. São Paulo, Cia das Letras.

KORYBKO, Andrew. (2019) *Guerra Hibrida das revoluções coloridas aos golpes.* Editora Expressão Popular.

LETIZIA, Vito Antonio (2014). *Contradições que movem a história do Brasil e do Continente Americano*. 1 ed., São Paulo, Organização: CEMAP / Interludium.

LENIN, V.I. (2007). *O Estado e a Revolução*. São Paulo, SP. Editora Expressão Popular.

_____(2005). *O Imperialismo, fase superior do capitalismo*. São Paulo, Editora centauro.

_____ (1974). *A Política nacional y el internacionalismo Proletário*. Buenos Aires, Ed. Polemica.

LOWY, Michael (2010) *Nationalismes du Sud*. Paris, Critique Communiste, n. 144 .

_____ (2006). *O Marxismo na América Latina – antología de 1909 aos días atuais.* São Paulo, Editora Perseu

MAO Júnior. José Rodrigues (2007). *A revolução cubana e a questão nacional (1868 1963)*. 1 ed., São Paulo, Editora do Autor.

MÁRMORA, Leopoldo (1986), *El concepto socialista de Nación*. Cuadernos de Pasado y Presente.

MARTÍ, Jose (2000). *Obras escogidas en tres tomos*. (TOMO I, II e III) Instituto Cubano del Libro, Havana, Editorial de Ciencias sociales.

MARX, K. (2008). *Manifesto do Partido Comunista*. São Paulo, Editora Expressão Popular.

MORAES, Roque. e GALIAZZI, Maria do Carmo (2006). *Análise textual discursiva: processo reconstrutivo de múltiplas faces. São Paulo,* Ciência e Educação. vol 12, n. 1.

NAKAMURA, Danilo Chaves (2020). *Ainda Temos um mundo a ganhar?*. Instututo Tricontinental de Pesquisa Social.

RAMOS, Jorge Abelardo (2012). *Historia de la Nación Latinoamericana*. Buenos Aires, Ediciones Continente.

SALEN Jean. *Lenin e a Revolução (2008)*. São Paulo, Editora Expressão Popular.

VIEIRA, Carlos Alberto Cordovano (2007). *Imperialismo e os sindicatos.* IN: REVISTA Soc. Bras. Economia Política, Rio de Janeiro.

VIGENANI, Tullo (1988). *Notas sobre a questão nacional no Manifesto Comunista, em Marx e no Marxismo*, Revista Lutas Sociais, n. 4, Dossiê – 150 anos do Manifesto Comunista.

VIJAY, Prashad. (2020). *O Lenin internacionalista: autodeterminação e anticolonialismo.* O Germinal.

HOLLYWOOD
citigroup
Bank of America
WELLS FARGO
Viacom
MONSANTO
The New York Times
Coca-Cola
IBM
NASA
Westinghouse
GENERAL DYNAMICS
BOEING
TEXTRON
Honeywell
ROCKEFELLER FOUNDATION
annuit
REUTERS
BUZZFEED
GM
CNN
P&G
NBC
CBS
NETFLIX
The Walt Disney Company
EMI
ExxonMobil
WARNER MUSIC GROUP
SULLIVAN & CROMWELL LLP
SOMA
adidas

6

As cadeias de produção global e as novas formas do imperialismo hoje

André de Oliveira Cardoso[1]

Resumo // O objetivo desse artigo é a partir de um entendimento sobre as interpretações das cadeias de produção global, analisar qual o papel das corporações multinacionais, sua relação com os estados-nacionais e a relação entre os países do Sul e do Norte Global, trazendo a perspectiva marxista como chave de leitura do capitalismo contemporâneo, que necessariamente impõe a utilização do conceito de imperialismo e a exploração trabalho como central para a reprodução do capital, apresentando ao final o conceito de Cadeia de Produção Valor-Trabalho sistematizado por Suwandi (2019), que explica a nova dinâmica da produção globalizada em cadeias de produção e o imperialismo hoje.

Palavras-chaves // Cadeias de produção global; Imperialismo; Exploração trabalho.

1 Coordenador do Instituto Tricontinental – Brasil, economista, mestre em Economia e Desenvolvimento pela UNIFESP e doutorando em Economia Política Mundial pela UFABC.

Introdução

As constantes transformações nas formas de produção e distribuição do excedente no capitalismo são uma necessidade do sistema, buscando se reinventar a todo tempo, dentro de suas leis internas de expansão e crise, com o objetivo de manter o processo de reprodução do capital. Em cada ciclo econômico desenvolve potencialidades de aumento da produção e exploração do trabalho e, concomitantemente, as contradições que levarão a uma estagnação e queda. O ímpeto por se expandir e reestruturar as formas de produzir e distribuir (concentrar) seu excedente faz parte de sua existência.

Essas contradições podem ser vistas como limites impostos ao seu processo de acumulação em cada período que impedem o capital de avançar para além de seus desejos. Limites impostos pela tecnologia existente e pela pressão da classe trabalhadora sobre os estados-nacionais que se vem obrigados a impor restrições ao capital em prol dos trabalhadores.

> O capitalismo sempre buscou um mercado global, ansioso para libertar-se dos limites impostos pelos governos nacionais, ansioso pela busca de novos recursos e novas técnicas para produzir bens a menores custos e encontrar novos mercados para os quais venderia esses bens a preços elevados (Instituto Tricontinental, 2018).

Entre os principais ciclos econômicos, o iniciado a partir da década de 1970 é o que ainda marca e determina o momento atual, embora as crises da última década que vem se arrastando, apontam para o esgotamento desse ciclo inconcluso. O desenvolvimento tecnológico nesse período permitiu ao capital romper com suas limitações, com a criação de sistemas de telecomunicações e informatização que possibilitaram a comunicação em tempo real e o gerenciamento da produção das empresas globalmente, além das grandes transformações nos sistemas logísticos com a aceleração do transporte e distribuição de mercadorias ao redor do mundo a partir do uso de contêineres padronizados e rastreáveis (Instituto Tricontinental, 2019).

> além da redução do tempo de trabalho necessário, talvez o maior efeito das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) e da

> *conteinirização* na taxa de lucro se encontre na aceleração do tempo de rotatividade do capital, fornecendo um suporte crucial para a queda da taxa de lucro que definiu a crise sistêmica nos anos 70 (Smith, 2016, p. 276, tradução nossa).

Esse desenvolvimento tecnológico trouxe também transformações nas formas de organização do trabalho, reestruturando todo o processo produtivo, enfraquecendo o poder dos trabalhadores, com a retirada sistemática dos direitos conquistados no passado. Também como resultado da crise anterior que culminou nesse novo momento, o alto endividamento dos países do Terceiro Mundo minaram a força dos estados-nacionais dessa região, com a supremacia do sistema financeiro sobre eles, impondo suas novas regras com a liberalização econômica e aceitação das regras internacionais com a livre circulação do capital, defesa da propriedade tecnológica e barreiras a circulação de trabalhadores, ainda que por meio indireto através das leis anti-imigração (Instituto Tricontinental, 2020).

Nesses novos marcos, o sistema capitalista pode se desenvolver de uma forma mais global e articulada, com a condição das corporações multinacionais operarem ao redor do mundo, distribuindo toda a linha de produção pelas regiões que lhes garantissem os menores custos de produção, podendo dissolver e instalar novas fábricas que acompanhe essa produção das partes de um produto no globo.

A capacidade de as corporações multinacionais de poder distribuir as partes da produção de um produto ao redor do mundo é objeto de estudo de pesquisadores e pesquisadoras da área que veem os ganhos que todos os países poderiam ter ao se inserir no que chamam das Cadeias Globais de Valor (CGV), se especializando em partes da produção, capazes de adicionar valor a produção global. Observam como novas oportunidades criadas podem garantir ganhos para esses países na nova dinâmica do capitalismo.

Embora as corporações multinacionais sejam a peça-chave da análise das CGV, as relações sociais de classe e entre países, que destacam tanto a dominação política e econômica das corporações multinacionais e sua vinculação com os estados-nacionais, bem como a centralidade da exploração do trabalho para a geração de valor e sua captura em nível global, são pouco analisadas ou mesmo ignoradas, excluindo qualquer abordagem que leve em consideração o conceito de

imperialismo e sua validade hoje, considerado como superado na fase atual, até mesmo por correntes marxistas.

O objetivo desse artigo então é a partir de um entendimento sobre as interpretações das Cadeias Globais de Valor, analisar qual o papel das corporações multinacionais nesse processo, trazendo a perspectiva marxista como chave de leitura do capitalismo contemporâneo, que necessariamente impõe a utilização do conceito de imperialismo e a exploração trabalho como central para a reprodução do capital, apresentando ao final o conceito de Cadeia de Produção Valor-Trabalho sistematizado por Suwandi (2019), que explica a nova dinâmica da produção globalizada em cadeias de produção e o imperialismo hoje.

1. As Cadeias Globais Valor

De forma simplificada, as Cadeias Globais de Valor (CGV) compreendem as várias etapas da produção que reúnem desde os fornecedores até os consumidores em distintas regiões, abrangendo as atividades que vão da extração com o setor primário até a fabricação e comercialização, acrescentando valor ao longo da cadeia, como pesquisa e desenvolvimento (P&D), produção, marketing, distribuição e venda final, tendo como diferencial a sua escala e escopo global, sob liderança das corporações multinacionais.

Os crescentes fluxos de investimento estrangeiro direto (IED) possíveis a partir de 1970 estão relacionados diretamente a distribuição das CGV, mas também as exportações gerais de mercadorias, licenciamentos e outras formas flexíveis de contratos como a terceirização, modulação, realocação e *servitização* (Cardoso e Reis, 2018).

Segundo Ferreira e Schneider (2015) em uma observação entusiasta das CGV, afirmam que estas transformaram o mundo ao revolucionar as opções de desenvolvimento que enfrentam os países pobres, tendo agora condições de participar das cadeias de fornecimento, em vez de ter que investir décadas na construção de seu próprio país, sendo a indústria o principal setor com condições de fortalecer o desenvolvimento econômico.

> Neste contexto, a indústria é o setor que possui elevado potencial para alavancar o desenvolvimento econômico e social de uma nação, especialmente, de países em estágio intermediário de desenvolvimento como o Brasil, possibilitando ao país integrar com mais intensidade nas cadeias globais de valor (Ferreira e Schneider, 2015, p. 107).

A partir das teorias convencionais das CGV, visto que a produção se encontra dispersa entre os diversos países, a contribuição que cada país dá ao valor do produto final determina o desenvolvimento econômico dele. Quanto mais valor adicionado o país incorporar em suas atividades vinculadas ao comércio internacional, mais condições têm de usufruir dos ganhos globais deste com efeitos de transbordamento para as demais atividades domésticas (Cardoso e Reis, 2018). Sendo a indústria o principal setor, as atividades internas a ela que tem mais possiblidades de gerar valor adicionado as CGV são as relacionadas aos maiores graus de tecnologia e conhecimento associado, capazes de maior geração de efeitos de encadeamento.

Embora o foco das teorias da CGV esteja na estrutura de organização centrada nas firmas e indústrias, Suwandi (2019) resgata que a primeira abordagem sobre o tema veio dos teóricos do sistema-mundo que tinham por preocupação maior as relações desiguais do capitalismo, nos aspectos do comércio e a desigualdade do trabalho entre centro e periferia.

A abordagem do sistemas-mundo sobre as cadeias de mercadorias, apesar de sua relativa falta de desenvolvimento empírico, não sofre com esse problema, uma vez que se preocupa com questões relacionadas a periferia e o centro, intercâmbio desigual e desigualdade de trabalho. Os proponentes da CGV - que frequentemente criticam a abordagem de sistemas-mundo devido a sua "concepção altamente problemática de lugares e regiões como conjuntos territorializados relativamente estáveis e duradouros" - têm de admitir que a teoria de sistemas-mundo fornece um poderoso lembrete dos imperativos capitalistas fundamentais no trabalho... dando destaque para os resultados do desenvolvimento altamente desigual (Suwandi, 2019, p. 9, tradução nossa).

> A abordagem do sistema-mundo, em sua busca por uma análise mais holística do processo, reforça que a mercantilização de todas as coisas, incluindo as inter-relações das complexas cadeias de produção, é a chave para entender o desenvolvimento histórico do capitalismo, com uma persistente hierarquia da riqueza na economia global. E ao entender essa hierarquia global afirmam que a industrialização das outras regiões do mundo, tomado como um sinal de sucesso nacional, pode não refletir necessariamente a generalização do desenvolvimento, mas na verdade uma forma de periferização das atividades industriais direcionadas ao atendimento da cadeia de produção global (Suwandi, 2019).

Cardoso e Reis (2018) buscam situar o debate da CGV dentro de uma análise estruturalista na identificação da atualidade da divisão centro e periferia. A existência da heterogeneidade estrutural e a concentração de renda e riqueza, frutos da industrialização na periferia, permanecem vivas ainda hoje a despeito das profundas transformações do último período nos padrões de comércio, produção e finanças que inseriu esses países na CGV.

Apesar da inserção da periferia nessa nova dinâmica, com forte participação nas exportações de manufaturas, o indicador dessa relação de dependência do Sul em relação ao Norte é observado no baixo nível de renda dos países periféricos, medida pelo PIB *per capita*. Ou seja, estarem inseridos na CGV com exportações e reexportações de manufaturas, não garante aos países periféricos um desenvolvimento econômico adequado que possibilitasse o rompimento dessa condição de baixa renda. Sendo assim, mais do que ter a maior participação de suas exportações no comércio global, o determinante é o que se exporta, nesse caso, produtos mais complexos provindo em grande parte da indústria de transformação de alta intensidade tecnológica (Cardoso e Reis, 2018).

Sendo assim, a saída para a situação de subdesenvolvimento da periferia hoje está relacionada ao desenvolvimento da complexidade produtiva, tendo a produtividade do trabalho como uma das suas medidas, que possibilitariam o desenvolvimento da periferia nas CGV. Cardoso e Reis (2018) aprofundam sobre os limitantes estruturais que permanecem na relação centro/periferia que devem ser superados e para isso o papel dos estados-nacionais são cruciais para planejar e implementar regimes macroeconômicos favoráveis, política industrial, comercial e tecnológica, investimento público entre outros.

> Permanece o princípio de que atividades mais complexas – e, portanto, com mais tecnologia e conhecimento associados – possuem maior potencial de geração de efeitos de encadeamento e, por isso, quem se especializa nelas possui maiores chances de gerar crescimento e desenvolvimento – desde que se observem as mudanças estruturais associadas especialmente à distribuição de renda e riqueza. Essas atividades mais complexas não necessariamente se restringem ao setor industrial – ou ainda, a atividades industriais específicas – e podem estar associadas aos setores agrícola e de serviços. Aliás, conforme abordado acima, a superação da heterogeneidade estrutural continua sendo um dos grandes desafios dos países em desenvolvimento, especialmente no que diz respeito à produtividade agrícola. (Cardoso e Reis, 2018, p. 26)

O avanço da leitura estruturalista latino-americana sobre a nova dinâmica das cadeias de produção global, busca resgatar, ainda que não conscientemente, a crítica inicial feita pelos teóricos do sistema-mundo que não se propunham ao estudo da estrutura organizacional das firmas, mas uma abordagem macro histórica da relação de desenvolvimento desigual do capitalismo.

Smith (2016) discorrendo sobre a CGV e seus avanços na análise global, inicia apresentando a diferenciação que ela mesmo faz nas cadeias de produção, sendo duas formas principais. A primeira forma, é liderada pelos produtores, determinada por indústrias terceirizadas com produção intensiva em trabalho, e a segunda, das cadeias lideradas por compradores, que são as firmas de comércio como as gigantes Walmart e Tesco, que terceirizam a produção de bens de consumo de massa e insumos intermediários de baixo conteúdo tecnológico de produtores independentes do sudeste do globo. O que a análise das CGV não leva em conta, segundo Smith (2016), é que ambas as formas são encabeçadas por empresas multinacionais de países desenvolvidos, do Norte Global, e a sua produção é cada vez mais tomada nos países do Sul Global.

Outro problema fundamental, em qualquer uma das abordagens da CGV, é que não analisam como eixo-chave a relação capital-trabalho, sendo o trabalho apenas mais um fator de produção como tantos outros na busca pela redução dos custos. Mais do que isso, ao se proporem entender onde, como e por quem o valor é criado e distribuído nas indústrias globais, sem levar em consideração a questão de exploração do trabalho pelo capital, são incapazes de responder porque o valor

é criado em alguns lugares da cadeia (na periferia) e distribuídos em outros (no centro).

As abordagens da CGV, embora tenham dado grandes contribuições para o entendimento das relações complexas de integração mundial da produção, superando as lacunas da economia neoclássica que era incapaz de explicar a criação de valor na produção, perderam a perspectiva macro histórica não se atendo as relações complexas da economia global contemporânea, como na teoria convencional. Do outro lado, identificam as estruturas produtivas e sua complexidade como o determinante e não as relações desiguais entre os estados-nacionais mediado pela exploração do trabalho.

Para entender essas relações desiguais entre os países e acrescentar como determinante principal a exploração do trabalho nas cadeias de produção globais é antes necessário aprofundar o papel das corporações multinacionais nessa nova dinâmica global do capitalismo e sua relação com os estados-nacionais.

2. As Corporações Multinacionais e a relação com os Estados-Nacionais

As corporações multinacionais podem ser definidas como empresas que possuem pelo menos uma empresa em outro país, seja como proprietária de uma parte de outra empresa ou o controle integral da mesma. Para Gilpin (2001) sua existência não é algo novo, remontando desde o período mercantilista como nas Companhias das Índias até a atualidade como a IBM e Sony, por exemplo. Mas que a única diferença entre elas era que enquanto as primeiras subjugaram povos, as segundas são grandes fontes de capital e tecnologia necessários para os países em desenvolvimento e menos para os desenvolvidos.

Já para Hymer (1978), embora as grandes corporações mercantilistas foram as que estabeleceram as bases da revolução industrial ao concentrar capital no centro metropolitano, foram na verdade as pequenas empresas modernas as verdadeiras precursoras das multinacionais modernas.

> A força desta nova forma de empresa reside em seu poder e capacidade para recolher os benefícios da cooperação e da divisão do trabalho. [...] A reinversão destes lucros levou ao crescimento constante do porte dos capitais, possibilitando maior divisão do trabalho e criando

> a oportunidade de empregar a maquinaria na produção. Deste processo resultou um aumento fenomenal da produtividade e da produção (Hymer, 1978, p. 40).

Suwandi e Foster (2016) a partir das teorias do desenvolvimento capitalista de Sweezy e Baran, aprofundam que o surgimento das grandes corporações multinacionais veio do produto de vários processos de concentração e centralização do capital que culminou na criação do capital monopolista. Para Amin (2015), diante das crises longas do capitalismo, o capital responde de três formas aos desafios dessas, com a concentração do controle do capital, o aprofundamento da globalização desigual e a financeirização do sistema de gestão. A resposta a esses três desafios levou ao capitalismo monopolista na virada do século 19 para o século 20.

A preocupação central das matrizes dessas grandes corporações multinacionais crescentemente volta-se para o aspecto puramente financeiro, como a orientação da acumulação e dos lucros, enquanto a produção é distribuída entre suas subsidiárias, responsáveis também pela longa cadeia de vendas dos diversos produtos. A corporação multinacional nessa rede que desenvolve é o instrumento-chave do capital financeiro na segunda metade do século 20 (Suwandi e Foster, 2019).

Hymer (1978) destaca duas leis fundamentais do capitalismo monopolista. A primeira é do crescimento da escala e escopo das empresas expandindo dentro e fora das fronteiras, criando uma estrutura hierárquica entre centro e periferia. A segunda lei, trata do desenvolvimento desigual, com a exploração das nações ricas pelas nações pobres. Sendo complementar o desenvolvimento das nações do centro e o subdesenvolvimento das nações da periferia.

Como dito na introdução, a tendência de expansão do capitalismo e as novas contradições produzidas em crises impulsionam os capitais a expandir as fronteiras geográficas para sua reprodução, primeiro na exportação de capitais e por fim da reorganização das cadeias de produção no mundo (Harvey, 2004).

Na dinâmica de funcionamento das corporações multinacionais, os fluxos de investimentos estrangeiros diretos (IED) são as formas de controlar o mercado, adquirindo as empresas existentes ou construindo novas plantas no local. Os IED são feitos pelas grandes corporações como uma estratégia expansionista para controlar os mercados e garantir as especializações de cada país na cadeia de produção com custos menores, inclusive salariais (Gilpin, 2001).

Mas esses crescentes fluxos de IED possíveis a partir de 1970 estão relacionados diretamente a distribuição das cadeias de produção global apresentando um forte crescimento nos países do Sul Global, com uma taxa de evolução estável até a década de 1980, chegando em 2010 ao concentrar mais da metade de todo IED do mundo (Suwandi, 2019).

> O IDE é uma forma de penetrar nos mercados estrangeiros. Eles permitem que empresas do Norte Global concorram diretamente nos mercados estrangeiros, em vez de apenas pelas exportações. Além disso, elas também permitem que essas empresas "entrem nos canais de comércio exterior das potências concorrentes" (Suwandi, 2019, p. 13, tradução nossa).

Esse desenvolvimento das grandes corporações multinacionais e o seu controle das cadeias de produção global através principalmente dos IED levou algumas análises a identificar que seu poder de interconectar a economia global levou ao esvaziamento e separação dos estados-nacionais, tendo o poder delas integrado as sociedades em massas amorfas controlando toda a vida. Como afirma Hardt e Negri (2001), as fronteiras atuais entre as regiões se tornaram fluídas e móveis, sendo o mercado mundial "o único domínio coerente para a aplicação efetiva da administração e do comando capitalistas" (Hardt e Negri, 2001, p. 275).

Dessa forma, as grandes corporações seriam na verdade corporações transnacionais ou supranacionais, divorciadas do poder político econômico dos estados-nacionais, sendo que seu crescimento explosivo minou o território exclusivo dos países (Arrighi, 2000).

Para Robinson (2017) o papel central dos estados-nacionais que moldam muitas teorias políticas, econômicas e das lutas de classes não respondem a realidade do século 21, por conta da ascensão de um capital transnacional e de uma classe capitalista transnacional (um bloco de poder global) e um estado transnacional, que organiza a economia global através de um planejamento de estrutura oligopolista, com o controle feito por alguns milhares de indivíduos que concentram o poder, uma espécie de superclasse.

Embora Amin (2015) reconheça que o avanço do capitalismo monopolista (que chama essa nova fase de capitalismo monopolista generalizado), onde a financeirização da economia coroa a transformação do poder do capital, levou a um desmantelamento do sistema de produção nacional, sendo quase impossível

dizer a origem de um produto por conta da segmentação de sua produção no mundo, não entende que os estados-nacionais perderam sua importância, sendo ainda instrumentos fundamentais para que o capitalismo continue seu processo de produção globalizada e impeça qualquer turbulência nos territórios contra o seu funcionamento. O mesmo afirma Fiori (1998) quando reforça a não existência de qualquer evidência que comprove a diluição do poder político das grandes potências, "ao contrário, o que se tem visto é a expansão geométrica da polarização entre países e entre classes sociais, nos países industrializados como nos países periféricos" (Fiori, 1998, P. 88).

As grandes corporações globais então, mesmo mantendo seus fluxos de IED, gestão e contratação mundo afora, operando em diversos países, ainda mantém sua sede financeira e centros de controle e acumulação nos seus territórios, não sendo supranacionais ou transnacionais. Sendo o capital uma relação social de classes, com grupos e frações das classes heterogêneas em um país, suas divisões profundas e duradouras se encontram nos marcos nacionais. Dessa forma, Magdoff e Sweezy afirmam que o capital sem estado é impensável, pois além de servir aos interesses internos do capital em sua proteção na luta de classes, visa também proteger seus interesses no exterior (Suwandi e Foster, 2016).

3. O Imperialismo ontem e hoje

Essa relação umbilical do desenvolvimento das corporações multinacionais e os estados-nacionais reforça a importância e o papel do conceito de imperialismo. Embora tenha sido analisado por várias abordagens de pensamento, desde os primeiros escritos em 1902 de Hobson (Hunt, 1987), com relação direta as lutas anticoloniais, e até mesmo pelas definições de Schumpeter que fazia simples relações da ideia de Império e domínio político, foi o pensamento marxista o que melhor elaborou e sistematizou sobre ele, inserindo dentro do sistema mundial de relações econômicas e políticas e as interdependências de Estados e grupos econômicos (Galissot, 1981).

Dentre as principais contribuições sobre esse conceito, foi em Lênin que ganha mais destaque sua importância, ao observar as transformações em curso que o capitalismo vivia em sua primeira crise. São cinco traços fundamentais que define o imperialismo sendo, a concentração da produção e do capital que conduz ao monopólio; a fusão entre o capital bancário e o industrial e a criação do

capital financeiro e a oligarquia financeira; a exportação de capitais; a formação de associações internacionais capitalistas monopolistas; e a partilha entre as grandes potências capitalistas. Esse processo leva a fase superior do capitalismo, o imperialismo (Lenine, 2005, p.26).

O processo de transformação do capitalismo em imperialismo, sua fase monopolista, vem do próprio desenvolvimento capitalista, em suas fases de expansão e crise, onde as formas já têm em si os germes da sua superação. Sendo então, que na fase mais avançada do capitalismo concorrencial (1860/70) já se encontrava o embrião do monopólio, mas este só foi tomar forma visível após a crise de 1873, onde os cartéis se desenvolveram consideravelmente, mas num breve momento ainda não como a forma dominante. Sua efetivação como a base da vida econômica, segundo Lênin, se deu após a crise de 1900 a 1903, concretizando essa nova fase. "A concorrência transforma-se em monopólio" (Lenine, 2005, p.26).

Esse monopólio agora não é mais de diversos capitalistas isolados que não conhecem os outros, nem o mercado, esta concentração possibilita o conhecimento do mercado e suas fontes de matérias primas, bem como a monopolização da mão de obra qualificada. "O capitalismo, na sua fase imperialista, conduz à socialização integral da produção nos seus mais variados aspectos." (Lenine, 2005).

O monopólio concentra o poder nas mãos dos cartéis e trustes que exercem uma relação de dominação com os que não aderem as associações, onde a única alternativa destes é se subordinar aos ditames dos primeiros. Essa relação de dominação e subordinação se dá entre os países de capitalismo avançado e as antigas colônias, agora dependentes dos primeiros.

Para Galissot (1981), a singularidade do pensamento de Lênin em "O imperialismo, fase superior do capitalismo" em relação as outras teses sobre o tema para além do debate das relações econômicas, reside na afirmação que a "essência do imperialismo" está na oposição entre potências dominantes e nações oprimidas, sendo a dependência nacional, um problema visto pela ótica do imperialismo.

Essa breve digressão da leitura clássica do imperialismo retoma o apresentado na parte anterior do artigo, com o desenvolvimento das corporações multinacionais que foram e são o principal mecanismo do capitalismo monopolista no exterior, tendo uma relação direta entre firmas e estados-nacionais, que podem ser também classificadas como um componente do sistema mundial imperialista, como na síntese feita por Paul Baran e Paul Sweezy

> Como principal mecanismo do capital monopolista no exterior, as empresas multinacionais não deveriam ser analisadas apenas em termos da empresa contra o Estado, mas como componentes de um sistema mundial imperialista, no qual as empresas estavam ligadas às estruturas estatais e às sociedades de classe, e estavam em posição de ganhar com a hierarquia dos estados-nação dentro do sistema capitalista mundial e a divisão entre centro e periferia. Essa análise não só é mais complexa, dinâmica e estruturalmente enraizada do que os estudos convencionais; ela explica melhor a evolução a longo prazo das corporações globais (Suwandi e Foster, 2016, p. 1, tradução nossa).

Sendo o IED um dos principais instrumentos das corporações multinacionais, Magdoff ao analisar sua evolução nos EUA no pós-Segunda Guerra Mundial pode observar que os retornos líquidos de renda que voltaram para o país foram muito maiores que os retornos das exportações de capital. Isso significou que não apenas os investimentos estrangeiros diretos se tornaram um meio de transferir riqueza do Sul Global para o Norte Global, como também permitiu que as economias mais ricas expandissem o controle sobre as economias mais pobres.

> Só se pode concluir que o investimento estrangeiro, longe de ser uma saída para o excedente gerado internamente, é um dispositivo mais eficiente para transferir o excedente gerado no exterior para o país investidor (Suwandi e Foster, 2016, p, 9, tradução nossa).

Mais do que isso, o excedente gerado em um país da periferia, que poderia ser utilizado para o seu desenvolvimento, é extraído pela multinacional impedindo esse processo interno, sendo as empresas multinacionais as inimigas do desenvolvimento local.

> As empresas multinacionais são o inimigo, talvez não de qualquer desenvolvimento nos países anfitriões, mas pelo menos de qualquer desenvolvimento que esteja de acordo com os interesses de qualquer classe ou grupo dentro do país, exceto aqueles que foram desnacionalizados e cooptados para o serviço do capital estrangeiro (Suwandi e Foster, 2016, p, 9, tradução própria).

Não é possível analisar as relações de política econômica internacional, a dinâmica das cadeias de produção global e a atuação das corporações multinacionais e os estados-nacionais sem levar em consideração a existência do imperialismo hoje. Conceito esse que também tem sido contestado entre diversos pesquisadores (inclusive de correntes de esquerda), que diante das complexidades da produção negam sua existência (Suwandi et. al., 2019).

David Harvey é um dos que afirmam que não só o conceito de imperialismo está obsoleto, como também sugere que a apropriação de riqueza do Sul pelo Norte que ocorreram nos últimos dois séculos, tem sido largamente revertida nos últimos 30 anos, com o deslocamento da hegemonia (Patnaik e Patnaik, 2017).

A análise das cadeias de produção globais entra nesse debate de um lado com os defensores do fim do imperialismo afirmando que a descentralização das cadeias atua como uma descentralização também do poder global entre os seus participantes. E por outro lado a defesa de que o aumento da complexidade das cadeias, com a inserção de novos atores como os Brics sugerem o reforço das características do imperialismo, como o subimperialismo, mutações do capitalismo neocolonial, bem como mudanças na hegemonia global.

Na análise de Suwandi (2019) ambas as interpretações não estão corretas. Embora seja possível ver a descentralização das redes, bem como a existência de um aumento na complexidade das relações nas cadeias de produção global, estas duas visões não levam em consideração que as relações de exploração capital-trabalho nas cadeias de produção ainda portam características imperialistas.

O centro de seu trabalho então é analisar a extração da mais valia dos países pobres pelos países ricos, localizados na esfera da produção, que hoje estão localizados no Sul Global, a morada oculta da produção. O entendimento de imperialismo em seu novo estágio pode ser definido em sua essência econômica como a superexploração do trabalho vivo da periferia pelos capitalistas do centro e essa constante superexploração é o que torna o imperialismo visível hoje (Smith, 2020).

4. As Cadeias de Produção Valor-Trabalho

A teoria das CGV, parte da visão positiva das empresas dos países em desenvolvimento e tem como objetivo buscar como melhorar a captura da parte dos lucros. Isso explica por que não diz nada sobre a distribuição do valor entre capital

e trabalho, mas apenas entre as pontas da cadeia. O que está se estudando não é a competição entre os capitais apenas, mas a luta entre classes, afirma Smith (2012).

A análise das cadeias de produção globais a partir da ótica do trabalho é denominada por Suwandi (2019) de Cadeias de Produção Valor-Trabalho, ou de forma mais curta, Cadeias de Valor-Trabalho, conceito esse que leva em conta as questões relacionadas as forças entre nações e classes sociais para captar a exploração/expropriação que ocorrem nas cadeias de produção global.

Sendo assim, alguns conceitos devem ser inseridos para essa interpretação. Primeiro, na produção capitalista a maximização das margens de lucro bruto através da redução dos custos unitários da produção é o objetivo dos capitalistas, que estão em constante busca por novos métodos de produção, fontes de trabalho e formas de organização do trabalho que reforcem esse intento. Para essa redução a parcela que deriva do trabalho é a mais importante e que pode ser reduzido de duas formas, através dos salários e da produtividade do trabalho, são dois elementos combinados que determinam a medida dos custos unitários do trabalho, dando uma aproximação à teoria de exploração de Marx, onde os menores custos unitários do trabalho, levam as maiores taxas de exploração na produção.

O que se observa é que os países mais engajados nas cadeias de produção globais são os que apresentam menores salários e maiores produtividades. As interpretações tradicionais das cadeias de produção globais embora tenham avançado na leitura da produção global, no exame as empresas e formas de captura do valor pelas fornecedoras no Sul Global, não se atentou a raiz do problema que é a exploração do trabalho e as relações desiguais embutidas nesse processo.

> Dados sobre os custos unitários do trabalho mostram que os países com maior participação em cadeias de valor-trabalho - sendo os três primeiros a China, Índia e Indonésia - também têm custos unitários do trabalho muito baixos. Isto significa que não só os salários são baixos nestes países, mas também que a produtividade é alta. **A organização global de cadeias de valor-trabalho é, portanto, um meio de extrair mais-valia através da exploração dos trabalhadores no Sul global** (Suwandi, 2019, p. 5, tradução nossa, grifos do autor).

Outro elemento, e o principal nessa análise, na mudança da produção global sob o novo imperialismo do capital monopolista, é a arbitragem global do trabalho, que permitiu uma mudança da indústria nas últimas décadas do centro para

a periferia. É o que possibilita nas cadeias de valor-trabalho que as corporações multinacionais sejam capazes de deslocar a produção para as diversas partes do globo com os menores custos unitários do trabalho, mantendo, e de certa forma até mesmo aumentando, a divisão geral centro-periferia dentro da economia capitalista mundial.

Ou seja, as cadeias de valor-trabalho estão inseridas em um mecanismo de trocas desiguais baseada em uma hierarquia global de salários, onde capturam o valor do Sul Global através de uma superexploração do trabalho.

Essa superexploração do trabalho vem da análise feita por Smith (2016; 2020) que reforça como o mecanismo de distorção da lei do valor de Marx ocorre como fenômeno principal do imperialismo hoje, onde a condição de igualdade entre os trabalhadores é violada profundamente entre a periferia e o centro.

> A redução no valor da força de trabalho ao suprimir os níveis de consumo (ou o que equivale à mesma coisa, transferindo a produção para países onde os níveis de consumo e, com eles, o valor da força de trabalho, são muito menores) é uma terceira maneira distinta de aumentar a mais-valia, e isso adquiriu uma enorme importância durante a era neoliberal, tornando-se a força motriz de sua maior transformação, o meio mais importante de aumentar a taxa de mais-valia e contrapor a tendência de queda da taxa de lucro (Smith, 2020, p. 69).

O confinamento do trabalho dentro das fronteiras nacionais e a liberdade indiscriminada do capital é o que permite que as multinacionais possam tirar proveito das imensas diferenças de preço da força de trabalho em nível global e tenham mais liberdade para buscar maiores lucros através da substituição do trabalho mais bem remunerada por trabalho mal remunerado em nível global.

> A arbitragem global do trabalho - um sistema de intercâmbio desigual baseado em uma hierarquia mundial de salários, dividindo bruscamente o centro e a periferia - é um meio para que as multinacionais tirem proveito dos custos unitários diferenciais de trabalho dentro de um sistema imperialista de "valor mundial" (Suwandi e Foster, 2019, p. 10, tradução nossa).

Todo o processo de acumulação de capital engendrado nas cadeias de valor-trabalho longe de serem controladas por empresas transnacionais, são na verdade inseparáveis das relações desiguais entre estados-nacionais, na verdade as empresas multinacionais partem de uma base territorial ao impor altas taxas de exploração aos trabalhadores do Sul pelo Norte.

Como já salientado acima, os IED são uma das formas que as corporações multinacionais ampliam sua inserção na periferia com intensificação desse processo a partir da nova onda de globalização iniciada em 1970. Porém, para além dos IEDs como instrumento de inserção das multinacionais nos territórios, há uma aceleração no ritmo de externalização dos custos das multinacionais a partir da entrada de empresas subcontratadas, também denominadas de *arm's length contracts*, onde as multinacionais mantêm parcerias contratuais com elas sem o envolvimento de propriedade direta, conhecido como o uso de formas de produção que não são de capital próprio, *non-equity modes of production*.

Outra forma de extração do valor pelas multinacionais que ganha corpo é o comércio intrafirma que não passa pelas duas primeiras formas. Através desses processos todas as atividades estão interligadas na cadeia de produção global por meios diretos e indiretos liderados pelas multinacionais que podem capturar as mais altas margens de lucro através de suas operações globais, através do controle de toda a linha de suprimentos, sendo quase impossível identificar essa movimentação.

Na dinâmica de organização do trabalho, dois mecanismos são fortemente utilizados pelas multinacionais para manter o controle de toda a cadeia de produção global que são a *racionalização sistêmica* e a *produção flexível*. O desenvolvimento das novas tecnologias de informação e reestruturação foi o que permitiu o uso intensivo desses mecanismos que ao invés da descentralização da produção descentralizar também o poder de controle, caminhou no sentido inverso com maior poder das multinacionais, controlando as empresas fornecedoras, seu processo produtivo e a forma de organização do trabalho interno a elas.

> Ambas as abordagens enfatizam que grandes empresas, como as multinacionais globais sediadas no Norte, são capazes de manter (e até mesmo melhorar) sua poderosa posição nos processos de produção e distribuição dentro de tais redes, principalmente exercendo controle sobre suas empresas a montante e/ou a jusante. Isto permite que as multinacionais se envolvam em uma produção enxuta e flexível, acomodando-se às

> flutuações da demanda do mercado em sua busca por maior produção, transferindo o trabalho e as responsabilidades de produção para as empresas dependentes (Suwandi, 2019, p. 15, tradução nossa).

As corporações multinacionais então, são os instrumentos-chave para extrair o excedente da exploração através desses diversos mecanismos de controle dos processos de produção, controlando o processo de trabalho direto e dos seus fornecedores dependentes, com taxas muito mais elevadas de exploração do Sul Global do que pelo Norte Global. Os benefícios gerados nas cadeias de Valor-Trabalho no Sul Global vão para essas corporações sediadas no Norte Global.

Conclusão

Para tratar das cadeias de produção global é necessário (para além de uma análise das formas de organização da produção globalizada, sua distribuição e a captura do valor criado) entender a dinâmica atual do capitalismo contemporâneo e as relações sociais que o determinam. A sistemática diferença nas taxas de exploração entre as nações, especialmente entre as nações do Norte Global e as do Sul reforçam a persistência do imperialismo como um conceito atual para entender essa dinâmica.

As corporações multinacionais ligadas aos estados-nacionais do Norte Global são os instrumentos vivos de um novo imperialismo do capitalismo monopolista financeirizado, necessitando para isso ter o monopólio global do sistema financeiro, tecnológico, recursos do planeta, comunicações e o poder militar. Os estados-nacionais são determinantes para a manutenção desses cinco monopólios que permitem o funcionamento das cadeias de valor-trabalho.

> O controle financeiro, tecnológico e de comunicações no centro, apoiado pelo controle militar e geopolítico exercido pelos estados capitalistas, permite que as multinacionais sediadas nos principais estados imperiais relocalizem a produção globalmente sem medo de apropriação, permitindo-lhes extrair a parte maior do valor produzido (Suwandi e Foster, 2019, p. 13, tradução nossa).

A teoria das Cadeias Valor-Trabalho busca ser um dos conceitos para aprofundar a produção globalizada como uma nova forma de imperialismo econômico, analisado através da prática da arbitragem global do trabalho e a superexploração do trabalho. Esta não é apenas uma mera forma de redução dos cursos de produção, mas um dos principais meios para manter e expandir o controle monopolístico das multinacionais.

Referência Bibliográfica

AMIN, Samir. "**Contemporary Imperialism**". Montly Review, volume 67, 2015.

ARRIGHI, Giovanni. **O longo século XX**. Rio de Janeiro, Contraponto. 2000.

CARDOSO, F; REIS, C. **Centro e periferia nas cadeias globais de valor:** uma interpretação a partir dos pioneiros do desenvolvimento. Revista de Economia Contemporânea 22(3): p. 1-32. 2018.

FERREIRA, J; SCHNEIDER, M. **As cadeias globais de valor e a inserção da indústria brasileira.** Revista Tecnologia e Sociedade, Curitiba, v. 11, n. 23, 2015

FIORI, José Luis. **Globalização, hegemonia e império**. *In:* TAVARES, Maria da Conceição, FIORI, José Luis. Poder e dinheiro. Petrópolis, Editora Vozes, 1998.

GALISSOT, R. '**O imperialismo e a questão nacional e colonial'**. In: Hobsbawm, E. et alii (orgs.). História do Marxismo. Vol. VIII. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1981.

GILPIN, Robert. **Global Political Economy:** Understanding the international economic order. Princeton, Princeton University Press, 2001.

HARDT, Michael & NEGRI, Antonio. **Império.** Editora Record: Rio Janeiro. 2001.

HARVEY, David. **The 'new' imperialism by dispossession**. Socialist Register. 2004.

HYMER, S. **Empresas Multinacionais**. Rio de Janeiro: Ed. Graal.1978.

HUNT, E. K. **História do Pensamento Econômico.** Rio de Janeiro: Editora Campus. 5ª edição. 1987.

INSTITUTO Tricontinental de Pesquisa Social. **Ruínas do Presente.** São Paulo, 2018. Disponível em: https://www.thetricontinental.org/pt-pt/nas-ruinas-do-presente/

INSTITUTO Tricontinental de Pesquisa Social. **O iPhone e a taxa de exploração.** São Paulo, 2019. Disponível em: https://www.thetricontinental.org/pt-pt/o-iphone-e-a-taxa-de-exploracao/

INSTITUTO Tricontinental de Pesquisa Social. **O mundo oscila entre crise e protestos.** São Paulo, 2020. Disponível em: https://www.thetricontinental.org/pt-pt/o-mundo-oscila-entre-crise-e-protestos/

LENINE, Vladimir Ilitch. **Imperialismo: fase superior do capitalismo.** São Paulo: Centauro. 3ª edição. 2005.

PATNAIK, U. & PATNAIK, P. **A Theory of Imperialism**. NY: Columbia University Press. 2017.

ROBINSON, William I. **Debate on the New Global Capitalism:** Transnational Capitalist Class, Transnational State Apparatuses, and Global Crisis. International Critical Thought. 2017.

SMITH, J**. Imperialism in the Twenty-First Century:** The Globalization of Production, Super-Exploitation and the Crisis of Capitalism. Monthly review Press. New York, 2016

_____. **Exploração e superexploração na teoria do imperialismo** *In:* Veias Abertas do Sul. São Paulo: ed. Expressão Popular, 2020

SUWANDI, I. **Labor-Value Commodity Chains:** The Hidden Abode of Global Production. Monthly Review. Volume 71, Number 3. 2019.

SUWANDI, I.; JAMIL JONNA, R.; FOSTER, J. **Global Commodity Chains and the New Imperialism.** Monthly Review. EUA. 2019

SUWANDI, I., FOSTER, J. B. **Multinational Corporations and the Globalization of Monopoly Capital:** From the 1960s to the Present. Monthly Review , Volume 68, Issue 03. 2016.

INTERNATIONAL WEEK OF ANTI-IMPERIALIST STRUGGLE
USAID
USAID
USAID
USAID
tricontinental

7

A solidariedade revolucionária e internacional como ferramenta de libertação dos povos

Por Mariana Messere[1]

Resumo // Este artigo tem como objetivo compreender o papel do Imperialismo nas atuais Relações Internacionais e suas consequências no Sul Global, destrinchando a nova configuração da divisão internacional do trabalho. Também tem o intuito de evidenciar a necessidade da reivindicação histórica das lutas de libertação e suas características revolucionárias.

Palavras-chave // Imperialismo. Relações Internacionais. Emancipação.

1 Mariana Messere é estudante de Relações Internacionais na UFRJ, carioca da gema e militante comunista em formação

Introdução

A história das nações frequentemente possui cunho trágico devido ao seu violento processo de construção através do capitalismo e, posteriormente, do imperialismo. A construção das identidades nacionais, especialmente se referindo aos países colonizados, raramente são espontâneas e culturalmente homogêneas. A história mais uma vez nos impõe a necessidade de uma análise crítica sobre os fatos, evidenciando as contradições mais essenciais do sistema no qual essas identidades foram construídas.

Para isso, é preciso que se escolha, primeiramente, uma definição crítica para os termos abordados neste artigo. Proponho incorporar a definição de Lênin para o conceito de Imperialismo, o primeiro marxista a teorizar sobre o tema. Em seu livro *Imperialismo, etapa superior do capitalismo,* o autor evidencia a centralidade do imperialismo na compreensão da realidade geopolítica da época, em que a partilha do mundo significava subordinação direta de povos e nações. Lênin percebe que seria impossível fazer uma análise precisa da realidade e, consequentemente, emancipar os trabalhadores de seus grilhões, sem reconhecer a existência dessa nova configuração mundial. Para ele, "O imperialismo surgiu como desenvolvimento e continuação direta das características fundamentais do capitalismo em geral." (Lenin, 1917, p.42)

Dessa forma é possível dizer que o Imperialismo foi uma consequência direta do desenvolvimento capitalista, que se deu de maneira desenfreada ao final do século XIX. Os alicerces do capitalismo sendo, entre eles, a defesa imprescindível da propriedade privada, gerou inevitavelmente a onda de colonização e a partilha do mundo. Isso porque esses estão atrelados aos incessantes desejos de expansão econômica e requerem o controle das mais variadas fontes de matérias primas e recursos naturais, além do domínio de pontos estratégicos no globo que permitam vantagens comerciais a quem os detém. Lênin exemplifica dizendo que a Primeira Guerra Mundial (1914-1918) foi um evento marcado: "pela partilha do mundo, pela divisão e distribuição das colônias, das esferas de influência do capital financeiro etc." (Lenin, 1917, p.2).

Nesse sentido, é importante notar que a riqueza natural do sul global é central no entendimento de como se organiza a Divisão Internacional do Trabalho. Como citou Eduardo Galeano em *As veias abertas da América Latina*, "A generosidade da natureza os condena à espoliação e ao crime" (Galeano, 1970, p. 78). Ou seja, é essa abundância que dificulta ainda mais o rompimento da lógica desigual do

Sistema Internacional. O Norte, especificamente os Estados Unidos e a Europa, estão colocados em vantagem nesse jogo, uma vez que foi possível a eles, através da história, um enorme acúmulo prévio de capital. Foi justamente através da violência, espoliação e da guerra que o poder político se consolidou em poder econômico e, ainda hoje, são esses os países especializados em "ganhar", analisando ainda a atual divisão internacional do trabalho, que será mais profundamente abordada ao longo do texto. É claro que, considerando a extrema complexidade da realidade que nos é imposta, essa dicotomia precisa ser pontuada. Existem exemplos específicos ao redor do globo que exibem diferentes graus de desenvolvimento. Vemos países anteriormente contidos pelo Imperialismo, triunfando (por exemplo, China). A análise proposta nesse artigo tem como objetivo evidenciar a estrutura organizacional e seus alicerces, em outras palavras, aquilo que baseia ideológica e politicamente a disposição dos países no sistema e a importância da reivindicação do chamado Sul Global pelos mais diversos setores da sociedade contemporânea. Faz-se necessário refletir, com um olhar especificamente brasileiro, como as relações internacionais, ainda hoje, estão pautadas pelo imperialismo e como a luta de libertação dos povos se dá nesse contexto. Sendo assim, se pretende trazer uma visão amplamente internacionalista, dialogando com os ideais de emancipação dos povos oprimidos ao redor do globo.

Neocolonialismo e a atual divisão internacional do trabalho

A divisão internacional do trabalho (DIT) significa a especialização produtiva que cada país exerce no comércio mundial. Baseado e concretizado em uma realidade de livre-comércio, a DIT continua sendo extremamente desigual, mesmo que com novas configurações. O comércio global, que por um lado está em constante mudança devido a diversos fatores como novas tecnologias, por outro permanece injusto.

A chamada nova divisão internacional do trabalho, que se deu a partir da globalização e da revolução tecnológica, ocasionou uma reestruturação do capital financeiro e possibilitou o surgimento de multinacionais e transnacionais, que explicam em parte a industrialização e nova especialização técnico-produtiva de países subdesenvolvidos. Mas é importante notar que, mesmo com essa mudança de paradigma, essa reestruturação possui fatores políticos típicos e se deu através

da terceirização do trabalho, com os países do sul global mais uma vez ofertando partes do seu território para as indústrias de capital estrangeiro. O Brasil, por exemplo, continua investindo forte na exportação de *commodities* e no seu complexo de petróleo, motivado por diversas dificuldades na modernização de seu complexo industrial (O setor industrial no Brasil que antes correspondia a 25% do PIB, hoje representa apenas 15%) e consequência do baixo interesse da burguesia brasileira (dependente frente à burguesia de países centrais) na especialização técnica da nova indústria microeletrônica. Ou seja, o cruel desequilíbrio da balança comercial nos permite identificar que continuamos em desvantagem perante o centro do capitalismo global: alimentamos o mundo enquanto temos o gigantesco fantasma da fome. Somos fonte de sementes, petróleo, ferro, cobre, frutas e carne. Um mercado que beneficia muito mais quem compra do que quem produz. São essas as contradições dos países do sul global que tornam mais latente, a cada dia, a necessidade de retomar no vocabulário crítico o conceito Imperialismo.

O ex-presidente estadunidense Woodrow Wilson advertia: "Um país é possuído e dominado pelo capital que nele foi investido". Essa era sua justificativa para limitar quaisquer concessões que se quisesse fazer em seu país, referindo-se a entrada de capital estrangeiro. Wilson sabia que estava correto: Fazia-se o oposto na América Latina. Arquitetadas principalmente pelo próprio EUA, nós sempre precisamos fazer essas concessões a eles, e as fazemos até hoje. Os países latino-americanos constantemente convivem com as consequências desse fato, que se materializam no seu subdesenvolvimento. Esconde-se nesse conceito o caráter violento do Imperialismo, pois não estamos falando de invasão, dominação direta e colônias (em sua definição mais essencial). A complexidade das relações econômicas torna mais difícil o diagnóstico que podemos fazer com uma lente crítica ao liberalismo de hoje em dia. Afinal, a miséria e as dificuldades do dia a dia do povo latino-americano é consequência direta do atraso econômico que nos norteia. Para a classe trabalhadora dos países desenvolvidos terem cada vez mais seus direitos garantidos e melhores condições de vida, a classe trabalhadora do Sul perde direitos básicos e enfrenta condições de trabalho cada vez mais precárias.

> "Nossa derrota esteve sempre implícita na vitória dos outros. Nossa riqueza sempre gerou nossa pobreza por nutrir a prosperidade alheia: os impérios e seus beleguins nativos. Na alquimia colonial e neocolonial o ouro se transforma em sucata, os alimentos em veneno" (Galeano, 1970, p.19)

A globalização e a chamada Revolução Tecnológica ou Terceira Revolução Industrial trouxeram, como dito de forma breve anteriormente, mudanças de paradigma. Vemos o avanço da ciência e da tecnologia triunfando, uma nova indústria se expandindo e cada vez mais pessoas conectadas entre si e com pleno acesso à informação. Porém o sistema que estrutura essas mudanças impossibilita que elas sejam verdadeiramente globais. Temos inúmeros novos remédios e tratamentos, mas milhões de pessoas morrem das mais brandas e curáveis doenças. Uma indústria cada vez mais automatizada, mas, ao invés de significar mais qualidade e tempo de vida para os trabalhadores, vemos o aumento do desemprego e massas de pessoas ao relento, sem qualquer amparo. Essas desigualdades, que permeiam todos os âmbitos da sociedade, vão das relações entre todos os países do globo às relações entre pessoas de uma mesma cidade. Centros urbanos cada vez mais pulsantes, privilegiados pelo avanço do homem, crescem paralelamente às suas periferias. Cria-se periferias dentro dos próprios países, onde algumas regiões prosperam enquanto outras sucumbem, como a relação Sudeste *versus* Nordeste no Brasil ou a própria relação pré-imperialista brasileira com seus pequenos países vizinhos. Essas contradições que são partes fundamentais da condição do homem no sistema capitalista continuam perpassando nossas relações mais subjetivas: O fenômeno da mercantilização se expandiu, através da fase superior do capitalismo, aos mais "primitivos" instintos humanos, como o senso de coletividade, rejeitando o senso de cooperação em detrimento da competição. O Imperialismo impregnou-se nas Instituições assim como em nossas mentes e deve ser mais constantemente debatido. Massas de pessoas na pobreza e na miséria foram naturalizadas ao longo de anos de exploração contínua, tratadas como algo "normal". Esse problema inclusive pode ser percebido nos espaços de debate acadêmico ou de militância, onde ainda não se faz suficientemente a conexão necessária dessa condição material com as normas imateriais do sistema financeiro internacional, ainda ditadas pelo neocolonialismo.

O apagamento da história

Ao final da Guerra Fria, os seus vencedores apagaram parte da história. A derrota do movimento terceiro-mundista e do socialismo como uma possível alternativa ao capitalismo também significou que, desde então, seja esquecido por diversos autores, militantes, intelectuais e pelo monopólio da mídia, o papel crucial da teoria marxista no pensamento anticolonial e, consequentemente, sua

expressiva participação em todos os movimentos de emancipação e independência em África, por exemplo.

O poder cultural dos países vitoriosos, liderado pelos Estados Unidos, também é parte essencial da compreensão desse fenômeno. Alinhado ao pensamento dominante, ou seja, liberal, o *soft power* estadunidense é um dos pilares do imperialismo atual. É através dele que noções ideológicas são transpassadas como verdade ou "razão". Não se identifica no discurso liberal a noção de ideologia ou pensamento político, mas sim uma ideia *naturalizada*, supostamente pré-concebida em nossa sociedade. Destaco aqui a importância da cultura como consequência direta da globalização. Não é mais possível, em uma expressiva parcela do mundo, estabelecer relações de poder tão explícitas. Sendo assim, o capitalismo necessitou reconfigurar-se para adaptar-se ao seu tempo e, corroborado pela mesma ideologia homogênea citada, possibilitou a existência de partes esquecidas da nossa história, propositalmente apagadas. Apagar a história ou contá-la de forma única significa também apagar povos e nações inteiras. Vemos isso desde o início das Grandes Navegações, onde não bastava exterminar uma população, mas toda a sua forma organizativa, perpassando suas crenças, costumes e idiomas. Exemplifico aqui o pouco conhecimento público de grandes tragédias históricas como a colonização belga no Congo, da mesma maneira que há uma extensa produção de conteúdo acadêmico, cultural e midiático ao se tratar do Holocausto. Evidente que seja necessário o reconhecimento histórico dessa tragédia, mas torna-se insustentável conceber que não exista tamanha dedicação para fenômenos até mais recentes, que aconteceram e acontecem no sul do mundo. Um olhar crítico nos permite compreender que a implementação dos campos de concentração não foi uma invenção de Hitler, mas um dos muitos métodos bárbaros dos grandes colonizadores. Cabe citar Amílcar Cabral, um grande político e teórico marxista cabo-verdiano: "Passamos a ser arrastados pela História dos países da Europa" (Cabral, 1974, p.108).

A dominação da África e Ásia foi um dos eventos mais violentos da nossa história, com a morte de milhões de pessoas e o surgimento dos mais terríveis métodos de controle, exploração e humilhação. Esse processo histórico recente, por mais que seja estudado (de forma ainda superficial) nas escolas, é pouco aprofundado no debate social amplo. Pouco se fala também do processo de independência das colônias, suas lutas de emancipação e o caráter socialista e revolucionário de seus processos emancipatórios, como dito anteriormente. Outro exemplo é o resgate da memória dos Panteras Negras sem reconhecer o caráter internacionalista

e revolucionário do Partido. Como expressa Jones Manoel no livro *Revolução Africana*, organizado por ele e Gabriel Landi:

> "O Partido dos Panteras Negras para Autodefesa, essa organização radical, revolucionária, profundamente conectada ao campo socialista no âmbito da solidariedade internacional e com diversas ligações com o marxismo, foi transformada em uma expressão do empoderamento, representatividade liberal e em uma marca estética" (Manoel, 2019, p.13-14).

Esses fatos refletem inevitavelmente as condições materiais e históricas do nosso tempo, limitadas em compreender de maneira mais completa e total, os fenômenos do mundo. Como explica Marx em *A crítica da filosofia do direito de Hegel*: "a teoria também se torna força material quando se apodera das massas" (Marx, 2013, p.157). Sendo assim, entende-se a finalidade política do apagamento histórico desses processos. O conhecimento foi e pode (deve) tornar a ser uma das ferramentas na luta anti-imperialista.

Festejemos a luta: a libertação dos povos ontem e hoje

As lutas de emancipação africanas, que perpassam todo o século XX, não podem ser esquecidas. Estamos falando de um processo extremamente recente, que determina ainda hoje o lugar dos países africanos no sistema mundial e na nova divisão internacional do trabalho. Um continente extremamente rico em recursos naturais, fonte de energia e minério, que ainda hoje abastece a Europa, mesmo depois de anos de independência. Nesse sentido, é importante reafirmar que a derrota do campo socialista significou também a derrota das lutas terceiro-mundistas. Se conquistou a independência, mas apenas formalmente.

Paralelamente a isso, a América Latina viveu intensos esforços para sobreviver à ditadura militar-empresarial que marcava o final do século passado no continente. As lutas armadas e profundamente ligadas aos ideais emancipatórios que carecemos hoje, foram parte fundamental da conquista do restabelecimento da democracia. Mas hoje, depois de poucos anos de progresso, vemos novamente a reação neoliberal, financiada por agentes externos e pela burguesia interna dos

países sul-americanos, ceifar as conquistas dos povos dessas terras. O regresso de direitos previamente estabelecidos pela luta popular, estão sendo desmantelados novamente pelo interesse do capital financeiro.

A expansão militar estadunidense também é uma das características reacionárias que podem ser citadas para entender o imperialismo de hoje. As chamadas "Guerra ao terror", que justificaram a invasão sistemática de países do Oriente Médio e Norte África, são outros exemplos de um imperialismo direto e sangrento.

De maneira mais geral, as lutas de libertação dos povos, que se modificam de acordo com as especificidades de cada região social-geográfica do globo, precisam cada vez mais enfrentar um inimigo mais disperso, taticamente escondido em outros nomes, protegido pelos grandes órgãos monetários internacionais e tendenciosamente falacioso nos seus discursos culturais hegemônicos. O imperialismo, em sua definição mais essencial, ainda não acabou. Reconhecê-lo é o primeiro passo no longo e árduo caminho de enfrentá-lo. Acredito que seja importante também resgatar as lutas que vieram antes: Estudar, se debruçar e compreender as conquistas e contradições das lutas populares anteriores a nós. Reconhecer seus papéis no processo de transformação política do espaço e, mais ainda, reforçar seu caráter revolucionário. É comum vermos, inclusive entre grande parte da esquerda hoje, renegar completamente todas as experiências socialistas precedentes. É claro, isso sendo consequência do poder cultural hegemônico discutido anteriormente. A História é também instrumento de guerra: A guerra contra o Imperialismo de ontem e de hoje.

A iniciativa contida na produção desse artigo permeia esses valores. Tem como objetivo contribuir com o resgate de ideais e gerar a necessária reflexão acerca da condição de dependência brasileira, latino-americana e do sul global como um todo. Não é possível realizar uma análise do Sistema Internacional como objeto de estudo, sem considerar os aspectos citados brevemente ao longo deste artigo, ou seja, sem citar as contradições estruturais que baseiam esse Sistema. Assim como torna-se incompleta aquela pesquisa que desconsidera a influência externa na história político-econômica brasileira, por exemplo.

O resgate histórico e a democratização do conhecimento devem ser, dessa forma, os pilares das atuais lutas de libertação dos povos oprimidos, assim como das que virão. Sendo assim, concluo reiterando a importância da identificação do sul político como central nas mudanças que queremos ver no mundo. Não será possível conquistá-las sem a união dessas nações em um tricontinente de ideias e solidariedades internacionais. A identidade também é crucial para a criação de

um sentimento revolucionário. Ela facilita a empatia e consequentemente a organização necessária para enfrentar o capitalismo. As diferenças devem ser taticamente combatidas: a classe trabalhadora interna de cada país, com suas enormes divergências culturais, regionais e econômicas, precisa reconhecer essas diferenças, sem deixá-las paralisarem o movimento emancipatório em torno de um objetivo comum. Essa paralisia nas lutas de libertação é também estratégica para o Imperialismo, fruto do apagamento histórico discutido no tópico anterior. Em termos globais, esse mesmo problema é posto e deve ser combatido de forma semelhante. O sentimento de solidariedade revolucionária deve prevalecer, lembrando-nos a todo tempo que é preciso caminhar juntos em direção à Liberdade e pelo fim das opressões de todo o tipo.

Referências bibliográficas

CABRAL, Amílcar. *Análise de alguns tipos de resistência*. Lisboa, 1974, p.107 a 133.

GALEANO, Eduardo. As veias abertas da América Latina. Porto Alegre: L&PM, 2019

LENIN, Vladimir Ilyich. *Imperialismo: etapa superior do capitalismo*. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

MANOEL, Jones. *Revolução Africana: Uma antologia do pensamento marxista*. São Paulo: Autonomia Literária, 2019

MARX, Karl. *Crítica a filosofia do direito de Hegel*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2013.

8

Notas exploratórias sobre as contribuições do marxismo para o pensamento sobre a defesa brasileira

Ana Penido[1], Natália Araújo[2], Suzeley Kalil Mathias[3]

Resumo // Pretende-se, nestas notas exploratórias, discutir como o imperialismo se manifesta no pensamento estratégico da defesa brasileira, forçando o país a uma condição de dependência também sob esse aspecto. Para isso, a primeira parte do texto traz uma retomada das contribuições do marxismo e das teorias sobre o imperialismo para as relações internacionais. Conclui-se pela necessidade de, particularmente nos países periféricos, beber nas teorias marxistas também como um leito teórico para o pensamento sobre defesa.

Palavras chave // marxismo; imperialismo; defesa nacional

---

1 Bolsista Capes pós-doutorado IPPRI (UNESP). Pesquisadora do Grupo de Estudos em Defesa e Segurança Internacional (Gedes, Unesp) e do Instituto Tricontinental de Pesquisa Social.

2 Mestre em Relações Internacionais pela USP.

3 Professora da Universidade Estadual Paulista e pesquisadora do GEDES – UNESP. Pesquisadora nível 2 do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico.

Parte 1: As contribuições marxistas para as relações internacionais

Vivemos em um mundo inequivocamente hierárquico. Nas relações internacionais (RI), diferentes abordagens auxiliam na compreensão de como as grandes potências atuam visando a imposição da sua vontade sobre as periferias. No campo marxista, reconhece-se que os países centrais fazem uso de métodos de dominação tão amplos que são chamados de dominação do espectro total, ou do espectro amplo (Ceceña, 2016), para apontar que o imperialismo é muito mais que imposição de interesses pela força, mas também, e às vezes principalmente, é imposição por meio do colonialismo cultural, de organismos internacionais, de sanções econômicas etc.

A interpretação marxista, todavia, não faz parte do *mainstream* dos estudos internacionais, sendo este dividido entre a chamada escola realista e a escola idealista (ou liberal). Parte da explicação para o espaço periférico ocupado pelo marxismo nas RI está na gênese da disciplina. As RI nascem nas Universidades britânicas e estadunidenses logo após a I Guerra Mundial, como um esforço de interpretação das relações políticas travadas entre os Estados. Por sua vez, a teoria marxista surge e se desenvolve desde organizações socialistas e comunistas, como as que abrigaram Karl Marx e Friedrich Engels, e dá destaque à análise da economia política. Uma segunda questão relevante é que a teoria marxista não trabalha com uma distinção muito rígida entre a ordem internacional e a dinâmica nacional, tal qual as interpretações realistas e liberais. Dado os limites deste artigo para estudar o tema proposto, faremos algumas comparações entre marxismo e realismo, deixando para outra oportunidade a escola liberal.

Para Bobbio (1979; 1988), não existe uma teoria marxista de RI, pois o marxismo toma como seu objeto a transformação das relações de produção que, em termos políticos estritos, implica na compreensão e promoção da revolução. Já as RI têm, como razão de ser enquanto disciplina, a compreensão das dinâmicas de guerra e paz entre as nações. Outro aspecto levantado por Bobbio são as formulações leninistas sobre o imperialismo, consideradas reducionistas pelo autor em virtude do seu foco na economia política.

Ao contrário do filósofo italiano, entendemos que uma teoria só é completa quando aponta para as transformações da realidade que ela visa explicar. Assim, entendemos que a força do marxismo enquanto teoria está justamente na proposta de ruptura revolucionária do sistema de produção capitalista. Além disso,

entendemos o marxismo não apenas como uma teoria econômica, mas uma teoria da história, da política e da sociedade, constituindo um método de análise também das relações internacionais.

> Nesse instrumental aberto, o marxismo conjuga a análise econômica com a análise da estrutura jurídico-política e das ideologias atuantes. Essa junção permite pensar tanto a reprodução das relações sociais em suas distintas esferas (econômica, política e ideológica), como também as formas de superação dessas estruturas por ação dos agentes – as classes sociais e suas organizações políticas (BERRINGER, 2014b, p. 434).

Por outro lado, o marxismo e o realismo convergem, por exemplo, no peso que conferem ao papel do Estado. Essa questão é particularmente relevante no momento atual, quando, em virtude da globalização, segmentos passaram a defender o declínio estatal frente à ascensão de atores não-estatais, que garantem o concerto do mundo por meio de órgãos de governança dos regimes internacionais (HABERMAS, 2001; HARDT e NEGRI, 2001).

O Estado, entretanto, é compreendido pelo realismo como forma de distinção entre as esferas doméstica e internacional, usando a descrição do que ocorre no ambiente nacional como um padrão comparativo para pensar a arena internacional (Berringer, 2014a). Nesse sentido, o ambiente nacional aparece como um espaço de paz social, mantido pelo Soberano e seu respectivo aparato coercitivo centralizado, enquanto no ambiente externo reinaria a anarquia da luta de todos contra todos, sem um poder central organizativo. O Estado para o realismo é um ator unitário e racional, que age orientado pela defesa do interesse nacional, que é, em última instância, sua própria sobrevivência (NOGUEIRA e MESSARI, 2005).

Amaral (2007) aponta que, para além de observar a distribuição de poder entre os Estados no sistema internacional, foco do realismo, é necessário observar o que determina tal poder internamente. Ao não fazê-lo, o realismo se comportaria como uma máscara, podendo por isso ser enquadrado como uma ideologia burguesa. Ou seja, no Estado capitalista, as relações de produção e as relações de dominação decorrentes do modo de produção são sustentadas pela estrutura jurídico-política materializada no Direito e na burocracia. Reunidas no corpo político da nação, teoricamente iguais, as pessoas deixam de se ver como classes sociais em conflito. A teoria marxista sobre o Estado, como pode ser visto em Poulantzas

(1977;1978), chama a atenção justamente para essa falsa homogeneidade do Estado, pois ela na verdade serve como instrumento para ocultar os conflitos de classe existentes.

Outro ponto de contato entre as teorias realista e marxista está em que ambas apontam o papel do Estado como mantenedor do *status quo*. Porém, a forma de classificar tal manutenção é irreconciliável entre uma e outra teoria. Se para o realismo o Estado é elemento de manutenção da paz, porque avalia o Estado como aquele corpo social identificado com a nação e, portanto, fonte de proteção dos interesses nacionais contra agressões externas e de manutenção da ordem interna – as duas dimensões da soberania apontadas por Bobbio (2004) –, para o marxismo, os cidadãos se veem como parte de um mesmo corpo nacional não porque isso corresponda ao interesse genuíno de todas as pessoas de determinada formação social, mas porque os interesses das classes dominantes são apresentados como interesses gerais, ou seja, o Estado é sujeito e predicado da ideologia (Poulantzas, 1977).

Em ambas as teorias os conflitos são inerentes à própria formação do Estado e, por isso, elas reconhecem que o emprego da força pelo Estado é sempre parcial, favorecendo a manutenção do *status quo*. No entanto, para o realismo, no âmbito interno, o Estado funciona como árbitro desses conflitos, garantindo a continuidade daquela formação social. Já o marxismo revela que ao exercer sua função de garantidor da ordem social, o Estado oblitera os conflitos entre as classes, utilizando suas instituições para organizar as classes dominantes e desorganizar as classes dominadas (MARX, 2011).

Também na análise da arena internacional, as duas teorias consideram o caráter conflituoso da política. A diferença é que, para os marxistas, os conflitos são inerentes à sociedade dividida em classes sociais em virtude da natureza inconciliável de seus interesses e aspirações. Já para o realismo, a gênese dos conflitos interestatais repousa no fato de os Estados interagirem em um ambiente anárquico, sem uma autoridade central que ordene a busca por poder (VIGEVANI et al, 2011).

Em virtude da sua leitura sobre conflitos, o leito teórico marxista é particularmente rico para pensar as revoluções de libertação nacional. Prashad (2020) resgata um artigo em que Lenin caracteriza a Europa como atrasada, uma vez que sua burguesia nacional, nascida das revoluções que pôs fim ao feudalismo, se corrompeu pelos ganhos do imperialismo, enquanto na Ásia crescia o movimento dos trabalhadores. Assim, "[para] Lênin, as lutas democráticas anticoloniais

elevaram-se à paridade com as lutas proletárias dentro dos Estados industriais avançados; era o sinônimo internacional da sua teoria da aliança operário-camponesa (PRASHAD, 2020).

No que se refere à definição da política externa de um Estado (executada por meio da diplomacia ou das armas), também há divergências e convergências entre as teorias aqui tratadas. Para os realistas, o objetivo da política externa é defender o interesse nacional, necessitando desenvolver o poder estatal em três estratégias. A primeira delas é o imperialismo, empregada quando há a intenção de aumentar o poder no sistema internacional. A segunda é a manutenção do *status quo*, visando conservar a distribuição atual de poder ou revisá-la para que o país volte à posição outrora ocupada. A terceira tem por objetivo demonstrar poder, caracterizando-se por uma política de prestígio e de exibições simbólicas. Nesse caso, o interesse nacional representa o consenso da nação (BERRINGER, 2014b).

Para o marxismo, qualquer política que aparente representar o "interesse geral da nação" representa, na realidade, os interesses do bloco no poder (ALMEIDA, 2019). A fração hegemônica do bloco no poder tende a fazer seus interesses prevalecerem na política externa e na política de defesa, assim como o faz nas demais políticas estatais. A depender da orientação político-ideológica da fração hegemônica, ela pode representar ou facilitar os interesses do capital imperialista no âmbito doméstico. Assim, em virtude da internacionalização do capital, "esses Estados encarregam-se, eles próprios, dos interesses do capital imperialista dominante no seu desenvolvimento no próprio seio da formação 'nacional'" (HERNANDEZ e BUGIATO, 2014, pp. 14 e 15).

Para Lênin (2011), o imperialismo possui cinco traços fundamentais: (i) a concentração do capital criou monopólios que cumprem um papel decisivo no capitalismo atual; (ii) o capital financeiro é a fusão do capital industrial e do capital bancário, sendo ambos os tipos de caráter monopolista; (iii) a exportação de capitais adquire uma importância crescente em relação à exportação de mercadorias; (iv) a exportação de capitais envolve a partilha do mundo entre as associações internacionais monopolistas; (v) essa partilha não acontece somente entre as associações de capital, mas envolve a partilha territorial do mundo entre as potências capitalistas.

De acordo com Poulantzas, a trajetória do imperialismo pode ser dividida em três fases: 1) do fim do século XIX ao período entre guerras, em que ocorre a transição do estágio competitivo do capitalismo para o estágio imperialista; 2) do período entre guerras até o fim da Segunda Guerra Mundial, quando ocorre a

consolidação do estágio imperialista; 3) fase atual, que foi se estabelecendo desde o fim da Guerra Fria.

Uma característica importante dessa terceira fase é que as relações entre as metrópoles e as formações dominadas deixaram de se assemelhar à divisão campo-cidade. Nesse sentido, o modo de produção capitalista metropolitano inseriu-se nas formações dependentes, e "esta reprodução induzida do modo de produção capitalista estendeu-se ao domínio de seus aparelhos de Estados e de suas formas ideológicas" (ALMEIDA, 2019, p. 206).

Diante da crise econômica e de hegemonia atual, e em especial após a eleição de Donald Trump, os EUA adotaram um tom ainda mais agressivo e uma nova ofensiva global ou, na definição de Prashad (2018), um "novo imperialismo" caracterizado pela intensa e voraz apropriação dos bens comuns da natureza, convertendo-se em uma competição exasperada pelos territórios e bens naturais. Para o autor, o Imperialismo do século XXI caracteriza-se ainda por preservar os EUA e seus aliados como eixo central; impedir a emergência de qualquer sistema alternativo de alianças; garantir a confiança nos EUA e manter sua autoimagem de "o primeiro entre os pares"; proteger a cadeia global de *commodities* e seu fluxo para as corporações transnacionais; garantir o acesso a baixo custo das riquezas da natureza que se encontram no Sul Global; e preservar o poder financeiro do Norte Global, por meio da manutenção do padrão dólar nas relações comerciais internacionais.

Parte 2: A interferência imperialista no pensamento estratégico em defesa

Heredia (2003) aponta a imbricação entre diferentes âmbitos na ofensiva imperialista. "Para alcançar objetivos econômicos, os imperialistas realizam ações militares e políticas; para alcançar objetivos políticos, realizam ações econômicas; para enganar o mundo todo utilizam seus meios de comunicação, com o objetivo de conseguir o apoio à sua estratégia militar, política ou econômica".

A essa imbricação, autores como Ana Esther Ceceña e Muniz Bandeira dão o nome de "*Domínio do Espectro Total*", ou "*Domínio no Espectro Completo*". Segundo Ceceña (2016), a pretensão estadunidense consiste em controlar, nada mais e nada menos, do que os céus, mares, terra e subsolo, em todos os lugares do mundo. Para concretizar esta ambição, visa dominar não territorialmente,

mas culturalmente (tornando o *american way of life* um sonho para os povos do mundo), economicamente (impondo o neoliberalismo e suas reformas) e militarmente (por meio de bases físicas ou da exportação da doutrina estadunidense para os demais países). Dessa multiplicidade de dimensões vem a grande estratégia[4] dos EUA.

Em geral, a questão do imperialismo na área de defesa é pensada sob o viés do domínio militar. Nesse sentido, é nítida a superioridade dos meios (equipamentos e infraestruturas em geral) estadunidenses diante do restante do mundo. Mas nesse texto, acompanhando as provações feitas por Saint-Pierre (2011) sobre como as racionalidades e estratégias não são neutras, e sim guardam interesses das classes dominantes de Estados nacionais, exploramos como o imperialismo se manifesta na defesa por meio do colonialismo cultural e epistêmico do pensamento estratégico. A metrópole exige dos pensadores da periferia uma presumida neutralidade que obscurece a necessidade da construção de um pensamento na, e desde a, periferia, e isso vale para todas as dimensões de um projeto soberano, democrático e popular, da saúde à política de defesa.

Os EUA vem sendo derrotados militarmente nas últimas décadas, mas ainda assim mantém sua hegemonia militar na América Latina, construindo ações de cooperação, treinamento, formações militares e outras maneiras de cooptação das forças armadas locais para uma posição de subordinação aos EUA, ou nas palavras de Saint-Pierre (2019), temos forças armadas para atender aos interesses norte-americanos.

Como substrato para essa subordinação, existe a dependência estratégica. Os EUA convenceram o mundo de que a melhor estratégia de defesa para um país é o investimento dos recursos nacionais na quantidade e na atualidade dos armamentos. Para si mesmos, eles não levam essa indicação ao pé da letra, mas a venda dessa ideia para o restante do mundo é fundamental para a sua economia. Assim, países com poucos recursos para investir seguem apostando em uma estratégia de defesa baseada no investimento intensivo de capitais, e não numa estratégia de 'povo intensiva' (mobilização massiva de cidadãos nacionais), como

4 Liddell Hart chama de grande estratégia aquela capaz de coordenar todos os recursos da nação para a conquista do objeto político da guerra, este, por sua vez, definido pela política. Paul Kennedy estendeu esse raciocínio não apenas para as políticas de tempos de guerra, mas também para as políticas em tempos de paz. Sebastião Velasco e Cruz pontua que a grande estratégia não é produto de planos abrangentes e bem elaborados. Na realidade, a ação política ocorre em condições e circunstâncias que não foram escolhidas por ninguém e lida com efeitos não antecipados de decisões anteriores.

aquela adotada por países que venceram os EUA, como o Vietnã. Wendt e Barnett (1993) apontam essa questão como um dos fundamentos para a manutenção da dependência no terceiro mundo. Resumidamente, significa afirmar que os países dependentes apostaram em uma postura militar alicerçada em exércitos convencionais, nos quais a capacidade militar é baseada principalmente em "capital" físico e humano (armas e sistemas avançados, soldados altamente profissionalizados e muitos recursos, algo pouco disponível em países de periferia), ao invés de exércitos populares, não convencionais, nos quais a capacidade é baseada mais no 'trabalho' (como na mobilização em massa de milícias).

Esclarecemos que essa subordinação estratégica não ocorreu por uma imposição de força, mas porque as grandes potências obtiveram sucesso ao erguer um conjunto de crenças/ações com as quais colonizaram o pensamento estratégico do Sul, quais sejam:

1. crença de que a absoluta superioridade de meios garante vitórias;

2. fomento ao fetiche da tecnologia na área militar, sob falsa alegação de que ela trará vitórias ou de que seu uso será dual;

3. imposição de metas orçamentárias a serem gastas com a indústria de defesa incompatíveis com as necessidades de desenvolvimento locais, aprofundando nossa dependência (SILVA, 2018);

4. transformação das forças armadas latino-americanas em forças policiais, empregadas na repressão às classes populares;

5. manutenção ou construção de bases militares físicas.

O arcabouço teórico das relações civis-militares, particularmente sobre profissionalização, cumpre o mesmo papel de aprofundar a dependência. O debate apresentado pela literatura clássica do tema (ANDRESKI, 1968; HUNTINGTON, 1996; JANOWITZ, 1964; FINER, 2002; PERLMUTTER, 1977) e mesmo alguns intérpretes sobre o tema no Brasil (STEPAN, 1975; COELHO, 2000; CARVALHO, 2005; OLIVEIROS FERREIRA, 1988; 2000; RIZZO DE OLIVEIRA, 1976; 1994; QUARTIM DE MORAES, 1987) direcionam suas formulações para o almejado controle civil, apresentando uma multiplicidade de enunciados sobre os possíveis papéis adotados pelos militares na periferia. Dentre

eles, destacamos: (i) os militares são força estabilizadora e, assim, existindo acima dos conflitos e da política, atuam como árbitro ou como poder moderador; (ii) os militares são forças tutelares, adotando um papel tutelar, de forma pontual ou duradoura, se situando acima da política; (iii) os militares são instrumento repressivo da classe economicamente dominante sobre as outras, ou como expressão dos desejos da classe média, de onde seriam advindas; (iv) os militares são corporação, agindo como um partido militar, com pautas e reivindicações corporativas; (v) as forças armadas são "desempregadas" ou "órfãs" de reconhecimento civil e, por isso, procuram justificar sua baixa aplicação em caso de ameaças externas com uma alta aplicação interna; (vi) militar é uma profissão responsável por uma política pública que é a defesa do Estado, mantendo com ele uma relação burocrática; (vii) as forças armadas são uma instituição total, insulada do mundo civil[5]. Concordamos que muitos desses papéis são de fato executados, mas aqui desejamos explorar os interesses internacionais (sem detrimento dos fatores domésticos) embutidos na atribuição desses elementos.

Recentemente, um grupo de autores trouxe novas ideias sobre as relações civis-militares (BRUNEAU; MATEI, 2013; OLMEDA, 2013; PION-BERLIN, 2014; MARES; MARTÍNEZ, 2014; FLOREZ; 2010; DIAMINT, 2014), apresentando as seguintes questões para o debate: (i) a necessidade de as discussões sobre o controle civil englobarem a verificação da efetividade e eficiência das Instituições militares; (ii) a separação entre as áreas de autonomia institucional das áreas de autonomia política das forças armadas, estão mais sujeitas ao controle civil do que as primeiras; (iii) os múltiplos papéis sociais e funções em que as forças armadas são utilizadas e a intersecção entre suas funções e de outras forças de segurança; (iv) as mudanças na identidade dos jovens oficiais que hoje escolhem a carreira; (v) a lógica de que a supremacia civil não é moral ou intelectual, mas processual, daquele eleito democraticamente sobre todos, em que o termo controle público seria mais adequado.

Nas abordagens citadas, embora fique clara a influência externa sobre a área de defesa brasileira, a profissionalização é vista como um objetivo positivo, capaz, por diversas vezes, de distanciar os militares da arena política, portanto, de melhorar o controle civil. A profissionalização militar é o processo através do qual comportamentos e sociabilidades, expertises técnicas e operacionais, modos de emprego e organização da força, são incorporados pelas forças armadas, especialmente por

5 Os termos "forças armadas" é empregado aqui para fazer referência à instituição, enquanto a palavra "militares" é utilizada para fazer alusão a indivíduos ou grupos, mas não à instituição.

meio das suas atividades educacionais. Ao observar a experiência histórica do Sul Global, percebe-se um fenômeno inverso: momentos de maior profissionalização foram acompanhados pela maior participação militar na política. Partindo de uma autopercepção castrense de superioridade técnica e moral diante de civis, as intervenções tomaram múltiplas formas, sendo a mais espetacular delas os golpes de força.

A profissionalização militar nos países do Sul Global foi conduzida pelos países centrais por missões militares que, sob o mote da modernização tecnológica, produziram e reproduziram o colonialismo. Portanto, argumentamos que a profissionalização viabilizou a dependência estratégica dos países do Sul, pois reforçou o colonialismo epistemológico e prático nas forças armadas. Adotou-se o preparo para uma estratégia de defesa nacional formulada internamente pelos segmentos militares, mas sob forte influência exógena. Nessa estratégia, cabe às forças armadas dos países do Sul a já histórica profissionalização direcionada para o controle interno, cumprindo missões policiais, atuando apenas como uma força auxiliar estadunidense no cenário global.

Dado que as instituições militares possuem praticamente o monopólio sobre a formulação da política de defesa em países como o Brasil, a discussão do controle civil precisa ser repensada, pois nos parece insuficiente fomentar um controle jurídico-procedimental quando a colonização epistêmica está sedimentada. Nesse sentido, a educação dos militares precisa ser repensada como *locus* de reprodução simbólico, vetor de autonomia interna e de manutenção da dependência externa. Entretanto, o mesmo se aplica aos civis, pois reflete-se aqui sobre novos marcos teóricos para um pensamento autônomo sobre a defesa nacional.

Além da questão colonial, esse entrave teórico do pensamento sobre as relações civis-militares tem relação com o conceito de democracia, vista majoritariamente pelos estudiosos das relações civis-militares como a adoção de procedimentos institucionais de controle civil (Dahl, 1997), o que leva a afirmações de que regimes como o brasileiro e o boliviano primam pelo controle civil dos militares, quando a realidade aponta para a enorme autonomia que essas instituições gozam diante do Estado (Penido, Rodrigues, Mathias, 2020). A visão de excepcionalidade dos militares, ancorada em uma dinâmica do manejo de recursos materiais estranho à realidade local, serviu de esteio à intervenção sobre a política, de modo a tornar viável um determinado ordenamento socioeconômico cujo significado era, e continua sendo, a reprodução da dependência, ainda que matizada ou sob vestes de autonomia e/ou nacionalismo.

Trazer a democracia para a discussão sobre soberania provoca uma nova dimensão, a de se pensar uma política de defesa soberana e popular. Em última instância, soberania pode ser entendida como autonomia decisória, isto é, não ter constrangimentos externos no processo de tomada de decisão (Jaguaribe, 1979). Por sua vez, povo soberano diz respeito ao povo que decide no interior do território do Estado nacional. Soberania Popular é o poder do povo para protagonizar os rumos da construção da capacidade de autonomia decisória do Estado nacional (Penido, Carolina, 2020). Essa perspectiva é especialmente importante em países como o Brasil, cujo movimento de independência contou com pouca espessura social, ou seja, uma baixa participação do povo na formação do Estado-Nação.

Apenas com soberania popular é possível construir uma política de defesa nacional e autônoma, capaz de fazer frente às diversas estratégias adotadas pelo imperialismo praticado por grandes potências. Por isso, particularmente nos países periféricos, a teoria marxista serve como esteio para o pensamento decolonial. Entretanto, essas formulações precisam ser ampliadas das áreas a que tradicionalmente se dedicam, como economia e organização social, para pensar também a defesa nacional e seu principal instrumento, as forças armadas.

Considerações finais

Buscou-se apontar neste texto como a teoria marxista é um leito fértil para pensar as relações internacionais, em geral, e a estratégia de defesa, em específico. Para além de subsidiar a reflexão sobre o imperialismo e sobre as relações assimétricas entre os povos, as formulações marxistas apontam para a necessidade dos povos do Sul se engajarem nos seus processos de libertação nacional de forma ampla. Assim, é necessário descolonizar, antes de mais nada, o pensamento.

Por isso, a segunda parte do texto prospecta motivos para a dependência estratégica brasileira em defesa, fugindo da argumentação majoritária de que nossa insuficiência na área é decorrente da falta de equipamentos. Nesse sentido, argumentou-se que a demanda de modernização das forças armadas brasileiras levada a cabo com missões externas para a sua profissionalização, na verdade aprofundou a dependência e o colonialismo epistêmico e prático nas forças armadas que se manifesta, por exemplo, com o crescimento da sua participação política.

Algumas provocações sobre um pensamento estratégico autônomo foram feitas, à luz da necessidade de construção de uma soberania popular. Acreditamos que um povo que percebe que seu país lhe proporciona uma vida boa, é também

aquele que se engaja na defesa da sua soberania diante de ataques externos. Não se defende aquilo que não se sente, que não se tem pertença. Um Estado que se torna inimigo de seu povo, caçando sua soberania para entregá-la a um terceiro, rompeu o contrato original: já não é mais Estado, é só um estado de servidão que capturou a nação.

Referências bibliográficas

ALMEIDA, L. F. R. Burguesia nacional e burguesia interna: elementos para a análise da atual fase do imperialismo. Lutas Sociais, São Paulo, vol.23 n.42, p.204-219, jan./jun. 2019.

AMARAL, Oswaldo E. do. O conceito de bloco no poder e o estudo das relações internacionais. Cadernos Cemarx, Campinas, v. 4, p. 125-135, 2007.

ANDRESKI, Stanislav. Military organization and society. Berkeley and Los Angeles: University of California Press, 1968.

BERRINGER, Tatiana. Nicos Poulantzas e os estudos de relações internacionais. Quaestio Iuris, Rio de Janeiro, v. 07, n. 02, p. 433-452, 2014a.

_____. Bloco no Poder e política externa nos governos FHC e Lula. 241 f. Tese (Ciência Política) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2014b.

BOBBIO, Norberto. Existe uma doutrina marxista do Estado? In: BOBBIO, Norberto et al. O Marxismo e o Estado. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

_____. As relações internacionais e o marxismo. In: Ensaios escolhidos. São Paulo: C.H. Cardim, 1988, p. 109-126.

_____. Dicionário de política. Brasília: editora UNB, 2004.

BRUNEAU, Thomas; MATEI, Florinda (orgs). The Routledge Handbook of Civil-Military Relations. Routledge, 2013.

CARVALHO, José Murilo. Forças Armadas e política no Brasil. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

CECEÑA, Ana Esther. La dominación de espectro completo sobre América. Revista Novos Rumos, v. 53, n. 2, 2016.

COELHO,Edmundo Campos. Em busca de identidade: o Exército e a política na sociedade brasileira. Rio de Janeiro: Record, 2000.

DAHL, Robert. Poliarquia: participação e oposição. São Paulo: USP, 1997.

DIAMINT, Rut. Latin America and the Military Question Reexamined. In: MARES, David; MARTÍNEZ, Rafael (org.). Debating civil: military relations in Latin America. Chicago: Sussex Academic Press, 2014.

FERREIRA, Oliveiros S. Vida e Morte do Partido Fardado. Editora Senac, 2000.

FINER, Samuel. The man on horseback. Caps. 1, 2, 3. New Brunswick and London: Transaction Publishers, 2002.

FLOREZ, José Miguel. Qué militares, para qué escenarios: la formación militar em la agenda de la governabilidade. Sistemas de Enseñanza Militar y educación para la defensa em Iberoamerica, Madrid, p.133-155, 2010.

HABERMAS, Jürgen. A constelação pós-nacional. São Paulo: Littera Mundi, 2001

HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. Império. Rio de Janeiro: Record, 2001.

HEREDIA, Fernando. A estratégia política do imperialismo. In: Seminário Estratégias do Imperialismo na América Latina e Caribe. CEPIS, abril de 2007.

HERNANDEZ, Matheus de Carvalho; BUGIATO, Caio. Marxismo, Poulantzas e suas contribuições para o campo de Relações Internacionais. 38o Encontro Anual da Anpocs, GT20 - Marxismo e Ciências Sociais, 2014.

HUNTINGTON, Samuel P. O Soldado e o Estado. Introdução e caps. 1 a 4. Rio de Janeiro, Bibliex, 1996.

JAGUARIBE, Helio. Autonomía periférica y hegemonía céntrica. Estudios Internacionailes, ano 12, vol. 46, 1979.

JANOWITZ, Morris. The military in the political development of new nations: an essay in comparative analysis. Chicago, Chicago University Press, 1964.

LÊNIN, V. I. O Imperialismo, Etapa Superior do Capitalismo. Campinas: Unicamp, 2011.

MARES, David; MARTÍNEZ, Rafael (org.). Debating civil-military relations in Latin America. Chicago: Sussex Academic Press, 2014.

MARX, Karl. O 18 de brumário de Luis Bonaparte. São Paulo: Boitempo editorial, 2011.

NOGUEIRA, João Pontes; MESSARI, Nizar. Teoria das Relações Internacionais: correntes e debates. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

OLMEDA, José. Escape from Huntington's labyrinth: civil-military relations and comparative politics. In: BRUNEAU, Thomas; MATEI, Florina (orgs.). The Routledge handbook of civil-military relations. London/New York: Routledge, 2013.

PERLMUTTER, Amos. The military and politics in modern times. New Haven and London, Yale University Press, 1977.

PION-BERLIN, David. Latin American civil-military relations: what progress has been made? In: MARES, David; MARTÍNEZ, Rafael (org.). Debating civil-military relations in Latin America. Chicago: Sussex Academic Press, 2014.

POULANTZAS, Nicos. Poder político e classes sociais. São Paulo: Editora Martins Fontes, 1977.

_____. Classes sociais no capitalismo de hoje. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.

QUARTIM, COSTA e OLIVEIRA. A tutela militar. Edições Vértice, 1987.

ROUQUIÉ, Alain (org.). Os partidos militares no Brasil. Rio de Janeiro: Record, 1992.

PENIDO, Ana; CAROLINO, Olívia. Soberania popular em três tempos. Instituto Tricontinental, 2020.

PENIDO, Ana; RODRIGUES, Jorge; MATHIAS, Suzeley. As forças armadas no governo Bolsonaro. Instituto Tricontinental, 2020.

PRASHAD, Vijay. Ruínas do presente. Instituto Tricontinental de Pesquisa social, 2018.

PRASHAD, Vijay. O Lenin Internacionalista: autodeterminação e anticolonialismo. Revista Germinal: Marxismo e Educação em Debate. Salvador, v. 12, n. 2, p. 6-20, out. 2020.

SAINT-PIERRE, H.L. "Defesa" ou "Segurança"? Reflexões em torno de conceitos e ideologias. Contexto Internacional, Brasília, v. 33, n. 2, p. 407–433, 2011.

SAINT-PIERRE, Hector. (2019), entrevista "*Temos forças armadas para defender os interesses dos EUA*" ao Jornal Brasil de Fato. Disponível em https://www.brasildefato.com.br/2019/10/26/temos-forcas-armadas-para-defender-os-interesses-dos-eua-aponta-pesquisador

SILVA, Diego Lopes da. Armas, Capital e Dependência: Um Estudo sobre a Militarização na América do Sul. Tese de Doutorado. UNESP/UNICAMP/PUC-SP, Programa de Pós-Graduação San Tiago Dantas. São Paulo, 2018.

STEPAN, Alfred. Os militares na política. Rio de Janeiro: Artenova, 1975.

VIGEVANI, Tullo, et. al. A contribuição marxista para o estudo das Relações Internacionais. Lua Nova, n.83, 111-143, 2011.WENDT, A., BARNETT, M. Dependent state formation and Third World militarization. Review of International Studies, n.19, p. 321-347, 1993.

DESPIERTA
LATINO AMERICA
¡LLEGÓ LA HORA
DE LEVANTARSE!
DAMOZO

9

“Mudarei a sua sorte”: o discurso profético de Jeremias e a crítica ao imperialismo religioso

Prof. Diego Ferracini Ferreira[1]

Resumo // A utilização do discurso bíblico como justificativa para ações políticas não é um fenômeno exclusivo da contemporaneidade. Porém, o ostensivo aumento de grupos que se afirmam como seguidores do “livro sagrado” e se utilizam de interpretações fundamentalistas para justificar visões e propostas de sociedade adquire contornos inéditos em sociedades pretensamente laicas. Contudo, no contato direto com a narrativa bíblica o que se percebe é a crítica contundente de tais programas político-religiosos, de tal modo que o retorno ao texto bíblico não representa uma confirmação destes discursos, mas a possibilidade de denúncia e transformação.

Palavras-chave // Jeremias; Bíblia; Bartolomeu de las Casas; imperialismo; teologia; política.

1 Mestrando em Filosofia Contemporânea pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo; bacharel em Teologia pela mesma instituição. Licenciado em Filosofia pela UNIFAI/SP. Professor de Filosofia, Projeto de Vida e Sociologia na rede privada de ensino em São Paulo.

1. Imperialismo latino-americano

> Sobre esses cordeiros tão dóceis, tão qualificados e dotados pelo seu Criador como se disse, os espanhóis se arremessaram no mesmo instante em que os conheceram; e como lobos, como leões e tigres cruéis, há muito tempo esfaimados, de quarenta anos para cá, e ainda hoje em dia, outra coisa não fazem ali senão despedaçar, matar, afligir, atormentar e destruir esse povo por estranhas crueldades (...); de tal sorte que de três milhões de almas que havia na ilha Espanhola e que nós vimos, não há hoje de seus naturais habitantes nem duzentas pessoas. (...). Podemos dar conta boa e certa de que em quarentas anos, pela tirania e diabólicas ações dos espanhóis, morreram injustamente mais de doze milhões de pessoas, homens, mulheres e crianças; e verdadeiramente eu creio, e penso não ser absolutamente exagerado, que morreram mais de quinze milhões". (DE LAS CASAS, 2008, p.27.)

O relato do dominicano espanhol Bartolomeu de las Casas (1474-1566), missionário católico enviado às *Índias ocidentais* para evangelização e instauração do Reino de Deus nas novas terras, revela o espanto do próprio missionário com o resultado da ação colonizadora-evangelizadora. A história do cristianismo em território latino-americano parece se iniciar onde termina a história do Nazareno, em sangue, sofrimento e morte.

Bartolomeu de las Casas não ignora os motivos pelos quais a ação criminosa perpetrada pelos invasores ocorreu: "*A causa pela qual os espanhóis destruíram tal infinidade de almas foi unicamente não terem outra finalidade senão o ouro, (...); enfim, não foi senão a sua avareza que causou a perda desses povos* (...) (DE LAS CASAS, 2008, p.29). A história do que hoje conhecemos como continente Sul-Americano, é notoriamente marcada pela estreita relação entre religião, violência e exploração. Tal dinâmica colonizatória se fundamenta em um discurso religioso, que no contexto da América Latina, representou em grande parte a chegada de invasores não somente com espadas, mas com cruzes e evangelhos.

> It is also difficult to understand how the Spanish could have cruelly imposed cultural re-education and at the same time focused that re-education on a crucified, innocent victim, the memory that lay at the

> foundation of Christianity. Further, while the conquest depicted itself as upholding the universal rights of modernity against barbarism, the indigenous peoples suffered the denial of their rights, civilization, culture, and gods. In brief, the Indians were victimized in the name of an innocent victim and for the sake of universal rights. Modernity elaborated a myth of its own goodness, rationalized its violence as civilizing, and finally declared itself innocent of the assassination of the Other. (DUSSEL, 1995, p. 50).

O processo religioso colonizatório que em terras invadidas por espanhóis gerou a morte de populações nativas, representou em território "brasileiro" a possibilidade de expansão de outras formas de violência, dentre elas a escravidão.

> Quase todos os bispos, padres, ordens religiosas e conventos católicos no Brasil, em Angola e outras regiões da África e da América possuíram escravos, inclusive os franciscanos, que faziam votos de pobreza absoluta e, por isso, eram também chamados de frades mendicantes. No começo do século XIX, a Ordem dos Beneditinos tinha mais de mil cativos trabalhando em suas fazendas no Rio de Janeiro e em São Paulo. No maranhão, os frades do Carmo e os das Mercês possuíram escravos até março de 1887, ou seja, catorze meses antes da assinatura da Lei Áurea. Nos conventos das Ordens femininas – caso das Clarissas, Ursulinas, Confeccionistas (*sic* Concepcionistas) e Carmelitas Descalças -, todos os serviços eram prestados por cativos. (GOMES, 2019, p.337).

Ainda que o fenômeno do imperialismo para alguns historiadores diga respeito aos processos históricos e políticos entre 1884 a 1914, sem dúvida os eventos ocorridos ao longo dos séculos XV e XVI se encaixam neste mesmo paradigma teórico; contudo, o problema do imperialismo no continente latino-americano não se reduz ao momento inicial da invasão, mas se estende ao longo de toda a história dos povos sul-americanos e se expressa de modo visível nas relações e experiências religiosas destas populações. "*A expansão como objetivo permanente e supremo da política é a ideia central do imperialismo*". (ARENDT, 2012, p.192).

Portanto, o que se coloca é a relação inseparável, em terras latino-americanas, de um constante desejo de dominação por parte de estados estrangeiros

e a vinculação de um discurso religioso que justifica e embasa tais propostas. O crescimento da utilização do discurso religioso como fundamentação possível para elaborações políticas e econômicas ressurge como uma doença colonizatória que insiste em percorrer as veias da América Latina.

> O Tribunal Superior Eleitoral (TSE) não divulga estatísticas sobre a religião dos candidatos, mas com base nos dados fornecidos pelo Núcleo de Estudos sobre a Democracia Brasileira (NUDEB) da UFRJ e outras pesquisas, tivemos em 2020 o aumento de 34% no total de candidaturas dos representantes deste segmento religioso nas eleições municipais de 2020, em comparação ao ano de 2016. Esse aumento representa uma difusão ideológica por todo o país e reflete a arena política dos últimos períodos. Ou seja, cada vez mais evangélicos passam a ser eleitos e cada vez mais o discurso religioso ganha volume na política nacional. O pleito municipal de 2020 foi marcado por candidaturas evangélicas em 24 das 26 capitais, como Florianópolis, Belo Horizonte, Palmas, São Luís, São Paulo e Vitória. O Republicanos, partido ligado à IURD, lançou candidatos em 14 capitais. No total, foram 47 candidaturas mapeadas que se declaram evangélicas ou que recebem apoio (NUDEB, 2020). (Disponível <https://www.thetricontinental.org/pt-pt/brasil/a-presenca-doshomens-de-deus-nas-eleicoes-municipais/> acesso em 09/12/2020).

O discurso bíblico, expresso principalmente em comunidades que se afirmam cristãs, tem adquirido relevância política e social nas mais diversas configurações de sociedade. A eleição do presidente Jair Bolsonaro em 2018 se expressa como resultado de uma inserção proeminente de grupos evangélicos nos ambientes políticos e da disseminação de discursos "bíblicos" como referenciais para decisões e escolhas políticas; a própria escolha do leitmotiv presidencial retirado de Jo 8, 32 "*Conhecereis a verdade e a verdade vos libertará*" é indicativo disto.

O Presidente Jair Bolsonaro em seu famoso discurso na abertura da 75ª Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas afirmou: "*Faço um apelo a toda a comunidade internacional pela liberdade religiosa e pelo combate à cristofobia*"[2].

2 Disponível em <https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/discursos/2020/discurso-do-presidente-da-republica-jair-bolsonaro-na-abertura-da-75a-assembleia-geral-da-organizacao-das-nacoes-unidas-onu> acesso em 09/12/2020.

A *cristofobia* é tema recorrente do horizonte político e discursivo do presidente Jair Bolsonaro, o qual afirma ser evangélico. Conforme dados do Censo de 2010, última pesquisa realizada no Brasil, 78,4 % de brasileiros se afirmam cristãos, com um aumento considerável da parcela evangélica no país. Porém, segundo fontes do *Relatório sobre Intolerância e Violência Religiosa no Brasil* (2011 – 2015)[3], 53% das vítimas que sofreram violência religiosa pertencem a religiões de matrizes africanas, sendo 27% dos agressores abertamente evangélicos.

A existência de uma bancada de deputados denominada "do boi, da bala e da Bíblia"; alusão direta ao discurso evangélico brasileiro, ao agronegócio e a defesa da posse de armas; denota não somente a utilização do discurso religioso, mas tal utilização em prol de argumentos e grupos explicitamente ricos, violentos e poderosos.

> O presidente Jair Bolsonaro (sem partido) afirmou nesta quarta-feira (09) que a Camex (Câmara do Comércio Exterior), subordinada ao Ministério da Economia, editou uma resolução que zera imposto de importação cobrado sobre armas de fogo, como revólveres e pistolas. (...) A flexibilização do porte e da posse de armas é uma promessa da campanha eleitoral de Bolsonaro, que já adotou uma série de medidas para viabilizá-la.[4]

Ao analisar a relação entre tais grupos políticos e sua utilização da Bíblia, o leitor que desconhece a narrativa bíblica poderia ser levado a considerar que o texto não somente defende tais posturas e ideais, como os incentiva e oferece respaldo divino. O que na verdade é textualmente e hermeneuticamente inverso. A narrativa proposta pelos autores bíblicos simplesmente se dirige na contramão de todos os elementos defendidos pelos nobres senhores que ostentam suas Bíblias.

---

3 Disponível <https://direito.mppr.mp.br/arquivos/File/RelatorioIntoleranciaViolenciaReligiosaBrasil.pdf> acesso em 09/12/2020.

4 Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2020/12/bolsonaro-diz-que-governo-editou-resolucao-que-zeraimposto-de-importacao-sobre-armas.shtml acesso em 09/12/2020).

2. Os profetas: Jeremias

Considerando como principais interlocutores os defensores dos bois, das balas de revólver e da Bíblia; há um outro grupo bíblico que surge como oposição a este grupo: os profetas. Os profetas bíblicos, visivelmente, são e foram tudo aquilo que os nobres deputados evangélicos do agronegócio pretendem destruir e na melhor das hipóteses, matar.

Os profetas são aqueles que conscientes da relevância política e social de sua voz a utilizam como instrumento de denúncia e revolta perante os desmandos dos poderosos e dos políticos. A postura dos profetas de Israel é paradigmática, afinal lutam contra um sistema que se ergue e se mantém sob os direitos e sobre a vida dos mais indefesos; aquilo contra o qual lutavam os profetas de Israel não acabou, muito pelo contrário, se encontra na contemporaneidade brasileira defendido por homens que se apresentam como leitores e intérpretes do Livro onde estes mesmos profetas são apresentados. A ironia aparente deste fenômeno somente seria tão explícita se os profetas pudessem falar por eles mesmos, e não estivessem restritos a ter sua luta e seus ideais presos em um livro.

> Hoje se diria que os profetas tratam principalmente da atualidade. O termo é intencionalmente genérico porque, no mundo bíblico, como nos dias atuais, os diversos aspectos da vida pública são estritamente conexos. É difícil falar de política sem mencionar a religião, a economia e as questões sociais. Encontramos todos os aspectos acima mencionados nos oráculos proféticos, sob uma forma ou outra. (SKA, 2015, p. 90).

Um dos principais profetas a se posicionar contra a estrutura política e social de seu tempo é Jeremias (aprox.. 605 a.C.). Jeremias é originário de um pequeno povoado chamado Anatot e adquire sua vocação profética após tomar consciência da posição de seu povo perante os movimentos políticos perante os quais sua nação está sendo conduzida.

A grande polêmica sobre a qual a atividade profética de Jeremias se orienta é contra a estrutura monárquica presente em Judá; as denúncias de Jeremias se dirigem contra seis reis, a saber: Amon (643-640); Josias (640-609); Joacaz (609); Joaquim (609-598); Jeconias (598-597) e Sedecias (597-687). O contexto "internacional" deste período é fundamental para a compreensão do porquê de Jeremias

se levantar contra os poderosos de seu povo. Israel e Judá estão localizadas em uma região de intenso comércio e se localizam entre nações de imenso poder bélico e rivais entre si: Egito e Babilônia. Portanto, Judá, durante praticamente toda sua história, se verá disputada entre as grandes nações daquele período. No contexto de Jeremias, Israel não existe mais e o que restou de Judá está sob o domínio da Babilônia.

É neste contexto que surge a revolta profética de Jeremias, o profeta compreende que os poderosos de Israel-Judá não defendem os interesses da população, mas dentro do jogo político tentam encontrar o maior número possível de benefícios para si e suas famílias – a relação de Jeremias com o contexto político contemporâneo brasileiro é de algum modo perturbador. Os reis de Israel-Judá que biblicamente seriam os responsáveis por conduzir o povo a sua libertação, são os executores imediatos de sua escravidão e morte. Deus havia prometido ao seu povo reis que os libertariam do poder do Egito e da Babilônia, mas vê seus próprios escolhidos criando alianças com os poderosos que os escravizaram.

O discurso profético de Jeremias é uma rebelião contra o modelo político exercido pelos governantes que entregam seu próprio povo como moeda de troca, consiste em uma crítica aos políticos que utilizando-se do discurso religioso invertem os valores bíblicos e propagam a manutenção da escravidão e da subserviência.

> E tu cinge-te, de pé, dize-lhes o que eu te ordeno. Não tenhas medo deles; caso contrário, eu farei que tenhas medo deles. Eu te converto hoje em praça-forte, em coluna de ferro, em muralha de bronze, diante de todo o país: diante dos reis e príncipes de Judá, diante dos sacerdotes e dos donos de terras; lutarão contra ti, mas não te vencerão, porque eu estou contigo para te livrar – oráculo do Senhor (Jr 1, 18-19).

Os oráculos, ou profecias, de Jeremias não dizem respeito a um futuro, mas falam da presença de um olhar divino sobre o povo no exato momento em que a violência acontece. Deus, por meio dos olhos de Jeremias, não é uma divindade alheia que coroa os soberanos e os deixa impunes em seus crimes. O Deus profetizado por Jeremias se levanta e se posiciona politicamente, se encoleriza contra os governantes, sente nojo e ranço dos poderosos, sente tristeza ao contemplar seus sacerdotes vendidos ao dinheiro. "*Em tuas mãos há sangue de pobres inocentes: não os surpreendentes abrindo um rombo. E por cima dizes: Sou inocente, sua irá não me alcançará. Mas eu te julgarei por teres dito que não pecaste. Quão pouco te custar mudar de rumo*!" (Jr 2, 35).

3. A mudança de sorte

A traição dos poderosos de Israel-Judá atinge o cerne divino, Deus se sente traído ao ver os governantes entregando sua própria nação ao espólio dos gigantes: Egito e Babilônia. "*Eu havia pensando contar-te entre meus filhos, dar-te uma terra invejável (...), mas, assim como uma mulher trai seu amante, assim me traiu Israel – oráculo do Senhor*". (Jr 3, 19-20). Nota-se que a fidelidade para com Deus, como afirmado em Jeremias, não se traduz em uma prática externa de moralidade ou religiosidade, mas na defesa da "*terra invejável*", Deus concedeu uma terra, um lar, uma nação para seu povo, e ela está sendo vendida.

Contudo, a crítica de Jeremias não se reduz a uma constatação da incapacidade dos governantes de Israel-Judá em serem justos e honestos, a grande chave de leitura dos profetas na Bíblia é a possibilidade de mudança tanto da política, como da sociedade, e da própria história. Neste sentido há uma expressão que se repete na narrativa de Jeremias, traduzida ao português como "mudarei a sua sorte": "*Porque chegarão dias – oráculo do Senhor – em que mudarei a sorte de meu povo, Israel e Judá, diz o Senhor, e tornarei a levá-los à terra que dei em posse a seus pais*". (Jr 30, 3)

A expressão aparece em Jr 30,3 – 30,18 – 31,23 – 32,44- 33,7 – 33,26 – 33,11 – 48,47 – 49,6 e 49,39. A expressão em sua tradução no português não explicita todo o significado político e social que ela possui, em sua versão latina "mudarei a sua sorte" seria "*convertam conversionem*" (mudarei sua direção), algo muito mais próximo do que a expressão original pretende dizer. O conceito de "sorte" está ausente da tradição bíblica, uma vez que o próprio povo é responsável pela construção da história e pelas consequências de seus atos. No hebraico, idioma no qual o livro do profeta Jeremias adquiriu sua versão final, a expressão é וְשַׁבְתִּי אֶת־שְׁבוּת (veshavti et-shevut), a primeira vez onde tal expressão aparece é em Deuteronômio 30,3 onde se lê:

> O Senhor teu Deus, compadecido de ti, mudará tua sorte (אֶת־שְׁבוּתְךָ); o Senhor teu Deus voltará e te reunirá, tirando-te de todos os povos por onde te dispersou; mesmo que teus dispersos se encontrem nos confins do céu, o Senhor teu Deus te reunirá, te recolherá de lá; o Senhor teu Deus vai trazer-te para a terra que teus pais haviam possuído (...).

A tradução literal desta expressão seria "mudarei tua escravidão"; nota-se como o texto presente em Deuteronômio expressa que tal conversão se dá justamente na reunião dos dispersos que perderam suas terras. A conversão prometida por Deus, nos lábios de Jeremias, é a retomada da terra de Israel-Judá pelo próprio povo das mãos violentas e omissas dos governantes que insistem em entregá-las ao Egito e Babilônia. De acordo com a interpretação de Rashi (1105, 30:13) a mudança prometida por Deus consiste na libertação de qualquer forma de exílio; afinal Deus promete que todos seus filhos serão reunidos nas terras as quais pertencem, "*quebrarei o jugo de teu pescoço e romperei as correias; já não servirão a estrangeiros, servirão ao Senhor seu Deus*." (Jr 30, 9).

Portanto, o poder divino não pode ser exercido de modo análogo aos dos governantes de Israel-Judá, a soberania divina não se traduz em exercício violento sobre os homens e mulheres, mas se traduz como amor e fidelidade em conceder que todos possam viver em plenitude, pois Ele mesmo afirma que "*com amor eterno te amei*" (Jr 31,3). Logo, os governantes que Deus rejeita são os que "*lucram e enriquecem, engordam e prosperam (...) não julgam segundo o direito, não defendem a causa do órfão, nem sentenciam a favor dos pobres*" (Jr 5,28).

A promessa de libertação da escravidão, porém, não se dirige a todos. Deus pede que Jeremias não reze pelos por aqueles que cultuam "falsos deuses", símbolo da aceitação do imperialismo estrangeiro, afinal escolheram livremente cometer este crime. Deus diz a Jeremias: "*e tu, não intercedas por este povo, não supliques aos gritos por eles, não rezes a mim, pois não te escutarei*." (Jr 7, 16). A única esperança para os governantes de Israel-Judá é que se levantem cedo para administrar a justiça, que livrem o oprimido do opressor (cf. Jr, 21,12), de certo modo, que abandonem o antigo estilo de governar.

A mudança que Deus propõe por meio de Jeremias, não consiste em uma alteração de sorte, como parece traduzir a expressão em português, mas em uma mudança de compreensão política e social. A grande "conversão" apresentada pelo profeta consiste na libertação dos padrões escravizatórios internalizados e praticados de forma política pelos poderosos, como bem interpreta o comentário talmúdico Ein Yaakov (1916, p.435) ao afirmar sobre o "mudarei a sua sorte" que existem duas saídas do Egito: a saída realizada por Moisés e a saída do próprio povo que deixa de escravizar a si próprio. Israel precisa deixar de ser Egito para os filhos pobres de Israel. "*O profeta, concretamente, exorta a cidade a buscar a salvação dentro de si, nos próprios recursos, e não no externo, em perigosas alianças com as potências estrangeiras*". (SKA, 2015, p.99).

Para Alonso Schökel (1980, p.399), a capacidade política e social do discurso profético de Jeremias abrange uma dimensão universal, ainda que delimitado por sua origem "humilde" e pela posição de Judá com relação aos gigantes que a cercam. A missão de Jeremias transborda os limites da pátria, sua denúncia profética alcança todas as nações; portanto todos aqueles que se tornam interlocutores deste texto são convidados a refletir as críticas e os crimes denunciados por este profeta.

Portanto, a leitura da narrativa profética de Jeremias se torna um convite político-social para que todos aqueles que professam alguma fé, compreendam as dinâmicas que permeiam as estruturas econômicas e de poder. A "mudança de sorte", como compreendida em Jeremias, deixa de ser um lance do acaso e se desdobra como a posse efetiva e libertadora por parte do povo, de seu próprio chão, de sua própria história e de sua profecia.

4. A mudança de sorte latino-americana

O discurso profético de Jeremias faz lembrar o discurso do Frei Antônio de Montesinos no 4º domingo do Advento de 1511 perante sua seleta audiência de espanhóis, sermão que motivaria a "conversão" do Frei Bartolomeu de las Casas à causa indígena.

> Todos vós estais em pecado mortal. Nele viveis e nele morrereis, devido à crueldade e tiranias que usais com estas gentes inocentes. Dizei-me, com que direito e baseados em que justiça, mantendes em tão cruel e horrível servidão os índios? Com que autoridade fizestes estas detestáveis guerras a estes povos que estavam em suas terras mansas e pacíficas e tão numerosas e os consumistes com mortes e destruições inauditas? Como os tendes tão oprimidos e fatigados, sem dar-lhes de comer e curá-los em suas enfermidades? Os excessivos trabalhos que lhes impondes, os faz morrer, ou melhor dizendo, vós os matais para poder arrancar e adquirir ouro cada dia...Não são eles acaso homens? Não tem almas racionais? Vós não sois obrigados a amá-los como a vós mesmos? Será que não entendeis isso? Não o podeis sentir? Tende como certo que, no estado em que vos encontrais, não tendes mais chance de vos salvardes de que os muçulmanos e turcos, que não têm fé em Jesus Cristo". (SUESS, 1992, p.407).

Ainda que o texto bíblico tenha entrado em terras latino-americanas por mãos violentas e colonizadoras, este texto carrega em si um "*kerygma de Liberdade*", como o descrevia Paul Ricoeur (1913-2005) ao afirmar que

> A hermenêutica consiste em decifrar estes traços originais em suas expressões psicológicas, éticas e políticas e, então, levar novamente, dessas expressões ao núcleo – que chamarei *kerygmático* – da liberdade à luz da esperança (...) Uma liberdade aberta para uma nova criação é, na verdade, menos centralizada na subjetividade e na autenticidade pessoal, do que na justiça social e política. Requer uma reconciliação que em si demanda ser inscrita na recapitulação de todas as coisas (RICOEUR, 2008, p.154).

A narrativa bíblica, merece por sua própria dignidade, retornar aos seus interlocutores primeiros: os indefesos, os pobres, os violentados, os colonizados, os escravizados. Enrique Dussel (1934-) afirma a necessidade da construção de uma *escatologia latino-americana*, sendo escatologia toda a discussão e afirmação teológica sobre os elementos *últimos* e *futuros* que fornecem os elementos de esperança para uma fé e para um povo. Portanto, trata-se de, a partir dos elementos históricos, pensar para onde se dirige o olhar teológico e bíblico daqueles que estão inseridos em uma realidade que utiliza estes mesmos argumentos e textos para fundamentar a violência e opressão.

> De este modo, la Cristiandad iberoamericana colonial, incluyendo a España y Portugal, e igualmente el Brasil, era co-esencial con el mesianismo que el español o el portugués llevaba como elemento constitutivo de su conciencia. Ese mesianismo chocó contra la estructura estática y primitiva de las civilizaciones antihistóricas, como la maya, azteca o inca, que no habían pasado la época calcolítica. Dicho mesianismo se infundió en las masas, se impregnó con nuevos elementos y se transformó profundamente -sin llegar nunca, al menos en la totalidad de la conciencia colectiva a significar un cristianismo adulto, histórico, liberador. (DUSSEL, 1973, p.53).

O discurso profético de Jeremias, o testemunho de Bartolomeu de las Casas, entre tantas outras possibilidades de figuras históricas que compreenderam a

posição do cristianismo com relação ao processo colonizatório latino-americano; assegura a possibilidade de que o anúncio cristão – posto em sua radicalidade de esperança e transformação – é válido como instrumento de análise e ruptura das estruturas políticas e econômicas.

> En primer lugar, el cristiano consciente de las exigencias de su fe, debe enfrentarse resueltamente ante la estructura actual del sistema civilizador de nuestras naciones. Ante estas estructuras solo cabe una postura de reforma –o de revolución– a fin de permitir a la gran mayoría de nuestros pueblos, urbanos y rurales, las masas proletaria y del campesinado, beneficiar de los frutos de la civilización técnica, mundial y contemporánea. Pero el sistema de la civilización latinoamericana (agricultura, industrialización, infraestructuras, urbanización, etc.) está perfectamente trabado en un círculo vicioso. Los beneficiarios de este sistema son aquellos que poseen la clave del ciclo, y éstos son: las oligarquías criollas capitalistas y burguesas, y los capitales extranjeros –evidentemente norteamericanos. (DUSSEL, 1970, p.39).

O texto bíblico, antes arma para subordinação das consciências e das liberdades, instaura-se como elemento subversivo de autoconsciência histórica e política. Jeremias, ao anunciar que Deus "mudaria a sorte" de seu povo, anuncia o resgate da terra; a pertença ao próprio chão no qual os antepassados lutaram e tombaram em nome da própria dignidade e da defesa *escatológica* do futuro de seus descendentes.

Como bem profetizou e testemunhou ser o legado cristão para as terras sul-americanas, a Terceira Conferência do Episcopado Latino-Americano em Puebla (1979):

> O amor de Deus que nos dignifica radicalmente se faz necessariamente comunhão de amor com os outros homens e participação fraterna; para nós, hoje em dia, deve tornar-se sobretudo obra de justiça para com os oprimidos, esforço de libertação para quem mais precisa. De fato, "ninguém pode amar a Deus a quem não vê, se não ama o irmão a quem vê" (1 Jo 4,20). Todavia a comunhão e a participação verdadeiras só podem existir nesta vida projetadas no plano bem concreto das realidades temporais, de tal modo que o domínio, o uso e a transformação dos bens da terra, dos bens da cultura, da ciência e da técnica se vão realizando em

> um justo e fraterno domínio do homem sobre o mundo, tendo-se em conta o respeito da ecologia. O Evangelho nos deve ensinar, em face das realidades em que vivemos imersos, que não se pode atualmente na América Latina amar de verdade o irmão nem portanto a Deus sem que o homem se comprometa em nível pessoal e, em muitos casos, até em nível estrutural com o serviço e promoção dos grupos humanos e dos estratos sociais mais pobres e humilhados, arcando com todas as consequências que se seguem no plano destas realidades temporais. (PUEBLA, 1979, n.327).

Somente revertendo os usos bíblicos será possível a transformação da práxis imperialista e colonial, reconhecendo com isso o peso histórico e conceitual dos valores transmitidos pelo anúncio do Evangelho nestas terras e deste modo invertendo as estruturas políticas e religiosas que ainda insistem em destruir os povos resistentes deste enorme continente. Uma prática religiosa que seja libertadora: "*¿Liberación? Sobre todo en América latina la palabra desarrollo se halla muy desacreditada como consecuencia principalmente de la desilusión que ha seguido a la bancarrota de las promesas de progresso*". (CÂMARA,1974, p.80).

A esperança libertadora que tantas e tantos profetas anunciaram, os valores fundamentais da vida, da liberdade, da igualdade e acima de tudo da felicidade. A mudança de sorte que tantos lutaram, a esperança que tem rosto e fecundidade de uma manhã de ressurreição. Que os povos latino-americanos, assim como Maria Madalena, "*tomando-o pelo jardineiro*" (Jo 20,15) possam encontrar neste Jardineiro de Nazaré a beleza de sua própria história, a ressignificação de suas dores e o florescer de toda esperança.

Referências bibliográficas

ARENDT, Hannah. Origens do totalitarismo; trad. Roberto Raposo. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

BÍBLIA, do peregrino. Org. Luis Alonso Schökel. 3 ed. São Paulo: Paulus, 2011.

CÂMARA, Hélder. Cristianismo, socialismo y capitalismo. Salamanca: Ediciones Sígueme, 1974.

DE LAS CASAS, Bartolomeu. O paraíso destruído: a sangrenta história da conquista da América Espanhola; trad. Heraldo Barbuy. 2 ed. Porto Alegre: L&PM, 2008.

DUSSEL, Enrique. América Latina y consciencia cristiana.Quito: Editorial Don Bosco, 1970.

DUSSEL, Enrique. The invention of the Americas: eclipse of "the other" and the myth of modernity; translated by Michael D. Barber. New York: The Continuum Publishing Company, 1995.

GOMES, Laurentino. Escravidão: volume I (do primeiro leilão de cativos em Portugal até a morte de Zumbi dos Palmares. Rio de Janeiro: Globo Livros, 2019.

PUEBLA, Documento de. Conclusões da IIIª Conferência Geral do Episcopado Latino-americano Texto Oficial. São Paulo: Paulinas, 1979.

RASHI,Tanakh.Disponível <https://www.sefaria.org/Jeremiah.30.10?lang=bi&p2=Rashi_on_Jeremiah&lang2=bi&p3=Rashi_on_Jeremiah.30.10.1&lang3=en&p4=Rashi_on_Jeremiah&lang4=bi> acesso em 09/12/2020.

RICOEUR, Paul. Ensaios sobre a interpretação bíblica; trad. José Carlos Bento. São Paulo: Fonte Editorial, 2004.

SCHÖKEL, Alonso. Profetas: Isaias y Jeremias. Madrid: Ediciones Cristiandad, 1980.

SKA, Jean-Louis. O antigo testamento: explicado aos que conhecem pouco ou nada a respeito dele. São Paulo: Paulus. 2015.

SUESS, Paulo (org.). A Conquista Espiritual da América Espanhola. 200 documentos – Século XVI. Petrópolis: Vozes, 1992.

YAKOV, Ein. Agada of the Babylonian Talmud. {agadat Ein Yaakov}. Rabbi Jacob ibn Chabib. Revised and tranlated into English by Rabbi S. H. Glick. New York, 1916.

Priscila Adamo
NEOLIBERALISMO

10

Educação financeira, imperialismo e financeirização

Lauro Allan Almeida Duvoisin

Resumo // Este artigo trata sobre o lugar da educação financeira dentro da cadeia imperialista e no contexto de uma economia mundial financeirizada. A educação financeira cumpre o papel ideológico de disseminar valores, crenças, símbolos e códigos de conduta que contribuem para o reforço do consentimento dos povos do sul global. Ela foi formalizada como política educacional no início dos anos 2000 pela Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) abordando temas como o uso do dinheiro, poupança, endividamento, empreendedorismo e confiança nas instituições. A partir da OCDE a educação financeira foi disseminada em outras regiões do mundo. No Brasil, ela tomou forma como política de Estado em 2007 através da elaboração da Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF), com uma forte incidência das instituições financeiras na elaboração desta política.

Palavras- chave // Educação financeira; financeirização; imperialismo

Introdução

O imperialismo é um fenômeno complexo e multifacetado. Apesar disso, esta etapa do capitalismo nos remete a uma situação de desigualdade estrutural que se reproduz na história, sendo as relações centro-periferia uma das suas características essenciais. Ao mesmo tempo, num nível mais concreto da realidade, o imperialismo produz diferentes combinações desta estrutura em formas de desenvolvimento particulares - regionais e nacionais – que são igualmente importantes para explicar a sua capilaridade bem como as dificuldades que encontramos para romper suas cadeias (AMIN, 1976).

Daí surge a dificuldade de apreender o imperialismo como processo totalizador. Afinal, podemos pensá-lo a partir de diferentes níveis de abstração, partindo do movimento mais geral do capital em escala global, passando pelas relações de propriedade e de troca, pela hierarquia político-militar de estados, e chegando, por fim, aos fenômenos concretos através dos quais cada um destes fatores se expressam conjunturalmente. Além disso, podemos analisá-lo do ponto de vista da variedade de formas como ele afeta o cotidiano de bilhões de pessoas ao redor do planeta, especialmente nos países do sul global. Em outras palavras, de seu impacto civilizacional cujos tentáculos determinam atos tão simples, quanto comer, vestir, morar, falar, aprender, deslocar-se, relacionar-se, etc. Devemos estar atentos para o fato de que o imperialismo atua também através da disseminação de valores, crenças, símbolos e códigos de conduta que levam os povos dominados a aceitarem explícita ou implicitamente, ou pelo menos a não se oporem abertamente à dominação vigente. Esta é a dimensão da hegemonia, no sentido atribuído por Gramsci (GRUPPI, 1978), que caracteriza o imperialismo.

Este artigo trata sobre a relação entre a difusão da educação financeira e os laços imperialistas no Brasil. Buscaremos demonstrar que a formalização da educação financeira é um movimento através do qual o centro imperialista global dissemina determinados valores, crenças e códigos de conduta que visa moldar expectativas e comportamentos da população dos países do sul global a fim de manter uma "dominação em espectro completo" (CECEÑA, 2016). Em outras palavras, trata-se de uma análise do aspecto ideológico do imperialismo, na qual a educação, enquanto atividade múltipla de formação técnica, subjetiva e afetiva, é um espaço privilegiado para esta operação.

Imperialismo e financeirização

Devemos considerar as mudanças e continuidades pelas quais o imperialismo passou desde o seu surgimento. Em sua obra sobre o imperialismo escrita na década de 1910 (LENIN, 2010), Lenin localiza a transição do capitalismo concorrencial para a etapa imperialista no último quarto do século XIX, especialmente a partir da crise dos anos 1870. Contudo, é importante considerar que neste mais de um século de vigência o imperialismo desenvolveu-se, modificou-se e desdobrou novas determinações. Uma delas, que tem sido bastante explorada nos últimos anos, é a financeirização. Neste artigo é relevante considerar a intersecção entre o imperialismo como uma realidade de grau mais elevado de abstração e a financeirização enquanto fenômeno histórico concreto.

Atualmente há diferentes enfoques sobre o tema da financeirização. A sua gestação está associada à prosperidade econômica do pós-guerra, período que viu o surgimento de novos polos de acumulação, com destaque para Alemanha, Japão, e América Latina, regiões que tiveram importantes surtos de desenvolvimento neste período. Ao mesmo tempo, os fluxos financeiros de petrodólares acumulados no oriente médio migraram para a praça de Londres, criando uma bolha especulativa em torno do dólar (VAROUFAKIS, 2016). A crise dos anos 1970, o rompimento unilateral do acordo de Bretton Woods por parte dos Estados Unidos e a consequente mudança na sua política econômica de certa forma mudaram a correlação de forças a favor do centro imperialista estadunidense. A disseminação do neoliberalismo pelo mundo, como ideologia e como prática, ajudou a consolidar esta nova situação (DUMÉNIL; LÉVY, 2004).

A partir daí, viu-se um crescente deslocamento da riqueza capitalista para a esfera financeira. Enquanto a participação da produção material caia em diversos países industrializados, aumentava a riqueza circulante através da multiplicação de modalidades de papéis comercializáveis (ações, seguros, títulos da dívida pública, debêntures e mais recentemente títulos *subprime* e criptomoedas). Este deslocamento aparentemente desproporcional deu origem a importantes debates na ciência econômica. No campo marxista, apesar de haver diferentes leituras sobre este processo, há um entendimento comum de que a financeirização é uma forma desdobrada do capital e, portanto, não supera as determinações do valor e suas leis tendenciais. Assim, embora se admita uma autonomização relativa da riqueza na esfera financeira, seja ela definida teoricamente em termos de capital financeiro (CHESNAIS, 2002) ou de capital fictício (CARCANHOLO; SABADINI,

2009), esta é capaz de subsistir na medida em que apropria-se do valor gerado pelo trabalho no âmbito da produção de mercadorias.

Ademais, do ponto de vista do imperialismo, vale observar que a financeirização não só reproduziu como também exacerbou a condição de desigualdade posta pela relação centro-periferia na esfera econômica. Neste sentido, deve-se considerar que nos dias atuais os mecanismos de expropriação financeira (LAPAVITSAS, 2009) penaliza com mais profundidade os países periféricos do que as regiões centrais da economia mundial.

Educação financeira como ideologia

Educação financeira é um termo que tem sido bastante disseminado no Brasil na última década. Mas o que vem a ser exatamente? Este termo se presta a diferentes compreensões e graus de precisão. Na literatura acadêmica, educação financeira aparece ao lado de alfabetização financeira e literacia financeira (SOARES, 2017, p.38). Em primeiro lugar, podemos referir-nos à educação financeira como um conjunto de conhecimentos e princípios difusos e imprecisos, de caráter científico duvidoso, ligado ao mundo dos negócios. Este campo foi se conformando através de livros, revistas, *sites* e vídeos na internet onde supostos empresários de sucesso ensinam ao público leigo métodos para se tornarem empreendedores bem-sucedidos. Quem nunca ouviu falar do livro *O monge e o executivo* ou do *Pai rico pai pobre*? Este tipo de obra pode ser classificado como "autoajuda financeira" (BRITTO, 2012, p.71). Entendida neste sentido, educação financeira é um agregado do senso comum que fica na fronteira entre administração, contabilidade e teologia da prosperidade, e que se fortaleceu nos últimos anos com a onda *coaching*.

Mas para além desta designação imprecisa, a educação financeira é também uma área da educação que se pretende interdisciplinar e que vem ganhando projeção internacional e sendo crescentemente formalizada. Em tese ela se dedicaria a esclarecer as pessoas sobre o funcionamento do universo das finanças, educando-as para planejar racionalmente seus gastos, aprender a lidar com o dinheiro, cultivar espírito empreendedor e práticas de consumo responsável.

Do ponto de vista ideológico, a educação financeira tem duas funções principais. A primeira é mais abrangente e visa naturalizar a centralidade das finanças na vida econômica da sociedade. Daí sua conexão íntima com o fenômeno da

financeirização. Isto significa forjar uma consciência passiva a respeito dos efeitos nefastos da drenagem de seus recursos naturais e produtivos dos países subdesenvolvidos em direção às economias centrais e a respeito das periódicas crises financeiras que assolam o sul global. A segunda função ideológica que a educação financeira cumpre é induzir uma determinada ética e padrão de conduta condizente com a lógica financeira à vida individual e familiar. Neste sentido, a própria multiplicidade do termo é ideologicamente funcional, pois permite um diálogo entre um universo do ensino formal, supostamente científico, desenvolvido nas escolas, e o universo do conhecimento vulgar, que cada vez mais se dá nas redes sociais.

Do centro para as periferias

Explicitamente, foi a preocupação com a incapacidade da população em compreender e manejar os novos instrumentos financeiros, de complexidade crescente, que motivou o surgimento de uma política positiva de educação voltada para as finanças. Implicitamente, no entanto, este processo pode ser entendido como um movimento de disseminação de um conjunto de valores, comportamentos e normas condizentes com as necessidades do capitalismo financeirizado. Trata-se de educar os trabalhadores para adequar-se a uma nova fase do capitalismo.

A formalização da educação financeira como área de interseção entre o mundo das finanças e a educação formal é recente. Nos Estados Unidos, centro imperialista mundial, desde os anos 1950 já havia um movimento para incluir disciplinas de economia no currículo das escolas secundárias (SOARES, 2017, p.84). O Reino Unido também tem uma longa tradição nesta área. Porém foi nos anos 2000 que a educação financeira tomou de fato proporções internacionais e adquiriu maior grau de formalização.

Destaca-se neste processo a criação do *Financial Education Project* no âmbito da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) em 2003, "com o objetivo de analisar a efetividade das iniciativas existentes nos países, desenvolver técnicas que permitam a comparação dos programas, de modo a prover um conjunto de recomendações de melhores práticas para a sua implantação" (SMITH apud SAVOIA, SATO, SANTANA, 2007, p.1128).

Há uma forte correlação entre a crise de 2007-2008 e o impulsionamento internacional da educação financeira por parte dos centros do imperialismo global. Saraiva destaca que os documentos da OCDE mostram

> preocupação de conduzir as condutas dos indivíduos, de modo a torná-los prudentes no trato com o dinheiro e capazes de assumir a responsabilidade de gerir suas finanças com autonomia, mesmo nas situações mais adversas. Essas habilidades, segundo a OCDE, repercutiriam tanto em seu bem-estar quanto no bom funcionamento dos mercados. (SARAIVA, 2017, p.159)

Este movimento veio acompanhado por um esforço de diagnóstico sobre a relação que os cidadãos comuns têm com o mundo das finanças, perpassando temas como uso do dinheiro, poupança, endividamento, empreendedorismo e confiança nas instituições. Com este intuito, diversas pesquisas foram realizadas por associações voltadas para educação financeira. Ainda em 2008 a OCDE criou a Rede Internacional de Educação Financeira, buscando articular as iniciativas nacionais (SARAIVA, 2017, p.158). Como parte da comunidade internacional, em 2009 o Brasil sediou a reunião desta rede, ocasião em que foi criado o Subgrupo de Especialistas em Estratégias Nacionais de Educação Financeira (MOREIRA, 2018, p.119). Em 2012, foi implementado o Programa Internacional de Avaliação de Alunos (PISA) para avaliar o grau de conhecimento que estudantes de 12 a 15 anos têm sobre o tema (COSTA, 2019, p.73). No ano seguinte, a OCDE publicou um relatório diagnosticando a educação financeira na América Latina e no Caribe (MOREIRA, 2018, p.70) revelando o interesse dos países centrais pela situação dos países do sul global. Em 2015, pelo menos 59 países já tinham formulado sua estratégia nacional de educação financeira.

Além do movimento que vai do centro para as periferias, outra característica da educação financeira é o forte envolvimento das instituições financeiras públicas e privadas na formulação de suas diretrizes e em sua divulgação. Em contrapartida, nota-se um papel secundário das instituições formuladoras de políticas educacionais na produção de conteúdo e diretrizes para a área. No caso dos Estados Unidos, o principal órgão a fomentar as iniciativas nacionais é a Secretaria do Tesouro. A partir dela formou-se a Comissão Federal de Letramento e Educação Financeira. Na França, foi o Ministério da Educação, com o apoio da Autoridade de Mercados Financeiros, do Banco da França e da Federação Bancária Francesa

quem criou o Instituto para a Educação Financeira Pública. (SARAIVA, 2017, p.165)

Outra recorrência importante é que o fortalecimento da educação financeira parece ter ocorrido em países que passaram por mudanças no sistema previdenciário (SAVOIA, SATO, SANTANA, 2007, p.1128). Isto pode indicar não apenas uma legítima preocupação com a renda futura dos trabalhadores, que terão que encontrar por si mesmos formas de poupar e sobreviver devido à destruição do sistema público de previdência, mas também e especialmente uma atenção dos grupos de investidores ao surgimento de um relevante nicho de mercado de previdência privada.

Um dos instrumentos de incentivo à educação financeira comum em diversos países é a elaboração de *sites* oficiais. Nos Estados Unidos intitula-se *My money* (Meu dinheiro), e na França chama-se *La finance pour tous* (Finanças para todos) (SARAIVA, 2017, p.165). Como os referidos nomes indicam, há uma permanente tentativa de articular o tema com as necessidades individuais, criando um certo sentimento de pertencimento do público em geral com o assunto.

Educação financeira no Brasil

Com as reformas neoliberais aplicadas pelos governos Collor (1990 - 1992) e Cardoso (1995 - 2003) o Brasil entrou na segunda etapa da financeirização convertendo-se em uma "plataforma internacional de valorização financeira e produtor de bens primários" (PAULANI, 2013, p.245). Neste cenário de mudanças estruturais, os dois mandatos do governo Lula (2003 - 2011), longe de reverterem a financeirização em curso, contribuíram para seu aprofundamento. É verdade que houve uma significativa melhora dos termos de troca que levou à valorização de importantes *commodities* brasileiras no mercado internacional. As políticas públicas de expansão do mercado interno impulsionaram o consumo de massas, enquanto as políticas de fomento ao crédito contribuíram para incluir milhões de brasileiros no circuito financeiro (LAVINAS; ARAÚJO; BRUNO, 2017).

Foi nesta conjuntura de expansão e enraizamento da financeirização no Brasil que a educação financeira ganhou projeção. O primeiro passo consistente para a formulação de diretrizes nacionais ocorreu em 2007, com a criação de um grupo de trabalho para a elaboração da Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF). Este foi deliberado pelo Comitê de Regulação e Fiscalização

dos Mercados Financeiro, de Capitais, de Seguros, de Previdência e Capitalização e coordenado pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM). Um segundo grupo de trabalho foi criado em 2009 e ficou sob o comando da Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), autarquia ligada ao Ministério da Fazenda (MOREIRA, 2018, p.72).

Em 2010 foi aprovada a ENEF sob a forma de decreto presidencial, deixando muito claro os objetivos da mesma: "promover a educação financeira e previdenciária e contribuir para o fortalecimento da cidadania, a eficiência e solidez do sistema financeiro nacional e a tomada de decisões conscientes por parte dos consumidores." (BRASIL, 2010). Portanto aqui já se explicita o papel ideológico da educação financeira, articulando a realidade individual dos cidadãos com o esforço de fortalecimento do sistema financeiro.

A implementação desta política ficaria a cargo de um Comitê Nacional de Educação Financeira integrado pelas principais autoridades nacionais, dentre elas o Banco Central, Ministério da Fazenda, Comissão de Valores Mobiliários, assim como contaria com uma representação da "sociedade civil". Esta última representação foi instituída em 2011, e contou com a participação da Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (ANBIMA), BM&FBovespa, Confederação Nacional das Empresas de Seguros Gerais, Previdência Privada e Vida, Saúde Suplementar e Capitalização (CNSeg) e da Federação Brasileira de Bancos (FEBRABAN) (MOREIRA, 2018, p.72-73). Ou seja, fica evidente que a educação financeira no Brasil é controlada pelas instituições financeiras.

A implementação da ENEF se deu em diferentes frentes. Criou-se um site oficial chamado *Vida e dinheiro*, que continua ativo, para a divulgação da ENEF, de materiais didáticos e cursos. Também se previu a implementação da semana nacional de educação financeira, que em 2019 completou sua sexta edição. Nos anos seguintes criou-se também uma série de programas educativos. A partir de 2014 a ENEF iniciou atividades voltadas para adultos de baixa renda, especialmente beneficiários do Programa Bolsa Família e aposentados do INSS. Também criou um programa de educação financeira para as escolas de Ensino Básico. "O projeto-piloto foi realizado em novecentas escolas, de cinco estados brasileiros, a partir de 2011, tendo alcançado cerca de 3000 escolas de Ensino Médio, em 2016" (MOREIRA, 2018, p.74). Estas atividades contaram com livros didáticos, acessíveis gratuitamente pelo *site*. Neles observa-se o esforço em relacionar os fenômenos financeiros gerais da sociedade com a vida individual e familiar, destacando o

papel do indivíduo como agente financeiro ativo, consciente das condições em que está inserido e responsável pelas consequências de suas escolhas. Esta não é uma mera opção pedagógica brasileira, afinal estes parâmetros são difundidos internacionalmente pelos países centrais.

Em meados de 2020, a ENEF foi atualizada por novo decreto presidencial (BRASIL, 2020) revelando que o processo segue avançando. Recentemente a educação financeira também foi incorporada à Base Nacional Comum Curricular (BNCC) do Ensino Básico no Brasil como tema transversal. Referindo-se à área de Ciências Humanas e Sociais aplicadas a BNCC afirma que:

Atualmente, as transformações na sociedade são grandes, especialmente em razão do uso de novas tecnologias. Observamos transformações nas formas de participação dos trabalhadores nos diversos setores da produção, a diversificação das relações de trabalho, a oscilação nas taxas de ocupação, emprego e desemprego, o uso do trabalho intermitente, a desconcentração dos locais de trabalho, e o aumento global da riqueza, suas diferentes formas de concentração e distribuição, e seus efeitos sobre as desigualdades sociais. Há hoje mais espaço para o empreendedorismo individual, em todas as classes sociais, e cresce a importância da educação financeira e da compreensão do sistema monetário contemporâneo nacional e mundial, imprescindíveis para uma inserção crítica e consciente no mundo atual. Diante desse cenário, impõem-se novos desafios às Ciências Humanas, incluindo a compreensão dos impactos das inovações tecnológicas nas relações de produção, trabalho e consumo (BNCC, 2017, p.568)

Ou seja, o que se vê recentemente é capilarização da educação financeira no âmbito da educação formal, fazendo de cada escola um espaço de difusão e fazendo das crianças e jovens os principais alvos da ideologia que o capital financeiro dissemina no Brasil.

Referências bibliográficas

AMIN, Samir. **O desenvolvimento desigual:** ensaios sobre as formações sociais do capitalismo periférico. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1976

BNCC. Educação é a Base. Brasília, MEC/CONSED/UNDIME, 2017.

BRASIL. **Decreto nº 7.397, de 22 de dezembro de 2010**. Institui a Estratégia Nacional de Educação Financeira - ENEF, dispõe sobre a sua gestão e dá outras providências. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7397.htm>. Acesso em: 19 novembro 2020.

BRASIL. **Decreto nº 10.393, de 9 de junho de 2020**. Institui a nova Estratégia Nacional de Educação Financeira - ENEF e o Fórum Brasileiro de Educação Financeira - FBEF. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2020/Decreto/D10393.htm>. Acesso em: 19 novembro 2020.

BRITTO, R. Educação financeira e financeirização do capital. **Actas del VII CIBEM**, Montevideo, p. 7246 – 7253, set. 2013. Disponível em <http://funes.uniandes.edu.co/18157/1/Britto2013Educa%C3%A7%C3%A3o.pdf>. Acesso em: 17 novembro 2020.

BRITTO, R. E**ducação financeira: uma pesquisa documental crítica**. 2012. Dissertação (Mestrado em Educação Matemática) - Programa de Mestrado Profissional em Educação Matemática, Universidade Federal de Juíz de Fora, Juíz de Fora, 2012.

CARCANHOLO, R.; SABADINI, M. Capital fictício e lucros fictícios. **Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política**, v. 24, p. 41-65, 2009.

CECEÑA, A. La dominación de espectro completo sobre América. **Novos Rumos**, São Paulo, v.53, n.2, p. 156-179, 2016.

CHESNAIS, F. A teoria do regime de acumulação financeirizado: conteúdo, alcance e interrogações. **Economia e sociedade**, Campinas, v. 11, n. 1, p.1-44, 2002.

COSTA, J. O **direito ao acesso à educação financeira como forma de inclusão social**: desafios no ambiente da financeirização da economia brasileira. 2019. Dissertação (Mestre em Direito) - Programa de Pós-Graduação em Direito, Faculdade de Direito do Sul de Minas, Pouso Alegre, 2019.

DUMÉNIL, G.; LÉVY, D. **Capital resurgent**: roots of the neoliberal revolution. London: Harvard University Press, 2004.

GRUPPI, L. **O conceito de hegemonia em Gramsci**. 4ª ed. Rio de Janeiro: Graal, 1978.

LAPAVITSAS, C. Financialised capitalism: crisis and financial expropriation. **Historical Materialism**, Leiden, n.17, p. 114-148, 2009.

LAVINAS, L.; ARAÚJO, E.; BRUNO, M. Brasil: vanguarda da financeirização entre os emergentes? Uma análise exploratória. **Texto para discussão do Instituto de Economia da UFRJ**, n. 32, p. 1–40, 2017. Disponível em: https://www.ie.ufrj.br/images/IE/TDS/2017/TD_IE_032_2017_LAVINAS_ARA%C3%9AJO_BRUNO.pdf. Acesso em: 19 novembro 2020.

LENIN, V. **O imperialismo: fase superior do capitalismo**. 4a ed. São Paulo: Centauro, 2010.

MOREIRA, D. **Crise estrutural do capital e o endividamento do sujeito**: a Estratégia Nacional de Educação financeira como instrumento na reconfiguração capitalista. 2018. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Desenvolvimento Regional, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2018.

PAULANI, L. Ciência econômica e modelos de explicação científica: retomando a questão. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 30, n. 1, p. 27–44, 2010.

PAULANI, L. Acumulação sistêmica, poupança externa e rentismo: observações sobre o caso brasileiro. Estudos Avançados, São Paulo, v. 27, n. 77, p. 237-261, 2013.

SARAIVA, K. Os sujeitos endividados e a educação financeira. **Educar em Revista**, Curitiba, n. 66, p. 157-173, out./dez. 2017.

SAVOIA, J; A, SAITO; F, SANTANA. Paradigmas da educação financeira no Brasil. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v.41, n.6, p. 1121-1141, nov./dez. 2017.

SOARES, F. **Os debates sobre a educação financeira em um contexto de financeirização da dívida doméstica, desigualdade e exclusão financeira**. 2017. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, PUC-Rio, Rio de Janeiro, 2017.

VAROUFAKIS, Y. **O minotauro global:** a verdadeira origem da crise financeira e o futuro da economia global. São Paulo: Autonomia Literária, 2016.

As corporações são donas da maioria dos meios de produção e contratam pessoas para trabalhar para elas. Trabalhadores são forçados a vender sua força de trabalho e são explorados na produção de mercadorias, que depois são vendidas para obter lucro, aumentando a riqueza de poucos.

tricontinental

JORNADA INTERNACIONAL DE LUTA ANTI-IMPERIALISTA

11

Superexploração e o Imperialismo no século XXI

Pedro Mattos[1]

Resumo // A teoria marxista da dependência, desenvolvida na América Latina entre as décadas de 1960 e 1970, conformou um importante arcabouço teórico para a interpretação da economia mundial e das formações sociais dependentes. Em meio às profundas transformações na economia mundial desde a crise dos anos e 1970, observa-se um processo de internacionalização produtiva que não parece ter tido efeitos sobre as enormes disparidades salariais observadas entre os países centrais e periféricos. Nesse sentido, o presente artigo retoma a categoria superexploração do trabalho, indicando-a como fundamento da dependência e elemento fundamental para a compreensão do imperialismo no século XXI.

Palavras-chave // imperialismo; dependência; superexploração

1 é economista, engenheiro ambiental e mestrando em economia política mundial pela UFABC.

Introdução

Forjada entre os anos de 1960 e 1970 na América Latina, a escola da dependência se dedicou a investigar processos e tendências específicos do capitalismo dependente perante a economia mundial, entendida como uma totalidade integrada e diferenciada. Nesse processo, importantes categorias foram desenvolvidas, conformando um arcabouço teórico de grande força explicativa. Dentro desta escola, a teoria marxista da dependência tem novamente ganhado relevância, em um processo de resgate e aprofundamento de suas categorias. Nesse sentido, o presente artigo busca apresentar algumas categorias fundamentais da teoria marxista da dependência, bem como apresentar o debate contemporâneo em torno da superexploração do trabalho e seu papel dentro da fase imperialista do desenvolvimento capitalista.

A escola da dependência: origens e vertentes

Entre o final dos anos de 1940 e início dos anos de 1950, surgia a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), criada pela Organização das Nações Unidas (ONU). Essa instituição tinha como objetivo diagnosticar as causas e consequências do atraso econômico latino-americano perante as nações centrais. Para os pensadores então organizados em torno da CEPAL, haveria um desenvolvimento desigual do capitalismo dos países centrais (com maior avanço e homogeneidade tecnológicos) e dos países periféricos (com baixa tecnologia ou com esta distribuída de forma heterogênea e especializada). Essa desigualdade se expressaria em uma grave desvantagem econômica, a deterioração dos termos de troca. Ou seja, os produtos da periferia seriam, nas relações de troca, sempre menos vantajosos em relação aos produtos do centro, em função da disparidade do progresso técnico incorporado a cada um deles. Desta forma, a principal proposta do grupo para a superação da condição subdesenvolvida seria a industrialização, em especial por meio da substituição de importações. Esse processo, associado à ampliação do mercado interno, permitiria a incorporação do progresso técnico, homogeneizando ou ao menos diminuindo a disparidade expressa nas trocas com as economias centrais. (PREBISCH, 1949; TRASPADINI e STEDILE, 2011)

O modelo preconizado pela CEPAL influenciou muitos governos na América Latina, inclusive no Brasil, em especial nas administrações Kubitschek e Goulart. Contudo, após um período de hegemonia do pensamento estruturalista da CEPAL, o início dos anos de 1960 tornava mais claras as contradições do processo: ainda que a modernização e a industrialização avançassem, não se observava o desenvolvimento social esperado, mantendo-se altos os níveis de desocupação e desigualdade. Mais que isso, a reação do imperialismo por meio da implantação de diversas ditaduras militares na América Latina também se conformou como um limite concreto à plena implementação das ideias cepalinas. Assim, o otimismo dos anos 1950 foi se convertendo em um ceticismo desesperançoso. A industrialização, ao invés de promover a independência tecnológica e financeira frente ao centro do capitalismo, parecia ter apenas dado novos contornos à dependência. (DIAS, 2012)

No Brasil, o golpe de 1964 conformou um cenário político-ideológico de derrota das teses de cunho nacional-desenvolvimentista. Neste contexto, ganha destaque um novo grupo de intelectuais, muitos dos quais exilados pelos regimes ditatoriais. Os teóricos da escola da dependência, em contraposição ao pensamento cepalino, buscavam entender não apenas como se expressava a exploração dos centros desenvolvidos sobre as regiões periféricas, mas também como esta dominação externa se estruturava e se perpetuava a partir de relações de poder no interior das próprias economias dependentes. Para os autores desta escola, pode-se dizer que não haveria a possibilidade de um verdadeiro e autônomo desenvolvimento no capitalismo dependente. (TRASPADINI e STEDILE, 2011; DIAS, 2012).

Apesar de premissas semelhantes, pode-se identificar duas correntes ou vertentes distintas dentro da escola da dependência. Pela vertente Weberiana-Schumpeteriana, cujos maiores expoentes foram Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto, argumentava-se que a incapacidade do empresariado brasileiro de promover uma "revolução burguesa" era determinante na manutenção da dependência. Nesta abordagem, entretanto, entende-se que a dependência se expressa em uma via de mão dupla, concluindo que o capitalismo pode ser capaz de proporcionar o desenvolvimento na periferia mediante uma "internacionalização do mercado interno". Assim, esta corrente propõe uma espécie de desenvolvimento "dependente-associado" fundamentado na empresa multinacional e no setor financeiro associados às empresas estatais e às grandes empresas privadas nacionais. Este modelo de desenvolvimento teria como elemento central e estruturante não

a economia, mas a política. Portanto, seria necessária também uma mudança na função do Estado, que deveria abandonar seu caráter populista e nacionalista em nome de um papel mais gerencial, preocupado com a aceleração dos investimentos (diretamente ou por meio de capitais estrangeiros) e com a criação de um ambiente favorável à acumulação de capitais na indústria. (TRASPADINI e STEDILE, 2011; DIAS, 2012; CARDOSO e FALETTO, 1975)

Já a vertente marxista, que tinha como principais teóricos Ruy Mauro Marini, Theotônio dos Santos e Vânia Bambirra, apoiava-se no materialismo histórico e na teoria do imperialismo para apontar o caráter estrutural do desenvolvimento desigual entre as nações capitalistas. Para estes autores, a condição dependente não poderia ser superada nos marcos do capitalismo, visto que era um elemento fundamental do processo de acumulação de capital em âmbito mundial. Assim como a corrente Weberiana-Schumpeteriana, os marxistas também apontavam a incapacidade das burguesias latino-americanas de realizarem as tarefas democrático-burguesas, o que resultava em um capitalismo *sui generis*. Entretanto, para estes teóricos, não seria possível um desenvolvimento associado como preconizado por Cardoso e Faletto, dados os aspectos estruturais da condição de dependência para o capitalismo mundial. (TRASPADINI e STEDILE, 2011; DIAS, 2012)

A dialética da dependência

Ruy Mauro Marini, além de um de seus principais teóricos, é também o autor do texto que ficou conhecido como o manifesto teórico da teoria marxista da dependência. Em *Dialética da Dependência*, ele se dedicou a analisar o capitalismo latino-americana à luz do marxismo. Para o autor, o marxismo latino-americano tinha uma real dificuldade de desenvolver suas análises visto que:

> (...) frente ao parâmetro do modo de produção capitalista puro, a economia latino-americana apresenta peculiaridades, que às vezes se apresentam como insuficiências e outras - nem sempre distinguíveis facilmente das primeiras -, como deformações. (MARINI, 1973a In: TRASPADINI e STEDILE, 2011, p.132)

Marini rompe com as noções de um "pré-capitalismo" latino-americano, apontando o sentido do capitalismo *sui generis* desses países a partir da perspectiva

do sistema capitalista em seu conjunto, tanto em âmbito nacional como, e principalmente, em nível internacional. Para o autor, a dependência se configura a partir do momento em que se define uma estrutura para as relações entre a América Latina e os centros capitalistas. Esta estrutura é expressa na divisão internacional do trabalho e é a partir dela que se determinou o sentido do desenvolvimento na região. Marini apresenta sua definição de dependência da seguinte forma:

> [a dependência é] entendida como uma relação de subordinação entre nações formalmente independentes, em cujo marco as relações de produção das nações subordinadas são modificadas ou recriadas para assegurar a reprodução ampliada da dependência. A consequência da dependência não pode ser, portanto, nada mais do que maior dependência (...). (MARINI, 1973a In: TRASPADINI e STEDILE, 2011, p.134-135).

Assim, o autor não entende a dependência como uma fatalidade, tampouco como a expressão do subdesenvolvimento. Para Marini, ela se configura como consequência direta das relações de produção de cada nação em articulação com a economia mundial. É nesse sentido que o autor orienta sua pesquisa, buscando os elementos característicos desse capitalismo *sui generis* e a maneira como as relações de dependência se reproduzem. Daí surgem duas categorias fundamentais: a transferência de valor e a superexploração.

Diferente dos cepalinos, Marini interpreta a questão da deterioração dos termos de troca a partir da teoria do valor em Marx. Nesta perspectiva, "o intercâmbio de mercadorias expressa a troca de equivalentes, cujo valor se determina pela quantidade de trabalho socialmente necessário que as mercadorias incorporam". (MARINI, 1973a In: TRASPADINI e STEDILE, 2011, p.144).

Na troca desigual, entretanto, existem mecanismos que permitem transferências de valor, passando por cima das leis da troca, ou seja, violando-as. Estes se expressam na maneira como se fixam os preços de mercado e os preços de produção das mercadorias. No caso de trocas entre esferas semelhantes de produção, manifestam-se as aplicações das leis de troca. Porém, na troca entre esferas distintas (produtos manufaturados por matérias primas, por exemplo), as transferências de valor assumem mais abertamente um caráter de transgressão destas leis de troca. (MARINI, 1973a In: TRASPADINI e STEDILE, 2011, p.144-145).

No primeiro caso, em função de um ganho de produtividade do trabalho, seria possível a uma nação apresentar preços de produção mais baixos sem causar uma redução dos preços de mercado, resultando em um lucro extra para a nação favorecida. No segundo caso, em trocas de classes distintas de mercadorias, as nações que monopolizam ou têm grande vantagem na produção de determinados bens podem vender seus produtos a preços superiores ao seu valor. Nesta troca desigual há uma cessão de valor por parte das nações desfavorecidas. Assim, no nível do mercado mundial, observa-se estes mecanismos de transferência de valor baseados na produtividade ou no monopólio da tecnologia de produção, que têm como desdobramento para as nações periféricas um mecanismo de compensação na geração de valor. Ou seja, ao serem submetidos a este arranjo que sistematicamente promove transferências de valor, as nações dependentes buscam aumentar a massa de valor produzido internamente, como forma de neutralizar os efeitos da cessão do valor sem a interromper efetivamente. (MARINI, 1973a In: TRASPADINI e STEDILE, 2011, p.145-146).

Para viabilizar este aumento da produção de valor, os capitalistas das nações dependentes ampliam a exploração do trabalho, tanto por meio do aumento da intensidade quanto do prolongamento da jornada de trabalho, ou ainda, combinando ambos os procedimentos. Aí reside o segredo da troca desigual. Para compensar uma cessão de valor no mercado mundial, em função de uma inserção dependente na economia mundial, emprega-se uma maior exploração do trabalhador. Assim, os mecanismos de transferência de valor encobrem uma transferência da mais-valia produzida mediante o aumento da exploração do trabalho dentro da nação expropriada. Por isso, estas transferências de valor representam, na verdade, uma transferência de mais-valia, resultando em uma queda da taxa de mais-valia dos países dependentes e, consequentemente, em um agravamento da tendência decrescente da taxa de lucro. A contrapartida, por parte dos países industriais, é um incremento da taxa de mais-valia e, logo, da taxa de lucro. Ou seja, é no nível da produção interna que são operados os mecanismos de compensação das transferências de valor para o exterior. (MARINI, 1973a In: TRASPADINI e STEDILE, 2011, p.146-147)

Para Marini, essa compensação passa pelo incremento de métodos de extração de trabalho excedente (mais-valia) próprios dos países periféricos, operacionalizados por meio de três procedimentos. Primeiro, o aumento da intensidade do trabalho aparece como uma forma de ampliar a mais valia, ainda que às

custas da saúde do trabalhador. Segundo, um prolongamento da jornada de trabalho sem aumento salarial permite o simples aumento do tempo de trabalho excedente. Terceiro, impõe-se uma redução do consumo do operário para além do seu limite normal, resultando em uma remuneração do trabalho abaixo de seu próprio valor, implicando em um modo específico de aumentar o tempo de trabalho excedente. Sobre esses três mecanismos se estrutura um modo de produção que tem como eixo da acumulação a exploração do trabalhador e não o desenvolvimento da capacidade produtiva (ou seja, a expansão da mais-valia relativa). A utilização desses mecanismos e de combinações entre eles representa, portanto, uma forma de exploração específica, uma superexploração do trabalho. (MARINI, 1973a In: TRASPADINI e STEDILE, 2011, p.147-150)

Tais mecanismos não foram abandonados nos processos de industrialização pelos quais passaram os países latino-americanos. Pelo contrário, para Marini, "a economia industrial dependente reproduz, de forma específica, a acumulação de capital baseada na superexploração do trabalhador" (MARINI, 1973a In: TRASPADINI e STEDILE, 2011, p.164).

Isso acontece, pois, as bases sobre as quais a industrialização dependente se deu promoveram uma compressão permanente do consumo individual do trabalhador. A demanda se concentrava nos estratos mais ricos, a esfera alta de consumo, em geral satisfeita pelo comércio de importação. Por isso, argumenta Marini, a débil indústria brasileira se ampliaria apenas em função de fatores externos que interrompiam parcialmente este comércio. Haveria, portanto, uma demanda maior que a oferta interna, que se convertia em uma espécie de monopólio em situações de crise e era reforçado pelas barreiras alfandegárias, permitindo ao capitalista industrial dependente forçar um aumento de preços. Por outro lado, o baixo nível tecnológico significava um alto peso dos salários nos preços de produção, permitindo a este capitalista industrial se aproveitar do excedente de mão de obra (em função da crise que também atingia o setor exportador) e pressionar os salários para baixo. Soma-se a isso, ainda, a intensificação do trabalho e o prolongamento da jornada. É sobre tais bases que se acelera a concentração de capital industrial e a própria industrialização sem um rompimento com os mecanismos de superexploração. (MARINI, 1973a In: TRASPADINI e STEDILE, 2011, p.162-164).

O resultado desse movimento é a cisão da esfera alta e da esfera baixa da circulação de mercadorias no interior de uma mesma economia. Ou seja, a produção industrial latino-americana no período analisado se dedicava a bens que

não entravam ou entravam escassamente na composição do consumo popular. (MARINI, 1973a In: TRASPADINI e STEDILE, 2011, p.164).

Com a equiparação da oferta em relação à demanda, seria necessário generalizar o consumo para ampliar o espaço de acumulação. Para tanto, fazia-se imperativo um aumento da produtividade, o que levaria a um deslocamento do eixo de acumulação das economias dependentes. Evitando tal deslocamento, a ampliação do consumo se concentrou nas camadas médias, cujas rendas em geral derivam da massa de mais-valia. Assim, ampliava-se o consumo a partir das camadas médias, sem romper com a superexploração, permitindo adiar os investimentos que viabilizariam maior produtividade. Há, ainda, mais um mecanismo que atuaria no sentido de obstruir esta transição: a utilização de tecnologia estrangeira para elevar a capacidade produtiva do trabalho. (MARINI, 1973a In: TRASPADINI e STEDILE, 2011, p.165)

Com a nova configuração assumida pela economia internacional capitalista na década de 1950, passaram a abundar recursos concentrados nas mãos de grandes corporações imperialistas, que passaram a buscar aplicações lucrativas no exterior. Assim se estabeleceu não apenas um fluxo de capital do centro para a periferia, mas também um fluxo de tecnologias, ainda que de menor complexidade que as adotadas pelos países centrais. É uma nova divisão internacional do trabalho que sustenta uma nova hierarquização capitalista internacional, preservando as relações de dependência. Essas tecnologias, entretanto, se vinculam com setores industriais orientados para um tipo de consumo que não correspondia ao nível de vida dos trabalhadores, como o setor automotivo. Ou seja, o aumento de produtividade se dá de forma independente do aumento do mercado consumidor popular. Assim, a difusão do progresso técnico se deu ainda de forma associada à superexploração do trabalhador. A consequente dificuldade seria viabilizar a realização de toda a massa de valor produzida nos setores produtores de bens supérfluos e de luxo. Superar esta dificuldade envolveu a interferência do Estado, tanto executando políticas fiscais que incentivassem tais setores como promovendo uma concentração de renda que tinha a inflação como indutora. (MARINI, 1973a In: TRASPADINI e STEDILE, 2011, p.168-170).

A superexploração do trabalho: fundamento da dependência

Dentro da teoria marxista da dependência, a superexploração do trabalho surge como uma categoria fundamental. Sua importância é tal, que se pode afirmar que "o fundamento da dependência é a superexploração do trabalho." (MARINI, 1973b In: TRASPADINI e STEDILE, 2011, p.185). Ela pode ser entendida como uma das determinações específicas em que se expressam as leis do valor nas formações econômico-sociais dependentes. Assim:

> [entende-se] a superexploração como determinação negativa do valor da força de trabalho, contida no âmbito da lei do valor. A lei do valor é simultaneamente a assunção e negação do valor. É simultaneamente o intercâmbio de equivalentes e sua negação. É simultaneamente o pagamento da força de trabalho próxima de seu valor e abaixo de seu valor. É tanto o consumo da força de trabalho em torno de seu valor, quanto seu consumo acelerado esgotando-a prematuramente. A superexploração é, pois, a agudização da tendência negativa, inscrita na lei do valor. (LUCE, 2018, p.155)

Partindo desta interpretação, pode-se apontar que a essência da superexploração:

> reside na negação das condições necessárias para repor o desgaste acelerado vinculado ao uso produtivo da força de trabalho, implicando uma desvalorização, dilapidação ou corrosão prematura da força de trabalho, uma forma específica de desmercantilização que encurta cronologicamente ou até suprime as possibilidades de oferta da força de trabalho ao capital. (BUENO, 2016, p.211)

Pode-se compreender, portanto, a superexploração para além de um fenômeno meramente quantitativo. A categoria parte do fato de que à força de trabalho se relacionam tanto um valor diário quanto um valor total, por sua vez mediados pelas categorias fundo de consumo e fundo de vida. Ao apontar a perspectiva de "desgaste acelerado" e "dilapidação ou corrosão" da força de trabalho,

compreende-se que a superexploração permite ao capital atentar contra os fundos de consumo e de vida dos trabalhadores, convertendo-os em fundo de acumulação de capital. Isso nos permite diferenciar a superexploração do trabalho de um simples aumento da mais-valia absoluta. Como aponta Marini:

> o conceito de superexploração não é idêntico ao de mais-valia absoluta, já que inclui também uma modalidade de produção de mais-valia relativa – a que corresponde ao aumento da intensidade do trabalho. Por outra parte, a conversão do fundo de salário em fundo de acumulação de capital não representa rigorosamente uma forma de produção de mais-valia absoluta, posto que afeta simultaneamente os dois tempos de trabalho no interior da jornada de trabalho, e não somente o tempo de trabalho excedente, como ocorre com a mais-valia absoluta. Por tudo isso, **a superexploração é melhor definida pela maior exploração física do trabalhador, em contraposição à exploração resultante do aumento de sua produtividade**, e tende normalmente a se expressar no fato de que a força de trabalho se remunera abaixo de seu valor real. (MARINI, 1973b In: TRASPADINI e STEDILE, 2011, p.180; grifos meus)

Na investigação da atual fase do desenvolvimento capitalista, a superexploração tem sido constatada tanto nas formações sociais dependentes quanto nas de economia desenvolvida. O próprio Marini, nos anos de 1990, passa a voltar suas investigações para a globalização capitalista na tentativa de identificar seus fundamentos e os desdobramentos deste processo para as formações sociais dependentes. Conforme o autor:

> generaliza-se para todo o sistema, incluindo os centros avançados, o que era uma característica distintiva – embora não exclusiva – da economia dependente: a superexploração generalizada do trabalho. Sua consequência – que foi sua causa – é o crescimento da massa de trabalhadores excedentes e a agudização da pauperização, no mesmo momento em que o desenvolvimento das forças produtivas abre perspectivas ilimitadas de bem-estar material e espiritual para os povos. (MARINI, 1997 In: MARTINS, 2008, p.268; tradução do autor)

Esta tendência se relacionaria a duas novas formas de obtenção de mais-valia extraordinária no capitalismo globalizado: o monopólio científico e de postos de trabalho intensivos em conhecimento; e a descentralização de tecnologias, agora deslocadas para a periferia, onde poderiam fazer uso do trabalho superexplorado. Com isso, os países periféricos passam a competir parcialmente com a especialização produtiva dos centros, resultando em um tendencial nivelamento da composição técnica do capital em um mundo subordinado a um monopólio de novo tipo, de dimensões globais. Assim, burguesias nacionais de países centrais lançariam mão da superexploração como forma de reestabelecer taxas de lucros, dado que não o podem mais fazer apenas por meio do dinamismo tecnológico. (MARTINS, 2011a)

Marisa Amaral (2012), ao realizar a investigação da dependência ante a financeirização do capitalismo, busca identificar os novos traços da dependência, voltando-se para a categoria superexploração. Nesta perspectiva, constata-se que o nivelamento tendencial da tecnologia no mundo não implica em redução das diferenças salariais, fazendo da superexploração ainda um importante recurso para a obtenção de ganhos extraordinários. Tal movimento é também impulsionado pelo crescente desemprego oriundo da própria difusão e do desenvolvimento da tecnologia. Outro aspecto entendido pela autora como elemento contemporâneo da superexploração é a "financeirização dos rendimentos do trabalho", uma vez que despesas dos trabalhadores com juros representam uma conversão do fundo de consumo em fundo de capital na forma-dinheiro, ou seja, uma nova forma de expropriação de parte do salário, resultando em uma remuneração abaixo do valor da força de trabalho. (AMARAL, 2012)

A superexploração e o imperialismo no século XXI

A escola da dependência é uma importante referência para os estudos contemporâneos do imperialismo porque foi a partir dela que se deu a primeira tentativa de fundamentar a teoria do imperialismo na teoria do valor de Marx. John Smith, em sua obra *Imperialismo no século XXI: globalização, superexploração e a crise final do capitalismo*, aponta que Marini encontrou na superexploração, no âmbito da produção do valor, o fundamento da dependência. Tal posição supera aquela que aponta a distinção entre bens primários e manufaturados como origem

da troca desigual, permitindo a compreensão da industrialização dependente e mesmo do fenômeno mais recente das cadeias globais de valor e da terceirização de setores produtivos inteiros para países dependentes. (SMITH, 2016)

A teoria de Marini também se distancia da ideia de um valor global da força de trabalho, trazendo uma apreensão das determinações próprias das diversas formações sociais sobre o valor da força de trabalho. Além disso, Smith aponta que Marini, ainda que considere a produtividade do trabalho como um elemento fundamental da dependência, foge da armadilha euromarxista que confunde o valor da força de trabalho com a sua produtividade. (SMITH, 2016)

Tal armadilha é exemplificada na posição de marxistas que sustentam que os trabalhadores das economias centrais são tão, ou mais, explorados que os trabalhadores das formações-sociais dependentes, uma vez que produzem mais valor em proporção aos seus salários. Esse argumento se baseia no fato de a produtividade do trabalho nas economias centrais ser maior do que na periferia, o que decorre de uma diferença na composição orgânica do capital em tais formações-sociais. Mandel (1964) reforça esta tese, apontando que as transferências de valor de países dependentes para países imperialistas acontecem de forma semelhante àquelas observadas nas trocas entre firmas com produtividade acima da média e as demais de um mesmo setor e país.

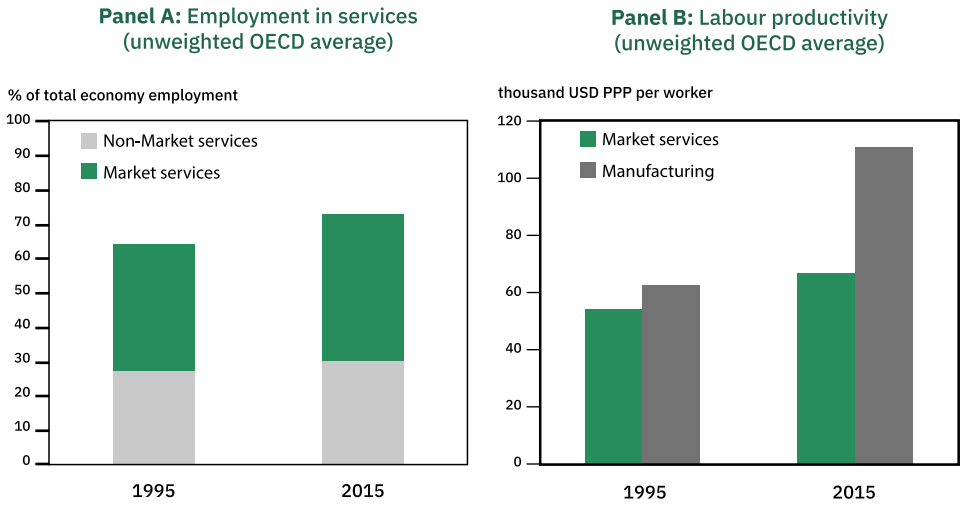
A crítica "ortodoxa" à teoria da dependência entende não haver diferença quantitativa ou qualitativa nas transferências de valor operadas entre firmas de um mesmo setor e país, apenas com composições orgânicas distintas, e aquelas operadas entre países com condições econômicas, sociais e processos históricos completamente distintos.

Conforme Smith (2016), ainda que seja verdade que trabalhadores munidos de tecnologias mais avançadas consigam produzir mais valores-de-uso [mercadorias], a quantidade de valor novo gerada não será maior do que se o mesmo trabalho fosse executado em uma firma menos avançada. Nesse sentido, a ilusoriamente alta produtividade dos trabalhadores de setores intensivos em capital decorre de transferências de valores produzidos em outras firmas e nações com composições orgânicas menores ou taxas de exploração maiores. Sendo a produtividade um atributo do trabalho concreto, ao se considerar o trabalho abstrato indiferenciado, Smith conclui que:

> o mesmo trabalho [...] executado pelo mesmo período, sempre produz a mesma quantidade de valor, independentemente de quaisquer variações

> na produtividade. Mas ela proporciona quantidades diferentes de valores-de-uso no mesmo tempo. (SMITH, 2016, n.p.)

Conforme *working paper* da OCDE de 2018, o setor de serviços é o que mais emprega. Ao mesmo tempo, a produtividade do trabalho no setor de serviços dos seus países membros, majoritariamente de economias centrais, é cerca de 40% menor que na indústria. Tal diferença se consolidou ao longo das últimas três décadas, sendo que na média anual, a produtividade do trabalho na indústria cresceu mais que o dobro do observado no mercado de serviços. Com a desaceleração da atividade econômica em função da grande recessão, nota-se uma diminuição



das taxas de crescimento da produtividade do trabalho, especialmente na indústria. (SORBE et.al., 2018)

Figura 1: Emprego (A) e produtividade (B) do setor se serviços
Fonte: Sorbe et. al. 2018

Apesar da baixa produtividade dos serviços, os salários de trabalhadores desse setor nos países centrais se mantêm altos, quando comparados com o de

trabalhadores semelhantes em países periféricos. O que ficou conhecido na literatura como efeito Balassa-Samuelson aponta que os ganhos de produtividade de uma determinada economia se concentram no setor de bens transacionáveis. Esses aumentos de produtividade, mesmo que concentrados no setor de bens transacionáveis, provocariam um aumento dos salários que se espraia para o setor de bens não transacionáveis. Assim, as diferenças salariais entre países centrais e periféricos no setor de serviços seriam decorrentes desta diferença de produtividade no setor industrial. (SMITH, 2016, n.p.)

Smith rejeita essa hipótese, apontando que os baixos níveis salariais dos países periféricos têm como determinação fundamental a excessiva oferta de trabalho, não a produtividade. No contexto da internacionalização produtiva e de fronteiras cada vez mais abertas aos capitais e mercadorias, os trabalhadores seguem tendo sua mobilidade restrita, especialmente no sentido periferia-centro, pelas rígidas políticas migratórias. No nível internacional, a equalização dos salários e a equidade entre trabalhadores é uma condição que não se aplica, uma vez que não há livre movimento do trabalho. Assim, ainda que dois trabalhadores prestem o mesmo serviço simples, usando por vezes o mesmo equipamento de um mesmo fornecedor [ou seja, com produtividades semelhantes], o preço será menor no país periférico, o que só pode indicar a menor remuneração pelo trabalho.

Suwandi et al. (2019) também chamam atenção para o enorme fosso que separa os níveis salariais do centro e da periferia emergente. Para os autores, esta profunda disparidade surge de um sistema que permite a livre circulação da capital ao redor do mundo, mas que restringe firmemente a circulação dos trabalhadores. A este aspecto se relaciona também o enorme processo de emigração da Europa durante o período colonial. Como apontam Jha et al. (2017), tal processo foi fundamental para solucionar o problema das reservas de trabalho, fazendo com que a disparidade salarial Norte-Sul se tornasse ainda maior, dadas as diferentes proporções da classe trabalhadora em relação ao exército industrial de reserva.

Portanto, o lucro extra dos capitalistas mais produtivos nos países centrais não deriva do emprego de trabalhadores mais produtivos, mas sim da captura de trabalho excedente produzido em firmas menos desenvolvidas ou periféricas. Tais transferências de valor só existem na medida em que esse capitais mais débeis se mantem ativos em suas economias, impedindo a redução do tempo de trabalho socialmente necessário para a produção de suas mercadorias. Se tais capitais

fossem retirados da esfera da produção, dada a equiparação tecnológica a um nível mais alto, os preços tenderiam a cair, interrompendo lucro extra. O autor ressalta, enfim, que:

> um metalúrgico operando maquinaria mais sofisticada tecnologicamente não produz mais valor de troca, ele simplesmente permite ao capitalista empregador capturar uma parcela maior dele. Segue que a taxa de exploração – assumindo iguais os salários, a intensidade do trabalho etc. – não é mais alta em capitais mais produtivos do que em capitais menos produtivos. (SMITH, 2016, n.p.)

Resulta, portanto, que a divergência salarial estabelecida entre os países centrais e periféricas não é oriunda das diferenças de produtividade, mas sim de uma forma específica de extração de valor que vigora nas economias dependentes, a superexploração do trabalho. Antes, são justamente os trabalhadores da periferia que produzem mais trabalho excedente, em função da maior taxa de exploração. A abundância de força de trabalho na periferia contrasta com a diminuição e o envelhecimento da população nos países centrais, mas ainda assim as barreiras migratórias se tornam mais duras. Ao invés da mobilidade dos trabalhadores, são as mercadorias e capitais que atravessam as fronteiras. (SMITH, 2016)

Assim, os capitais se orientam a partir da arbitragem global de salários, terceirizando para as firmas de países periféricos setores produtivos inteiros. Na globalização neoliberal, orientada pela arbitragem dos salários, os capitais não têm como objetivo principal a mais-valia absoluta (ainda que as jornadas longas sejam também comuns) ou a mais-valia relativa (que exigiria altos investimentos e a disseminação tecnológica), mas sim as maiores taxas de exploração. A terceirização para países periféricos busca prioritariamente os salários mais baixos, ou seja, a superexploração do trabalho, o próprio eixo da acumulação de capital nas formações-sociais dependentes, segundo Marini (1973a/2011).

Nesse sentido, os capitais dos países centrais encontram na terceirização um caminho mais rentável que a realização de novos investimentos. Em meio a um contexto de sobreacumulação de capitais e baixas taxas de lucro nos países centrais, as maiores taxas de exploração se tornam cada vez mais atrativas, assim como as finanças. Nesse sentido, é notório que após a crise dos anos de 1970 a

internacionalização produtiva e a financeirização tenham avançado tanto. Como aponta Smith:

> a enorme onda de terceirização de processos produtivos para países de baixos salários, viabilizada pela chegada fortuita das novas tecnologias de informação e comunicação e pelo rápido progresso nas tecnologias de transporte, foi uma resposta estratégica para as crises gêmeas de lucratividade declinante e superprodução que ressurgiu na década de 1970 na forma de estagflação e uma recessão global sincronizada. (SMITH, 2016, n.p.)

Considerações finais

Ao adotar a superexploração como centro da análise da dependência e do imperialismo, Smith localiza a sistemática divergência dos salários internacionais nas diferentes taxas de exploração destas nações. Isto permite sustentar a crítica ao PIB, que tem o valor adicionado como seu fundamento. Partindo no debate acerca da produção de valor novo em diferentes produtividades, Smith conclui que o valor adicionado não representa o valor produzido por cada firma, mas sim quanto valor tal firma logrou capturar na esfera da circulação da economia como um todo, ou seja, na economia global. Isto nos levaria a redefinir o PIB, compreendendo-o como a parte do produto total global apropriado por cada nação. Na medida que o PIB superestima ou subestima a contribuição real de cada nação para a riqueza global, ele oculta o fato de que, na economia mundial, cada nação se insere de forma diferenciada, ou produzindo mais valor do que captura ou se apropriando de trabalho excedente produzido em outras nações. (SMITH, 2016)

Superar a ilusão do PIB é, assim, o caminho para uma melhor compreensão da dinâmica da economia mundial. Recuperando as formulações de Marini e as relacionando ao fenômeno mais recente das cadeias globais de valor, Smith consegue reconciliar a teoria do imperialismo com a teoria marxiana do valor. Sua análise nos permite identificar a superexploração e a arbitragem global de salários como fundamentos da globalização neoliberal.

A superexploração, como vimos, é uma condição específica do modo de produção capitalista nas formações sociais dependentes. Ainda que a globalização neoliberal tenha efeitos também sobre o trabalho nos países centrais, erodindo

muitas das condições que sustentavam altos níveis salariais, a superexploração se apresenta nestes países apenas de forma eventual, não se conformando no centro do eixo de acumulação como acontece nas economias dependentes.

As categorias da dependência se demonstram, assim, um rico arcabouço teórico, a partir do qual podemos analisar o capitalismo e o imperialismo contemporâneos. Por tal perspectiva, não se pode ignorar que os trabalhadores das nações dependentes são sistematicamente remunerados por salários abaixo do valor de sua força de trabalho como forma de viabilizar lucros extras para os centros imperialistas. Para Lenin (1916/1974, p.105), "a substituição da livre concorrência pelo monopólio é o traço econômico fundamental, a essência do imperialismo". A superexploração é, portanto, a essência oculta do imperialismo, o fundamento na esfera produtiva dos países dependentes que permite reconciliar a lei do valor de Marx com a teoria do imperialismo.

Referências Bibliográficas

AMARAL, M. S. **Teorias do imperialismo e da dependência: a atualização necessária ante a financeirização do capitalismo**. Tese (Doutorado em Economia do Desenvolvimento) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo. 2012.

BUENO, F.M. **A superexploração do trabalho: polêmicas em torno do conceito na obra de Ruy Mauro Marini e a vigência na década de 2000**. Tese (Doutorado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade de Brasília. 2016.

CARDOSO, F. H.; FALETTO, E. **Dependência e Desenvolvimento na América Latina**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975. 143p.

CHOONARA, J. **Unravelling Capitalism: A Guide to Marxist Political Economy**: London: Bookmarks Publications, 2009. 159p.

DIAS, M. F. **Do estruturalismo da Cepal à teoria da dependência: continuidades e rupturas no estudo do desenvolvimento periférico**. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. 2012.

DOS SANTOS, T. **A teoria da dependência: balanços e perspectivas**. Florianópolis: Insular. 2015. 232p.

JHA, P.; MOYO, S.; YEROS, P. **Capitalism and 'Labour Reserves': A Note**. In: CHANDRASEKHAR, C.P.; GHOSH, J.. (Org.). Interpreting the World to Change it: Essays for Prabhat Patnaik. Nova Déli: Tulika Books, 2017. p.205-237.

LENIN, V. I. **Imperialism and the split in socialism [1916]**. In: Collected Works – Volume 23. Moscow: Progress Publishers. 1974. p.105-120.

_____. **Imperialismo, estágio superior do capitalismo [1917]**. São Paulo: Expressão Popular, 2012. 176p.

LUCE, M. **Teoria marxista da dependência – Problemas e categorias, uma visão histórica**. São Paulo: Expressão Popular, 2018. 271p.

MANDEL, E. **After Imperialism?** In: New Left Review, n.25, p.17–25, 1964.

MANTEGA, G. **Teoria da dependência revisitada – um balanço crítico**. Relatório de Pesquisa n. 27. São Paulo: EAESP/FGV/NPP, 1997. 84p.

MARINI. R. M. **Dialética da dependência [1973a]**. In: TRASPADINI, R; STEDILE, J. P (ORGS). Ruy Mauro Marini – Vida e Obra. São Paulo: Expressão Popular, 2011. p.131-172

_____. **Sobre a dialética da dependência [1973b]**. In: TRASPADINI, R; STEDILE, J. P (ORGS). Ruy Mauro Marini – Vida e Obra. São Paulo: Expressão Popular, 2011. p.173-185

_____. **Proceso y tendencias de la globalización capitalista [1997]**. In: MARTINS, C. E. (ORG). América Latina, dependencia y globalización. Bogotá: CLACSO y Siglo del Hombre Editores, 2008. p.247-271

MARTINS, C. E. **O pensamento social de Ruy Mauro Marini e sua atualidade: reflexões para o século XXI**. In: Critica Marxista, n. 32, p.127-199, 2011a.

_____. **Globalização, dependência e neoliberalismo na América Latina**. São Paulo: Boitempo, 2011b. 367p.

MARX, K. **O Capital: crítica da economia política – Livro 3: o processo global da produção capitalista [1894]**. São Paulo: Boitempo, 2017. 984p.

PREBISCH, R. **O desenvolvimento econômico da América Latina e seus principais problemas**. In: Revista Brasileira de Economia, Rio de Janeiro, v. 3, n. 3, p.47-111, jul. 1949.

SMITH, J. **Imperialism in the Twenty-First Century: Globalization, Super-Exploitation, and Capitalism's Final Crisis**. New York: Monthly Review Press, 2016. (não paginado)

SORBE, S; GAL, P; MILLOT, V. **Can productivity still grow in service-based economies? Literature overview and preliminary evidence from OECD countries**. ECO/WKP(2018)79. OECD, 2018. 53p.

SUWANDI, I; JONNA, R. J.; FOSTER, J. B. **Global Commodity Chains and the New Imperialism**. In: Monthly Review, v.70, n.10, mar. 2019. (disponível em: http://bit.ly/2Kh5SGd)

TRASPADINI, R; STEDILE, J. P (ORGS). **Ruy Mauro Marini – Vida e Obra**. São Paulo: Expressão Popular, 2011. 292p.

Greetings from the tropics!
INTERNATIONAL WEEK OF 2020 ANTI-IMPERIALIST STRUGGLE
DIFFERENT SHIPS
SAME DESTRUCTION
WE ARE NOT FOR SALE!
tricontinental
Tricontinental: Institute for Social Research

1 Resenha

Balas de Washington: Uma história da CIA, golpes e assassinatos (Vijay Prashad)

Fábio Alexandre Tardelli Filho[1]

Esse é o terceiro livro de Vijay Prashad, grande comunista indiano, que leio em menos de 1 ano[2]. E afirmo com tranquilidade que estou, novamente, diante de um material de imensa qualidade e muito bem estruturado do ponto de vista documental e conteúdo. Mas não é para menos, pois esse camarada é um dos comunistas mais proativos que temos no século XXI: Diretor do Instituto Tricontinental de Pesquisa Social, editor chefe da *Left Word books* da Índia, correspondente da *Globetrotter* e além da quantidade imensa de *lives* com camaradas de todos os cantos[3] e uma variedade de artigos publicados, estamos diante do tipo de companheiro que transpira práxis revolucionária.

---

1 Professor de História na rede pública estadual de São Paulo. Mestre em Educação pela UFSCar-Sorocaba. Editor e fundador do *podcast Prolecast* e do Núcleo de professores Joseph Rivier. Membro da APEOESP-Sorocaba e colunista da revista virtual InsideA5.

2 Todos os materiais publicados pela parceria entre Expressão Popular e Instituto Tricontinental de Pesquisa Social, dois livros: *Estrela Vermelha sobre o terceiro mundo* (2019) e *Balas de Washington* (2020) e o capítulo que escreveu em: *Ao camarada Lenin em seu 150 aniversário* (2020).

3 Em junho, por exemplo, esteve em *live* com pessoal brasileiro do fórum Popular da Natureza e entre ali e aqui esteve em *lives* com companheiros de Venezuela, Bolívia e outros países.

Se em *Estrela Vermelha sobre o terceiro mundo* (2019) Prashad nos deu uma aula sobre a História do comunismo na Ásia e, principalmente, nas regiões da Índia, Paquistão e China. Agora, em *Balas de Washington* (2020), temos uma análise global dos golpes de estado, assassinatos e violações de direitos humanos orquestradas pelo imperialismo capitalista e seu braço a CIA.

> Qual o preço da bala de um assassino? Alguns dólares aqui e acolá. O custo da bala. O custo de uma corrida de taxi, um hotel, um avião, o preço para contratar o assassino, seu silêncio comprado através de um pagamento em banco suíço, o custo psicológico por ele ter tirado a vida de uma, duas, três ou quatro pessoas. Mas o maior custo não é pago pelos serviços de inteligência. O maior custo é pago pelo povo. Pois nesses assassinatos, nesses homicídios, nessa violência intimidatória é o povo que perde seus líderes, um líder camponês, um líder sindical, um líder dos pobres. [...] Na indonésia, o preço da bala está no patamar dos milhões; na Guatemala dezenas de milhares. A morte de Lumumba danificou a dinâmica social do Congo, amordaçando sua história. O que custou matar Chokri Belaid (tunisiano, 1964-2013) e de Ruth First (sul-africano, 1925-1982), o que foi preciso para matar Amílcar Cabral (Bissau-guineense e cabo-verdiano, 1924-1973) e Berta Cáceres (hondurenha, 1971-2016)? O que significou sufocar a história para preservar a ordem dos ricos? Cada bala disparada derrubou uma revolução e deu luz à nossa barbárie atual. (PRASHAD, 2020, p. 17)

Estamos diante de um livro forte, que sozinho pesa mais que centenas de pesquisas esvaziadas nas universidades brasileiras perdidas em pós modernismos, positivismos e marxismos sem práxis. Pois bem, produzir materiais fortes expressando a práxis revolucionária é justamente o sentido da Batalha das Ideias que Fidel nos legou[4]!

Se o Império nos esmaga e mata levando sofrimento às periferias do mundo, resistências aparecem. Citando a passagem de Prashad sobre Ho Chi Minh na Guerra do Vietnã: "derrubem mais aviões dos Estados Unidos e estarei com a

4 Fidel é uma das muitas referências em comum que aparecem entre a Tricontinental e o *Prolecast*. O dossiê nº13 de fevereiro de 2019 da Tricontinental, foi base para formação dos quadros do *Prolecast*. Há outros intelectuais que discutem "A Batalha das Ideias", mas foi uma opção teórica.

melhor saúde" (PRASHAD, 2020, p. 20). Exaltemos o legado de Ho, Giap e os vietnamitas! Mas, quando não vencemos, é sempre necessário levantar a memória dos que caíram. Pois, foi com a cabeça alta que se entregaram à luta: "Eu sou Revolucionário queniano, um ser humano que se levanta contra as guerras coloniais ilegais, meu sangue regará a árvore da independência" (PRASHAD, 2020, p. 35) disse Kimathi, líder queniano à sua esposa Mukami, antes de ser executado por agentes britânicos.

Na primeira parte sua abordagem tem como ponto de partida o *Super Man* e a "Liga da Justiça", com perdão para licença poética, esmagando os "selvagens" e sua soberania. Ou seja, os Estados Unidos esmagando terras da América Central e as potências da Europa esmagando na Ásia e África. E se a burguesia é nossa inimiga de classe, imagina quando nos referimos à fração mais nojenta e entreguista dela: a dependente do capital estrangeiro. Sem nenhum escrúpulo desestabilizam políticas mundo a fora como no caso de Allende no Chile ou mesmo o caso recente da Bolívia[5].

O autor busca a origem de toda falácia liberal sobre "liberdade dos povos" e "iluminação divina" chegando até meados do século XIX na Conferência de Berlim (1884-1885), na qual as potências imperialistas-capitalistas da Europa dividiram a África, e vai até o Pacto da Liga das Nações (1919), no qual essas nações imperialistas se denominavam "Nações amantes da paz". As nações ungidas por Deus para "civilizar o mundo" e "levar paz". Claro que não sem balas e imposição de miséria e violência.

A política de propaganda anticomunista também é bem destacada, nas palavras de Henry Cabot Lodge Jr (embaixador dos Estados Unidos na ONU): "Pinte os soviéticos como imperialistas, novos colonialistas. Ela converte impiedosamente todos os territórios sobre os quais adquiriu domínio, em vassalos do Estado soviético" (PRASHAD, 2020, p.40), isso em 1953, ano que a CIA derrubou o governo democrático de Mohammed Mosaddeq do Irã[6]. Abordagem comum das

---

5 E a mídia liberal não demorou a se alinhar com fascistas e lá estavam BBC, El país, e outros jornais da imprensa liberal atacando a "ditadura de Evo", e, no final, como vimos, a contestação eleitoral pela direita boliviana era fraude. E em plena pandemia do covid-19 bombardeavam notícias sobre desvios de recursos dos hospitais públicos para setores militares e elitistas bolivianos. Agora (2020), mesmo com a vitória de Luis Arce do MAS, em novo processo democrático, a direita se organiza como grupo terrorista e realiza atentado com dinamite contra o presidente eleito.

6 Inclusive, até hoje, esse marco assola o Irã com governos autoritários, ditaduras fascistas, perdas de direitos sociais. Algumas opções de cinema para essa situação são filme franco-iraniano *Persépolis* ou mesmo o drama iraniano *Tartarugas Podem Voar*. O livro de Samir Amin *Somente os povos fazem sua própria história* (2020) e o próprio *Estrela Vermelha sobre o terceiro mundo* (2019) de Prashad trazem ricas análises sobre o Irã.

mídias liberais o item "Fazer lobby junto à opinião pública" (PRASHAD, 2020, p. 71) é fator constante nos golpes do século XX, e aí o Brasil tem boa "representatividade". O autor faz denúncias pelos três continentes desse desafio.

E enquanto estuda golpes e assassinatos de reputação até assassinatos nas vias de fato, não deixa de mencionar a mente liberal dessa façanha: Hannah Arendt. Sim sua publicação de obra em 1951 foi base teórica fundamental para consolidar o termo "mundo livre" do então presidente dos Estados Unidos, Henry Truman: "O "Mundo Livre" era o mundo liderado pelos Estados Unidos. O que os EUA defendiam era a liberdade; seus adversários eram as forças contra a liberdade" (PRASHAD, 2020, p. 52).

E foi em nome do "mundo livre" que os Estados Unidos apoiaram ditadores e fascistas que suprimiram revoltas populares, sindicatos, e fuzilaram e depois derreteram Lumumba no ácido, mataram Sankara, Che e outros e ainda tentaram matar Fidel Castro vinte e quatro vezes. Vale lembrar que o faz de contas liberal e pós moderno também não garante mínima liberdade interna à classe trabalhadora no coração dos impérios: Repressão ao movimento negro[7], genocídio indígena, perseguição de sindicatos, cassação de partidos de esquerda e encarceramento das massas.

> Em 1975, os vietnamitas haviam derrotado os EUA, e Portugal foi derrotado por suas colônias africanas. Cuba conseguiu sobreviver, apesar de todas as tentativas de derrubar aquele governo. Não há dúvidas de que a Revolução dos Cravos em Portugal não teria ocorrido para derrubar o Estado Novo, em 1974, sem as guerras de libertação nacional em Angola, Cabo Verde e Moçambique. Não há dúvidas de que, duas décadas depois, o regime do *Apartheid* da África do Sul não teria caído sem a vitória das forças de libertação angolanas, em aliança com os cubanos contra o regime da África do Sul na batalha de Cuito Cuanavale, em 1987-1988. A democracia em Portugal e na África do Sul foi tomada pelas armas. Não foi dada pelo liberalismo. Esta narrativa está agora enterrada. Tem que ser revivida. Não apenas os sons do campo de batalha, mas também as histórias dos médicos e técnicos,

7 O *Black lives matter* e pistoleiros atirando contra o movimento e a brutal repressão policial foi o exemplo mais recente. Mas podemos olhar a história dos Panteras Negros e de figuras como Malcolm X e Martin Luther King Jr, para ver que o problema se arrasta pelos séculos.

> dos programas revolucionários de educação em Moçambique e Cabo Verde. A tentativa de construir uma nova sociedade a partir dos detritos da ordem colonial. Esta foi a energia revolucionária que agora está esquecida (PRASHAD, 2020, p. 59)

Na segunda parte o livro introduz o golpe estadunidense na Guatemala de Arbenz em 1954 e disseca o processo, porém foca muito mais em nove subcapítulos que se estruturam nesses dados para criar um "manual de como dar um golpe de Estado".

Aqui vemos uma análise baseada em diversos processos de Golpes[8] como os casos da Guatemala, de Allende no Chile, Lumumba no Congo e Nkrumah em Gana, até as tentativas fracassadas em Cuba, Vietnã e Venezuela. Há dois pontos centrais que não podemos ignorar: o papel que os intelectuais e a religião.

Intelectuais ligados com imperialismo voltam a ganhar destaque: Karl Popper e sua "teoria da verdade" e análise de "teorias da conspiração", além do financiamento que a CIA, a Fundação Ford, e outros grupos empresariais dão para pesquisas acadêmicas de progressistas não (ou anti) comunistas, com objetivo foi fortalecer a presença de liberais dentro da própria esquerda.

A religião tem dois núcleos de análise: o cristianismo e o islamismo. No que tange ao cristianismo a perseguição, assassinatos e até violência sexual contra padres e freiras ligados à Teologia da Libertação na América Latina, por via de grupos fascistas locais e CIA, mas contando com sufocante silêncio conveniente do Vaticano[9]. E o islamismo foi alimentado tanto pelo capital saudita como pela influência imperialista para fortalecer o anti comunismo, como caso da Liga Mundial Islâmica (1962).

O FMI também ganha páginas e páginas de estudos, e justas são as palavras de Yanis Varoufakis, Ministro das Relações Exteriores da Grécia: "os golpes no período atual não são necessariamente de tanques; eles geralmente vêm de bancos" (PRASHAD, 2020, p. 135). Isso quando não são híbridos como o caso de Thomas Sankara de Burkina Faso, assassinado por enfrentar o FMI.

---

8 Interessante observar e refletir como a própria esquerda liberal brasileira requenta vários autores que servem de base para teorias imperialistas como os já citados Arendt e Popper.

9 Vijay denuncia: "Em 1983, o papa João Paulo II foi à Nicarágua, no meio da sua revolução, para atacar padres e seu rebanho por sua atração pela Teologia da Libertação" (PRASHAD, 2020, p. 101).

O primeiro tipo de golpe são os tanques, o segundo tipo são os bancos e o terceiro tipo são as ONGs. E são elas que agora dão as cartas. A operação segue exatamente a mesma cartilha apresentada na segunda parte do livro, só que em vez de golpes com figuras grotescas como Pinochet e Duvalier, a coisa pode ser resolvida com a logomarca de uma empresa ou ONG. Ou seja, para o tipo três de golpe se aplicar, normalmente precisa de uma pavimentação feita por militares ou pelo FMI.

Ao final Vijay traz páginas a detalhes documentados das tentativas de golpe na Venezuela, ao golpe jurídico no Brasil (com impeachment de Dilma Rousseff e afastamento de Lula) e ao golpe contra Evo Morales na Bolívia.

Com trecho da história de vida (e morte) do poeta Otto René Castillo (1934-1967), queimado vivo com sua esposa por militares estadunidenses e milicianos guatemalenses, Prashad encerra toda sua denúncia para abordar a questão das fontes e documentos. Eis um trecho da obra do poeta:

> O mais bonito
> Para aqueles que lutaram
> Sua vida inteira,
> É chegar ao fim e dizer:
> Nós acreditamos no homem e na vida
> E a vida e o homem
> Nunca nos decepcionam (PRASHAD, 2020, p. 161)

É a história dos nossos camaradas ostracizados e esmagados, pela mídia, militares, bancos, igrejas e intelectuais dedicados ao capital e nada além.

Por isso *Balas de Washington* (2020) é sem dúvida uma leitura essencial. Vijay explica processualmente e visceralmente o labirinto que enfrentamos. Um livro de militante para militantes.

Esse livro, que ainda recebeu o cuidadoso prefácio de Evo Morales, foi lançado no Brasil pela Editora Expressão Popular, e ao compra-lo você ainda ajuda a organizar os movimentos aos quais essa editora se vincula como o Instituto Tricontinental e o MST.

Referências bibliográficas

PRASHAD, Vijay. Balas de Washington: uma história da CIA, golpes e assassinatos. Trad. Rafael Telemoto. 1ª Ed. - São Paulo: Expressão Popular, 2020.

FORA
DEUS
VOTE
FAMÍLIA
DE BEM
ORRUPÇÃO
ARMAS
FORA

2 Resenha

Fundamentalismos, crise da democracia e ameaça aos direitos humanos na América do Sul: tendências e desafios para a ação (Magali Cunha)

Angelica Tostes[1] e Delana Corazza[2]

Magali do Nascimento Cunha é jornalista, pesquisadora de Mídia e Religião, tendo publicado diversos textos, artigos e livros acerca da temática, é colaboradora do Conselho Mundial de Igrejas, com sede em Genebra/Suíça, e é articulista da revista Carta Capital. A publicação, "Fundamentalismos, crise da democracia e ameaça aos direitos humanos na América do Sul: tendências e desafios para a ação" (2020), é o resultado das pesquisas e nasce imbuído em preocupações de igrejas e organizações baseadas na fé frente ao avanço dos fundamentalismos e seus desdobramentos sócio-políticos na América do Sul. Esse projeto foi articulado pelo Fórum Ecumênico ACT Aliança Sul-americano (FESUR) na tentativa de um mapeamento do fenômeno em alguns países do continente: Argentina, Brasil, Colômbia e Peru.

---

1 Teóloga e mestre em Ciências da Religião (UMESP). Pesquisadora do Instituto Tricontinental de Pesquisa Social.

2 Delana Corazza. Cientista Social e mestre em Arquitetura e Urbanismo (USP). Pesquisadora do Instituto Tricontinental de Pesquisa Social.

Na pesquisa são abordadas as mutações do entendimento do fundamentalismo na América Latina, e citados três elementos cruciais nessa ressignificação: revolução iraniana, ataques de 11 de setembro e a entrada do século 21. O termo que antes se remetia ao movimento ultraconservador protestante norte-americano da virada do século 20, que reivindicava a inerrância bíblica e interpretação literal, em uma tentativa de reagir a modernidade e estudos críticos e culturais da Bíblia, hoje se torna a base de pensamentos e posturas, em defesa a uma verdade, e que impõe na sociedade essa suposta verdade. A ascensão dos fundamentalistas no espaço público, a partir de grupos religiosos ou não religiosos, deixa o entendimento que o fundamentalismo tem se tornado "um fenômeno social que ultrapassa a dimensão religiosa" (CUNHA, M., 2020, p. 5) e ganha um caráter i) político; ii) econômico; iii) ambiental e iv) cultural. No empreendimento da compreensão, Magali Cunha buscou desenhar uma breve conjuntura política dos países pesquisados (Argentina -2018, Brasil - 2016, Colômbia - 2016, Peru- 2016) e realizou uma síntese dessas trajetórias. Nessa observação preliminar, os seguintes elementos foram destacados como comum a todos os países: i) reacionarismo frente aos avanços das pautas de Direitos Humanos e Igualdade Social; ii) a pauta de gênero como bandeira da "salvação da família tradicional", com discursos pró-vida, anti-gênero e educação sexual nas escolas; iii) o uso religioso para legitimar o projeto sócio-político e econômico capitalista, permeado pelo medo gerado das *fake news*; iv) pautas pró-família e anti-gênero que buscam dominar duas frentes, a Educação e o Direito; v) modelo neoliberal, visando o Estado mínimo, para promover o livre mercado; vi) crise do modelo neoliberal, aprofundada em 2020 por conta da pandemia de coronavírus.

No primeiro tópico é abordado "Os fundamentalismos como fenômeno religioso-político na América Latina" e para pensar a questão, a autora aborda o conceito de Jurgen Habermas: "revitalização política da religião", tal processo remonta aos discursos sobre o sagrado nos espaços públicos, apesar dos processos de modernização social. Outro conceito importante para esse mapeamento é a noção de "religião pública" trazida por Joanildo Burity, que caminha em direção a uma religião como uma ação coletiva, construindo discursos sobre valores e cultura, nos espaços públicos. Um fator de grande relevância para a fertilidade fundamentalista da América Latina é seu contexto histórico marcado por duas cicatrizes: colonialismo e ditaturas. Magali resgata nesse tópico a historicidade da relação da América Latina com o Cristianismo, a princípio, com a Igreja Católica

Apostólica Romana (ICAR), que serve como porta de entrada para os "evangélicos/as" na política institucional a partir da década de 1980. Ressalta o trabalho dos movimentos ecumênicos progressistas, como a Igreja e Sociedade na América Latina, influenciados pelo Evangelho Social e Cristianismo prático, que desembocou na Teologia da Libertação e formação de grupos ecumênicos como o Conselho Latino-Americano de Igrejas. Entretanto, ao mesmo tempo que tudo isso acontecia, Magali Cunha pontua a explosão do neopentecostalismo no continente, e as movimentações de minoria invisível para uma participação extensiva nas mídias e política. Alguns pontos devem ser destacados acerca dessa explosão neopentecostal na década de 1980, ela ocorre com as políticas neoliberais sendo introduzidas no continente e algumas teologias que corroboram para o fortalecimento de tais políticas, como i) as teologias da Prosperidade e da Guerra Espiritual se misturam a conjuntura neoliberal; ii) teologia do domínio, ou reconstrucionismo, que surge nos anos 1970, nos Estados Unidos, e que busca a reconstrução da teocracia.

Compreender o termo fundamentalismo se faz uma tarefa necessária, nesse ponto, a autora aborda que o termo não é algo novo, e que tem como primeira referência entre cristãos/ãs protestantes estadunidenses. Porém, se populariza com a revolução iraniana (1970), na qual foi classificada de fundamentalista. O termo volta no início do século 21 com os eventos de setembro de 2001, na qual a mídia norte-americana começou a construir a imagem do islamismo como fundamentalistas, ou seja, o termo passa a ser sinônimo de radicais, extremistas. E com o avanço do pentecostalismo conservadores o termo é retomado por setores religiosos progressistas e no espaço acadêmico. Entretanto, o conceito passa por inúmeras transformações. É trazida a discussão sobre o fundamentalismo desde o século 20, passando por diversos momentos e contextos, são elencados: i) Origem protestante; ii) Internacionalização e politização; iii) A maioria moral, a nova direita cristã; iv) As correntes contemporâneas do fundamentalismo nos Estados Unidos e vi) O viés fundamentalista católico-romano. Para Magali, é um termo que é i) a recusa ao diálogo; ii) negação da pluralidade; iii) reconstrução e idealização de um passado inexistente. A pesquisa não busca esgotar o tema e nem definir de forma estática o conceito. Dessa forma, há a elaboração de uma síntese na tentativa de definição:

> Fundamentalismos (no plural, portanto) são aqui compreendidos como uma visão de mundo, uma interpretação da realidade, com matriz religiosa, combinada com ações políticas decorrentes dela, para

> o enfraquecimento dos processos democráticos e dos direitos sexuais, reprodutivos e das comunidades tradicionais, políticas de valorização da pluralidade e da diversidade, num condicionamento mútuo. Não são homogêneos, são diversificados, formados por diferentes grupos que têm em comum inimigos a combater com ações distintas no espaço público. Por isso, o caráter basilar dos fundamentalismos é o oposicionismo. (CUNHA,M., 2020, p. 26)

No segundo tópico, Magali vai para além da construção do conceito trazendo reflexões contextualizadas sobre o fundamentalismo religioso católico e evangélico dos anos 2000 da América do Sul e sua absorção pelas diversas camadas sociais, mas principalmente pelas camadas populares que são envolvidas pelos discursos do empreendedorismo e de proteção à família.

Ao contrário do que parece, a leitura da Bíblia pelos fundamentalistas, segundo o pastor metodista argentino entrevistado Néstor Oscar Miguez, não é literal, mas dogmática. A defesa de pautas morais a partir dessa leitura conveniente da Bíblia é uma bandeira importante nos discursos fundamentalistas, manifestando-se no poder executivo e no judiciário. Essas pautas são trabalhadas no livro a partir dos seguintes pontos: i) A reação sobre os direitos sexuais e reprodutivos a partir da guerra discursiva que condena tudo aquilo que não é heterossexual e que família está limitada ao fruto de uma relação matrimonial entre um homem e uma mulher. Qualquer questionamento sobre esse limitado estar no mundo é enquadrado como "ideologia de gênero", provocando pânico moral. ii) A manutenção dessa "família ideal" como modelo a ser defendido, perpetua as coisas como estão nos termos das políticas públicas: as mulheres como procriadoras e principais cuidadoras e responsáveis pelos filhos, doentes e idosos, ou seja, as pessoas a serem cuidadas continuarão sendo responsabilidade do mundo privado, das mulheres. iii) Pânico moral e permanente embate com inimigos. É imprescindível a ideia de inimigo nos discursos fundamentalistas. Nos países pesquisados a defesa da família por esses grupos foi fundamental para a construção da narrativa de que se você defende a possibilidade de uma outra família, a partir da igualdade de direitos sexuais, você está, necessariamente, buscando a destruição dessa família modelo. iv) Ameaça a comunidades tradicionais: essa é uma ameaça que faz parte da triste história de exploração de nosso continente que se inicia com a igreja católica, no entanto, no século 20, os grupos evangélicos passam a atuar mais intensamente. O fundamentalismo religioso, muitas vezes traduzido

na ideologia do empreendedorismo desarticula e desconfigura comunidades tradicionais indígenas e quilombolas que operam por outros mecanismos como o sentido de comunidade e coletividade, tão fundamentais para a identidade desses grupos. v) Ações coordenadas. Grupos com o mesmo discurso e a mesma estética, envolvendo principalmente jovens e mulheres, criam movimentos articulados nas redes sociais e nas ruas, geralmente defendendo pautas anti-gênero. vi) Os temas do Estado laico e da liberdade religiosa.

O livro traz uma importante reflexão, principalmente no que tange à disputa de narrativas. Os grupos fundamentalistas, ainda que coloquem em risco a frágil laicidade dos Estados, não reivindicam um Estado não-laico. O que fazem é ressignificar essa laicidade, defendendo a liberdade religiosa, reivindicando que um Estado laico não é um Estado ateu. O discurso é de que os cidadãos podem atuar na política de acordo com sua identidade cristã – e que isso não colocaria em risco a laicidade. Essa reflexão dialoga com o conceito "secularização estratégica" trazido no texto, cunhado por Juan Marco Vaggione, onde os setores fundamentalistas se utilizam de uma retórica secular para ampliarem seus discursos, evitando tensões inter-religiosas "o novo discurso é ancorado na ciência e nos direitos humanos e suas plataformas internacionais, o que permite aos grupos disputarem um espaço mais amplo com agentes seculares e Estados laicos" (CUNHA, M., 2020, p.37).

Ainda na reflexão conjuntural, Magali traz o discurso dos fundamentalistas em nosso continente e nos Estados Unidos, reconhecendo a teologia do domínio como a narrativa que embasa esse fundamentalismo. A busca de ocupação dos espaços políticos, sociais e culturais pelos cristãos é a base dessa narrativa, muito conectada aos pentecostais, mas que tem servido como uma luva para outros religiosos do campo conservador ocuparem espaços institucionais de poder. Esse fundamentalismo se coloca em prática também na guerra cultural por meio do movimento cultural gospel, que se torna importante desde a década de 90 e segue se ampliando, com uma atuação muito eficiente entre os jovens.

O último ponto do livro, Magali Cunha se coloca no desafio de construir possíveis ações contra as estratégias muito bem orquestradas do fundamentalismo religioso na América Latina. Em síntese, as ações são a de compreender a força e a capilaridade do fundamentalismo, não o subestimando, assim como compreender o papel da religião para o povo latino-americano, subjetiva e objetivamente, e construir possíveis diálogos a partir da formação e educação popular que contemplem também a leitura da Bíblia – contextualizada e ecumênica - na construção de contra-narrativas. Ouvir a população imersa nas contradições entre discursos e

práticas fundamentalistas. Rever o discurso do Estado Laico como oposição aos fundamentalistas - é necessário que tenhamos argumentos científicos e secularizados contra a negação de direitos. Dialogar com a juventude, as mulheres, as comunidades indígenas e quilombolas, suas especificidades, suas histórias, suas demandas. E, por fim, ocupar as mídias digitais e desenvolver linguagens possíveis, populares e criativas, visibilizando as tantas possíveis formas de viver a fé cristã.

***

A pesquisa realizada por Magali Cunha nos permite observar as ações imperialistas estadunidenses que se utilizam da religião para o controle do Sul Global, em especial, nesse contexto, da América Latina. O fundamentalismo é multifacetado, se apoia naqueles que, ao definirem sua interpretação da bíblia, tornaram suas palavras e sua história como o fim, o absoluto. Ou seja, nada para além dali pode ser mudado, questionado, redefinido, vivido. "O Fundamentalismo, assim, constrói um mundo estável e fixo, dominado por certezas, e quem quer que ali penetre verá todas as suas dúvidas acabarem". (ALVES, R., 1982, p. 66) Nesse sentido, questionar, redefinir, viver outras possibilidades é o desencontro com a verdade. Essa verdade absoluta, dogmática, vai muito além da religião, ela constrói modelos de vida políticos, econômicos e sociais. Esse modelo tem sido importado ao mundo inteiro e atinge profundamente, como vimos, o nosso continente. A leitura da sistematização da pesquisa sobre os fundamentalismos é muito importante para compreensão do processo de influência das teologias fundamentalistas e seus reflexos, como a teologia do domínio, que estão para além do fenômeno do crescimento do pentecostalismo, mas também presentes em toda empreitada de setores da ICAR contra a Teologia da Libertação. Como uma alternativa às teologias clássicas, a Teologia da Libertação expande o horizonte da espiritualidade a partir do chão que se pisa e da luta de classes, sendo aperfeiçoada por teologias contextuais como as teologias negra, feminista e *queer* entre outras. Como Vijay Prashad, diretor do Instituto Tricontinental de Pesquisa Social, apontou em entrevista à Opera Revista Independente:

> O que o imperialismo mais odeia é a promessa de uma alternativa. Isso é o imperialismo; sufocar a possibilidade de uma alternativa. Dizem que todos devem viver sob suas regras, e se alguém decide viver de acordo com suas próprias regras, torna-se uma ameaça. Se você desobedece às regras, tudo bem – eles podem te punir. [...] O imperialismo é

> o uso de força extra-econômica para prevenir que outro bloco histórico emerja e crie novas regras para o planeta. (PRASHAD, V., 2020)

Para além de uma análise crítica, Magali Cunha aponta caminhos para construir ações contra esses fenômenos fundamentalistas. Esses caminhos dialogam com a ideia trazida no texto "Em busca da Funda de Davi", do professor Maurício Abdalla, que nos chama a refletir sobre os avanços que o campo progressista teve em sua história contra as ameaças imperialistas em nosso continente e a importância do resgate de formas de nos colocarmos novamente (ou mais incisivamente) em movimento. No entanto,

> precisamos ser realistas e ter consciência de que não são possíveis ações de curto prazo que se contraponham aos efeitos de uma estratégia de longo prazo bem executada. Estamos em um momento que exige o abandono do imediatismo (sem largar o esforço de ações que minimizem os efeitos do problema) e a retomada da paciência histórica. (ABDALLA, M., 2020, p. 23)

Para isso, é fundamental desvendar e conhecer nossa história e as forças que impediram o avanço para a consolidação da justiça social nos países latino-americanos. Onde erramos, onde avançamos? Quais são as forças e o tamanho delas que estavam em disputa? Magali nos chama à ação. É tempo de mover-se, de desprender-se de nossas amarras, de criar, de nos recriarmos. É tempo de fé e de luta.

Referências Bibliográficas

Abdalla, Maurício. *Em busca da funda de Davi.* Movimento Nacional Fé e Política. Dezembro de 2019. Disponível em: http://fepolitica.org.br/conjuntura/em-busca-da-funda-de-davi/. Acessado em 19 de nov de 2020.

Alves, Rubem. *Dogmatismo e Tolerância.* São Paulo. Edições Paulinas, 1982.

Cunha, Magali do Nascimento. *Fundamentalismos, crise da democracia e ameaça aos direitos humanos na América do Sul: tendências e desafios para a ação*. Salvador: KOINONIA Presença Ecumênica, 2020.

Prashad, Vijay. *Imaginar que o imperialismo não existe é um luxo.* Opera Revista Independente. Agosto de 2020. Disponível em: https://revistaopera.com.br/2020/08/28/vijay-prashad-imaginar-que-o-imperialismo-nao-existe-e-um-luxo/. Acesso em 27/11/2020.

#

Lista de Images: **Exposição de Cartazes Anti-Imperialistas**

No ano em que a Covid-19 se lançou com força sobre o mundo, 162 artistas de 30 países e 27 organizações contribuíram para as Exposições de Cartazes Anti-imperialistas. Eles responderam a uma série de convocatórias abertas para criar cartazes que expressassem quatro conceitos definidores de nosso tempo: capitalismo, neoliberalismo, imperialismo e guerra híbrida. As respostas contundentes de todos os cantos do globo afirmaram algo do espírito humano: em um dos momentos mais desafiadores que temos memória, os seres humanos não criam *apesar* de seu sofrimento, mas criam *a partir* dele. A concretude desses quatro conceitos centrais e seus impactos não impedem a expressão criativa, mas a fazem vir à tona. As convocatórias deram confiança aos trabalhadores para representar suas próprias realidades enquanto contribuem para um processo coletivo.

Com curadoria conjunta do Instituto Tricontinental de Pesquisa Social e da Jornada Internacional de Luta Anti-Imperialista, a exposição está hospedada no site da Jornada Anti-Imperialista e distribuída como um catálogo digital, com todos os créditos concedidos aos artistas participantes.

Os cartazes estão disponibilizados para as centenas de movimentos que participam desse processo anti-imperialista. Afinal, a arte, como a terra, pertence aos que nela trabalham - pertence à classe trabalhadora e aos povos oprimidos do mundo.

Capa

Ingrid Neves

Imperialismo

Brasil // Instituto Tricontinental de Pesquisa Social

1

Ivan Alejandro Batista

Anti, todo el tiempo

Cuba

2

Deborah Saviano

13 bilhões por dia, né?

Brasil

3

Lizzie Suarez

Abolir o Neoliberalismo
Resistir o Imperialismo

Estados Unidos

4a

Judy Seidman

Capitalismo

África do Sul

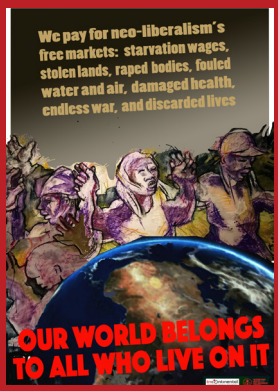
4b

Judy Seidman

O imperialismo para aqui

África do Sul

4c



Judy Seidman

Nosso mundo pertence a todos os que vivem nele

África do Sul

4d

Judy Seidman

Unir, organizar, levantar

África do Sul

5

Gerónimo Dellacasa (Geros)

Ver, a América Latina em Luta

Argentina

6

Daniel David Duque Gil

O que você está esperando?

Venezuela // Utopix

7

Rebel Politik

União dos oprimidos contra o imperialismo

Índia // Liberação do Partido Comunista da Índia (Marxista-Leninista)

8

Hiroto Morais

Guerra Híbrida à Nossa América

Brasil

9

Francisco Daniel A. Moreira

Acorde América Latina. Chegou a hora de se levantar!

Brasil

10

Priscila Adamo

Contra-indicações

Argentina

11

Ingrid Neves

Capitalismo

Brasil // Instituto Tricontinental de Pesquisa Social

12

Whitney Richards-Calathes

Navios diferentes, mesma destruição

Jamaica

13

Túlio Carapiá e Clara Cerqueira

Guerra Híbrida

Brasil

tricontinental
Instituto Tricontinental de Pesquisa Social